

REVISTA DA FACULDADE
DE LETRAS DO PORTO

LINGUAS E LITERATURAS



II Série • Vol. VII • 1990

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
SÉRIE DE
« LÍNGUAS E LITERATURAS »

Publicação anual

Propriedade — Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sede e redacção — Faculdade de Letras do Porto, Rua do
Campo Alegre, 1055 — 4100 PORTO - Portugal

Director — Presidente do Conselho Científico

Organizador — Delegado da Comissão Científica de Línguas
e Literaturas Modernas

Tiragem — 500 exemplares

Execução gráfica — Imprensa Portuguesa, R. Formosa, 108-116
4000 PORTO

Os trabalhos publicados são da responsabilidade
exclusiva dos seus autores.

ARTIGOS

DAS QUESTÕES ENUNCIATIVAS AOS MUNDOS REPRESENTADOS NA MENINA E MOÇA

Introdução

As questões textuais que a *Menina e Moça* levanta (das divergências entre as várias versões às convergências, igualmente problemáticas quando relativas a faltas de sequência ou de sentido entre enunciados, de que decorrem determinadas ambiguidades e anomalias) dificultam seriamente quaisquer trabalhos de investigação sobre aspectos da obra.

O manuscrito de Asensio, recentemente descoberto¹, veio reclamar a necessidade de uma reconstituição do texto numa nova edição crítica, evidenciando as insuficiências da de Grokenberger e isolando grande número das variantes de Ferrara², considerada desde a sua redescoberta³ como a mais credível.

¹ Conhecem-se, no que toca às versões quinhentistas da obra, dois manuscritos—o de Madrid (Manuscrito da Real Academia da História de Madrid, do final do Séc. XVI: «Tratado de Bernaldim Ribeiro») e o agora designado como ms. de Asensio, que se crê ser o exemplar mais antigo da obra. De referências datadas e de uma nota que segue a interrupção do texto, conclui Asensio que «había demanda de la continuación y que corrían rumores sobre una extraviada» (*Bernaldim Ribeiro a la luz de un manuscrito nuevo*, in *Estudios Portugueses*, F. C. Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris, 1974, p. 205).

² É considerada, de entre os impressos conhecidos, a edição *princeps*. Certo é que a M.M., tendo circulado, com toda a evidência, em manuscrito, viria a ser impressa em Ferrara, em 1554, numa edição que nos oferece um texto inexplicavelmente incompleto, e logo depois em Évora (1557-58), pelo editor André de Burgos, e em Colónia (1559), a cargo de A. Birckmann e seguindo, *grosso modo*, a edição de Ferrara.

A edição de Évora, para além das variantes de lição com que nos brinda, difere ainda das outras a vários títulos: um prefácio do editor; divisão do texto em duas partes; no interior de cada uma, divisão em capítulos (encabeçados por sumários que ocasionalmente chegam a contradizer o conteúdo dos respectivos fragmentos textuais); destes, os últimos 41 são uma extensão do limite do texto nas outras versões, em que se acentua a desconfiança que já merecia a parte final comum, pela inexplicável mudança de tom, de estilo e de intenção narrativa. Esta edição viria a vingar, contudo, tendo sido sucessivamente reproduzida ou tomada como fonte nos séculos seguintes.

³ Por Braancamp Freire, no fim do século passado. A 1.ª edição nela baseada (*Bernaldim Ribeiro e Cristovão Falcão. Obras*, Imp. da Univ. Coimbra,

A insegurança do terreno textual é de tal ordem que haverá que resignarmo-nos à fatalidade de ser hoje praticamente impossível reconstituir o texto bernardiniano⁴, face à ausência de critérios absolutos para distinguir as intervenções de sucessivos copistas e editores. Às lacunas, correcções ou reformulações que o modo de circulação da obra foi originando se deverão muitas das faltas de sequência ou de sentido, contradições, irregularidades e ambiguidades que deixam o leitor perplexo. E se muitas das flutuações podem ser imputadas ao percurso da obra, já as fissuras que se mantêm em todas as versões

1923) foi enriquecida por um longo estudo de Carolina Michaëlis, que assim ajudou a concretizar o projecto de B. Freire. Depois disso, em 1947, o meritório trabalho crítico de D. Grokenberger proporcionou-nos a mais completa e fiável das edições (*História da Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*. Variantes, introdução, notas e glossário de D. E. Grokenberger, Lisboa, Liv.^a Studium Ed.^a, 1947), pela utilização conjunta da edição de Ferrara, como texto base, e das outras versões quinhentistas então conhecidas, para registo de variantes.

Refiram-se ainda, dado o grau de divulgação que este tipo de edições pode atingir, *Menina e Moça ou Saudades* (3.^a Ed.^a, Coimbra, Atlântida, 1973), antologia da responsabilidade de Herculano de Carvalho, que a prefaciou notavelmente, e a agradável edição escolar *Menina e Moça de Bernardim Ribeiro* (col. «Textos Literários», sob a direcção e coordenação de M.^a Alzira Seixo, Editorial Comunicação, 1984), com apresentação crítica, fixação do texto, notas e linhas de leitura por Teresa Amado. Esta última é um bom auxiliar didáctico que tem, sobre os volumes disponíveis para os mesmos efeitos, duas inegáveis vantagens: a de conter a parte comum na íntegra e, em apêndice, a de Évora; e a de ter em conta as versões conhecidas — incluindo a de Herculano de Carvalho —, assinalando, em nota, numerosas variantes.

Para o nosso trabalho, tomámos sempre como ponto de partida a edição de Grokenberger. Servimo-nos também, para confronto de leituras, dos volumes de T. Amado e de H. de Carvalho, nomeadamente porque este toma como base o ms. Asensio. Todas as referências que aqui aparecem remetem, pois, e antes de mais, para a edição de Grokenberger; contudo, por esta obra se poder considerar já rara, utilizaremos, nas remissões para passagens assinaladas pelo número da(s) página(s) a que respeitam, o seguinte critério: em primeiro lugar, a edição de Grokenberger (G., p. ...); logo a seguir, a de T. Amado (T.A., p. ...).

A referência à obra será normalmente feita, doravante, pela sigla M.M.

⁴ Pelo que será de repensar seriamente qualquer critério em que repousem alterações do texto tomado como base, sem o que qualquer fixação se pode tornar aleatória. De resto, parece-nos ser este o tipo de problemas para que o Prof. Pinto de Castro alerta, quando refere os perigos decorrentes da subjectividade da «contaminação conjectural» (cf. CASTRO, Aníbal Pinto de — *Uma edição crítica da Menina e Moça de Bernardim Ribeiro: Problemas e Soluções*, in «Critique Textuelle Portugaise», Actes du Colloque, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1986.

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

conhecidas são mais difíceis de explicar — ainda assim, a hipótese (que não há maneira de confirmar perante os materiais de que dispomos) de que nenhuma das versões conhecidas reflectiria o original, acusando já todas elas manipulações evidentes, conviria mais à lógica de um texto cujas imperfeições nos repugna atribuir ao ser que, de forma tão originalmente complexa, e em tal grau de elaboração literária, o criou. Ainda que nos digam que tais incongruências ou descuidos não eram, à época, raros ou que ainda há hoje quem os pratique⁵... Não concebemos aquilo que de incompetência textual a M. M. documenta, a não ser que:

- a obra tivesse sido deixada pelo autor num estado muito incipiente, incompleta (o limite desse original é para nós hoje uma incógnita) e não revista; neste caso, será de admitir que o original não fosse além do que, no texto comum, é a interrupção da história de Binmarder/Aónia⁶ ou, quando muito, do romance de Avalor⁷;
- sucessivas alterações (deficiências de transcrição, eliminações ou acrescentos), de dimensão ignorada, tivessem afectado o texto, iludindo a leitura que hoje é possível dele fazer;
- o original contivesse já o que aparece textualmente como inconsistência ou disparidade, numa conseguida mistificação ou funcional hermetismo de que nos escapam os intuitos.

É evidente que tais hipóteses não são exclusivas nem adiantam, de facto, nada de novo à questão textual da M. M.

No entanto, conjugando o que se pode dar por seguro e o que é razoável supor, à luz provisória dos elementos de que hoje dispomos⁸,

⁵ Cf. ed. de H. de Carvalho, p. 115, nota às pp. 36-37, e ed. de T. Amado, p. 173, nota 574.

⁶ Parte muito mais cuidada e que não levanta problemas a nível de coerência/coesão do texto.

⁷ Ver-se-á que é remate de uma sequência que, embora contendo já alguns elementos de perturbação textual — que podem provir de uma não revisão e/ou de lacunas e deturpações do original —, apresenta uma comunidade significativa, em termos de articulação, personagens e ideologia sentimental, relativamente à anterior.

⁸ Nomeadamente os que o ms. Asensio veio revelar — quanto ao título, à divisão do texto em unidades narrativas, à confirmação da anterioridade, relativamente aos primeiros impressos conhecidos, de uma tradição manuscrita

com uma leitura criteriosa da construção da narrativa enquanto *texto*⁹, é possível alicerçar uma visão de conjunto cuja coerência implica uma revisão desassomburada de princípios de há muito assentes. E isto porque conciliar as indicações assim obtidas não só obsta à atribuição de uma pretensa autoridade a qualquer das versões conhecidas como põe em causa a autenticidade de todo o texto comum¹⁰.

Ponderados os problemas que o exame atento das versões disponíveis põe aos imprescindíveis propósitos de objectividade e rigor, escolhemos um terreno menos movediço para uma análise que a questão textual, uma vez enfrentada de forma actualizadamente satisfatória, não virá, cremos, invalidar¹¹. Na base da nossa argumentação, estão as vicissitudes de uma narrativa que, se rejeitada, por absurda, a perversidade do comprazimento de um autor em desnortear qualquer dos seus leitores, pela prática de alienações que impossibilitam qualquer lógica e retiram sentido ao texto, concebido como unidade

e à existência de múltiplas coincidências entre os ms. ou destes com Évora (cf. CARVALHO, H. — Introdução a *Menina e Moça ou Saudades*, p. 31, nota 30: «... o texto do novo manuscrito — apesar das suas numerosas imperfeições (...) — contribui para a referida reconstituição, muitas vezes confirmando as lições ora de Évora ora do ms. de Madrid ora de ambos os textos contra o de Ferrara (mais raramente o contrário) ...»).

Note-se que questões até aí consideradas pouco pertinentes, como a oscilação de que o título foi vítima ou o da divisão do texto (em capítulos), ganham algum relevo, podendo afectar, quanto mais não seja, algumas ideias feitas a que não será estranha a suspeição a que se terá votado tudo o que soasse a inovação de Évora.

⁹ Isto é, como unidade linguística globalmente coesa, que constitui um todo significativo e se realiza numa sequência de enunciados em necessária interdependência.

¹⁰ Admitir a genuinidade, em termos de extensão textual, de toda a parte comum, tem sido prática generalizada — às vezes sem quaisquer reparos, doutras por se não dispor de critérios fiáveis que possam corroborar a impressão de falta de homogeneidade.

O Prof. Costa Pimpão foi o único a explicitar mais convictamente a sua desconfiança, considerando já ultra-ribeirescos alguns capítulos da história de Avalor/Arima e não se detendo sequer muito na questão, como se ela, para si, fosse um dado intimamente adquirido. Só que o facto de toda essa sequência ser comum às versões quinhentistas, pesado e inegável como é, exige argumentos muito sólidos para poder ser contraditado.

¹¹ Descontados, é bom de ver, imponderáveis como o que aponta o Prof. Asensio: «Claro que habrá glosas e explicaciones insertas indebidamente en el relato» (*Bernardim Ribeiro a la luz ...*, p. 206).

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

coerente e coesa, só poderá abordar-se sob o princípio de que nela houve estranhas intromissões. Uma vez assente a evidência de que há não só factores de descontinuidade e incoerência ao nível micro-estrutural¹² como também, e sobretudo, perturbações ao nível macro-estrutural¹³, estabelecemos como objectivos:

- dar conta do percurso e natureza da obra, interpretando alguns dados e salientando a sua originalidade;
- atender ao enquadramento enunciativo que preside ao processo discursivo na novela, analisando algumas implicações daí decorrentes;
- descrever o universo de referências que grande parte do texto comum — enquanto unidade semântica global — mobiliza e que aparece, por isso mesmo, como factor de coerência intrínseca;
- coligir e interpretar dados, na perspectiva da enunciação, relevando determinadas marcas e coordenadas que, no discurso da narradora, são também factores de coesão textual;
- evidenciar, por confronto com as zonas de coesão detectadas — vozes narrativas, mundos representados e nexos entre enunciados —, as irregularidades já praticadas na extensão final comum e a dimensão inconcebível que tais irregularidades vêm a tomar na parte de Évora;
- sistematizar os dados obtidos, concluindo quanto à sua eficácia narrativa num percurso de relações e de sentidos possíveis.

Foi nosso propósito, portanto, analisar criticamente alguns recursos de que os planos discursivos da narrativa se vão alimentando, numa rede de referências¹⁴ que julgamos ser possível verificar como funciona e que significado assume no texto.

A abordagem das questões que enunciámos merece-nos agora as seguintes considerações:

¹² Ou local; é o das relações nas e entre as frases (enunciados), sucessivamente ordenadas, da sequência. O macro-estrutural ou global será o das relações entre as próprias sequências.

¹³ Que são, num texto, muito mais nefastas e devastadoras.

¹⁴ Até certo ponto basicamente coesa e depois sucessivamente descosida até ao rompimento flagrante do tecido discursivo, a partir do qual só alguns farrapos evocam penosamente o texto original.

1. Equacionar os factores de estranheza que os mais remotos exemplares da novela documentam (do desdobramento da narrativa numa espécie de jogo estrutural de ocultação/desvendamento ¹⁵ — aliado ao mistério que é, para o leitor moderno, o facto de haver sido impressa em Ferrara, abrigo cultural de judeus peninsulares ¹⁶, mistério que se adensa perante aqueloutro de o final ser uma brusca interrupção do texto, sem remate de qualquer ordem, em que ao estrangulamento sintáctico se sobrepõe a ruptura discursiva e o *deficit* narrativo ¹⁷ — ao teor das novidades introduzidas na edição de Évora ¹⁸),

¹⁵ O que lhe confere um conjunto de virtualidades que, por lhe possibilitarem uma significação plurívoca, vêm desafiando a imaginação do leitor, tendo suscitado ora leituras das mais redutoras (como as que buscaram chaves biográficas para a decifração do sentido da obra, de T. Braga a Silva Gaio ou Delfim Guimarães), ora análises críticas, por vezes especulativas, sobre alguns dos seus aspectos (caso dos dois trabalhos mais completos, pela sua postura globalizante, que até hoje se escreveram a respeito da M.M.: o de SALGADO JÚNIOR, A. — *A Menina e Moça e o romance Sentimental no Renascimento*, Sep.^a de «Labor», Aveiro, 1940 — e o de SARAIVA, A. J. — *Ensaio sobre a poesia de Bernardim Ribeiro*, «Revista da Faculdade de Letras», t. VII, n.ºs 1 e 2, Lisboa, 1940-41, pp. 13-120), ora ainda tentativas de compreensão que exigem códigos culturais especializados (de que é exemplo o trabalho de MACEDO, Helder — *Do significado oculto da Menina e Moça*, Lisboa, Moraes, 1977). Do todo resulta uma dispersão de elementos que só uma prévia monda do terreno — tão fértil se tem ele mostrado — permitirá decantar, sedimentando o que se pode tomar, em bom rigor, por adquirido.

¹⁶ Sobre o assunto, Marcel Bataillon sugere algumas pistas bem interessantes: *Varia Lección de Clásicos Españoles*, V e VI, pp. 39-80.

¹⁷ Nada há de pontos do desenvolvimento previsto nem do anunciado desfecho, apesar de alusões dispersas ao longo do texto os irem antecipando. Quanto à fissura discursiva, só J. Pessanha parece ver bem a questão: «Creio que na própria edição de Évora a segunda parte está incompleta (...) E nem mais uma palavra (...) sequer, trocada entre ella e a dona, ácerca da longa historia que esta contára» (*Bernaldim Ribeiro*, «*Menina e Moça ...*», ed. dirigida e prefaciada por D. José Pessanha, Porto, Liv.^a Internacional de Ernesto Chardron, 1891; *Notas*, pp. 241-242).

¹⁸ Apresentando uma continuação e um desfecho inverosímeis, não deixa de incluir uma justificação para o facto, que só ganha em ser lida cumulativamente com outras indicações textuais e extra-textuais e que talvez não tenha sido ainda devidamente interpretada (salvo rasgos de intuição em D. José Pessanha — cf. sua edição, *Notas*, p. 238). De facto, tendo chamado a atenção para a divisão do texto em duas partes (38 cap.^{os} na primeira e 58 na segunda; destes 58, só os primeiros 17 são comuns às outras versões, e que não aparece tal divisão), o editor designa a primeira por *Livro primeiro de Bernardim Ribeiro* e qualifica a segunda como declaração, ao fazer preceder a história

conduz-nos a uma encruzilhada: a parte exclusiva de Évora (após cap. XXV) parece invalidar a parte final comum, denunciando o seu carácter não fiável de tentativa gorada ¹⁹; por sua vez, a parte comum invalida forçosamente as peripécias complementares de Évora.

2. A hipótese que contrapomos ao crédito que vem sendo concedido ao limite textual comum concilia, nos seus fundamentos, a leitura que fizemos de indicações da edição de Évora com o facto inegável de esse final comum, tido por ainda bernardiniano, além

de Avalor/Arima da seguinte indicação titular: *Segunda parte desta historia das Saudades de Bernardim Ribeiro: a qual é declaração da primeira parte deste livro*. O carácter de independência entre as partes é sublinhado no próprio texto, que não inclui a frase de ligação que, noutras versões, assinala a passagem da história de Bernardim/Aónia para a de Avalor/Arima: «Leixemo-la agora porem ficar assi». O que, sob o ponto de vista da lógica estrutural da edição, parece coerente. Atente-se, segundo este prisma, no que André de Burgos afirma no prólogo, a saber: explicitamente, a existência de duas partes, a diferença entre elas e a necessidade de serem ambas publicadas por inteiro; implicitamente, o facto de tais partes já haverem sido impressas, mas não completamente, e o de tal falta de integridade poder iludir a avaliação do leitor quanto à diferença entre elas. Não estaria o editor de Évora a salientar, muito justamente, o facto de já na parte comum haver fito declarativo, mão apócrifa? Tratar-se-ia já de uma tentativa de continuar a narrativa, protelando o desfecho, que algo viria frustrar... O que justificaria um outro projecto de consecução, a partir do cap.º XXV, deixando cair o primeiro, sucessivamente adiado (Avalor, nunca explicitamente identificado como o segundo dos dois amigos, passará a cavaleiro andante e protagonista de aventuras as mais incríveis, até se desintegrar subitamente, «por não ser este conto nosso» (cap.º XXIV); mas Tasbião, actor de recurso, inventado muito depois da estreia da peça, ainda menos poderá assumir-se como o outro amigo...).

Se não nos iludimos, tal terá sido o caso de quem, continuando esta sequência, procurou, com o afã que bem se sente, reatar afluivamente alguns fios à 1.ª história, remendando com muitos outros para não dar tempo a grandes reparos, e rematando o todo da maneira mais tosca. E como seria possível conceber tal ruptura com a história de Avalor e tal continuação senão precisamente por se acreditar, ou saber, que as aventuras de Avalor eram já um acrescento, uma tentativa não acabada de «declaração», o que, *ipso facto*, autorizava qualquer outra?

¹⁹ Daí que o editor se mostre reticente quanto ao critério, que veladamente critica, de outras versões incluírem já uma parte do que seria tentativa de continuação e não o resto, cuja publicação inequivocamente desmentiria qualquer pretensa unidade com a primeira parte.

²⁰ O termo é de PIMPÃO, Costa — *Bernardim Ribeiro (uma fraude documental)*, «Biblos», t. XVI, p. 252.

de ser tão pouco crível e de denunciar um corte tão evidente, incluir já fissuras a vários níveis, cuja incongruência não só não sustenta tal autoria como dificulta seriamente a sua admissão, em termos de coerência e coesão textual — tal hipótese é a de se tratar já de um acrescento.

3. Seria lícito, pelo exposto, convir em que tenha havido mais do que uma tentativa de acabamento. De facto, a única suposição razoavelmente capaz de conciliar todos os indicadores que parecem confluir no mesmo sentido é tão só a de que o sucesso da obra tenha convocado esforços — que eram, aliás, prática corrente na época — no sentido de explorar o filão, e de que uma parte, pelo menos, da história de Avalor seria já exemplo. Como nada nos autoriza a limitar, no texto, a linha que demarca o que é produção bernardiniana do que não o é, resignemo-nos, por ora, a evidenciar apenas o carácter inacabado e já muito pouco plausível do texto, relativamente à parte final comum; e, em contrapartida, o carácter mal acabado, inaceitável e muito mais retalhado da sequência exclusiva de Évora, cujo intuito declarativo explica parte das «invencionices»²⁰ aqui praticadas.

4. Posto isto, só falta dizer que da reserva aqui manifestada quanto à autenticidade de toda a parte comum, e por via da análise a que procedemos, viríamos a concluir pela inaceitabilidade da sequência que se inicia após o romance de Avalor, e por um decréscimo do grau de coerência textual já na história de Avalor/Arima.

5. E se a convicção aqui fundamentada não pode legitimar, por si só, a exclusão de qualquer parte do texto comum — a demarcação de qualquer fronteira autêntico/apócrifo implicaria, no contexto actual da crítica do texto, arbitrariedade — tem ela o mérito, que outro não fosse, de validar, pela vez primeira, opiniões já expressas no mesmo sentido. Deste modo, a compatibilidade entre estas considerações e as de Costa Pimpão²¹ e E. Asensio²², ou as hesitações

²¹ Vd. *A Salgado Júnior: A Menina e Moça e o Romance Sentimental no Renascimento*, «Biblos», t. XVII, pp. 764-768.

²² «Los Capítulos XII-XVII que siguen al romance de Avalor presentan numerosas piedras de escándalo (...). Costa Pimpão, que ya considera ultraribeirescos los capítulos IX-XI, los estima apócrifos. Con todo, serán precisas muy sólidas razones para rechazar el testimonio convergente de la edición de Ferrara,

de Teresa Amado ²³, sugere a necessidade de se proceder a uma revisão dos critérios que fizeram escola: o que legitimou o texto de Évora e o que marginalizou toda a sua segunda parte, ou por desconhecimento ou por desconsideração de outras versões, e o que, iludido pela espécie de revolução que a redescoberta de outras versões quinhentistas trouxe ao caso, e só fiado na respeitabilidade de tais documentos, ligeiramente mais vetustos, dela fez alarde, conferindo plenos direitos de fidedignidade a toda a parte comum.

Como seria de prever, esta última atitude autorizaria a admissão de outras passagens da parte exclusiva de Évora ²⁴. Critério que — inútil será dizê-lo — nada adianta ao labirinto de problemas com que o estabelecimento do texto se debate. Verificar que em determinados passos lateja, no brilho de uma imagem, no repisar de uma fórmula ou na projecção de um tópico, o espírito bernardiniano, é irrelevante para a questão textual. Um texto não se faz de pontuais identidades de intenções, ideologias ou expressões, e muito menos de

del manuscrito de Madrid y del perdido que menciona Innocêncio» (*Una nueva edición de «Menina e Moça»*, in *Estudios Portugueses*, F. C. Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris, 1974, p. 196).

²³ «Quer a edição de Ferrara e o ms. de Asensio, quer o ms. de Madrid acabam de forma tão pouco verosímil que a tendência será para imaginar que o autor colocou o fim da sua obra noutro ponto, anterior ou posterior»; «Costa Pimpão considera que não foi já Bernardim Ribeiro o que aqui começa, e não há dúvida de que há mudanças (...). Por outro lado, há, pelo menos até ao encontro de Avalor com a donzela, sinais dum entendimento da novela perfeitamente conforme com o que fica para trás. E, acima de tudo, há a coincidência da extensão de três das quatro versões.» (*Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*, p. 16 e p. 182).

²⁴ António José Saraiva coloca a questão nestes termos: «Mas a edição de Ferrara (1554) vem destruir esta hipótese, porque dá Bernardim Ribeiro como autor de dezassete capítulos da *Segunda Parte*; e, aceite a autenticidade destes dezassete capítulos, ficamos autorizados a aceitar a de todos os restantes, porque os editores de Ferrara utilizaram um traslado evidentemente incompleto ou truncado. O Sr. Dr. António Salgado Júnior acaba de propor a autenticidade dos sete capítulos que se seguem ao capítulo final da edição de Ferrara, com argumentos que não é fácil rebater.

Temos, portanto, a certeza de que alguns textos, pelo menos, da *Segunda Parte da Menina e Moça* são de Bernardim Ribeiro. Sê-lo-ão também os outros? Eis a pergunta que me parece corresponder verdadeiramente ao estado actual do problema: não se trata já de saber se há alguma cousa de Bernardim na *Segunda Parte*, mas se aí há alguma cousa que não seja dêle». (*Ensaio sobre a poesia de Bernardim Ribeiro*, cit., p. 32).

impressões etéreas, só suportadas pelo faro do crítico. Um texto não é, em suma, espírito nem fantasma — é corpo, material e orgânico, de linhas e ossaturas que suportam uma análise do seu funcionamento em termos de coerência e coesão.

1. A originalidade da obra — problemas de classificação

O problema da classificação da *Menina e Moça* tem a ver, antes de mais, com o facto de se tratar de uma obra singular²⁵, pela confluência de aspectos, fórmulas e sugestões ligadas a géneros distintos, no quadro da tradição estético-literária.

Como é sabido, as formas literárias influenciam-se reciprocamente, num processo de contaminação que chega a dificultar, não raras vezes, a sua distinção categórica.

Na *Menina e Moça*, multiplica-se a incorporação de dados associados a modos de expressão e géneros vários, num exercício literário de tal modo fecundo que impede a adopção de um critério de classificação único. Com efeito, a determinação de género proposta em tais termos reduziria, de modo o mais simplista, as características da obra a um só influxo. Os designativos de género — *cavaleiresco*, *pastoril*, *de transição*, *misto*, *sentimental* — assim como outros de caracterização particular, como *feminista* ou *poética*, são apenas reveladores da focalização privilegiada por quem os usa e não da obra no seu conjunto nem talvez das intenções nela patenteadas.

Assim se compreende que os críticos a cataloguem de forma mais ou menos arbitrária — consoante o grau de coerência na perspectiva assumida —, relevando nela a presença de factores que são ponderados ao sabor de critérios como o estatuto das personagens, a caracterização do ambiente, a presença de determinados quadros ou motivos estruturais, a impregnação, pela linguagem, de determinadas fórmulas ou convenções, o tipo de conflito, a ideologia declarada, etc.

Menéndez Pelayo, por exemplo, considera, ao caracterizar o género sentimental, que os exemplares espanhóis «se escribieron durante un período de dos siglos, y no todos obedecen a las mismas influencias, aunque en todos ellos persiste el tipo esencial y orgánico, mezcla de caballeresco y erótico, combinación del *Amadís* y de la

²⁵ No dizer de Menéndez Pelayo, «uma novela *sui generis*», «uma aparição solitária na literatura portuguesa» (*Orígenes de la novela*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1943, p. 220 e p. 243).

Fiammetta. Por lo demás, estas producciones tienen mucho de original e interesante, y su corto volumen y la variedad de los motivos poéticos que tratan las hacen más amenas y de más fácil digestión que los libros de caballerías»²⁶. Mais adiante, afirma ser o *Siervo libre de amor* «quizá la que tiene más directo parentesco» com «la dulce y melancólica *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro»²⁷. Concilia estas considerações com a classificação que faz da *Menina e Moça*, arrumando-a no capítulo referente à novela pastoril, e com afirmações como: «no el primer ensayo de novela pastoril, como generalmente se dice, sino una novela *sui generis*, llena de subjetivismo romántico, en que el escenario es pastoril, aunque la mayor parte de las aventuras son caballerescas»²⁸; «Aquí comienza la verdadera novela, que debía ser la «historia de los dos amigos» (...) Esta historia nada tiene de bucólica: es sencillamente caballeresca, con muchos toques de novela sentimental»²⁹.

Não afirmaremos, como é óbvio, que a obra não seja nada disso, mas também não nos parece lícito deixar pressupor que ela seja tudo isso, nomeadamente porque: não há elementos que sustentem todos esses critérios; não se podem misturar atitudes internas com códigos formais ou características de superfície, sobrepondo indiscriminadamente uns a outros; a tendência para uma certa liberdade formal não implica a anulação dos condicionamentos impostos pela doutrina própria de cada género³⁰.

Em primeiro lugar, no que respeita à narrativa de ficção em prosa de um modo geral, há que buscar, antes de mais, a sua conformidade com as regras originariamente estabelecidas para os poemas épicos (unidade de acção e por vezes de lugar, tempo e estado de alma; maravilhoso; verosimilhança) e com o preceito da utilidade moral. Há que ter igualmente em conta o conceito de desfavor, herdado da tradição, que pesava sobre esta espécie literária, considerada subalterna ou menos nobre.

No caso da *Menina e Moça*, há uma série de indicadores dispersos que podem ser orientados para uma leitura nessa linha,

²⁶ *Op. cit.*, p. 12.

²⁷ *Op. cit.*, p. 21.

²⁸ *Op. cit.*, p. 220.

²⁹ *Op. cit.*, pp. 228-229.

³⁰ Cf. PABST, Walter — *La novela corta en la teoría y en la creación literaria*, Madrid, Gredos, «Biblioteca Románica Hispánica», 1972.

aparecendo como cedências à tradição, convenções de género a que o autor se não devia furtar, sob pena de a obra perder o sentido de diálogo possível com o leitor, que consentia e participava nessa espécie de jogo, reconhecendo-lhe as regras.

Se considerarmos, por exemplo, a questão da verosimilhança, não temos dúvida em ressaltar o funcionamento de alguns índices que se conciliam para garantir retoricamente o conteúdo narrado, nomeadamente através da *adtestatio rei visae*.

E isto, note-se, aos vários níveis da narrativa. É que narrar histórias, forma cujos precedentes constituiriam os *exempla*, é relatar exemplos, casos que só o são porque lhes assiste a autoridade (do saber, da experiência, do testemunho) que ao manifestamente fingido não caberia.

Por outro lado, também a designação de «livrinho» («pequeno penhor de meus longos suspiros»), a referência às «culpas» que lhe acharão, à sua função de passatempo³¹ e ao seu carácter íntimo³², bem como o facto de o autor se encobrir por trás de uma figura feminina que assume o papel de narradora e testemunha transmissora da história narrada por outra mulher, podem ser lidos como pretextos que se prendem retoricamente com o estatuto da narrativa em prosa.

Em segundo lugar, no que respeita especificamente a géneros como a novela de cavalaria ou a novela pastoril, sendo verdade que a *Menina e Moça* utiliza ingredientes típicos de cada um deles, que aqui se projectam com relevo e função diferentes, não o é menos que o modo como o faz acaba às vezes por questionar essas mesmas convenções de que se serve³³. Em contrapartida, o ideal da acção

³¹ «Antes me pareceo que este tempo que ei-de estar assi em este hermo (como ao meu mal aprouve) nam o podia empregar em cousa que mais de minha vontade fosse» (G., p. 3; T.A., p. 58); «Por isso contai-a, senhora, contai-a, pois he triste, gastaremos o tempo naquillo pera que nolo deram, a vos e a mi» (G., p. 15; T.A., p. 69).

³² «... pois nam avia de escrever pera ninguem senam pera mim soo» (G., p. 3; T.A., p. 57).

³³ «...em que meu pai contava muitas cousas de grande esforço e valentia que vos eu nam contarei; porque ainda que as molheres folguem muito d'ouvir cavalerias, nam lhes estaa bem contarem-nas, nem ellas parecem na sua boca como na dos homens que as fazem» (G., p. 26; T.A., p. 82). «O pastor da frauta que nam era pastor...» (G., p. 77; T.A., p. 133).

Vd., a este respeito, VARELA, José Luís — *Revisión de la Novela Sentimental*, «R.F.E.», XLVIII, 1965, pp. 351-382.

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

cavaleiresca³⁴ ou a metafísica do pastoril ausentam-se da narrativa, que tudo indica viver muito mais das características da novela sentimental, segundo López Estrada. Só que, também neste caso, e ainda que seja possível uma muito maior aproximação, há a considerar diferenças importantes, não só pelo facto de a enunciação ser feminina³⁵ como por uma expurgação textual das referências eruditas, da exibição de leituras, do que resulta um estilo que não se compece com a linguagem normal deste género de narrativas³⁶.

Em conclusão, diríamos que, se a *Menina e Moça* comunga com a tradição fórmulas e *topoi*, tais concessões resultam, pela mescla de dados introduzidos, num sincretismo que acaba por funcionar tanto como acomodação a preceitos e gostos como pressentido e subtil desmascaramento, notável na superação original dos cânones³⁷. Tal é, quanto a nós, o seu valor de *historia* literária a que dá alma um *conto* outrora recitado, na complexidade da aparência³⁸ de formas narrativas em contraponto e sobrepostas.

De Bernardim se poderá dizer o que, com muita sensibilidade, apontou o Prof. Asensio — como Arima, «todo cuanto hace parece que se ve por primera vez»³⁹.

³⁴ Os cavaleiros «vivem paralisados, num jeito que diríamos contemplativo. Parece terem sido cavaleiros que se esqueceram da sua missão» (SALGADO JÚNIOR — *op. cit.*, p. 20).

³⁵ Particularidade que, conjugada com outros pormenores textuais, evoca a *Fiammetta* de Boccaccio. Cf. DEYERMOND, Alan — *The Female Narrator in Sentimental Fiction: «Menina e Moça» and «Clareo y Florisea»*, in «Portuguese Studies», London, The Department of Portuguese King's College London, 1985, vol. I, pp. 47-57.

³⁶ O que já a distancia quer da novela sentimental espanhola, quer da *Fiammetta*. Só nesse sentido, aliás, se pode ler a afirmação de Menéndez Pelayo: «Bernaldim Ribeiro, hijo de la Edad Media (...) en sus obras no revela erudición alguna» (*op. cit.*, p. 220). Vd., sobre a complexa teia de leituras já digeridas na *Menina e Moça*, p. ex. ASENSIO — *Bernardim Ribeiro a la luz...*

³⁷ Mesmo dos que se tinham instituído na prática da novela sentimental. A Bernardim se poderiam aplicar as palavras de Marino, em carta a Girolamo Petri: «Io pretendo di saper le regole più che non sanno tutti i pedanti insieme; ma la vera regola è saper rompere le regole a tempo e luogo, accomodandosi al costume corrente e al gusto del secolo» (citado por PABST, Walter — *op. cit.*, p. 14, nota 6).

³⁸ Do tom confessional aos pretextos cavaleirescos, ao enquadramento bucólico, ao carácter interiorizado e contemplativo e ao ambiente palaciano.

³⁹ *Una nueva edición de «Menina e Moça»*, cit., p. 191.

2. Esquema narrativo da *Menina e Moça* — suas implicações

Procurámos, na Introdução, referir alguns indicadores que nos conduziram a uma aceitabilidade desigual de partes do texto da *Menina e Moça*, insistindo na nossa reserva perante a autenticidade de toda a parte comum, mormente no que respeita à sua sequência final.

Acentuámos depois a originalidade da novela relativamente ao universo narrativo em que se insere, pelos efeitos de uma escrita de excepção com que é largamente superado o âmbito da novela sentimental. Por outro lado, relevámos ainda o facto de a M.M., não deixando, mesmo assim, de se integrar no «panorama geral da sensibilidade e ideologia do seu tempo»⁴⁰, conseguir estruturar uma síncrese de motivos que conciliam esteticamente uma variedade de expectativas do público, gerando boa parte do sucesso que a obra então alcançou.

Procuraremos agora ver como é que se resolvem, no texto, tais questões, reflexo do cruzamento de vários planos enunciativos de que emergem, numa combinação original, elementos mais ou menos codificados de modos literários de representar o mundo.

A análise das marcas de relação entre as unidades de composição do texto permitirá verificar até que ponto contribuem para a interpretação do mesmo, já que, se em teoria facilitam a apreensão da coerência, na prática podem revelar-se factores de incoerência. Digamos que o modo como o texto se vai construindo, o enquadramento enunciativo que o alicerça, sendo a base que o sustenta, é também uma opção que vem a ser imperativa, isto é, cujas implicações, a não serem respeitados, podem minar o seu sentido, fazendo aluir o que era dado como pressuposto. O mesmo é dizer que o enunciado se subordina a determinada perspectiva que, se o situa e lhe confere credibilidade, não deixa de o condicionar, sendo fonte de constrangimentos na medida em que não tolera intromissões que não preservem esse espaço e possam pôr em causa as regras do jogo, essa espécie de coerência sempre latente e que o leitor toma como necessariamente implicada em qualquer texto.

⁴⁰ VARELA, José Luís — *Revisión...*, cit., p. 377.

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

Havendo nas sequências uma rede de sentidos, que é possível explicitar, e marcas e instruções relacionais entre os seus enunciados ⁴¹, que os ligam e lhes conferem unidade, orientando o nosso modo de ler, há a considerar que tal ocorrência pode, por si só, validar ou invalidar a aceitabilidade dos respectivos fragmentos, pelo simples facto de se tratar de indicadores cuja adequação discursiva se mede no sistema, o que não admite o seu serviço indiscriminado.

«No es exactamente la técnica narrativa la que hace de Menina e Moça una novela excepcional (...). Pero la construcción del relato muestra una complejidad intrincada y nada frecuente en la época» ⁴².

2.1. Na M.M., a sobreposição e justaposição dos níveis enunciativos torna frequentemente ambíguo um discurso que não é possível imputar a uma única voz, porque nele como que se fundem vários planos, que o vão filtrando até à coincidência, no texto, de enunciados atribuíveis a fontes diversas, ora determinadas, ora indeterminadas.

Vejamos como é conseguida tal articulação.

A obra assume-se como a narração, pela escrita, e atribuída a um ser feminino fictício (a «Menina e moça»), de factos ligados à mudança ocorrida na sua vida, num «monte» que escolhera pela «soidade deferente dos outros» (G., p. 5; T. A., p. 60) e onde morava há já dois anos.

Começando por referir vagamente o que motivara tal opção ⁴³, e após um breve resumo dos seus hábitos de vida antes do caso que

⁴¹ Um tanto diferente seria a questão se se tratasse, por exemplo, de narrativas em série, não condicionadas a uma intenção precisa, longamente explicitada.

⁴² ASENSIO, E. — *Bernardim Ribeiro y los problemas de Menina e Moça*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», Gulbenkian, Paris, vol. XIII, 1978, p. 59.

⁴³ Indica duas rupturas que, na sua experiência de vida, atestam não ser possível «esperar do mundo o descanso que elle nam deu a ninguém» (G., p. 2; T.A., p. 56): o seu afastamento prematuro do lar, quando «piquena», e, mais tarde, a mudança que lhe roubara o contentamento vivido na terra para que fora levada e o afastamento, para parte incerta, do «amigo verdadeiro».

a modificaria, a narradora evoca a manhã do dia em que estranhos eventos lhe estavam destinados. Conta a meditação a que foi sendo conduzida pela observação de acidentes naturais durante um passeio ao pé do monte, introduzindo logo depois o célebre episódio do rouxinol, caído morto «no maior canto», melopeia de «queixumes» a que «parecia que lhe respondia outro laa muito longe»⁴⁴. Perturbada pelo inesperado desastre e magoada pela rapidez e irreversibilidade da mudança que presenciara⁴⁵, a Menina não consegue reter as lágrimas. É então que se dá conta da aproximação de um vulto de mulher, «toda de preto», «dona do tempo antigo»⁴⁶.

O inusitado encontro levá-las-á a desabafar sobre as tristezas e isolamento em que viviam, ainda que de forma reservada. Da sua vida, a Menina apenas reconta o que já era sabido do leitor, detendo-se na causa próxima da situação em que a Dona a viera encontrar. Esta, para lhe mostrar que dos desastres sobre aquele ribeiro não há que espantar, propõe-se contar-lhe «hũa historia muito falada» por aqueles sítios, acontecida há muito e que em menina ouvira contar a seu pai. Alonga-se em considerações sobre o carácter dos homens e das mulheres, as desventuras e as tristezas, as mudanças e a história daquele vale⁴⁷, introduzindo depois alguns indícios do que será a história que vai contar, dos «dous amigos».

O esquema narrativo da M.M. comporta pois, em linhas básicas, dois planos ou níveis (a narrativa da Menina e a da Dona), ambos suspensos antes de atingirem o seu termo, curiosamente já contido, sob a forma de referências que de algum modo o antecipam, na própria narração. Relativamente ao primeiro nível, o termo previsto

⁴⁴ M.M.: G., pp. 9 e 13; T.A., pp. 63 e 67. Sobre a tradição simbólica do rouxinol, vd., p.ex. MARTINS, Mário — *Os antecedentes literários do rouxinol de Bernardim Ribeiro*, «Colóquio/Letras», n.º 27, pp. 20-31.

⁴⁵ A que se viriam somar as penas por si mesma, ao interpretar introjectivamente o sucesso, num processo de identificação com que o leitor já se vinha familiarizando: «Tamanha magoa me creceo disto, que me acordei de outras minhas de que tambem grandes desastres causa foram, e levarom-me donde me eu tambem nam podia jaa tornar.» (G., p. 13; T.A., p. 67).

⁴⁶ Cf., no *Siervo libre de amor*: «una dueña añjana, vestida de negro... La antigua dueña, cubyerta de duelo...» (ed. de Antonio Prieto, Madrid, Clásicos Castalia, 1976, p. 111).

⁴⁷ «De mais triste sombra que outro ninhum» (G., p. 21; T.A., p. 74), «pera quem tiver ouvido o que dizem que aconteceu nelle... noutro tempo...» (G., p. 22; T.A., p. 75)

é a mudança ocasionada na vida da narradora-protagonista pelas mágoas do que lhe foi dado ver e ouvir, imagem inesperada ou estranho reflexo dos cuidados que a consumiam⁴⁸. Mudança de tal modo importante que a leva a pensar em «começar a escrever» o que os seus sentidos testemunharam. Relativamente ao segundo nível, o desenlace é assinalado de forma mais inequívoca⁴⁹ e também significativamente antes do início da narração, em comentários que acentuam o teor e o sentido do que se vai seguir.

Pese embora o carácter fluido da informação contida no esboço a que aparece reduzido o primeiro nível, desta forma de introdução há a reter o facto de se atribuir a mudança à desventura, fazendo corresponder àquela a impossibilidade do bem, dado que ela só se exerce num sentido, inexoravelmente negativo. Confunde-se, pois, causa e efeito, num processo deliberado e de que resultam dois sentidos que, tornados constantes, hão-de inundar tematicamente a narrativa: o de que não há felicidade que dure neste mundo porque, nada sendo estável, a falta de segurança impede qualquer paz, mesmo a do esquecimento⁵⁰; e o de que a instabilidade, fonte de desventuras, é igualmente obra da desventura que condiciona a vida humana e limita o bem, nunca completo nem seguro, confinando-o com males de que só a morte liberta.

A noção de inacabado, de imperfeito, contamina assim todo um texto dominado pela indeterminação, pela reserva, pela reticência — o não dito —, e relativizado pelo subjectivo, pela ambiguidade, pela aparente contradição, pela encruzilhada semântica — o dito. E o sentido de incompletude poder-se-ia estender à própria configuração da obra, necessariamente inacabada, enquanto arquitectura, mesmo considerando a(s) tentativa(s) que a edição de Évora documenta⁵¹.

⁴⁸ «E foi assi que por caso estranho fui levada em parte onde me foram diante meus olhos apresentadas em coisas alheas todas as minhas angustias...» (G., p. 2; T.A., p. 56).

⁴⁹ «... e creio que por isso ordenarom outros homens de os matar a treçam... (G., p. 20; T.A., p. 73); «Mas se muito pera sentir foi a morte dos dous, muito mais pera sentir foi a morte das duas donzellas...» (G., p. 20; T.A., p. 74); «Mal cuidariam os dous amigos... E mal tambem cuidaram ellas...» (G., p. 22; T.A., p. 75).

⁵⁰ Cf., p.ex., G., p. 2 (T.A., p. 36) e p. 95 (T.A., p. 151).

⁵¹ É que, para além do fim da(s) história(s) da Dona (e ainda que finjamos esquecer a impossibilidade — que a própria narrativa se encarrega de comprovar — de tal continuação e desfecho, gritantemente escandalosos), haveria

Com efeito, a inserção da história da Dona, contada nessa manhã povoada de sinais perturbadores (as quedas da Menina, a morte do rouxinol), não pode deixar de ser lida como interpolação — só que à medida que cresce a importância deste nível macro-estrutural decresce a do terreno que o originara e os dois níveis acabam por se confundir, vindo o primeiro a ficar irremediavelmente suspenso. A voz da Menina testemunha desaparece de cena, como se a sua presença, tendo já cumprido o seu fito, não fosse doravante necessária e como se o escasso depoimento em que baseara a escrita bastasse à função que lhe assinara — assim fica por elucidar não só a relação entre as sequências da história dos dois amigos e os eventos que conduziriam ao desfecho anunciado (o que será até menos grave, porque só afecta o segundo nível diegético) como a relação entre o encontro com a Dona e os casos por esta narrados, por um lado, e a mudança que a Menina refere e a que fica a dever-se o seu propósito de escrita, por outro. É que a Menina não mais reassumirá o controlo que da narração detinha — nunca mais o segundo nível se entrosará de novo no primeiro, entregando-lhe o espaço que lhe fora concedido de empréstimo. A Menina apenas jogará mais uma vez, como interlocutora e a convite da Dona ⁵², passando depois definitivamente a narratária passiva. Isto no interior do texto, porque será bom lembrar que, enquanto sujeito responsável pela escrita, ela pre-existe à própria realidade textual que supostamente cria e que através dela se organiza, logo desde o seu início: «Menina e moça...»

Que o «interromper abrupto da narrativa pode portanto ser um significativo estrutural deliberado» ⁵³ — o que daria uma nova luz ao episódio do rouxinol — admite-se sem grande custo. Nisso pode ter

ainda que fechar de algum modo o encontro (no momento da escrita, já passado) da Menina e da Dona, pretexto para o projecto de escrita, num presente de isolamento, de que a primeira nos dá conta e de que a obra é realização. A esta luz, o receio manifestado pela Menina logo de início («Isto me pos em duvida de começar a escrever...» — G., p. 3; T.A., p. 57) teria a força de uma advertência, tornando significativo o que o não parecia, pela confirmação de uma dúvida que, no seu contexto, se julgaria gratuitamente retórica.

⁵² No único diálogo que entre elas se estabelece depois de encetada a narração da(s) história(s) da Dona (cf. G., pp. 60-63; T.A., pp. 116-119).

⁵³ MACEDO, Helder — *Do significado oculto da «Menina e Moça»*, Lisboa, Moraes Editores, 1977, p. 109. Ou, quem sabe, um acidente não intencional — hipótese que seria de uma extrema ironia...

Agustina Bessa Luís razão, quando filia tal facto na estética do inacabado⁵⁴. Já custa mais é aceitar conclusões como: «A própria Menina é, portanto, uma alma a caminho da redenção e o livro está a ser escrito da perspectiva das sombras»⁵⁵.

Os argumentos textuais aduzidos por H. Macedo são, aliás, muito pouco consistentes. Assim, por exemplo, vem a concluir, com base na sua «sondagem do sentido esotérico do livro»⁵⁶, que «a Menina está morta»⁵⁷. Não valerá decerto sequer a pena refutar, um por um, os elementos com que vê, ao nível do texto, confirmada tal condição: o «uso ambíguo de tempos verbais»; o modo como a Dona, «também ambigualmente», é logo caracterizada pela sua «boa sombra»; e o que a Dona diz «com semelhante ambiguidade: «Vejo-vos moça, ainda éreis para viver no mundo»»⁵⁸.

Também, por outro lado, se é certo que há no livro «uma complexa unidade estrutural e simbólica»⁵⁹, não devemos é deixar-nos enredar nessa teia por desatenções de leitura que podem levar a junções no mínimo frustes: «A *surpreendente possibilidade* de uma identificação da Menina com Aónia, que estas *sucessivas aproximações parecem sugerir, talvez* por seu turno *permita* explicar — o que a *reforçaria* — um obscuro diálogo entre a Menina e a Dona que, *significativamente*, ocorre a meio da narrativa da história de Aónia e Bimarder»⁶⁰. Descontada a própria forma, subjectivamente modalizada, da proposição, o que nos interessa relevar é esta conciliação do inconciliável; esta impossível fusão dos dois níveis narrativos, pela

⁵⁴ Cf. «*Menina e Moça*» e a *Teoria do Inacabado*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Lisboa, 1984.

⁵⁵ MACEDO, Helder — *Op. cit.*, p. 111. É talvez na esteira desta original interpretação que Agustina Bessa Luís identifica a Dona com a morte: «A dama de negro que surpreende Menina e Moça no seu retiro, junto ao rio, é a morte.» (cit., p. 19). Esta autora chega a fazer uma fantástica reconstituição da personalidade de Bernardim, misturando o que diz a Menina com tudo o que se tem dito ou sugerido a respeito de Bernardim Ribeiro!

⁵⁶ *Op. cit.*, p. 113. E nesse terreno que é o seu — e a cuja leitura as próprias potencialidades significativas da obra se abrem, como possivelmente a outras, dada a sua riqueza — não nos meteremos...

⁵⁷ *Op. cit.*, p. 113.

⁵⁸ *Op. cit.*, p. 111.

⁵⁹ *Op. cit.*, p. 113.

⁶⁰ MACEDO, Helder — *Op. cit.*, p. 114. Os sublinhados são nossos.

amálgama de dois mundos, dois tempos e dois espaços ⁶¹; o esquecimento imperdoável de que não pode ser Aónia — personagem de uma história antiga, cujo desfecho se dera há muito — a Menina que, morta há tantos anos, segundo a hipótese de Helder Macedo, afirma ali viver há dois, referindo os dias e noites mal dormidas, os pastores «tanjendo as suas frutas e rodeados dos seus gados» ⁶², no que seria um vale fantasma... Menina essa que, morta há tanto tempo, é ainda o próprio sujeito da escrita! A não ser que o autor pretendesse precisamente — o que seria um contra-senso — confundir o leitor, camuflando o sentido e impedindo assim o acesso à própria mistificação que seria desígnio da obra ⁶³.

Na história que a Dona vai contando à Menina podem considerar-se, no texto comum à *princeps* e aos manuscritos, três macro-sequências, distintas pelas personagens intervenientes e pelos processos de intenção manifestados pela narradora: a história de Lamentor/Belisa, a de Binmarder/Aónia e a de Avalor/Arima.

Assim, as duas primeiras «cenas» ⁶⁴ da narrativa da Dona — o «passo» da ponte e a morte de Belisa — referem um núcleo de personagens que transitarão para as histórias seguintes. O protagonista, Lamentor ⁶⁵, será uma figura de ligação, a única presente em toda a obra (mesmo se considerarmos a parte de Évora). Apagar-se-á, contudo, depois da morte de Belisa, remetendo-se a um isolamento que

⁶¹ Embora a terra seja a mesma, é já outra, muito diferente do que fora «noutro tempo» — cf. G., pp. 21-22; T.A., pp. 74-75. Talvez só neste sentido seja possível interpretar, no plano de enunciação da Dona, a oscilação dos deícticos *esta/aquela*. Assim, por exemplo, aquilo que Teresa Amado refere como «incongruência do texto» (*Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*, p. 87, nota 157) pode mais não ser que uma notação expressiva de distanciamento: «Isto dizia ella, porque era costume mui guardado naquella terra e ficara doutro tempo...» (G., p. 31; T.A., p. 87).

⁶² M.M.: G., p. 6; T.A., p. 61.

⁶³ Bem sabemos que há autores modernos que praticam curto-circuitos do género — mas esses também não estarão empenhados na valorização da narrativa por uma qualquer suposta veracidade... Ao invés, muita da criação estética moderna foge exactamente da convenção, da banalidade, do verosímil.

⁶⁴ No sentido de G. Genette (vd. *Discurso da Narrativa*, Lisboa, Arcádia, col. «Práticas de Leitura», 1979).

⁶⁵ Que é dele que se trata sugerem-no o início e o fim da história: «De reinos estrangeiros dizem que veeo no tempo passado ter a estas partes hum nobre e famoso cavaleiro...» (G., p. 23; T.A., p. 79); «Deixemos aqui as cousas de Lamentor...» (G., p. 46; T.A., p. 103).

traduz um luto assumido definitivamente⁶⁶ e a um silêncio só quebrado numa situação especial. As referências que continuarão a ser-lhe feitas⁶⁷ asseguram a relação já prevista entre as sequências, estando a secundarização do seu relevo de acordo com a função que a narradora lhe assinalara: «Deixemos aqui as cousas de Lamentor (...) porque, como este conto seja dos dous amigos, agravo se lhe faraa grande, ao muito que delles ha pera dizer, gastar-se en outrem parte algũa do tempo»⁶⁸. Do que se depreende que a história de Lamentor, frustrando legítimas expectativas que o leitor inicialmente possa ter formado, vem a tornar-se uma espécie de preâmbulo ou introdução à história dos dois amigos.

Quanto à segunda sequência, é ela anunciada pela referência à chegada de um cavaleiro que passa a assumir uma posição temática a partir do momento, atrás apontado, em que a narradora se justifica por interromper «as cousas de Lamentor». A parte do enunciado que imediatamente se segue⁶⁹ confirma, pela conexão textual, a identificação já antes explicitada do cavaleiro com um dos «dous amigos»⁷⁰. O que explica o relevo que lhe é dado e o facto de a narradora se deter longamente neste caso amoroso⁷¹.

Esta segunda sequência é intencionalmente suspensa em moldes que nos sugerem que a lógica a que obedece o desenrolar da narração

⁶⁶ «Malaventurado cavaleiro, que pera vos, senhora, estava ordenado hũa sepultura em terra alhea, e pera minha vida duas...» (G., p. 45; T.A., p. 101).

⁶⁷ Cf. G., pp. 51, 86, 89, 90, 91, 97, 101 e 120. (T.A., pp. 108, 142, 145, 146, 147, 154, 158 e 179).

⁶⁸ M.M.: G. p. 46; T.A., p. 103.

⁶⁹ «E torno-vos ao cavaleiro...» (G., p. 46; T.A., p. 103).

⁷⁰ «Desta maneira... que se este foi hum dos dous amigos de quem he a nossa historia» (G., p. 41; T.A., p. 98).

⁷¹ Por outro lado, embora na terceira sequência não haja qualquer explícita identificação de Avalor com o outro dos dois amigos, não poderá o leitor deixar de o pressupor, partindo do princípio de que não vai «gastar-se en outrem parte algũa do tempo». É que, do ponto de vista da enunciação, o locutor não pode, sem inconsequência, apresentar uma instrução relacional de que decorram processos inferenciais para a construção de um sentido e depois pretender explicá-la ou pô-la em causa. Daí que resultem incongruentes, na edição de Évora, que as explicações para a continuação das aventuras de Avalor (G., p. 148; T.A., p. 207), quer para a sua interrupção (G., p. 157; T.A., p. 216), quer ainda para a referência aos dois amigos como sendo Narbindel e Tasbião (G., p. 158; T.A., p. 216). As duas primeiras, tomadas em conjunto, explicitam uma lógica absurda para a selecção dos factos a narrar.

é de ordem temporal: «mas nam na ha, que mudança possui tudo, Leixemo-la agora porem ficar assi» ⁷². «Arima (que assi se chamava a menina senhora, criada da Ana) *neste meo tempo...*» ⁷³.

De facto, ainda que entremeadada de múltiplas alusões com carácter de antecipação, que os comentários da narradora vão integrando, e de recontos e resumos de acontecimentos passados, por parte de personagens que neles intervieram ou a eles assistiram, a narração acompanha, ao longo das três macro-sequências apontadas, o tempo diegético, havendo manifesta isocronia entre a ordem discursiva e a cronológica. Começando com o relato da chegada de Lamentor ⁷⁴, vai expondo o fluir desse dia fatídico até à chegada de Binmarder ⁷⁵, que coincide com o pranto por morte de Belisa; acompanha depois Binmarder até ao momento em que a Ama confidencia a Aónia o encontro ocasional com o pastor, repetindo a cantiga que lhe ouvira e exprimindo-lhe a sua convicção de «que nam podia ser pastor» ⁷⁶; segue depois os efeitos psicológicos dessa revelação em Aónia e, a partir daí, a evolução dos acontecimentos sob o ponto de vista, em paralelo, de cada um dos protagonistas; suspende-se, após o casamento de Aónia e o desaparecimento de Binmarder, passando a focalizar a filha de Lamentor e Belisa, entretanto crescida, e introduzindo, após evidente ambiguidade sintáctica e presumível lacuna no texto, uma nova personagem ⁷⁷, Avalor, cujo percurso sentimental

⁷² A frase de transição com que se explicita o intento de suspender esta história — «Leixemo-la agora porem ficar assi» (G., p. 95; T.A., p. 151) — só não aparece, como já vimos, na edição de Évora, que encerra o «Livro Primeiro...» com «possue tudo» e em que a «Segunda parte...» começa logo a seguir. O que não deixa de intrigar o leitor: pois se é precisamente esta edição que se aproveita do que tal frase deixa pressupor, vindo a incluir uma continuação desta história que corrobora a sugerida mudança na vida de Aónia (2.^a parte, cap. XLV, p. 251)!

⁷³ M.M.: G., p. 96; T.A., p. 153.

⁷⁴ «... veeo no tempo passado ter a estas partes» (G., p. 23; T.A., p. 79).

⁷⁵ «Era jaa menham crara, e acentou-se assi que aquella hora chegava hum cavaleiro à ponte» (G., p. 40; T.A., p. 97).

⁷⁶ M.M.: G., p. 66; T.A., p. 122.

⁷⁷ A única, de entre as protagonistas das histórias amorosas, não referida no núcleo gerador. Aparece, pela primeira vez, sob uma forma pronominal que não corresponde a qualquer referente: «Era elle conhecido do pai de Arima, de quando andavam pello mundo seguindo aventuras, e ainda amigos grandes...» (G., p. 101; T.A., p. 158).

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

e aventuras constituirão o foco narrativo até uma interrupção brusca que é o fim do texto, excepto no caso da edição de Évora.

Seja como for, há circunstâncias que não podem deixar de ser levadas em conta: as mágoas no que a Menina viu e ouviu, representando-lhe as suas próprias, originariam um novo sobressalto na sua vida, que já não parecia mais sujeita a qualquer novidade nesse terreno; essa mudança é, ao fim e ao cabo, aquilo de que se parte, o pretexto que justifica a própria escrita; no momento em que se inicia propriamente a narrativa dos acontecimentos factuais que explicam a mudança, já o leitor dispõe do fio último da meada, não lhe restando senão aceitar os termos dessa cumplicidade já estabelecida e assistir ao desenrolar dos acontecimentos que hão-de necessariamente conduzir ao que já se sabe; de modo semelhante, também a Dona, antes de começar a narrar a história dos dois amigos, para além de explicitar a razão de ser do acto narrativo, a fonte da informação e a finalidade do conto⁷⁸, deixa dito, à partida, qual o seu fim e o que o justificou.

Ora a função dessas informações prévias das narradoras — sinais de partida e, em simultâneo, assinaladas metas — será não só a de antecipação mas a de mote a que se reportará tudo o resto, glosa em voltas sucessivas sobre o(s) mesmo(s) tema(s); por conseguinte, enquadrando o que segue, os comentários não só o indiciam como o contextualizam e orientam previamente o seu sentido; do que se conclui que há a considerar, para além de dois níveis narrativos encaixados, dois planos sobre que incide a enunciação, interligados desde o início e que se vão cruzando ao longo da obra — aquele em que se discorre e aquele em que se conta; o primeiro plano integra as introduções discursivas às histórias e ainda todas as marcas posteriores de enunciação, toda a sorte de processos de que as narradoras se vão servindo para colorirem da sua presença o plano das histórias contadas; finalmente, e no que respeita a este, há que relacionar não só os dois níveis entre si como ainda cada um deles e, num sentido mais abrangente, os dois com a ideologia que o primeiro plano explicita e que é, afinal, conteúdo de toda a obra.

Uma leitura assente nestes critérios, estabelecidos em função desse mesmo desafio que a estrutura da obra constitui, resolve algumas questões mas levanta outras. Se ilumina, numa perspectiva mais ampla,

⁷⁸ Cf. M.M.: G., p. 14; T.A., pp. 67-68.

alguns ângulos — que assim parecem ganhar em extensão, por um alargamento significativo — e faz decair a preocupação por um desenvolvimento que atinja o desfecho (afinal já constante da narrativa, que assinala, em instruções relacionais, o circuito a seguir...), põe, por outro lado, problemas praticamente insolúveis, porque nenhuma hipótese parece suficientemente firme para destronar as alternativas possíveis.

O facto é que jogar com os dados que a articulação enunciativa, nos termos em que a concebemos, põe ao nosso dispor implica atender preferencialmente aos processos relacionais sob que se organiza o todo que o sentido é. Tal leitura permite explicitar os problemas de coerência do texto, na medida em que faz emergir os funcionamentos que a asseguram, abrindo-se também aos complementos que actuam ao nível semântico, nomeadamente quando se trata de avaliar o que de pressuposto interfere no desenvolvimento de um tema ou no prolongamento de um texto.

Assim se torna, por exemplo, evidente que o livro pretende ser testemunho das mágoas da protagonista ⁷⁹ e que é de tristezas ⁸⁰; que, enquanto testemunho, será a escrita do que viu e ouviu ⁸¹; que o que viu e ouviu foi percebido como imagem das suas próprias angústias ⁸² e que, por isso mesmo, lhe doeu duplamente, não só por os objectos serem, em si, dolorosos ⁸³, mas por lhe avivarem o seu próprio mal ⁸⁴; e que as impressões da Menina resultam do modo

⁷⁹ «Este pequeno penhor de meus longos suspiros» (G., p. 5; T.A., p. 60).

⁸⁰ «Mas antes lhes peço muito que fujam delle e de todas cousas de tristeza» (G., p. 4; T.A., p. 58); «Das tristezas nam se pode contar nada ordenadamente» (G., p. 5; T.A., p. 60).

⁸¹ «começar a escrever as cousas que vi e ouvi» (G., p. 3; T.A., p. 57).

⁸² «E foi assi que, por caso estranho, fui levada em parte onde me foram diante meus olhos apresentadas em cousas alheas todas as minhas angustias, e o meu sentido de ouvir nam ficou sem sua parte de dor.» (G., p. 2; T.A., p. 56).

⁸³ Ver é ver casos desastrados, é ver mágoas: «seu caso tam desestrado»; «estes meus olhos que nunca foram fartos de me mostrarem magoas» (G., p. 9; T.A., p. 63). Ouvir é também ouvir mágoas: «pois que pera nam sentirdes magoas nam avia remedio, para as nam ouvirdes volo deu» (G. p. 5; T.A., p. 59).

⁸⁴ «... ainda que por a desaventura daquella avezinha fossem causadas minhas lagrimas, laa ao sahir dellas, foram juntas outras minhas lembranças tristes.» (G., p. 9; T.A., p. 63); «Tamanha magoa me creceo disto, que me acordei de outras minhas de que tambem grandes desastres causa foram, e levarom-me donde me eu tambem nam podia jaa tornar.» (G., p. 13; T.A., p. 67).

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

especular como recebe o ocorrido, pelo que a mudança a que insistentemente alude⁸⁵ pode mais não ser que essa nova dor, relacionada de algum modo como o que viu e ouviu⁸⁶, o que aprendeu ou se lhe revelou: «...quanto mais vossas cousas oulho, me vai parecendo que nam viestes aqui senam pera vos eu ouvir»⁸⁷.

Mas do mesmo modo se tornará evidente que a história de Avalor acusa um espírito diferente, uma ambiguidade acentuada e, sobretudo a partir do cantar romance, substanciais alterações relativamente aos recursos constantes da parte anterior. Para além dos deslizes e da falta de sintonia com o enunciado anterior, introduzem-se referências e esquemas narrativos para os quais se não vislumbra qualquer justificação. Evidente será também um esvaziamento, nesta parte, do peso que determinadas considerações tinham alcançado e a inexistência de qualquer diálogo entre a Menina e a Dona ao longo de um troço narrativo de tal extensão.

2.2. Na sequência inicial da obra, a que já se tem chamado introdução ou prólogo⁸⁸ — por confronto com as seguintes, todas elas dominadas pelo discurso da Dona, e todas elas narração de uma história há muito passada —, há a considerar duas sub-partes, correspondentes, respectivamente, à forma monologada dos textos de abertura e ao diálogo com a Dona, que é pretexto para a introdução da história dos dois amigos.

A narrativa abre, pois, como um discurso feminino em primeira pessoa. Há que entendermo-nos, antes de mais, sobre o valor a atribuir a essa espécie de mistificação.

⁸⁵ «... parece que das desaventuras ha mudança para outras desaventuras, que do bem nam a avia para outro bem» (G., p. 2; T.A., p. 56); «esta mudança em que me eu agora vejo» (G., p. 2; T.A., p. 57); «parece que Deus me queria avisar da mudança que depois avia de vir» (G., p. 7; T.A., p. 62).

⁸⁶ Exemplos de mudança, no fundo: «parecendo-lhe que seus cassos serem mudaveis como os aqui contados...» (G., p. 3; T.A., p. 58).

⁸⁷ M.M.: G., p. 61; T.A., p. 117.

⁸⁸ Vd. p.ex., T. Amado. A autora desta edição divide o texto em quatro partes, às quais dá «nomes meramente distributivos» (p. 51): Introdução; História de Lamentor e Belisa; História de Binmarder e Aónia; História de Avalor e Arima.

«Menina e moça me levaram...», as célebres palavras de abertura, não só originaram o título por que a obra é ainda hoje conhecida como são o sinal com que identificamos esse fictício sujeito da escrita⁸⁹ que, de narradora (papel que acumula com funções de protagonista e espectadora), e logo depois interlocutora, passará progressivamente a um segundo plano em que o papel de ouvinte como que vai apagando o seu relevo anterior, tornando a sua figura uma presença passiva que, a partir de determinado momento, só ocasionalmente é evocada, pela ocorrência de morfemas de segunda pessoa em algumas formas linguísticas do discurso da Dona, que a ela remetem, como destinatária directa e interna da história⁹⁰. Paralelamente a esta subalternização do estatuto da Menina, a Dona passará a funcionar como sujeito da narração, monopolizando quase todo o espaço enunciativo desde que começa a sua história.

Duas ordens de questões se nos deparam:

1 — A primeira, relativa a essa espécie de disfarce que é a delegação da escrita num sujeito fictício feminino, narradora autobiográfica, terá que ser enquadrada quer à luz das funções desse *eu* narrativo, quer enquanto opção deliberadamente feminina.

Se tal procedimento não era, à época, vulgar, também não era de todo original⁹¹. A ocorrência desse método pode até parecer facilmente explicável pelo estímulo exercido pela recepção de obras como a *Fiammetta*. Mas ligar a preferência por esta forma a motivações externas não basta — seria preciso ver a função desse *eu* narrativo nas obras consideradas, para o que se torna imprescindível buscar, na própria narrativa, as causas a que responde essa escolha, ou seja, a sua motivação interna.

⁸⁹ Apesar de, no texto, a expressão se referir não ao seu presente mas à infância. Nas palavras da Menina: «Fui hũa donzela...»; «mulher fermosa bem vedes que o nam sou jaa» (G., pp. 12 e 13; T.A., p. 66).

⁹⁰ Cf. G., pp. 68, 73, 80, 84, 89, 90, 92, 96, 112 e 117; T.A., pp. 124, 129, 137, 141, 145, 146, 149, 153, 170, 171 e 175. Antes do diálogo entre a Menina e a Dona, que ocorre a meio da segunda sequência (G., pp. 60-63; T.A., pp. 116-119), cumprem a mesma função as referências a pp. 24, 26, 35, 46 e 58 (T.A., pp. 80, 82, 91, 103, 105 e 115).

⁹¹ Vd. DEYERMOND, Alan—*The Female Narrator in Sentimental Fiction; «Menina e Moça» and «Clareoy Florisea»*, est. cit.

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

Na M.M., o recurso ao método parece-nos, como tantos outros elementos formais ou temáticos, um aproveitamento *sui generis* de algo já instalado, de certa forma, no gosto do tempo.

Não se pretende contar uma vida em extensão (como o fará o *Lazarillo*), nem sequer analisar as causas e os efeitos de um caso pessoal, expondo, sem desvios, uma linha dessa vida, como centro à volta do qual tudo se passa (caso da *Fiammetta*), mas antes enquadrar a narrativa, a partir de um marco inicial que sirva de impulso e possibilite um conjunto de apreciações ou de atitudes perante o mundo que o corpo da obra confirmará amplamente. O carácter admonitório desta introdução em primeira pessoa deixa pressupor que, mais do que o destino individual das personagens, o que está em causa é algo de mais geral — não se trata, pois, de um relato confinado a meros desígnios de entretenimento, mas de sucessos a que o motivo de caso exemplar emprestará um significado de advertência moral. A matéria argumental da obra aproxima-se assim, à custa do valor testemunhal da primeira pessoa, do sentido da literatura que se pretende verdadeira⁹² e proveitosa⁹³.

E nesta medida é que a função — e o significado — desse *eu* narrativo é originalmente complexa. Só se aproxima, por certo, e quanto ao valor estrutural de enquadramento, da novela de *Isea* de Núñez de Reinoso, que poderia ter sido influenciado pela leitura da M.M.⁹⁴.

⁹² Segundo Bataillon, «la forme autobiographique est à elle seule facteur de réalisme» (Introduction à *La vie de Lazarillo de Tormes*, Paris, Aubier, 1958, p. 37).

⁹³ Núñez de Reinoso, p.ex., acentua a finalidade moral da sua obra, escrita «para avisar a bien vivir». (*Los amores de Clareo e Florisea...*, «Bibl. Autores Españoles», 1952, III, p. 413 b); cit. por CARRETER, Lázaro — *Lazarillo de Tormes en la Picaresca*, Barcelona, Ediciones Ariel, 1972, p. 30). Na M.M., não temos dúvidas de que é a essa intenção implícita que se deve a frequência de elementos reflexivos de tom moralizante.

⁹⁴ F. Lázaro Carreter, p.ex., afirma que Núñez de Reinoso «trata de implantar en nuestras letras el modelo de «Menina e Moça», buscando, como otros españoles de entonces, una fórmula nueva para la permanente necesidad de contar e de leer ficciones.» (*op. cit.*, p. 26). Vd. também, sobre relações entre as duas obras, BATAILLON, Marcel — *Varia Lección...*, *op. cit.*, not. 16 e DEYERMOND, Alan — *op. cit.*, not. 35.

Quanto à opção feminina, ela não se deverá também a um único influxo.

O autor poderá ter sido induzido a ceder a palavra ⁹⁵ a uma criatura que conseguisse precisamente conciliar um papel de vítima (dos homens e do mundo), como personagem, com a naturalidade de uma argumentação discursiva «realista» — no sentido da aspiração ao verosímil —, como narradora. E só uma figura feminina garantiria a adequada fusão dos papéis, sem riscos de falta de correspondência entre o discurso ideológico e a invenção romanesca. Não há, desta forma, qualquer espécie de ruptura entre o *parti pris* do autor, na visão do mundo que pretende traduzir, e a proposta que o move — e que seria valor em nome do estatuto pretendido para a narrativa — de narrar a invenção como verdade.

Contra a autoridade menor do «diz que» ⁹⁶, estava já levantado, na estética do tempo, o ideal de veracidade. Ora, referida à pessoa que fala, «avn la mesma mentira es tenuta por verdad» ⁹⁷. Assim se explica a plausibilidade da narração no feminino como recurso especialmente apto para atribuir ao que o autor pretende dizer efeitos de realidade. Não só — distinga-se — porque a ficção autobiográfica prescinde da interposição de uma instância de certo modo alheia aos factos narrados mas sobretudo porque sobre o destino da mulher fala a própria mulher ⁹⁸.

⁹⁵ E não deixa de ser convincente o argumento de que o acobertar-se sob outra voz conviria à ficção narrativa como forma de abordagem desresponsabilizada do que até aí não havia ou era menosprezado. O Prof. Asensio escreve que naquela época «sólo los ganapanes de las letras se preciaban de componer novelas./Los hombres respetables o en autoridad, si no escondían su nombre (...), fingían que era liviano pasatiempo de horas ociosas» — *Bernardim Ribeiro a la luz...*, p. 201.

⁹⁶ Nestes termos se exprime o autor de *Viaje de Turquía*, ao referir os que não dão «a su escriptura más autoridad del diz que»; em contrapartida, salienta o seu próprio papel com uma citação de Virgílio, a das célebres palavras de Dido: «Yo que he probado el mal, aprendo a socorrer a los míseros» (NBAE, II, p. 1 b); cit. por L. Carreter, *op. cit.*, p. 54). Refira-se, só por curiosidade, que a mesma fonte clássica está na origem de duas expressões (uma na parte comum e outra na de Évora) da M.M., como adiante se verá.

⁹⁷ *Crotalón*, NBAE, VII, p. 148 b); cit. por L. Carreter, *op. cit.*, p. 57.

⁹⁸ E não é sequer preciso ir tão longe como Helder Macedo: «Dando à sua escrita uma atribuição feminina, Bernardim acentuou ainda mais esse valor metafísico...» — *op. cit.*, p. 115.

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

Finalmente, refira-se que, se de facto «a técnica autobiográfica é a grande descoberta da quinta década do século»⁹⁹, e se ela se liga a uma intenção do autor de «desatender las acciones de sus personajes para atender a sus consciencias»¹⁰⁰, e ainda se a novela «no consiste en la expresión de lo que acontezca a la persona, sino de cómo esta se encuentra existiendo en lo que acontece»¹⁰¹, não há dúvida de que a narração em primeira pessoa feminina era a mais tentadora das formas de que o autor da M.M. podia dispor.

2 — A segunda, relativa ao desdobrar desse figurino inicial pela inclusão de uma segunda voz, igualmente feminina, no relato primeiro. A importância dessa voz, que começa por dominar o diálogo que o encontro propicia¹⁰², vai-se acentuando depois com o controlo que detém da função narrativa. Sujeito da narração, para além do seu conhecimento do caso, e por inerência do seu estatuto de mulher mais velha e experiente, vai projectando, na história que conta, o seu próprio saber — que se acumula, materializado, num discurso de acompanhamento que tanto é comentário como explicação ou glosa —, graças a uma dialéctica subtil que, não esgotando os casos na percepção dos seus contornos imediatos, supera o mero relato dos acontecimentos por via de um jogo de transferências e generalizações que reflecte o significado global da obra.

⁹⁹ No dizer de Márquez Villanueva, sobre o est. de Bataillon, «R. E. E.», XLII, 1958-59, p. 288 (cit. por L. Carreter, *op. cit.*, p. 24). M. Bataillon refere-se, com efeito, ao aparecimento da ficção que se pretende autobiográfica, em Espanha, por volta de 1550 — relato do *Abencerraje* de Villegas; novela de *Isea; Viaje de Turquía* (cf. *Novedad y Fecundidad del «Lazarillo de Tormes»*, Madrid, Anaya, 1968, p. 50).

¹⁰⁰ AVALLE ARCE, J. B. — *Tres comienzos de la novela*, in «Papeles de Son Armadans», n.º CX, pp. 192-193 (cit. por Lázaro Carreter, *op. cit.*, p. 21, nota 12).

¹⁰¹ CASTRO, Américo — *De la edad conflictiva*, Madrid, Taurus, 1963, p. 223 (cit. por L. Carreter, *op. cit.*, p. 62).

¹⁰² Fala sobretudo a Dona — além de ser ela que enceta o diálogo, expande-se em considerações que ocupam, no texto, um espaço muito maior (quase quatro vezes mais) do que o que cabe à sua interlocutora. Aliás, esta tarda em lhe responder, hesitando sobre o que lhe há-de dizer; entendendo-a, a Dona sossega-a: «Podeis dizer tudo (...) que eu sou molher como vos» (p. 11; T.A., p. 65); e só depois a Menina inicia a sua mais longa e pessoal (?) fala, introduzida por: «Satisfazendo-lhe entam disse...» (p. 12; T.A., p. 66).

Nesta linha de leitura, a(s) história(s) documenta(m) uma visão que só no discurso ganha o seu sentido pleno. Assim sendo, os casos narrados serão exemplos, pretextos para o discurso em que se integram neles se justificar e se amplificar.

Há que não perder de vista, contudo, a razão de ser deste desdobramento, enquanto opção narrativa. Mais: se de facto há um pretexto quer para a inclusão desta figura, a Dona, e para o subsequente plano narrativo que introduz, quer para a sua progressiva conquista do terreno, pelo exercício da autoridade que detém, já o não há para a anulação da outra figura, a Menina, que é, para além de sujeito da escrita, narradora e protagonista de uma história que é meramente esboçada, e em que a(s) outra(s) se encaixa(m), suplantando-a, mas não podendo, por artes de narratofagia, abafá-la, pela simples razão de ela, além de a enquadrar, lhe dar todo o sentido.

De qualquer modo, relevemos desde já que ao *encaixe* entre as histórias da Dona se sobrepõe um *engaste* narrativo de outro nível — se todas essas histórias têm em comum a instância que as enuncia (a Dona) e o facto de serem narrativas do mesmo grau, não podemos esquecer que a narração de primeiro grau, cuja instância produtora é uma Menina que escreve, é que engloba, como ilustração da mudança do presente a que ela alude, o acto narrativo subsequente que constituirão as histórias da Dona.

Logo, haverá que não perder de vista que de duas *histórias* se trata e que a articulação desses dois níveis diegéticos subentende e exige uma consciência que se traduza na não anulação de uma pela outra.

2.3. A própria organização da obra, recolhendo e integrando aspectos da tradição medieval da narrativa em prosa, sugere uma consciência das finalidades e do enquadramento literário a que o género pode aspirar.

Já vimos os efeitos que pode implicar, em termos de redução do distanciamento e de apego à verosimilhança, a forma narrativa

¹⁰³ Vd. VAN COOLPUT, Colette-Anne — *Aventures Querant et le Sens du Monde*, Leuven University Press, «Mediævalia Lovaniensia», Series I (Studia XIV), 1986 (3.ª parte: *Les implications littéraires*).

que se pretende autobiográfica. Tal tendência, que repousa na tradição de justificar a narrativa e de desvendar a sua origem¹⁰³, pretendendo para a prosa romanesca um estatuto de autenticidade, pode explicar, na M.M., não só que não haja, por parte do sujeito da escrita, qualquer pretensão a inventar, mas antes uma espécie de necessidade, uma sentida conveniência em transcrever, em passar a escrito, como sobretudo a inclusão de um desdobramento narrativo e uma constante remissão às fontes. É que a autoridade do escrito assenta precisamente na construção do que pretende ser um relato organizado em função de uma realidade dada como pre-existente e que é deste modo transmitida, actualizando-se. A invenção literária sob o pretexto da transcrição credita à ficção um merecimento que importa à autoridade do escrito — daí a apregoada fidelidade às fontes, remontando à origem da narrativa, que aparece assim como ilustração ao serviço do significado do discurso.

Ora, na M.M., uma vez estabelecido esse como que contrato narrativo entre as duas mulheres, e validado o conteúdo do que vai ser contado, nos termos já referidos, a Dona passa à narração da história dos «dous amigos». O universo diegético deste nível agora introduzido é, não o esqueçamos, atestado por uma tradição oral — se a Dona só indirectamente veio a ter conhecimento dos factos que narra, e o vai ocasionalmente lembrando nas suas intervenções, a verdade é que a remissão frequente para o testemunho privilegiado do pai acaba por levar o leitor a não perder de vista o pressuposto inicial, o de que a narradora apenas reconta.

Mas o facto de a Dona passar a narradora de uma história antiga (que se fizera — era-o já no tempo do pai — do domínio público) e de que apenas tivera conhecimento indirecto, pode ainda explicar alguns traços do modo como a informação é veiculada. Curiosamente, o tom pouco peremptório e fortemente modalizado sob que emerge muito do que é mais sugerido do que dito, a falta de segurança que a narradora por vezes deliberadamente revela, as deficiências ou omissões nalguns passos, tudo isso pode ser lido no sentido que vínhamos propondo, como formas de excluir a infidelidade ou — o que vem a dar no mesmo — de garantir a sugestão de verosimilhança, abrindo-se ao mundo dos possíveis. Assim as justifica a narradora, quer pela distância que a separa do tempo em que ouvira

a história ¹⁰⁴ quer por eventuais hiatos na recepção pública e na interpretação dos factos ¹⁰⁵.

Do que ficou dito, poder-se-á depreender que na M.M. ainda ecoam algumas das tendências fundamentais dos primeiros romances em prosa, que visavam a um estatuto literário que, opondo-se ao artificialismo das condições da criação poética (nomeadamente a rima), assimilasse retoricamente a tradição desta forma como instrumento do discurso verídico. Todavia, as marcas de subjectividade devidas a uma sistemática intrusão do narrador constituem uma linha de força cujo desenvolvimento original não permite aproximar esta obra de qualquer outra do género e muito menos, como é por demais óbvio, da discrição do tradutor ou quase anulação do narrador nos primeiros romances em prosa.

2.4. A complexidade da estrutura da M.M. começa por ser, como já vimos, um problema de voz. Se tal categoria impõe à obra uma fisionomia muito especial, que não pode deixar de ser significativa, bom será reflectir sobre alguns aspectos relativos ao modo como se aproximam, em termos discursivos, as duas figuras a quem supostamente competem os actos narrativos — a Menina, autora do acto narrativo englobante, o da escrita, e a Dona, autora do acto narrativo englobado, o das histórias contadas.

Tem-se insistido na sintonia espiritual entre as duas figuras ¹⁰⁶ e até, indo mais longe (com base no estatuto feminino das narradoras, na espécie de cumplicidade que entre elas se estabelece e na compaixão declarada pelas mulheres), afirmado o carácter feminista da obra. Não abordaremos agora tal questão, mas avancemos desde já que, se de «feminismo» se trata, de ociosa convenção retórica é ele fruto...

Em contrapartida, não se têm talvez acentuado outras linhas com que tais figuras sugestivamente se (in)definem.

¹⁰⁴ Cf., p.ex., G., pp. 26 e 59; T.A., pp. 82 e 115.

¹⁰⁵ Cf. G., pp. 23, 27, 119, 120 e 124; T.A., pp. 79, 83, 178, 179 e 182.

¹⁰⁶ Que cedo se apercebem de que a identidade de condição e de destino que as afecta, enquanto mulheres, para além de lhes marcar o semblante, lhes condiciona a presença e o comportamento, fazendo-as partilhar uma visão do mundo de que os seus discursos não serão senão ópticas complementares

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

Ao falarmos de qualquer dos papéis que lhes cabem, dizemos sempre «a Menina», «a Dona». Tal deve-se, sem dúvida, ao facto de serem sobretudo figuras «discursivas»¹⁰⁷, sem identificação que permita sequer designá-las por nome próprio, como é regra para as personagens romanescas, pelo menos para as principais. Relativamente a estas, a estratégia é a de as introduzir primeiro de um modo vago¹⁰⁸ e só depois as apresentar pelo nome que lhes cabe na narrativa. Trata-se de um processo parcialmente ligado ao de não admitir qualquer brusca irrupção em cena (o que aliás está de acordo com o próprio ritmo narrativo) e que evoca o modo com a Dona se fora gradualmente aproximando e revelando à Menina¹⁰⁹.

Por outro lado, na espécie de discurso imediato que ocupa desde o início o espaço narrativo («Menina e moça me levaram...»¹¹⁰, tudo vai fluindo segundo duas lógicas: a ordem, muito genérica, das mudanças sobrevindas à protagonista e a dos pensamentos que elas

¹⁰⁷ O termo é de T. Amado (*Menina e Moça...*, p. 38): «A Menina e a Dona são criaturas mais discursivas do que romanescas...».

¹⁰⁸ Por vezes, numa primeira referência, através de um determinante indefinido, na(s) seguinte(s) definido e só depois incluindo nome próprio. Relativamente às personagens secundárias, ou o processo é o mesmo ou é, excepcionalmente, mais imediato, mas sempre dentro da mesma linha: antes de entrar em cena, qualquer personagem é referida pelo seu estatuto ou relações, normalmente primeiro indirecta e depois directamente, e só então nomeada.

¹⁰⁹ Por ser utilizado sistematicamente, teremos que concluir que, no que respeita a Avalor, só uma lacuna poderá explicar a sua introdução em termos de um «elle» completamente desconhecido para o leitor e da quase simultânea ocorrência (no mesmo período, umas linhas abaixo) do nome «Avalor». Ou então estamos já perante uma estratégia narrativa diferente e que, muitas vezes perturbadora (criam-se problemas de interpretação, por exemplo, com pronomes sem referente, com referente ambíguo ou muito afastado), dominará a parte de Évora.

¹¹⁰ Esta forma curiosa de o sujeito se assumir passivamente perante um sujeito activo indeterminado não deixa de ter as suas repercussões ao longo da obra que assim se inicia. Não nos restam dúvidas de que nem os protagonistas dos actos narrativos nem qualquer das outras vozes menores que na obra se projectam se assumem alguma vez, nos seus vários papéis, como sujeitos de parte inteira; antes diríamos que como que encarnam a ambiguidade do termo, pela dominância da sua vertente activa ou passiva. O que é dado como objecto de decisão pessoal, subordinado que é a algo que persegue e transcende os seres, aparece condicionado à partida.

lhe evocam. Daí a forma descontínua ¹¹¹ deste discurso de abertura, sempre em movimentos pendulares, oscilando entre presente e ecos do passado. Passado que, fundido ao presente, só por via deste pode ser referido simultaneamente como aquilo que foi e o que então se sonhava que viesse a ser ¹¹². Não admira que, como passado, apareça apenas esboçado, em alusões algum tanto enigmáticas, porque o carácter subjectivo com que é apercebido não toleraria um tom mais determinado. Registe-se, como exemplo bem sugestivo do processo, a medição subjectiva do tempo: «Vivi alli tanto tempo quanto foi neseçario para nam poder viver em outra parte» ¹¹³.

Assim, neste começo em primeira pessoa, tudo vai fluindo de forma arrastada, sob uma sintaxe de ordem subjectiva que explica a lógica de um discurso balançando entre passado e presente, que se vão situando por evocações sucessivas ou sobrepostas. Fragmentos de uma suposta memória, a sua transposição para a linearidade do texto não se faz sem deixar marcas do modo como essa faculdade opera. As referências, subjectivamente pertinentes, traduzem pontualmente a impressão mais ou menos viva, aquilo a que a memória, discorrendo, reduz o tempo vivido.

Passividade, resignação, fatalismo, são traços comumente apontados, na leitura didáctica da obra, relativamente à caracterização das personagens. Nem sempre se atenta é nessa subjectividade do dito, que reduz os acontecimentos a uma visão muito peculiar em que tais traços, como outros, cabem, e de que são manifestações, para além das formas passivas e da preferência pela negativa, as aparentes contradições, o parêntesis ou a reserva, toda a sorte de modalização e, a um nível diferente, a própria fragmentação discursiva.

¹¹¹ É que a fluência discursiva faz-se à custa de transições exemplares que espelham o modo como se processa a mobilidade do pensamento — a articulação deste percurso aparece, por isso, como que subordinada a uma lógica de impulsos subjectivos.

¹¹² «... que em breve espacio se mudou tudo aquilo que em longo tempo se buscou e para longo tempo se buscava». (p. 1; T.A., p. 55).

¹¹³ p. 1; T.A., p. 55. Tal falta de objectividade será até, pela sua frequência, um aspecto característico da obra. Sempre que os dados são perspectivados segundo uma óptica subjectiva, reportando-se à experiência interior ou ao sentir das personagens, acusam, por isso mesmo, uma ambiguidade ou quase deformação, como se a visão pessoal da realidade, das circunstâncias, actuasse como um filtro que se interpõe entre elas e o leitor. Para nos inteirarmos do processo, basta atentarmos nos seguintes exemplos: G., pp. 2, 74, 107, 111 e 115; T.A., pp. 57, 130, 165, 169 e 173.

3. Macro-coerência textual

Tendo procedido à análise dessa dispersão formal de um enunciado que vai disseminando (o que se torna sensível nas mudanças de *tom*) marcas de predominância narrativa, acentos líricos, retórica argumentativa ou expressividade dramática, concluímos pela existência de factores de continuidade semântica e de coesão textual nos fragmentos discursivos iniciais.

Para além disso, é ao longo de toda esta primeira parte que se concertam as modulações temáticas que farão o tom da obra, em ressonâncias que parecem, não raro, dotadas de movimentos encantatórios. Alguns focos ideológicos tornam-se, nesta parte inicial, suficientemente expressivos para informarem toda a leitura posterior da narrativa. A sua função será a de, fornecendo índices para a compreensão do seu significado, criar um ambiente propício ao enquadramento dessas múltiplas ressonâncias temáticas que hão-de ecoar ao longo dela, reflectindo considerações literárias em torno de concepções do mundo e da vida, dos seres e dos sentimentos que os animam.

Há que integrar deste modo as reflexões sobre o carácter da mudança, a conciliação entre a acção humana e a determinação fatalista, o sentido do conhecimento e da experiência, o valor da tristeza ou as qualidades das mulheres.

Nesta esfera de motivos ideológicos que vão circulando no mundo narrativo que é a M.M. ¹¹⁴, importa sobretudo perceber em que universo radicam algumas dessas convenções que suportam uma tal visão do mundo. Limitar-nos-emos aqui a dois exemplos — a exploração da tristeza e o seu valor como sentimento e as considerações em torno das mulheres.

A predominância de um léxico abstracto ¹¹⁵ (em que se integram, com significativa frequência, e na área da tristeza, vocábulos semanticamente afins), um ritmo muito próprio ¹¹⁶, bem como a

¹¹⁴ O que se deve, acima de tudo, às potencialidades de um enquadramento enunciativo propício a sucessivas integrações desses mesmos motivos.

¹¹⁵ Que era também, não o esqueçamos, poetizado numa boa parte da produção cancioneril. Aliás, a *cantiga*, forma depurada por excelência, serve-se de um vocabulário mínimo e com um grau elaborado de abstracção.

¹¹⁶ Ainda que recorrendo maioritariamente a uma expressão um tanto estilizada (patente nos vocábulos e em algumas construções retóricas), a análise

utilização de registos adequados à matéria, tudo parece realmente convergir para a manifestação de uma sensibilidade especial. No fundo, essa sensibilidade é, antes de mais, a do perfeito amador, «contemplativo e contrito»¹¹⁷. Não admira, então, que as personagens, na M.M., se caracterizem pelas lágrimas que vertem, pelos suspiros e falas entrecortadas, pela introversão contemplativa, pelas quedas e transportes, desacordo dos sentidos...

O motivo das lágrimas liga-se a uma convenção do género sentimental — é que são estes sinais exteriores que manifestam, sem margem para equívocos, a grandeza da emoção¹¹⁸. O que a Menina de si à Dona diz — «sempre eu choro ou estou para chorar»¹¹⁹ — poder-se-ia aplicar a todas as outras personagens, capazes de assim se emocionarem pelos cuidados próprios e ainda de se compadecerem dos males alheios. Curiosamente, há uma única notação de sinal contrário, no diálogo entre Belisa e Lamentor¹²⁰. E mesmo essa assinala um riso não espontâneo, num contexto nada alegre, e que surge apenas como resposta um tanto forçada — «para o desgastar» —

do estilo bernardiniano conduz-nos a uma confirmação dessa imediata impressão, para o que contribui a estrutura da frase, assente em paralelismos e oposições constantes, processos curiosos de repetição e de intensificação, e todo um arsenal dialéctico tendente à revelação de subtilezas, hesitações e ambiguidades que configuram a condição emocional das personagens.

¹¹⁷ Cf. WHINOM, Keith — *ed. cit.*, p. 22. Vd. também, sobre o assunto, VARELA, J. L. — *Revisión...* (cit.), pp. 360-361.

¹¹⁸ Cf., a pp. 87-88 (T.A., pp. 143-144), a narração exemplar do encontro Binmarder/Aónia. As palavras de amor não precisam de ser ditas — os modos, as lágrimas e o olhar exprimem toda a emoção. O enamoramento nasce e alimenta-se dos olhares (cf. Petrarca: «Trovommi Amor del tutto disarmato/ed aperta la via per gli occhi al core» — *Rime Sparse*, III, «Era il giorno ch'al sol si scoloraro»; citado de RUSSO, Luigi — *I Classici Italiani*, vol. I, Firenze, Sansoni, 1961, p. 472), sendo a visão do outro consolo e descanso. Mais, em situação de ausência, os olhos folgam também com a «prezunçam», e «descançam d'olhar pera aquella parte donde estaa ou vai aquilo que poderom ver, se nam foram a fraqueza delles ou o impedimento dalgũa cousa» (p. 89; T.A., p. 145). Cf. também p. 4 (T.A., p. 59): «Tamsamente nam me foi deixado em vosa partida o conforto de saber pera que parte de terra hies, que descancaram meus olhos em levarem para laa a vista.»

¹¹⁹ Cf. G., p. 13; T.A., p. 67.

¹²⁰ «E ella, com a boca chea de rizo que abastava para o desgastar, se elle aquillo cuidara...» (p. 35; T.A., p. 91).

pela subtileza de Lamentor, cujo intuito era, por sua vez, dissipar-lhe o efeito do sonho, desviando o seu próprio pressentimento ¹²¹.

De resto, são as lágrimas que caracterizam as personagens ao longo de toda a obra, ainda que esta convenção seja explorada de forma diferente nas diversas sequências.

Na história de Binmarder/Aónia, as referências às lágrimas, em muito maior número que nas outras, pontuam todo o relacionamento entre os protagonistas, associando-se às palavras ditas ou forçando ao silêncio; e, quando de forma mais pormenorizada ou hiperbolizada, as imagens são sempre de uma notável singeleza ¹²², evocando o modo como apareciam na primeira parte e mesmo na história de Lamentor/Belisa ¹²³. Já no que respeita a Avalor e Arima, as únicas lágrimas que vertem, desde o momento em que são apresentados até à separação, são por motivos estranhos ao seu relacionamento ¹²⁴.

E, como seria de esperar, na parte exclusiva à edição de Évora o motivo é explorado de forma muito artificiosa, com processos de intensificação que raramente sugerem o seu aproveitamento anterior — são «fontes de agoa» ¹²⁵; desfazem o coração ¹²⁶; fazem recuperar

¹²¹ «Mudando elle o preposito em cousa que tambem o mudasse a ella, por lhe escusar algũa imaginaçam...» (p. 35; T.A., p. 90).

¹²² Cf.: «calou-se como estorvado dellas» (p. 66; T.A., p. 122); «com os olhos cheos da senhora Aonia, e d'agoa» (p. 72; T.A., p. 128); «Pelo qual estava no maior pranto do mundo entre si» (p. 87; T.A., p. 143); «duas e duas lhe começaram as lagrimas de correr (...) polas suas faces fermosas abaixo lhe hian fazendo carreiras por onde se hiam...»; «foi tanto o choro, que nam lhe abastarom os seus olhos às suas lagrimas» (p. 88; T.A., p. 144).

Por vezes são até uma manifestação emotiva mais complexa: «se lhe deixaram cair hūas raras lagrimas causadas d'antre muito contentamento e muita door, que d'ambas de duas soem elas às vezes de vir» (p. 86; T.A., p. 142).

¹²³ Só a título de curiosidade, refira-se que a imagem em «palavras de muita magoa, começadas pella door, rotas pello pranto» (p. 40; T.A., p. 95) aparece já na *Fiammetta*: «e con fioca voce e rotta dal pianto in mille parti diss...»; «dicendo — addio — con rotta voce» (*Elegia di Madonna Fiammetta*, Torino, Einaudi, Classici Ricciardi, 1976, p. 41).

¹²⁴ Uma única referência às lágrimas de Avalor — «achou a cama chea de lagrimas que chorara de doo que ouvera daquella donzella do sonho» (p. 105; T.A., p. 162) — e outra a Arima — «porque soo deu causa a que se falase nella, o sentio tanto que muitos dias enfindos chorou muitas lagrimas» (p. 120; T.A., p. 179).

¹²⁵ Cf. p. 151; T.A., p. 210.

¹²⁶ Cf. p. 152; T.A., p. 211.

os sentidos ¹²⁷; cegam ¹²⁸; formam poças onde vêm beber pássaros ¹²⁹; ensopam almofadas ¹³⁰.

Outro motivo que alarga o seu registo próprio — cujos ornamentos são a *exclamatio* e a *interrogatio* — a várias formas, alcançando também um espaço significativo na obra sentimental, é o *lamento* ¹³¹. Na M.M. ocorre dispersamente, desde as curtas lamentações que vão soando na primeira parte, quer no discurso inicial da Menina ¹³² quer nas falas da Dona ¹³³, sobre a separação, a mudança ou a desventura, ao seu aproveitamento mais formal sob a espécie do *pranto* — o da irmã do cavaleiro da ponte; os de Lamentor e Aónia à morte de Belisa.

Ora o que de facto importa é que estes recursos literários funcionam no mesmo sentido da reflexão sobre os cuidados e do deliberado acentuar dos elementos espirituais ¹³⁴ — sendo cedências a cânones já muito estabelecidos, configuram uma sensibilidade que, na M.M., alcança um sentido próprio: o valor da tristeza, enquanto exercício espiritual; a reflexão como forma de se (re)conhecer e de aceitar o mundo; a dor como fonte de experiência e de compreensão ¹³⁵.

Essa sensibilidade, que M. Pelayo compreende como «ternura muito pouco viril» ¹³⁶, define-a melhor Varela, dizendo não se tratar

¹²⁷ Cf. p. 170; T.A., p. 228.

¹²⁸ Cf. p. 178; T.A., p. 235.

¹²⁹ Cf. pp. 187-188; T.A., pp. 244-245.

¹³⁰ Cf. p. 195; T.A., p. 252.

¹³¹ Tornara-se a espécie mais importante da *apóstrofe*, sob motivos vários (do fúnebre ao sobre a separação ou qualquer desgraça). Da *apostrophe* dos retóricos clássicos deriva o género menor que é o *planctus*, já com as suas regras nas *artes poeticae*. Varela considera mesmo (*op. cit.*, pp. 353-354) que o tom de queixume e de pranto que afecta a narração é uma das características de superfície — «caracteres obvios» — da novela sentimental, «uma das premissas do amor cortês, convenção essencial» à matéria do género; e cita Huizinga: «era una amarga melancolía el tono fundamental de la vida» (*El otoño de la Edad Media*, Madrid, 1934, vol. I, p. 46).

¹³² Cf. pp. 3-5; T.A., pp. 57-59.

¹³³ Cf. p. 15; T.A., p. 69.

¹³⁴ Vd., sobre o assunto, J. L. Varela, que faz radicar o processo num «novo cânón em que a forma aparece como expressão de traços espirituais» (*op. cit.*, p. 369), referindo S. Tomás («spiritualis decor»).

A este respeito, não pode deixar de se chamar a atenção para a caracterização de Arima.

¹³⁵ Por via de uma necessária contemplação. Só o sentimento sofrido é comunhão, compaixão, no sentido etimológico.

¹³⁶ *Op. cit.*, p. 223.

«de uma qualquer debilidade ou falta de virilidade»¹³⁷, e depois concluindo, muito significativamente, que «no seu conjunto, a novela sentimental oferece-se-nos como um esplêndido documento da espiritualização do mundano que consoma o gótico tardio com a passagem do cavaleiresco ao cortês (...). A melancolia empapa todas as suas páginas... duas notas parecem distinguir-se entre todas: estilização e melancolia»¹³⁸.

Talvez seja possível ligar o que vínhamos dizendo sobre o valor da tristeza como qualidade superior — e faculdade de conhecimento — à sina feminina tal como é declarada na M.M..

As considerações sobre as mulheres adquirem um certo relevo na medida em que são reiteradas, a nível discursivo, pelas duas narradoras, elas também mulheres¹³⁹.

Quase escusado será relacionar a projecção que esses comentários têm na obra — reivindicando, como próprio das mulheres, a tristeza, a piedade¹⁴⁰, a desventura¹⁴¹, o isolamento¹⁴², a fidelidade¹⁴³, a origem do que «antre os homens» acontece¹⁴⁴, o conhecimento do pensamento dos homens¹⁴⁵ e a situação de desfavor, quer pela fragilidade própria¹⁴⁶, quer por condicionamentos sociais¹⁴⁷ — com o extenso debate medieval sobre o assunto.

É claro que aqui a Dona só emprega alguns *argumenta*¹⁴⁸ e já não quaisquer *exempla*. A não ser que se entenda que as próprias

¹³⁷ *Op. cit.*, p. 354.

¹³⁸ *Op. cit.*, p. 387.

¹³⁹ Note-se, a este título a distância que vai da *Fiammetta*, em que a perspectiva masculina é claramente disfarçada numa voz feminina — atente-se, por exemplo, no comprazimento da narradora em referir circunstâncias exteriores que caracterizam uma suposta garridice feminina — ao conseguido «feminismo» de uma obra como a M.M..

¹⁴⁰ Cf. pp. 3-4; T.A., p. 58.

¹⁴¹ Cf. pp. 4 e 17; T.A., pp. 58 e 71.

¹⁴² Cf. p. 18; T.A.; p. 72.

¹⁴³ Cf. p. 18; T.A., p. 73.

¹⁴⁴ Cf. p. 60; T.A., p. 116.

¹⁴⁵ Cf. p. 119; T.A., p. 177.

¹⁴⁶ Cf. pp. 17 e 80; T.A., pp. 71 e 137.

¹⁴⁷ Cf. p. 99; T.A., p. 156.

¹⁴⁸ Nomeadamente os já invocados para a condição triste das mulheres no *Proemio* do *Decameron* (adiante D.; citado de *Opere di Giovanni Boccaccio*, ed. de Cesare Segre, Milano, Ugo Mursia editore, 4.^a ed., 1967): a mágoa derivada da verdade escondida (M.M.: G., p. 18; T.A., p. 71; D.: «Esse dentro a'dilicati petti (...) tengono l'amorose fiamme nascose»); a vida resguardada,

histórias contadas constituem outros tantos casos aduzidos para a fundamentação do que consideramos, no plano do discurso, como cristalização do tópic. O que até nem será tão ousado como isso, se nos lembrarmos da forma como a Dona, antecipando o desfecho, valoriza a acção feminina ¹⁴⁹. Só que, descontado por impossível o caso de Belisa, as outras figuras femininas a quem poderia caber o papel que se anuncia, Aónia e Arima, não se nos afiguram (nem uma nem outra, embora por razões diferentes) conformes ao que delas se espera. Aónia, porque o texto se suspende sobre ela em termos que de modo nenhum se conciliam com a superioridade do seu previsto «martírio» ¹⁵⁰. E Arima, porque a isenção ¹⁵¹ de que dá inequívocas provas ainda menos parece quadrar com o papel de amante que conviria àquele destino previamente talhado.

Não, em termos de enredo sentimental, a narrativa não atribui qualquer privilégio às mulheres — são os homens que são focados e encarecidos como verdadeiros amadores. Ainda quando a Dona, a meio da narração do caso Binmarder/Aónia, exprime a intenção

«entre paredes» (M.M.: G., p. 18; T.A., p. 72; D.: «il piú del tempo nel piccolo circuito delle loro camere rachiuse dimorano...»; a impossibilidade de fugir às tristezas, espalhando-as, como os homens (M.M.: G., p. 17; T.A., pp. 70-71; D.: «Essi, se alcuna malinconia o gravezza di penseri gli affligge, hanno molti modi da allegiare o da passar quello»); e a injustiça de que são vítimas, sendo mais fracas e tendo que suportar um mal maior (M.M.: G., p. 17; T.A., p. 71; D.: «il peccato della Fortuna, la quale dove meno era di forza, sí come noi nelle delicate donne veggiamo, quivi piú avara fu di sostegno»).

¹⁴⁹ «Mas se muito para sentir foi a morte dos dous, muito mais pera sentir foi a morte das duas donzellas que a desventura... (p. 20; T.A., p. 74).

¹⁵⁰ «Assi ella, pouco a pouco, se foi avezando a viver doutra maneira, que as ocupaçois de casa, e a desconfiança ou desesperança que foi tendo de Bimarder, lhe fizerom inda nas cousas passadas hũa sombra de esquecimento, em que ella podera viver todos os dias de sua vida descansada, se em algũa cousa deste mundo ouvera segurança» (p. 95; T.A., p. 151).

¹⁵¹ Quer nas suas palavras e atitudes (para que não haja dúvidas, a própria narradora se encarrega de desmentir o sentido em que Avalor as tomava — cf., p. ex., G., pp. 109-110; T.A., pp. 167-168) quer no que dela é (pre)dito: «a Arima alta determinaçam posue sua vontade» (p. 104; T.A., p. 162); «...nam a senhorea vontade nhũa. Nunca tam livre cousa vi» (p. 118; T.A., p. 176); «he tanto do outro mundo, que nam he pera ninguem se namorar della» (p. 118; T.A., p. 177).

de se subordinar à perspectiva feminina¹⁵², a sua declaração não é para ser tomada à letra¹⁵³. A verdade é que logo a seguir o foco narrativo acompanha Binmarder¹⁵⁴ e só depois volta ao cenário em que se move Aónia até que, no fim do encontro a sós Binmarder/Aónia, passa de novo a Binmarder, saltando para Aónia (estado de espírito desta face ao casamento entretanto concertado), outra vez longamente para Binmarder e finalmente para Aónia, com o que a história se suspende. O que demonstra que, mesmo depois da declaração da narradora de que é da mágoa da «cuitada de Aonia» que se vai ocupar, a sua narração segue, sempre em paralelo, o viver e o evoluir sentimental ora de um ora de outro, cabendo até — se se quiser ir mais longe e considerar a parte anterior da história — um maior espaço, na economia do texto, a Binmarder, único protagonista da história desde «E torno-vos ao cavaleiro» (G., p. 46; T.A., p. 103) até «A senhora Aónia (ainda entam donzella d'ate treze ou catorze annos, sem saber que cousa era bem querer)» (G., p. 67; T.A., p. 123). E já antes¹⁵⁵ se conta o enamoramento de Binmarder, seguindo o leitor a sua entrada e mais que custosa saída da tenda onde se pranteava a morte de Belisa.

¹⁵² «Da magoa delle nam vos quero contar (era homem, poderia com ella), mas da cuitada de Aonia (...) vos contarei» (p. 80; T.A., p. 137).

¹⁵³ Insere-se, sem dúvida, naquele entrecortado discurso de solidariedade feminina iniciado muito antes — exercício de compaixão e autocomiseração: «às coitadas das molheres» (p. 17; T.A., p. 71); «ainda que a mim igualmente me doem huns e outros, ellas, porque eram molheres...» (p. 20; T.A., p. 74); «coitadas das donzellas» (p. 48; T.A., p. 104); «Nos outras, as tristes» (p. 60; T.A., p. 116). E é, num âmbito mais vasto, parte de uma retórica discursiva cujos elementos se vão somando — das omissões, hesitações e reservas, notações ambíguas ou prematuras, às justificações para mudar de assunto ou para passar adiante... Recursos, muitos deles, tributários de fórmulas com que à época se desenrolava a trama narrativa. Não tendo isso presente, o leitor corre o risco de, valorizando a letra dos juízos da narradora, esperar da história o que ela não é, presumir o que lá não está; ou o de perder o fio ao que está em jogo, atendendo mais à história do que ao propósito de quem a conta. Assim, Salgado Júnior vê, no projecto original da novela, um plano estrutural que abrangeria outros contos, baseando-se nomeadamente em expressões formulares ao serviço da articulação narrativa. (Cf. p.ex., G., p. 23, 60 e 95; T.A., p. 79, 116 e 151). O mesmo se diga do pretenso «feminismo» da obra, que aqui relativizamos.

¹⁵⁴ Cf.: «E tambem Bimarder»; «Como aconteceu a Bimarder»; «Bimarder leixou-se ficar» (pp. 82-83; T.A., pp. 138-140).

¹⁵⁵ «Era jaa menham crara... chegava hum cavaleiro à ponte.» (p. 40; T.A., p. 97).

Convém, por isso, não esquecer o facto de, não obstante ser a narração atribuída a duas mulheres e longamente explanada a comunidade de interesse e cumplicidade de pontos de vista e modos de sentir tidos por femininos — quer na primeira parte quer nos comentários que acompanham ou entremeiam a narração —, se anunciar e depois tratar da história «dos dous amigos», homens, ainda que não «como outros homens»¹⁵⁶: «Neste conto nam entrarám soo os dous amigos... Nelles soo cuidado que se encerrou a fee que em todolos outros se perdeo...»¹⁵⁷. Acrescente-se a isto a função modelar, enquanto amadores, destes homens (longe de tudo quanto se poderia esperar dos «cavaleiros andantes»¹⁵⁸ das histórias antigas, cujos cavalos «nam eram tam desamorosos como elles»¹⁵⁹ e cujas donzelas, na superioridade do seu sofrimento e fé amorosa, eram muito mais sinceramente tristes), e teremos explicada uma aparente inversão de valores por uma como que subversão da toada discursiva.

É que os valores tidos por femininos¹⁶⁰ passam, afinal, a caracterizar protagonistas masculinos e o comprazimento do discurso — assumido por feminino — numa espécie de superioridade espiritual das mulheres¹⁶¹ acaba por enquadrar, nas histórias que ilustram as «desaventuras», as «cousas tristes»¹⁶², uma contrapartida francamente masculina, suportando casos em que o sofrimento dos cavaleiros supera o das suas donzelas e é a fé deles que aparece como exemplar¹⁶³.

¹⁵⁶ G., p. 20; T.A., p. 74.

¹⁵⁷ G., pp. 19-20; T.A., p. 73.

¹⁵⁸ G., p. 18; T.A., p. 72.

¹⁵⁹ G., p. 19; T.A., p. 73.

¹⁶⁰ A tristeza («nam ha tristeza nos homens. Soo as molheres sam triste») (p. 17; T.A., p. 70), a fidelidade, a piedade, a desventura e a verdade («logo o creio (porque era molher)» — p. 86; T.A., p. 142). Em contrapartida, o desamor (cf. G., p. 4; T.A., p. 58) e a traição, o agravo (cf. G., pp. 19-20; T.A., p. 73) são atribuídos aos homens.

¹⁶¹ Como adiante teremos ocasião de ver, também este aspecto se alterará no(s) texto(s) sobre que recai a nossa desconfiança.

¹⁶² G., p. 14; T.A., p. 68.

¹⁶³ Não se tratará então — suma ironia — de vozes femininas criadas por um autor homem, para um discurso sobre as mulheres aplicado a uma história de cavaleiros, ou seja, duma pretensa literatura «feminista» («Es la primera vez que se escribe en Portugal para un público femenino» — ASENSIO, E. — *Bernardim Ribeiro y los problemas...*, p. 60) para consumo de um público de cultura palaciana, refinado e minoritário? Que é na esfera da tradição cortês que se move Bernardim, afirma-o também Asensio: «Bernadim pertenece al mundo palaciano, un mundo situado entre el pueblo, cuyo casticismo los corte-

A dor de Lamentor, Binmarder ou Avalor é manifesta, mas a compaixão do leitor por Belisa, Aónia ou Arima deriva mais das circunstâncias que lhes são impostas: se Belisa morre de parto, Aónia casa ¹⁶⁴ e o distanciamento de Arima torna-lhe a vida na corte insuportável, levando-a a regressar para junto do pai ¹⁶⁵.

Logo, é o acontecimento no feminino que condiciona o desespero masculino. Os dois casos de amor têm, aliás, um desenrolar paralelo: os cavaleiros, servindo outras, enamoram-se súbita e inelutavelmente das donzelas; há uma *resposta* feminina ao bem querer dos cavaleiros (de correspondência espontânea em Aónia; de acolhimento amigo mas possibilitando um entendimento ambíguo, em Arima); tal *resposta* intensifica o sentir, aumentando a esperança; depois, abruptamente, e ainda que por razões diferentes, Aónia e Arima vão-se; mal desaparecem do horizonte visual dos amantes, estes, desesperados, partem, entregues à sua sorte; interrompem-se aqui as histórias sob pretexto de deles nada mais se ter sabido então ¹⁶⁶. Na ordem de ideias que vínhamos seguindo, é então a qualidade dos dois amigos — o seu carácter de excepção — que os faz partilhar o destino de sofrimento das mulheres; a desdita destas, condenadas à tristeza ¹⁶⁷, é a dos homens cujo amor é um fado e cuja «fé» simboliza o «bem» que o «mal» não quer sequer lembrar ¹⁶⁸. Por isso são também dignos de compaixão ¹⁶⁹, não já por, à partida, comungarem de um destino natural colectivo, como as mulheres, mas por se aproximarem de um

samos conservan y refinan en su hablar, y la minoría de humanistas o europeizantes». (Bernardim Ribeiro a la luz..., p. 208). Vd. também CHEVALIER, Maxime — *Lectura y lectores en la España del siglo XVI y XVII*, Madrid, Ediciones Turner, 1976.

¹⁶⁴ «... e hūas cousas e outras nam a leixavam nunca soo; espalhavam-lhe os seus cuidados» — p. 95; T.A., p. 151.

¹⁶⁵ «... de hūas cousas em outras nasceo hum aborrecimento à senhora Arima de huns modos que ahí ha no paço, a desejar outra vida muito desviada...»; «o bom velho de seu pai, depois de a ter em casa com sigo, fazendo-lhe em tudo a vontade, assi a foi fazendo ao que quis.» (p. 120; T.A., p. 179).

¹⁶⁶ Binmarder: «se foi, e nam no viram mais» (p. 92; T.A., p. 148); Avalor: «nam se soube entam inteiramente mais que por hum cantar...» (p. 120; T.A., p. 179).

¹⁶⁷ «... porque assi está ordenado pela desventura com que ellas nascem» (p. 4; T.A., p. 58).

¹⁶⁸ Cf. G., p. 20; T.A., p. 73.

¹⁶⁹ «Ainda que a mim igualmente me doem huns e outros, ellas, porque eram molheres, eles, porque nam eram como outros homens» (p. 20; T.A., p. 74).

ideal, o do amor perfeito, distanciando-se dos outros homens e ascendendo a um plano moralmente superior.

Se a paixão eleva e singulariza, também faz sofrer e mata. A frustração destes casos sentimentais, pela separação e morte anunciada dos protagonistas, é desfecho necessário¹⁷⁰ e conforme à lamentação de acentos líricos e trágicos que introduz e depois acompanha a narração — a história é de «desastres», as personagens queixam-se do destino¹⁷¹ e a própria narradora vai comentando, em jeito de glosa, a sua acção insidiosa e os males que se preparam...

Para não alargar excessivamente a exposição nem acumular exemplos que só confirmariam o que vimos dizendo, lembremos que o nosso propósito era verificar a função de alguns motivos que se cruzavam, já na primeira parte, e daí irradiavam para as sequências narrativas, vindo assim a constituir-se factores de uma notável convergência temática e semântica¹⁷². E, em termos menos imediatos, importava-nos continuar a sublinhar a originalidade da M.M., o que, como terá ficado evidente, é inseparável da sua leitura em termos que, fazendo emergir ecos literários reconhecidos, possibilitem uma concepção da obra como notável reescrita de mundividências literárias.

Como face a um aroma novo, a avaliação do resultado dificilmente se pode exprimir em função de um dos efeitos que o definem, seja ele um clima mais propício, a sábia combinação de castas, o esmero nos processos de fabrico ou uma nova atenção aos moldes em que é vazado.

¹⁷⁰ Na nossa tradição literária do amor que, segundo Denis de Rougemont, radica no mito de Tristão. O obstáculo necessário à sobrevivência da paixão é também o que a faz impossível — daí que ela apareça, na sua origem, como efeito de um filtro que, uma vez fatalmente consumido, fatalmente consome... Vd. ROUGEMONT, Denis de — *O Amor e o Ocidente*, (trad.) 2.ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982.

¹⁷¹ Lamentor, por exemplo: «Nam abastou à minha desventura aver de ser o mais triste do mundo...» (p. 45; T.A., p. 102). [Cf., p.ex., Leriano, na *Carcel*: «yo soy el más sin ventura del los demás desventurados»; e, no *Siervo libre de amor*: «yo, el syn ventura padeçiente por amor»].

¹⁷² A percepção que o leitor tem dessa coincidência dos mundos representados até determinado ponto do texto configura uma zona notável de coesão — a das relações que importam à natureza daquele como unidade semântica global. A partir do romance de Avalor, contudo, torna-se cada vez mais penoso interpretar a coerência dos fragmentos, integrando-os neste *universo de discurso*, como a seu tempo se verá. Outra zona de coesão, a das conexões entre os enunciados, conformes à necessária interligação destes no interior do texto, passará a ocupar-nos já a seguir.

4. Dos aspectos de coesão à descontinuidade ou incoerência textual nas histórias contadas

«A construção do texto *pele locutor* representa a linearização, sujeita aos esquemas formais de cada língua, de uma totalidade de significação por ele intendida, cumprindo uma determinada função de comunicação num quadro específico.»¹⁷³

Já vimos, em linhas gerais, qual a relação entre as sequências narrativas que o texto da M.M. comporta, o(s) sentido(s) que subjaz(em) a essa construção — em que toda a trama narrativa deriva de um sucesso dito biográfico que, desde o início apresentado como pretexto para uma escrita de isolamento, subordina depois a si a narração dos casos que lhe deram origem — e a natureza da opção por um quadro enunciativo que integra vozes sobrepostas.

Esse quadro torna-se complexo a partir do momento em que o encontro com a Dona possibilita à Menina a introdução das histórias daquela. A transição do discurso anterior¹⁷⁴ para o relatado, directo¹⁷⁵, no fim do primeiro diálogo entre ambas, e a partir daí para um novo discurso em que a narradora passa a ser outra¹⁷⁶, não se faz sem deixar no texto as suas marcas.

Cedendo a palavra à sua interlocutora, até aí personagem do mundo por ela narrativizado, a Menina adopta a forma «mais mimética»¹⁷⁷ de discurso, passando doravante a transcrever literalmente, pela escrita, a palavra da Dona. Essa espécie de fidelidade que vai de par com um apagamento da Menina narradora, cuja presença deixa de ser sensível¹⁷⁸, acusa todavia, relativamente às histórias contadas,

¹⁷³ FONSECA, Joaquim — *Coerência do texto*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto — Línguas e Literaturas», II série, vol. V, Tomo I, 1988, p. 8.

¹⁷⁴ «Aqui deu ella hum grande suspiro, e esteve como que quisera dizer outra cousa e tornou dizendo...» (p. 22; T.A., p. 76).

¹⁷⁵ «Mas tempo he de cumprir o que vos prometi, que bem vejo que me leva, muito haa, minha door apos si» (p. 22; T.A., p. 76).

¹⁷⁶ «De reinos estrangeiros dizem que veeo...» (p. 23; T.A., p. 79).

¹⁷⁷ Vd. GENETTE, G. — *O discurso da narrativa*, cit., p. 170.

¹⁷⁸ O discurso da Dona vai-se impondo, deste modo, com a autonomia de uma longa citação que documenta textualmente a narração em que se integra.

uma forte subjectividade, devida à forma modalizada e às constantes intromissões com que a Dona vai pontuando a sua narração.

I. A análise a que procedemos dos rastros deixados no texto pelas circunstâncias da sua enunciação (situação assumida deliberadamente, como já vimos, para efeitos literários) levou-nos a algumas conclusões que procuraremos agora evidenciar.

I.1. Remetem para um quadro de situação dialogada todas as manifestações linguísticas que referem a presença da Menina, seja indirectamente, no discurso da Dona, sob formas de segunda pessoa gramatical ou de cumplicidade (alargamento do *eu* — primeira pessoa do plural), seja directamente, através da inclusão do seu próprio discurso.

Assim, a inclusão de um diálogo a meio da narração da história de Binmarder/Aónia funciona como prolongamento do tom da conversa inicial¹⁷⁹, garantindo a coesão do texto pelo retomar de um pressuposto enunciativo. Este é o último momento, no texto comum, em que as duas figuras voltam a falar de si, como que reatando o primeiro diálogo, interrompido para o início da narração da história dos dois amigos. É também, por isso mesmo, a última vez que a presença da Menina narradora aparece assinalada por signos de primeira pessoa gramatical. É que, cabendo a última fala deste segundo diálogo à Dona, esta reserva para depois os desabafos sobre os casos pessoais, retomando, através de um «mas» de mudança de tópico, a narrativa que interrompera¹⁸⁰. Ora, como sabemos, é com essa narrativa que o texto se suspende (parte comum) ou se acaba (parte de Évora), não mais havendo nele lugar para qualquer retorno a estes pressupostos que o condicionam, numa pers-

¹⁷⁹ Os desabafos pessoais acerca da tristeza nas mulheres, das dores que sempre duram, da desventura e da mudança, das mágoas e suas causas... Tanto mais que, para além das palavras trocadas, há aqui outra espécie de conformidade com o primeiro diálogo — a reserva e a dissimulação, patente nos comentários explicativos da Menina que entremeiam as falas.

¹⁸⁰ «Por isso tornemos ao conto. Elle acabado, faram de nos nossas tristezas sua vontade, que tambem se desejam contadas como os prazeres. Mas o conto foi assi: Dixe-vos se vos lembra, que...» (p. 63; T.A., p. 119).

pectiva de enunciação original¹⁸¹. Por isso é que a partir daqui a Menina estará presente no texto apenas como interlocutora, sob a forma de uma segunda pessoa («vos») incluída ou pressuposta na voz da Dona, que só ocasionalmente para ela remete.

Atentemos agora na forma como é perspectivado este quadro na parte de Évora. A única vez em que a voz da Menina se faz ouvir (cap.º XLI: G., p. 189; T.A., p. 246) configura, no texto, uma ocorrência espantosa, já que não aparece sob a forma de uma primeira pessoa, como seria de esperar, isto é, já não coincide com a suposta voz da instância narrativa de primeiro grau, aparecendo esta substituída por uma instância alheia, extra-diegética. O distanciamento imposto por esta interposição vem anular todos os pressupostos que presidiam à construção do texto.

Note-se ainda que, para além da passagem flagrante a uma narração em terceira pessoa — o que viola abertamente uma regra fundamental a que qualquer texto bem formado obedece, a da não contradição, neste caso enunciativa —, a Dona é aí referida em termos que estranhamente reenviam ao modo como é designada a Ama, na parte comum. Ora a Dona, depois da sua introdução no texto, é sempre referida pela Menina narradora como «senhora» ou apenas «ella». Inexplicavelmente também, a forma de tratamento que lhe dirige a «fermosa donzella» remete para uma terceira pessoa — «seu»; «leva»; «fara»; «pos» —, quando quer em função do próprio texto, quer à luz das formas de tratamento na época, apenas caberia o usual «vos»¹⁸².

De qualquer forma, e voltando ao que nos ocupava, é possível concluir que a única intervenção da Menina ao longo da narrativa da

¹⁸¹ Não é que o texto de Évora tenha esquecido, em absoluto, esta dimensão que molda o texto original. Só que, também neste caso, quando pretende actualizá-la, o faz de uma forma desastrosa, como veremos já adiante, introduzindo uma dissonância capaz de ferir o ouvido mais duro.

¹⁸² Aliás, refira-se que o emprego da «forma de cortesia» — vós — era à época o mais formal, reservando-se o tratamento familiar que o «tu» implica, como forma menos cerimoniosa ou solene, para relações de intimidade ou tratamento social de superior para inferior (vd. CINTRA, Luís F. Lindley — *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972). Ora, na parte de Évora nota-se já a contaminação do texto por formas de 3.ª pessoa, que só se instalariam na língua numa fase mais recente. Aparece também um outro enquadramento, mais artificioso, para o «tu».

Dona, sendo isolada e por isso excepcional, se deverá apenas a uma sentida necessidade de, após tantas páginas, re-situar os contornos enunciativos, garantindo uma macro-coesão do texto. No interior deste, contudo, aparecem disseminados outros rastros que remetem para um enquadramento dialogado — é o caso das marcas indirectas de presença da Menina destinatária, veiculadas pelo discurso da Dona ¹⁸³.

I.2. Há ainda a considerar as marcas de enunciação referentes ao sujeito, processo muito complexo que envolve, na M.M., manifestações amplas e diferenciadas. Tivemos primeiro em conta o modo como operam as formas que explicitam gramaticalmente a presença da narradora e vimos depois como o texto se deixa envolver por essa presença que se derrama por todo o enunciado narrativo, através das expressões modais e dos parêntesis discursivos com que a voz que narra vai comentando, explicando, antecipando, seleccionando, ordenando, relacionando e integrando na intenção significativa ¹⁸⁴ tudo o que é dito.

¹⁸³ Já atrás aludimos ao processo. De qualquer modo, será oportuno apontar os tipos de variantes: 1) referências em 2.^a pessoa do plural: a) as mais frequentes remetem para parte posterior da narrativa, através de formas de futuro que antecipam o que se seguirá, indiciam ou justificam a lógica de selecção dos factos a narrar (cf. G., pp. 26, 35, 48, 80, 84, 89 e 112; T.A., pp. 82, 91, 105, 137, 141, 145, 146 e 171); b) seguem-se, pelo mesmo critério, as referências no presente, forma de chamar a atenção para o que se está a narrar, valorizando-o e apelando ocasionalmente para o saber do alocutário; ou ainda forma de *aposiopesis* — expressão da incapacidade de quem fala, também encarecedora dos factos, apresentados como inenarráveis (cf. G., pp. 24, 46, 58, 73, 93, 96, 112 e 117; T.A., pp. 80, 103, 115, 129, 149, 153, 170 e 175; os números em itálico referem-se às páginas em que há expressões que ilustram a última função apontada); c) finalmente, as referências no passado remetem para momento anterior da narrativa e só aparecem na sequência de Binmarder/Aónia (cf. G., pp. 46, 68 e 90; T.A., pp. 103, 124 e 146); 2) referências que utilizam formas de cumplicidade (1.^a pessoa do plural ou, num âmbito alargado, formas de carácter mais indefinido): a) remetendo para a história, o seu ordenamento ou o lugar dos acontecimentos, que é também o da sua narração — cf. G., pp. 41, 42, 46, 48, 95, 96 e 124; T.A., pp. 98, 99, 103, 105, 151, 153 e 183; b) ou então integradas nos comentários da narradora, por vezes jogando implicitamente com a adesão de quem ouve/lê — cf. G., pp. 48, 52, 90, 91, 92 e 112; T.A., pp. 104, 105, 109, 145, 147, 148 e 170.

¹⁸⁴ A *significação intendida* de que fala J. Fonseca (cf. fragmento em epígrafe, no início desta parte).

I.2.1. A forma de intervenção menos frequente é aquela em que a narradora se refere a si mesma ou relaciona coordenadas do mundo de que fala com as daquele em que fala, sendo possível tipificar tais casos — sempre que o enunciado reenvia à instância que o produz através da primeira pessoa gramatical, seja nas formas verbais seja em pronomes pessoais e possessivos; ou às condições que o sustentam, por meio da *deixis* — a partir do significado de cada ocorrência, em séries cujo conteúdo e função são aproximadamente os mesmos.

— Quando a Dona refere pela primeira vez a história que logo depois se proporá contar, fá-lo em termos que remetem quer para a sua forma de divulgação¹⁸⁵ quer para a via pela qual ela lhe chegara¹⁸⁶, já transmitida «por historia», isto é, já filtrada por um coro de vozes anónimas, cristalizada em formas de origem indistinta. Se por um lado as referências ao pai apontam para um conhecimento mais próximo ou menos diluído dos factos¹⁸⁷, por outro a memória da narradora, ainda que parecendo um tanto desprovida, em número e pormenor, desse caudal de informação original, aparece compensada pela retenção de alguns comentários do próprio pai (figura de prestígio, de saber) à história que contava. Tais aditamentos ora traduzem juízes do pai¹⁸⁸ inseridos em anúncios, ora exprimem a sua interpretação valorativa de determinados dados¹⁸⁹.

O que é certo é que essa periódica referência à fonte, por parte de quem se vai assumindo como uma espécie de memória selectiva

¹⁸⁵ «... hũa historia muito falada nesta terra toda e por aqui derrador, muito ha que aconteceo» (p. 14; T.A., p. 68).

¹⁸⁶ «Lembra-me que era eu menina e ouvi-a jaa contar a meu pai, por historia» (p. 14; T.A., p. 67).

¹⁸⁷ Cf. G., p. 26 (T.A., p. 82) ou pp. 58-59 (T.A., p. 115): «Muitas cousas sabia meu pai suas ...hũa soo me lembra...».

¹⁸⁸ De introjecção nesse mundo ou relação de factos a ele pertencentes: acerca da qualidade de cavaleiros dos dois amigos, do amor de Binmarder ou da força da ventura; cf., respectivamente, G., p. 20 (T.A., p. 73), p. 41 (T.A., p. 98) e p. 82 (T.A., p. 138).

¹⁸⁹ Cf. p. 47 — T.A., p. 104 — (em torno da sujeição do amor — sua dívida à «fermosura» ou à «obrigaçam»), pp. 87-88 — T.A., p. 143 — (significado do rubor de Aónia) e p. 112 — T.A., p. 170 — (superioridade do bem querer de Avalor).

dos acontecimentos, para além de suposto factor de fidelidade acaba por actuar a outro nível, enquanto sistema de signos textuais endomórficos, favorecendo a impressão de um *continuum* textual. Essa aparente necessidade de precisar que se trata de uma e mesma história, incluindo ocasionalmente qualquer remissão à narrativa do pai, é tanto mais evidente quanto menos pertinente parecer, no texto, a razão de ser da referência. De resto, nem sequer se vê qualquer outra justificação que possa servir conjuntamente as várias utilizações do recurso. Por um lado porque, como já vimos, varia muito o conteúdo por elas veiculado — reportam-se quer a um plano informativo, atribuindo ao pai a origem da informação e salientando a amplitude de dados de que o pai dispunha, quer a um plano judicativo, incluindo não já a mera narração dos factos mas os comentários com que o pai a ia enriquecendo. E também, por outro lado, porque não só não são todas igualmente pertinentes como a distribuição desigual pelas diversas sequências reforça a aparente fatuidade de algumas delas a outro nível que não seja o de fazer emergir a pretendida coesão textual.

Assim é que nos primeiros tempos narrativos (sequência de Lamentor/Belisa e de Binmarder/Aónia) as referências ao pai, para além de terem em comum o facto de indicarem um acto narrativo não singular¹⁹⁰ — e daí os comentários reiterados —, são mais frequentes e menos distantes umas das outras¹⁹¹. As duas últimas são já manifestações curiosas do processo — na penúltima¹⁹², o discurso do pai aparece excepcionalmente sob a forma directa, sendo a expressão que atribui à fonte essa forma de intervenção narrativa repetida e intercalando estranhamente o que de início nada faria supor palavra de outrem; na última¹⁹³, o acréscimo explicativo, tautológico como é, só pode servir essa exibição propositada de identidade do texto.

De resto, a deterioração do processo está à vista — enquanto é, como vimos, recorrente nesta sequência, apagar-se-á na de Avalor/

¹⁹⁰ Cf. aspecto denotado pelo pretérito imperfeito e pela perífrase verbal em «contava», «dizia», «sohia meu pai dizer» ou «soía dizer meu pai».

¹⁹¹ Em número de sete, três delas duplas — cf. G., pp. 26, 41, 47, 58-59, 63, 82 e 87 (T.A., pp. 82, 98, 104, 115, 119, 138 e 143).

¹⁹² «Mas nam cuidaria elle (me parece a mim, dizia meu pai)...» (G., p. 82; T.A., p. 138).

¹⁹³ «... e soía dizer meu pai (que parte desta historia em seu tempo se soubera) que nam parecia senam...» (G., p. 87; T.A., p. 143).

/Arima¹⁹⁴, sendo substituído por múltiplas formas que remetem para fonte indeterminada, para o carácter popular anónimo da narrativa.

Só uma vez¹⁹⁵ se reata com esta forma especial de subentendido reconto e também de um modo que não deixa de ser interessante — já não salientando a autoridade do pai relativamente a aspectos parcelares da informação ou o modo como fora veiculada, mas antes o papel privilegiado de ouvinte da filha¹⁹⁶. Além disso, nessa alusão única como que se resume (sob uma forma iterativa nova — a expressão adverbial «muitas vezes» — e num jeito de condensação siléptica) uma situação narrativa que já sabíamos recorrente mas que nunca nos aparecera explicitada de modo tão globalmente sintético. Outra novidade, nesta mesma referência, prende-se com o papel agora atribuído ao pai — este, para além de detentor da informação e intérprete dos factos, manifesta ainda, enquanto narrador, a sua reacção perante o narrado, num discurso introjectivo que integra formas superlativas de encarecimento.

O que é de estranhar, na sequência de Avalor/Arima, descontado o facto de haver esta única remissão para o pai, e dada desta forma curiosa, é o peso novo concedido à tradição anónima do conto, à sua forma de transmissão oral e indeterminada.

Só no diálogo anterior à sua narração e no início desta se referia a Dona a essa tradição, sendo depois a história dos dois amigos atribuída sempre à fonte por que lhe chegara — o pai. E mesmo a invocação de fonte indeterminada no início da narração pode ler-se

¹⁹⁴ Em que domina, como já vimos, a ambiguidade, a indeterminação, a alusão enigmática e o mistério.

¹⁹⁵ Na sequência de Avalor/Arima, que aqui consideramos até ao romance de Avalor, dado que a parte subsequente do texto comum acaba por se revelar um mero prolongamento da história de Avalor, pelo que a tomaremos à parte. Ainda assim, adiante-se que também nesta há uma única referência ao pai, no contexto inexplicável em que se vai, logo a seguir, inserir o despropositado relato, por Avalor, dum feito de seu pai: «E nam se podendo soportar (dezia meu pai) que como [molher] lhe disse...» (p. 135; T.A., p. 193). A expressão «como mulher» referir-se-á às prerrogativas que o código de cavalaria lhe concede, neste caso lembrando a Avalor que ele já lhe oferecera o seu serviço.

¹⁹⁶ Cf. G., p. 112 (T.A., p. 170): «Tudo isto ouvi eu falar muitas vezes a meu pai que em tamanho grao o alçava o amor deste cavaleiro, que jurava em sua fee nunca ouvir nem ver outro tam estremado em bem querer».

como pretexto para deixar à margem os antecedentes da história ¹⁹⁷, a que a narradora vagamente alude, hipótese que depois se acentuará quando aquela, uma única vez, e precisamente ao referir factos não directamente ligados à história que a ocupa, remete para narrativa anónima ¹⁹⁸. Parece-nos, por conseguinte, ser possível depreender que esta utilização da voz popular é recurso que se reserva para alusões a matéria que, por menos pertinente — antecedentes ou desvios — se abandona, isto é, precisamente para, explicitando a subordinação à perspectiva restrita adoptada, relevar a opção por determinada estrutura ¹⁹⁹. Perante isto, perceber-se-á por que consideramos estranhamente anómala a utilização do processo na sequência de Avalor/Arima, sobretudo quando esse interposto saber anónimo é invocado não para informar mas para nublá-lo, adensar o tom de mistério ²⁰⁰.

— Embora o objecto da narração apareça ocasionalmente designado pela Dona ²⁰¹, o seu estatuto de algo já pronto e ordenado, com uma existência autónoma, anterior à narração da Dona e que esta apenas actualiza, só aparece explicitado em duas referências ²⁰². Já na sequência de Avalor há contaminações ²⁰³ inexplicáveis.

¹⁹⁷ Cf. p. 23 (T.A., p. 79). Assim sendo, a continuação de Évora, ao incluir tais antecedentes (desenvolvendo meras alusões que o texto comportava e que não é possível pretender que sejam mais do que isso, alusões, já que são rejeitadas em favor de um princípio, uma lógica intrínseca a que se deve uma ordem notável), perverte uma vez mais o quadro original.

¹⁹⁸ Trata-se da referência à história pessoal da Ama (cf. G., p. 60; T.A., p. 116).

¹⁹⁹ Por isso é que entendemos que a maior inconsistência da tese de Salgado Júnior, corporizada num dos melhores trabalhos de conjunto que sobre a M.M. se escreveram, é ter perdido de vista esta coerência interna de uma narrativa que, à partida, tem estabelecido o seu próprio domínio. Confinando-se a um sucesso que a justifica e subordina, nada nos permite ler literalmente, como «promessas» de outras histórias (cf. *op. cit.*, p. 56), justificações discursivas que nesta aparecem para salientar a sua unidade e ordem interna. Aliás, o próprio autor deste estudo sabe interpretar como «simples efeito literário» declarações que diz não poderem ser tomadas «à letra» (*op. cit.*, p. 55). É caso para perguntarmos por que hão-de tais «promessas» ser tomadas «à letra»... De qualquer forma, mesmo admitindo tal «plano decamerónico» (p. 123) para a M.M., se tais histórias viessem a ser contadas o texto seria já outro! Perante o de que dispomos, não há maneira de avalizar conjecturas do género que, sem nada que lhes garanta o sentido ou o objectivo, permanecerão de resultados vãos.

²⁰⁰ Cf. G., p. 119 (T.A., p. 179): «nam se soube entam... ouvi eu dizer que nam deve ser concertado...» [Ms. Madrid e Évora: «contado»].

²⁰¹ Cf. pp. 14, 20, 41, 46, 87 e 96 (T.A., pp. 67, 73, 98, 103, 143 e 153).

«Agora torna a Avalor» (G., p. 112; T.A., p. 171) é uma ocorrência inconsistente²⁰⁴. Mais notória é a assombrosa desatenção com que deparamos a p. 115 (T.A., p. 173): «Todas estas cousas e outras que nam sam escritas neste livro...»²⁰⁵. Neste caso, é a referência ao escrito e ao objecto livro que se torna, no contexto enunciativo que vimos caracterizando, mais que inoportuna, aberrante. E porque o escrito só aparecia na parte inicial da obra²⁰⁶, e aí sem qualquer quebra de coerência, não será de todo vão confrontarmos esta ocorrência com outra, ainda mais flagrantemente inconcebível, no texto de Évora, a p. 146 (T.A., p. 205): «porque verdadeiramente se escreve delle...» (Avalor). Ora este modo de dizer, na narrativa, aponta para um código bem conhecido, à época: o dos romances de cavalaria²⁰⁷.

²⁰² Cf. G., p. 63 e p. 84 (T.A., p. 119 e p. 141). O «mas» é um morfema discursivo, assinalando não tanto a ruptura como a transição; serve, em ambos os casos, para retomar a narrativa — no primeiro, após o diálogo; no segundo, após um comentário da narradora.

²⁰³ Só nos ocorre tal termo para designar esta presença incómoda e atípica, num texto até aí criterioso nas suas formas de ligação, abstendo-se da inexpressividade formular dos romances de cavalaria.

²⁰⁴ Diferente seria a assumpção, pela narradora, dos critérios de condução da matéria narrativa. Cf., a este título, a lógica interna exemplar que justifica, na p. 46 (T.A., p. 103), «E torno-vos ao cavaleiro». Note-se que as variantes do Ms. Madrid («Agora torno a Avalor») e de Évora («Agora tornemos Avalor») são, neste contexto, muito mais plausíveis.

²⁰⁵ Também neste ponto sente T. Amado a conveniência de uma explicação em nota (p. 173, nota 574): ««escritas neste livro» pode ser dito pela Menina ou por Bernardim, mas não pela Dona. Não se trata forçosamente de lapso; *transferências* de sujeito do discurso semelhantes a esta encontram-se em romances modernos, de A. Bessa Luís, por exemplo». Além de não nos parecer muito acertado o paralelismo, convenhamos que o enunciado só pode ser atribuído à Dona, não havendo qualquer intenção subjacente, pelo que também neste caso o texto parece incorrer em contradição, desta feita enunciativa — é que um regime previamente fixado, um modo de funcionamento discursivo não pode ser assim posto em causa, a não ser que se acaulem condições para determinados efeitos.

²⁰⁶ Cf. pp. 3 e 5 (T.A., pp. 57, 58 e 59): «começar a escrever as cousas que vi e ouvi»; «este libro»; «este livrinho». Já na p. 19 (T.A., p. 73), é a Dona que se refere aos «livros de historias», cheios de donzelas «que ficaram chorando por cavaleiros que se hiam...».

²⁰⁷ Feitos de convenções a que os autores da literatura sentimental peninsular nem sempre se quiseram, ou souberam, furtar. Se algumas dessas convenções ainda se projectam no texto comum da M.M. (para além do discurso introdutor da Dona, toda a primeira sequência, do «passo» da ponte à chegada

Não será, então, possível ler os deslizes anteriores como interferência de códigos, em que as referências ao escrito²⁰⁸ caem como nós numa rede de oralidade e marcado pelas referências à tradição oral? Não vemos outra explicação. Agora o que não deixa de ser sintomático é que tais deslizes nunca ocorram na sequência de Binmarder/Aónia, que apresenta uma construção textual depurada e um grau de coerência, mesmo a nível micro-estrutural, que não exige do leitor o esforço de um «comportamento de recuperação por acesso estratégico ao mundo da emissão»²⁰⁹.

— De qualquer modo, atribuída ao pai ou a uma tradição anónima, autonomizada como *conto* ou *história*, objecto de diálogo ou experiência passada a escrito, a matéria de que é feita a «história dos dous amigos» considera-se de há muito sedimentada, integrando até complementos de informação posteriores aos acontecimentos.

Não deixa, por isso, de aparecer como bizarria um fragmento que imediatamente se segue ao romance de Avalor e que transporta

do cavaleiro que «vinha de longes terras buscar aquella aventura por mandado de hũa senhora...» (p. 40; T.A., p. 97), está imbuída de implicações cavaleirescas) e se a Dona se refere à história que vai contar em termos que não deixam dúvidas quanto à sua índole cavaleiresca, quer-nos parecer que tal enquadramento e caracterização serve de pano de fundo à exploração de um outro tipo de aventura. [Não passará, assim, de suporte de transição para uma literatura que é, acima de tudo, de reflexão sentimental e de ensinamento moral. Daí que a Dona se escuse depois a ir além do mais contido resumo das «cavalerias» — cf. p. 26; T.A., p. 82]. E isto porque o mundo narrativo em que depois mergulhamos supera tais convenções e limites, cruzando outros códigos, numa execução que é, no seu todo, singularmente original. Contudo, a partir de determinado momento — pelo menos e seguramente depois do romance de Avalor — caímos num outro mundo, povoado de desvios para que não há a mínima prevenção e em que a acção passa a ser a defesa de donzelas agravadas e vingativas...

²⁰⁸ Formas de desresponsabilização do autor/tradutor das novelas de cavalaria em prosa e, concomitantemente, medida do crédito que merecem, pautando-se por uma autoridade extrínseca em que se apoia a instância mediadora que narra.

²⁰⁹ CHAROLLES, Michel — *Introduction aux problèmes de la cohérence des textes*, in «Langue Française», n.º 38 (1976), p. 38. Embora o autor esteja sobretudo interessado nos textos de alunos, tal comportamento respeita à leitura de quaisquer outros, sendo o que permite encontrar um fio aparentemente solto, reconhecer ou interpretar elos invisíveis, explicitar conteúdos implícitos ou representações culturais que num texto interagem e que tantas vezes nos não deixam aceder facilmente à totalidade do seu significado.

igualmente significativas marcas de enunciação: «Parece que a sua desventura de Avalor (*que assi lhe chamo eu*) deu com elle para aquella banda para onde era levada a senhora Arima, que esta nosa seria então» (p. 124; T.A., p. 182). Neste caso, é a explicitação relativa ao nome de Avalor que nos intriga²¹⁰ — não só porque se trata de um caso isolado no texto²¹¹ como pela única interpretação plausível a que é legítimo chegar, a de que o nome da personagem não seria necessariamente esse, ou seja, autorizando sub-repticiamente o leitor a supor tratar-se de um nome encoberto, atribuído por quem narra, pseudónimo ou anagrama. Ora isso contraria, como vimos vendo, a lógica duma história consumada há muito e supostamente sem intervenção narrativa por parte de quem a transmite.

— Se exceptuarmos estas anomalias por que parece primar já a última sequência do texto comum, todas as ocorrências com marcas linguísticas de primeira pessoa expressas funcionam no sentido que já apontámos para a maioria das referências ao pai, como índices de coerência e coesão a nível macro-estrutural, já que garantem a continuidade do texto, respeitando os parâmetros que condicionam a sua suposta enunciação.

Assim, um grupo delas remete para a própria organização da narrativa, da selecção dos factos a narrar — segundo critérios de pertinência e oportunidade — à ordem estabelecida pela narradora²¹².

²¹⁰ A não ser que se entenda que o «lhe» se refere a «desventura», o que seria também uma estranha intervenção da narradora, numa outra ordem de considerações...

²¹¹ De facto, se o nome Binmarder é sugestivamente adoptado, em condições que nos são relatadas, pelo cavaleiro que também «se fora arder» (p. 51; T.A., p. 108) e «que a si mesmo queria jaa em parte leixar» (p. 50; T.A., p. 107), e se Lamentor «assi se chamou» (aportado) «nestas partes» (p. 23; T.A., p. 79), não há é dúvida de que a narradora toma esses nomes como sendo aqueles por que as personagens passaram à «historia», servindo-se deles e nunca sugerindo, sequer ao de leve, serem fruto da sua invenção para efeitos de uma narração de cuja matéria seria objectivamente co-autora.

²¹² São assim marginalizados: os feitos na justa (as «cousas de grande esforço e valentia»), porque «ainda que as mulheres folguem muito d'ouvir cavalarias, nam lhes estaa bem contarem-nas, nem ellas parecem na sua boca como na dos homens que as fazem» e porque a narradora já não as tem bem presentes (cf. 26; T.A., p. 82); e o conto relativo à Ama, porque seria um desvio do «caminho tomado»: a história dos dois amigos (cf. p. 60; T.A., p. 116 [Note-se que a mesma lógica é invocada para o abandono das «cousas de

Algumas reportam-se ao já enunciado (aludindo a determinados elementos que repetem ou retomam discursivamente, com vista a uma progressão narrativa²¹³) ou antecipam dados do projecto narrativo, aludindo ao que virá a ser enunciado²¹⁴. Um outro grupo tem, a nosso ver, uma função mais retórica, acentuando sentimentos²¹⁵ ou características das personagens²¹⁶ ou relevando, por opiniões da narradora — que assim invade deliberadamente o terreno da história, interpretando-a subjectivamente —, o conteúdo das proposições²¹⁷.

— Finalmente, e ainda cuidando só das marcas linguísticas que reflectem, no texto, a situação de enunciação, há que referir a profusão de signos deicticos, índices que situam a história, relacionando entre si elementos de ordem temporal ou espacial, ou manifestam relações entre essa história (passado) e o discurso da Dona (presente e circunstâncias da enunciação).

Embora a primeira função nos interesse menos, será bom registar que toda a sequência de Binmarder/Aónia apresenta um

Lamentor» — p. 46; T.A., p. 103 — e para as «maravilhas grandes» — p. 96; T. A., p. 153 — da ilha em que se passará a história de Arima.] A memória da narradora, abalada pelo desgaste que o tempo provocou nos seus registos, serve também de justificação para as «muitas cousas» que se passaram e ficam por dizer: cf. p. 59 e 107 (T.A., pp. 115 e 165). Também a vontade narrativa é expressa retoricamente para determinada sugestão ou escolha: cf. pp. 74 e 80 (T.A., pp. 130 e 137).

Que há, à partida, uma ordem narrativa rigorosamente trabalhada, indicam-no expressões como «mas pera isto seu tempo virá» (p. 41; T.A., p. 98) ou «assi o deixaremos pera seu tempo» (p. 42; T.A., p. 99), que não são, no texto, meras fórmulas para passar adiante — a última vem a ser, logo depois, recuperada em «E torno-vos ao cavaleiro» (p. 46); T.A., p. 103).

²¹³ Cf., no sentido que vimos apontando, pp. 23, 60, 68, 90 e 106 (T.A., pp. 79, 119, 124, 146 e 163).

²¹⁴ Cf. p. 89 (T.A., p. 145).

²¹⁵ Cf. pp. 93, 96 e 117 (T.A., pp. 149, 153 e 175).

²¹⁶ Cf. p. 111 (T.A., p. 169): «Assi que isto tinha ella que ainda nunca ouvi dizer que o tevesse outra...».

Uma expressão aparentada é a que aparece na p. 120 (T.A., p. 178) («Mas dahi a poucos dias o que elle por isso fez. Ouvi eu dizer que nam deve ser concertado antre donzellas»), utilizada como justificação para o que não passará de alusão enigmática — «o que elle por isso fez» — e contribuindo para o clima de vazios narrativos que caracteriza a sequência em que se insere.

²¹⁷ Com locuções como «a meu fraco juízo e parecer» (p. 59; T.A., p. 115) ou com verbos: «cuido eu» (p. 85; T.A., p. 141), «não creio eu» (p. 95; T.A., p. 151), «cuido eu verdadeiramente» (p. 108; T.A., p. 166).

elevado grau de coesão ²¹⁸, o que já não acontece com a de Avalor/ /Arima ²¹⁹ e vem a ser perfeitamente subvertido na parte exclusiva de Évora ²²⁰.

²¹⁸ A sua narração aparece indubitavelmente confinada a um espaço preciso e subordinada a um critério cronológico. Se exceptuarmos os condicionamentos de perspectiva narrativa (cf. p. 80; T.A., p. 137) e algumas antecipações e recuos ao longo do percurso narrativo, todos os factos são narrados numa ordem rigorosa («no tempo passado»; «hum dia pela manhã»; «tee bem tarde... aquella noite»; «vindo a noute»; «Era jaa menham crara»; «por longo espaço»; «Nam passou muito tempo»; «como forçado da noite»; «mas nam tardou muito que...»; «Nam tardou nada que...»; por aquella noite»; «em a longa noute»; «Muito tempo passou...»; «Començava a cahir a calma»; «naquelle dia»; «dormir toda a noute [seguinte] nam pôde»; «ainda bem nam era menhãa»; «veo-se a noute aquelle dia... aquella tade»; «aquella cea»; «aquella noite»; «pola menham»; «todo aquelle dia»; «vinda a noite»; «atee pela manhã»; «de que muitos dias esteve mal depois»; «era entam ao outro dia bespera do seu dia»; «Assi passou»; «E daqui tee que lhe aconteceu... se passarom tempos...»; «o dia dantes»; «toda aquella noite»; «E veo aqueloutro dia»; «ainda bem nam era menham»; «Aquelle dia à tarde»; «alguns dias»; «Antre tanto...»; «pouco a pouco») e não há qualquer confusão ou sobreposição de espaços, tudo se passando, depois da primeira cena na tenda, entre a margem do ribeiro e as «casas pera recolhimento»; da visão através da fresta da câmara onde dormia Aónia à cena do encontro a sós, na «casa palhiça» do monte lá perto, também nada perturba a lógica das relações entre os locais evocados.

²¹⁹ A primeira grande perturbação ao esquema canónico anterior é o que pressupomos resultado de uma lacuna no texto: a primeira cena, a da despedida, passa-se na «camara onde seu pai soia sempre d'estar depois da morte de Belisa» (p. 97; T.A., p. 154); Arima parte com as suas tristezas e logo a frase seguinte ao comentário da narradora (cf. p. 101; T.A., p. 158) introduz um «elle» que não corresponde anaforicamente a nada, no texto; logo depois, a cena da apresentação é suposta passar-se na corte, a fazer fé nas referências que se seguem: «toda aquella parte... do ceram...»; «determinou nam hir ao paço tam azinha» (p. 106; T.A., p. 164). De facto, depois de «E Arima partio com as suas...» (p. 101; T.A., p. 158), não tem cabimento a inclusão, sem mais, de uma outra cena, a da apresentação, no contexto das despedidas. Tal mudança inopinada de espaço, sem nada que no texto a previna, comprova a lacuna que deduzíramos já da forma como é introduzida a nova personagem — Avalor. Por outro lado, a passagem do tempo é dada, nesta sequência, de forma aparentemente mais fluida e lenta, ainda que se continue a evocar a sequência dos acontecimentos com referências precisas: «aquelle dia, e mais o outro, mas quando veo o outro»; «por ser jaa de noite», «ao outro dia alto»; «a hum dia e a outro»; «aquella noite»; «ao outro dia»; «todo hum anno de dia a dia»; «hũa vez»; «E dahi a hum tempo»; «grande tempo»; «E por derradeiro... hũa vez...»; «muitos dias»; «Despois»; «dahi a poucos dias»; «muitos dias enfindos».

²²⁰ Desde a multiplicação confusa de cenários (povoados de elementos exóticos e de castelos sem fim) ao desenvolvimento de sequências por alternância,

As coordenadas da enunciação configuram, desde o início, no discurso da Dona, as coordenadas do mundo evocado, numa relação de oposição que já a seu tempo comentámos.

De facto, o início da narração ²²¹ transporta-nos para um mundo de que já conhecíamos os parâmetros ²²². A distância temporal entre o *agora* da enunciação e o *então* da história contada ²²³ reflecte-se nesse espaço comum (que, sendo o mesmo, é já outro), resolvendo-se naturalmente como diferença, mas em termos de prestígio para o mundo evocado como passado, cuja qualidade ²²⁴, comparada com a decadência presente, justifica o tom de nostalgia que tem sido sentido como característico da obra. Por isso é que o espaço desse vale tem um significado preciso (que vem depois a esbater-se ²²⁵),

a interrupções definitivas de alguns projectos narrativos (que se deixam pura e simplesmente cair depois de um investimento que os faz supor pertinentes: aventuras de Avalor; história de Famburadão, Fartasia e Florbão) e a um retomar de matéria narrativa deliberadamente não abordada no núcleo original (antecedentes da história de Belisa; aventuras de Lamentor; novas explicações para a entrada em cena de Binmarder-Narbindel), tudo parece possível meter nesta amálgama anárquica de aventuras em que a narração anda aos saltos sem nenhum governo que a sustente.

Quando Asensio contrapõe a um dos argumentos de Salgado Júnior (cf. atrás, nota 199; vd. *Bernardim Ribeiro a la luz...*, pp. 204-205: «Los Manuscritos... a veces inutilizan conjeturas laboriosamente edificadas como la de Salgado Júnior que... de una frase «Esta estoria será longa» (p. 23) infiere que en el plan de Bernardim entraba el contarla. Pero los Manuscritos escriben «seria» y no «será»») o cuidado a ter com o próprio texto, que pode induzir em erro e precipitar leituras pouco controladas, não está só a questionar a validade de um pormenor mas toda a base em que assenta uma tese — a de que a M.M. seria uma espécie de Decameron sentimental.

Voltaremos adiante a esta problemática.

²²¹ «De reinos estrangeiros dizem que veo *no tempo passado* ter a *estas partes* um nobre e famoso cavaleiro. Aportou cerca onde este pequeno rio, *que por aquí corre, entra no mar*» (p. 23; T.A., p. 79).

²²² «hũa historia»; «dos desastres que sobre este ribeiro acontecem»; «muito falada nesta terra toda e por aqui derrador»; «muito ha que aconteceo» (p. 14; T.A., p. 67).

²²³ «... por entre o arvoredado deste valle, que bem podeis ver quejando seria *entam*, pois *agora* o he tanto...» (p. 24; T.A., p. 80).

²²⁴ Já assinalámos alguns factores, dos cavaleiros («jaa a geraçam delles nam avia ahi» — p. 20; T.A., p. 74) à terra («passou o tempo de quando foi leda, veo este de quando avia de ser triste» — p. 21; T.A., p. 75), esse vale «de mais triste sombra que outro ninhum» (p. 21; T.A., p. 74).

²²⁵ É claro que a corte evocada como cenário para a sequência de Avalor/Arima só pode ter sentido enquanto oposição à «vida no monte» se

conferindo um determinado tipo de unidade à obra, no seu conjunto — sendo palco dos acontecimentos relativos à Menina, é o *aqui* da situação de escrita ²²⁶; sendo o *aqui* da narração da Dona, condiciona também os acontecimentos relativos à história dos dois amigos.

Não nos restam, pois, dúvidas de que todas essas referências, sendo uma constante no texto, contribuem também para a sua coerência e coesão.

Assinale-se, contudo, que algumas delas parecem levantar problemas — referimo-nos às que designam o espaço geográfico da história contada pela Dona em termos que parecem contradizer a sua coincidência com o espaço da enunciação.

Haverá que ler a oscilação entre *este* e *aquele* como resultado possível de variantes devidas ao modo de circulação do texto ²²⁷ ou reflexo da diferença dos modos de enunciação que nele se cruzam. Neste sentido, os marcadores de distanciação acentuam o enunciado propriamente narrativo, ao passo que a interferência dos parâmetros da situação de enunciação pode condicionar, ao nível textual, índices que fazem emergir o pendor discursivo do enunciado, relevando essa espécie de diálogo sempre presente — não só o que subjaz à situação, entre a Dona e a Menina, como o das relações que se vão estabelecendo entre o mundo de que se fala e o mundo de quem fala. Assim, vezes há em que, por misturas subtis, a narradora deixa escapar para enunciados relativos a falas de personagens em discurso transposto, indirecto, elementos relativos à própria situação em que se encontra, vindo estes a, por menos esperados, trazer o plano do contado para o do presente da enunciação que passa, deste modo, a ser enfatizado sempre que contamina formas de discurso narrativizado ou transposto.

aceitarmos o pressuposto de que «os desastres», os «grandes acontecimentos de desaventuras que nella ouve» (p. 14; T.A., pp. 67-68) — isto é, o desfecho — viriam a ocorrer, conforme a Dona refere, na terra em que e de que fala.

Deste modo, assim lançados os dados, o projecto textual haveria de contemplar, inevitavelmente, a confluência de personagens e acontecimentos para esse vale onde tudo, em definitivo, se jogaria; mesmo em abstracto, todos os desvios e dispersões, dificultando a concentração prevista, fazem perigar essa pretendida unidade, pelo que só seriam concebíveis uma vez assegurada a necessidade de tal convergência.

²²⁶ Cf. G., p. 3 (T.A., p. 57): «agora jaa ha dous annos que estou aqui...»

²²⁷ O que o ms. de Madrid confirma em, pelo menos, dois dos casos.

Logo, cremos ser possível explicar cada uma dessas ocorrências segundo o modo de enunciação para que remete ²²⁸, aquilo que a narradora pretende relevar, chamando a atenção para um espaço significativo em termos de coincidência ou distanciamento.

Se, como é sabido, cada texto dispõe o seu universo de referências (aqui, um mundo enunciativo e um outro mundo que se relaciona com o primeiro, por exemplo em termos de oposição de tempo e coincidência de espaço), julgamos do maior interesse a análise das relações entre um enunciado completo e elementos em situação. Aquela a que procedemos, partindo da *deixis* como manifestação desse sistema de relações, levou-nos à conclusão de que, a haver qualquer critério que justifique a oscilação que detectámos e descrevemos, esse será o da intromissão de factores do mundo enunciativo, que passa a inundar o espaço distanciado do mundo da história, fazendo ocasionalmente da coincidência sobreposição.

Isto no que respeita às primeiras sequências, porque na última a questão deixa de se pôr do mesmo modo: exceptuando algumas referências com que é introduzida esta história ²²⁹, o seu desenvolvimento nunca inclui elementos de interferência como os que acima apontámos; antes, tratando-se de um outro espaço ²³⁰, as únicas marcas linguísticas que o referem são «alli», «naquelle terra», «laa», «naqueloutra cidade» e «dalli» ²³¹.

Adiante, contudo, a seguir ao romance de Avalor, há uma outra referência que faz pender os acontecimentos para o suposto local em que são contados ²³²; donde se depreende, para além da

²²⁸ Não pode aparecer como mero acidente a transfusão de discursos que vai confundindo — e uma ou outra vez de modo ambíguo — as vozes de que o texto se faz eco.

²²⁹ «Dentro neste nosso mar Oceano (em que aqui perto entra *este* rio) contam que avia *naquelle tempo* hũa ilha...» (p. 96; T.A., p. 154).

²³⁰ Muito maltratado, por sinal — além de se não perceber onde se dá a cena da apresentação de Avalor a Arima, o texto refere a partida da corte «pera hũa cidade do sertam» (p. 106; T.A., p. 164) e uma ou outra cena lá passadas; avançando depois a narração um ano (o que é referido sumariamente), vem a deter-se, depois de um resumo, sob forma iterativa, do comportamento de Avalor «naquelle extremo do anno» (p. 112; T.A., p. 171), numa cena — a da queda de Avalor — que se ignora se passada no «paço» referido a p. 106 (T.A., p. 164) ou no «paço» referido a p. 110 (T.A., p. 169)!

²³¹ Cf.: G., pp. 96-97, 109, 110 e 117; T.A., pp. 154, 167, 168, 169 e 175.

²³² «Parece que a sua desventura de Avalor (que assi lhe chamo eu) deu com elle para aquella banda para onde era levada a senhora Arima, que *esta nosa* seria então...» (p. 124; T.A., p. 182).

intenção visível de continuar esta história ²³³, a percepção da necessidade textual de convergência, que enunciados anteriores implicam, para o primeiro espaço referido ²³⁴.

I.2.2. Vimos como determinadas marcas de enunciação, ao longo das sequências narrativas, funcionam, em geral, como índices de coerência e de coesão do texto, procurando garantir a identidade e a continuidade de um discurso que apela consecutivamente para si mesmo e para os pressupostos que o condicionam. O que não pode deixar de ser significativo, para além dos elementos linguísticos com que, no texto, é possível identificar explicitamente a situação que suporta o enunciado, é haver ainda nele uma série de signos sob que emerge o contributo da subjectividade do narrador. Quer isto dizer que todo o enunciado reenvia ainda à instância que o produz através do modo como o discurso é aqui assumido.

Com efeito, é possível isolar, de entre os parâmetros que intervêm na fala da Dona, o tipo e o peso das intervenções através das quais a narradora assoma implicitamente na narrativa e até determinar os efeitos dessa intromissão.

Sendo esse plano discursivo uma dimensão importantíssima do texto, é a qualidade da sua formulação, talvez mais do que a relação proporcional que mantém com os elementos da história, que importará realçar.

De um modo geral, pode dizer-se que o que confere ao texto esta espécie de homogeneidade que o leitor percebe na projecção marcada do sujeito no discurso é, para além de uma acentuada identificação com o mundo evocado e com os valores atribuídos às personagens, o carácter fortemente impressivo da narração e a tendência para formas avaliativas.

Se não separamos os recursos que conduzem a cada um destes aspectos (dos verbos de julgamento aos advérbios e adjectivos que

²³³ Não contrariando, a bem dizer, os termos com que se assinalava a sua interrupção — «nam se soube entam inteiramente mais que por hum cantar...» (p. 120; T.A., p. 179) —, antes desenvolvendo uma inferência possível a partir de «entam», a de que o desconhecimento dos factos, à época, não invalida a hipótese de qualquer informação posterior.

²³⁴ O problema é que o texto que se segue não respeita o que aqui é projectado, adiando sucessivamente esta história, que vem a exaurir-se, até, depois de perder todo o seu sentido, ser declarada impertinente: «por nam ser este conto nosso!» (p. 157; T.A., p. 216).

traduzem apreciação, dos modos de formulação enfática a todos os matizes modalizantes), é porque tal divisão não daria conta das formas correntes — em que o processo raramente é uno — sob que essa quase sistemática intrusão da narradora se faz.

Do que não há dúvida é de que a prática narrativa da Dona exhibe a perspectiva de quem conta e «conta»²³⁵ mais do que «mostra».

Alguns dos comentários de que se vão pontuando as histórias, repetindo determinados esquemas sintáctico-semânticos para a interpretação dos factos, funcionam como ecos com que o leitor se familiariza, o que acaba por ter efeito no sentido de estender o fôlego narrativo.

Assim é que as explicações para os factos se prendem normalmente com outras, de índole psicológica, que sondam, de modo o mais curioso, o íntimo das personagens. Para isso, a narrativa recorre com frequência a um tipo de construções que emaranham o fio do discurso, relevando a complexa teia de motivações, atitudes e desejos, ou até lampejos de consciência que as personagens têm face àquilo que as move²³⁶.

Ora aquilo que as move é, em última instância, a sua desventura; os passos da mudança são os imponderáveis acertos que, pelas malhas do amor, preparam a hora do que há-de vir²³⁷.

De modo que, como já foi referido a propósito da primeira parte, relativamente às figuras da Menina e da Dona, também as personagens das histórias contadas são compelidas, no exercício da

²³⁵ Ainda que, como se sente e veremos de que modo, no seu jeito peculiarmente indeterminado: «parece que...», «como que...», «nam me lembram...», «e, ou... ou...», «hã maneira de...».

Sobre a contraposição dos conceitos de «showing» e «telling» («mostrar» e «contar»), vd. BOOTH, Wayne C. — *A retórica da ficção*, trad. de M. Teresa H. Guerreiro, Lisboa, Arcádia, 1980.

²³⁶ Aliás, o afã de explicar o que se passa dentro das personagens vai às vezes longe, no esmiuçar das causas ou seus efeitos — a referência ao acontecido pode acompanhar, por exemplo, outras hipóteses, meras eventualidades através das quais a narradora se compraz em mostrar como estão condicionados os acontecimentos. Por outro lado, à tendência para o comentário, a explicação do que se passa com as personagens, correspondem determinadas relações sintácticas como a insistência típica no «que» causal ou a frequência das adversativas, muitas vezes dobradas ou associadas a concessivas. Neste sentido também, dá a narradora conta do que pensam as personagens e de como interpretam os acontecimentos, nomeadamente dos raciocínios que se fazem umas acerca das outras.

²³⁷ Cf.: G., p. 68 («E como assi o vio...»); T. A., p. 124.

sua vontade, por algo que as transcende e as encaminha para os fins que lhes competem. «Força(d'amor)» ou «forçado»²³⁸ são termos que traduzem bem esse constrangimento imposto à sua liberdade, que a narradora se não cansa de ir oportunamente lembrando²³⁹.

Como se vê por alguns dos exemplos averbados em nota, a responsabilidade pelo comportamento das personagens não lhes pode ser de todo atribuída, cabendo antes, segundo a narradora, aos acontecimentos, determinados por uma ordem que inviabiliza o que humanamente se possa ter projectado.

É assim que o conteúdo de um número significativo das intervenções que vimos estudando se liga aos acertos, à mudança e à desventura, em modulações e glosa do que já havia sido dado, na primeira parte, como tema²⁴⁰.

²³⁸ Às vezes é antes uma forma de dizer que há sempre algo que chama à realidade, interrompendo o enleio ou o torpor a que as personagens se abandonam. Vd., como exemplo do recurso, num recorte de paralelismo que é também exemplar: «E assi foi forçado levantar-se Aonia e hir-se, e Bimarder ver tudo e ficar» (p. 88; T.A., p. 144). Cf. ainda, p.ex., pp. 66 e 106 (T.A., pp. 122 e 164).

²³⁹ Que são as coisas que agem, contrariando até a vontade ou os planos das personagens, provam-no os exemplos que se seguem, num processo de narrar que se diria apostado em salientar a contingência do que acontece: «como forçado da noite mais que da vontade» (p. 51; T.A., p. 108); «delle o tinham desterrado os seus cuidados» (p. 57; T.A., p. 113); «o cansaço do corpo adormeceo aquella parte dos sentidos sobre que tinha poder» (p. 57; T.A., p. 113); «naquelle cuidado que o assi tomara e assi o seguia» (p. 57; T.A., p. 114); «ate que a menhã crara o levou dalli bem contra sua vontade. E porem nam se pôde hir longe dalli» (p. 80; T.A., p. 137); «que grandes averes tinha pera ella guardados, se a [ventura] a nam tevera guardada pera outros» (p. 96; T.A., p. 153); «Arima (que hia entam tam fermosa, como o ella era e pera o que ella nam cuidava)...» (p. 102; T.A., p. 159); «querendo-lhe jaa sem o ter determinado» (p. 102; T.A., p. 160); «perseguido da lembrança da Arima» (p. 106; T.A., p. 164); «Mas esta sua detreminaçam saio-lhe doutra maneira, como tudo» (p. 106; T.A., p. 164); «mas pera hũa cousa os fazia ella, e pera outras cousas se faziam elles» (p. 107; T.A., p. 165); «e sempre lhe pareceo que nam ficava por elle, mas que nam podia mais ser» (p. 111; T.A., p. 169).

²⁴⁰ Cf. G., pp. 24, 59, 66, 73, 86, 90, 95, 101, 102, 111 e 113 (T.A., pp. 80, 115, 122, 129, 142, 146, 151, 158, 159, 169 e 171).

No que respeita a um dos temas mais glosados pela voz da narrativa — o amor —, os comentários que explicam o sentir ou interpretam o cuidar das personagens podem ser lidos como ecos de concepções poéticas sobre o enamoramento e os seus efeitos.

Alguns deles, dos mais significativos, são parêntesis — relativamente longos — na narração, de que se evidenciam por revestirem o carácter mais genérico de

As intervenções da narradora não se ficam, porém, pelo plano do acréscimo informativo (explicação ou informação suplementar) ou da reiteração discursiva, em jeito de glosa. Um número não despidendo de construções modalizantes orienta-se preferencialmente no sentido da alusão, sugerindo mais do que desvendando. Este processo discursivo — que, muito menos subtilmente, conduzirá, na história de Avalor/ /Arima (sobretudo na sua parte final, que precede o romance de Avalor) à inclusão de referências as mais enigmáticas — integra alguns dos recortes intra ou inter-frásicos mais típicos do texto: refiram-se, a este título, a recorrência do verbo «parecer»²⁴¹ e a insistência na construção «como que» ou «como»²⁴² e na coordenação disjuntiva («ou... ou...»)²⁴³.

asserções paradigmáticas (cf. p.ex.: G., pp. 47-48, 49 e 105-106; T.A., pp. 104, 105-106 e 163); outros são curiosas figurações do processo da amor-paixão, que é «a si mesmo... em parte deixar», «desconhecer-se», «sair de si» ou «perder o caminho» (cf.: G., pp. 50, 58, 107 e 108-109; T.A., pp. 107, 115, 165 e 167); outros ainda são encarecedoras formulações lapidares, por vezes em interrogação retórica (cf.: G., pp. 48, 58, 62 e 73; T.A., pp. 105, 114, 118 e 129).

²⁴¹ Das muitas dezenas de ocorrências em que «parecer» projecta modalmente, no discurso, a sua sombra sémica de dúvida (e já deixando de lado os casos em que a indeterminação é atribuída às personagens ou passada para o seu discurso), as mais interessantes são aquelas em que a forma verbal é introduzida parenteticamente ou que, se em dependência sintáctica no enunciado, asseguram os mesmo efeitos de diluição dos contornos do narrado numa subjectividade imprecisa (cf. G., pp. 34, 52, 59, 66, 71, 74, 80, 84, 88, 112 e 113; T.A., pp. 90, 109, 116, 122, 127, 130, 136, 140, 144, 170 e 171).

Uma outra série reporta-se à interpretação fatalista da narradora, que nunca desdenha da oportunidade de relacionar os eventos, nos sentidos já por nós apontados (cf. G., pp. 59, 68, 102 e 111; T.A., pp. 115, 124, 159 e 169).

²⁴² Quanto às formas de intervenção cujo suporte é o «como», interessa-nos, no contexto que vimos explorando, salientar um determinado tipo de construção que funciona esteticamente, no enunciado, como alongamento do seu fôlego. Deixamos de fora, por conseguinte, os comentários da narradora em que o «como» é causal ou tão breve quão transparentemente comparativo. Nos outros casos, os mais sugestivos, há ainda a distinguir os de que resultam efeitos semelhantes ao que descrevemos para o «parece» (cf. G., pp. 54, 63, 66, 87 e 98; T.A., pp. 111, 120, 122, 143 e 155) e os em que se estabelece uma comparação generalizante (cf., p.ex., G., p. 82; T.A., p. 139), que já foi ou será aplicada aos casos narrados — o que justifica um outro tipo de construção: «como aconteceu a...» ou «assi foi...». Veja-se, por exemplo, a interpretação conclusiva da narradora, na p. 82 (T.A., p. 139).

²⁴³ Que tanto serve o arredondamento parafrástico como as notas de subtilidade. Neste caso também, ou se trata apenas de outro modo de dizer,

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

Como quer que seja, todas estas formas de dizer ²⁴⁴ se ligam, num plano de coesão textual, ao modo subjectivo como o discurso é assumido, contribuindo, acima de tudo, para o carácter impressivo do mesmo.

De um modo geral, esta tendência acentuada para o enxerto, na história, de toda a espécie de comentários confere ainda à M.M. um ritmo muito próprio, a somar à harmonia que se deve, em boa

situando-se os pólos disjuntivos na fronteira da indistinação (cf. G., pp. 49, 68, 70, 110 e 120; T.A., pp. 105-106, 124, 126, 168 e 178), ou o acréscimo informativo não vai além da explicitação sugestiva da causa (cf. G., pp. 59, 70, 110, 112 e 113, T.A., pp. 115, 126, 168, 170 e 171).

²⁴⁴ Como outras que, por menos frequentes, não apontamos aqui — cf., a título exemplificativo, a construção que tem por núcleo os termos em itálico: «*nam* pos mentes naquillo de todo, *antes* o teve por mexerico» (p. 114; T.A., p. 172).

Note-se ainda que, para além de pequenos nódulos de função parentética, a preferência por construções negativas e restritivas pode jogar no mesmo sentido: «hūas raras lagrimas causadas dantre muito contentamento e muita door, *que d'ambas de duas soem ellas às vezes de vir*, as quais...» (p. 86; T.A., p. 142); «mostrou ser isto, *como dizem*, coraçam de pousada» (p. 110; T.A., p. 168); «ou *nam* podendo [soportar] a carga de seus olhos, grande (*como dizem que elle disse depois*), cahio» (p. 113; T.A., p. 171); «Mas *nam* tardou muito que logo *nam* tornase a seu verdadeiro cuidar...» (p. 52; T.A., pp. 108-109); «que *nam* foi pensada *sem* muitas lagrimas...» (p. 77; T.A., p. 133); «E *nam* fora isto nada, *senam* que...» (p. 73; T.A., p. 129); «*nam* no soube Aonia *senam* o dia dantes que a aviam de levar...» (p. 90; T.A., p. 146); «o que lhe fez sospeitar a elle que o que lhe ella dissera, *nam* seria *senam* de sua grande perfeçam» (p. 110; T.A., p. 168).

Esse arrastamento subjectivo do discurso deve muito também à forma como aparece articulado, a nível micro-estrutural—formas de ligação comuns são as que integram os elementos «e», «mas», ou «assi», ora remetendo para o enunciado anterior (p.ex., pp. 85, 90 e 98; T.A., pp. 141, 146 e 155) ou para a ordem narrativa (p. 89; T.A., p. 145), ora em elaborações gerundiais ou de tipo ablativo. Todos estes modos de articulação podem aparecer isolados ou associados em combinações cujo efeito mais sugestivo é precisamente o de lentidão na progressão temática, acentuando o carácter repetitivo do discurso: cf., p. ex.: «Acabadas estas palavras que *nam* foram ditas *sem* lagrimas e muita door de todos...» (p. 43; T.A., p. 100); «Mas assentado o cavaleiro ao pee do freixo...» (p. 47; T.A., p. 103); «Mas recolhidas que ellas foram...» (p. 74; T.A., p. 130); «Assentando a Ama nisto...» (p. 81; T.A., p. 137); «E deixando-se ficar toda com os olhos, se foi, *assi* levada...» (p. 89; T.A., p. 144); «E isto, alem de ser *assi*, porque he *assi*, era tambem...» (p. 116; T.A., p. 174); «E carregando estas palavras com hūa graveza de prezença agravada...» (p. 116; T.A., p. 175).

parte, à comunhão de núcleos temáticos e à transfusão de valores entre os mundos representados ²⁴⁵.

Como se terá tornado evidente, toda a narração acaba por se ressentir do peso e formas da intervenção que vimos referindo. Na M.M., tendendo o estilo narrativo para a dilatação, para a explicação parentética ou amplificadora do que já era, muitas vezes, comentário, decresce consideravelmente a quantidade de informação, pelo que há planos narrativos permanentemente adiados.

Por um lado, e paralelamente a uma certa dificuldade na progressão ²⁴⁶, e a algumas prolepses repetitivas com função de anúncio ²⁴⁷, a descrição aparece frequentemente reduzida a notações subjetivas, por vezes àquilo que Varela chama «truque de descrição por impressão» ²⁴⁸.

²⁴⁵ A circulação dos mesmos esquemas nos vários contextos comunicativos sobrepostos vem até a operar ambiguidades que não deixam, também elas, de estar de acordo com uma certa fluidez semântica que caracteriza a novela. Tal imprecisão decorre, por exemplo, da mistura de níveis enunciativos. A dificuldade de atribuição de alguns comentários às personagens a quem supostamente pertencem, por ser uma estratégia típica da narradora, pode prejudicar a leitura do texto, como se vê, por exemplo, na p. 93 (T.A., p. 149): «Antre tanto... que a levarem». Nesse passo, poder-se-á o leitor iludir quanto à responsabilidade do comentário sobre o percurso matrimonial... Aliás, a nota que T. Amado lhe apõe (*op. cit.*, p. 149, nota 442) deixa pressupor, se não estamos em erro, o tipo de deslize para que se chama aqui a atenção.

Casos há em que só o tempo verbal indicia tratar-se não de um comentário da narradora, mas de um juízo qualificado da personagem (cf. G., pp. 66 e 84-85; T.A., pp. 122-123 e 141).

²⁴⁶ Que se torna manifesta quando a narradora, por exemplo, para passar adiante, procede por saltos um tanto bruscos — cf., na p. 90 (T.A., p. 146), como é introduzida a notícia do casamento de Aónia. T. Amado refere em nota (426, p. 146): «Todo este parágrafo dá a impressão de ser um enxerto de outra mão, uma maneira pouco hábil de introduzir a cena da saída de Aónia: o tom é de repente meramente noticioso, e o primeiro período e o começo do segundo estão inteiramente fora do contexto...».

²⁴⁷ São as que suportam, na narrativa, toda a carga de predestinação.

²⁴⁸ Cf. *op. cit.*, p. 372. O autor refere-se mesmo a uma passagem de *Grisel* («parecia o sol escurecer-se e o céu querer disso tomar sentimento») que nos lembra o episódio do rouxinol («E pareceu aquilo sinal de pezar àquelle arvoredo seu caso tam desestrado») — p. 9; T.A., p. 63). E explica tais limitações narrativas como uma escolha deliberada, salientando o facto de a cultura de corte desdenhar da realidade vulgar e lhe contrapor um idealismo selecto que as suas formas nobres de evasão traduziriam, caracterizando-se por sempre convocarem a imaginação.

Por outro lado, fazendo-se o ritmo narrativo da espécie de imobilidade concentrada que os excursos da narradora condicionam — enquanto ecos ou suspensões do que vai sendo contado do que naquela terra aconteceu — e da alternância singulativo/iterativo, aquilo que tem sido apontado como o carácter estático da novela decorrerá também ²⁴⁹ de uma impressão de leitura — a de que pouco se passa realmente, em termos de acção exterior, fora do que é dado como recorrente. Neste sentido, o modo sintético pelo qual a narradora refere, em discurso iterativo, séries de acções cujo desempenho corresponde a um período de tempo indeterminado, concorre com eficácia para o arrastamento que as suas pausas também implicam, sublinhando o que mais importa: as alterações (im)previstas, as mudanças da ventura ²⁵⁰.

Com este modo de contar se vai estabelecendo uma continuidade solidária em grande parte do texto ²⁵¹, pela ingerência duma subjectividade narradora, apostada em tudo explicar e relacionar segundo os seus próprios parâmetros.

Não admira, por conseguinte, que o discurso de personagem apareça confinado a determinadas funções e seja frequentemente completado pelo da própria narradora. Os estados possíveis do discurso de personagem, pronunciado ou «interior» ²⁵², são assim integrados no *interdiscurso* narrativo, contribuindo por vezes para o «carácter complexo e flutuante do estatuto enunciativo» ²⁵³ dum texto de que nem sempre está ausente a ambiguidade.

²⁴⁹ Para além da concentração num núcleo de personagens e da já referida estabilidade ambiental (aspectos depois substituídos, como havemos de ver, a partir de determinado ponto do texto, por uma acumulação de ambientes e personagens — muitas delas sem relações evidentes com a história — e pelo carácter itinerante das aventuras).

²⁵⁰ Cf. os indicadores de frequência que remetem para esse tipo de discurso, quer na sequência de Binmarder/Aónia (G., pp. 58, 67, 89-90 e 95; T.A., pp. 114-115, 123, 145 e 151) quer na de Avalor/Arima (G., pp. 107, 111, 112-113, 114-115; T.A., pp. 165, 169-170, 171, 172-173).

²⁵¹ Que contribuirá também para aquilo que A. José Saraiva designa por «movimento contínuo, sem quebras» (cf. *op. cit.*, p. 31).

²⁵² Cf. GENETTE, G. — *Op. cit.*, p. 169.

²⁵³ A expressão é de José Luís Gíron Alconchel (cf. *Enunciación y estilo épico en el «Libro de buen amor»: Algunos aspectos de la polifonía textual*, in «Da semiótica», Actas do I Colóquio Luso-Espanhol e do II Colóquio Luso-Brasileiro, Lisboa, Col. Vega-Universidade; p. 174). Cf. ainda, no mesmo estudo, para o âmbito da noção que se segue — a de ambiguidade —, pp. 187-188:

Por outro lado, quer a passagem do discurso narrativo a outras modalidades discursivas²⁵⁴, quer o enunciado que anuncia tratar-se de uma reprodução, introduzindo ou intercalando o que é dado como palavra de personagem, manifestam bem como é assumida, por quem narra, toda a condução do discurso.

O discurso directo e o diálogo²⁵⁵ vão-se, deste modo, subordinando a essa instância, sendo que a focalização não só vai apurando a selecção de tais formas como não deixa de as apreciar e integrar na intenção significativa que é o todo narrativo. A evolução do processo é, aliás, curiosa: até ao romance de Avalor, com o crescimento da subjectividade narrativa, como que se esbate o diálogo dos protagonistas, diminuindo o espaço relativo que é concedido ao discurso directo: daí em diante, a ampla valorização das falas das personagens acompanhará o decréscimo da intervenção característica da narradora.

Em resumo: se o livro é, como diz Hugo, uma engrenagem, há que ver, nos mecanismos que a sustentam, os modos particulares de ligação e funcionamento. Ora por esse estudo, no que às intervenções da narradora respeita, chegámos às seguintes conclusões:

- das formas mais frequentes que entremeiam a narração, às vezes intercalando-a sob modo parentético e/ou de glosa, umas entram no interior das personagens (explicando sentimentos, atitudes, gestos, pensamentos ou palavras), enquanto outras, em consonância com o universo de motivos da obra, remetem para o tratamento de determinados tópicos, e outras ainda antecipam uma hipótese, conhecimento ou evento posterior; as que introduzem ou intercalam o discurso directo das personagens explicitam, em regra, o agir ou o sentir dessas mesmas personagens, as mais das vezes relacionando o comportamento com o seu estado de alma;

«La ambigüedad del texto es irreductible de un modo absoluto, sencillamente por ele carácter *polifónico* del mismo. No siempre se puede saber quién habla en el texto o a quién permite el texto constituir-se en locutor: *polifonía* significa voces mezcladas indisolublemente y por ello no identificables (...). La ambigüedad es un fenómeno de estructura superficial; está en el texto, es *polifonía textual*».

²⁵⁴ Cf., p.ex., pp. 47-48 (T.A., p. 104): «Obrigou-o asi, mas nam no namorou./Coitadas das donzellas...».

²⁵⁵ Sobre os diálogos na obra, vd. SALGADO JÚNIOR — *op. cit.*, cap. VI, pp. 124-132.

- todas elas, contudo (sugerindo eventualidades ou esmiuçando hipóteses, perscrutando motivações, interpretando factos, comparando e integrando o mundo da história no mundo experiencial da narradora, relativizando, relacionando causas e seus efeitos e organizando cosmicamente tudo o que é enunciado) cumprem uma função que, de tão essencial, passa quase despercebida: enquanto factor de coerência intrínseca, conformam o texto a uma unidade semântica global, estabelecendo conexões importantes entre os enunciados;
- o relevo que assumem, pelo peso significativo que têm no texto, correlaciona-se com a intenção explícita de reduzir a história ao essencial²⁵⁶; de resto, esta limita-se a algumas cenas e resumo e comentário entre elas; tanto assim é que a dinâmica narrativa assenta fundamentalmente na oscilação entre as cenas do enamoramento, e de um ou de outro encontro que relevam a grandeza da emoção, e os «compassos de espera» entre elas; e, quando surge o facto transformador, a mudança esperada é já a separação...
- a especificidade discursiva da M.M. é, em larga medida, tributária desta subjectividade que assume o enunciado, subordinando o texto aos contornos específicos que esta interposição sistemática lhe imprime;
- os efeitos de dilatação ou alongamento discursivo que muitos desses comentários (amplificando conceitos ou reiterando acepções e pontos de vista, em domínios referenciais com que o leitor já se vinha familiarizando) realizam vêm a condicionar o próprio ritmo narrativo, por meio de cadências e ressonâncias de recortes frásicos modelares.

O leitor da M.M. não estranhará, com certeza, nada do que aqui ficou dito. Se outro mérito não tiver, este registo fundamenta amplamente a intuição, já declarada por outros, de que uma multipli-

²⁵⁶ Donde as passagens em imperfeito iterativo, sempre que não importam tanto, pela frequência que as desvaloriza, as coisas repetidas como os actos singulares. Sendo tudo pre-determinado, o interesse da narradora apura-se em, pela análise das causas (que convergem para efeitos já de si condicionados), mostrar como é que o destino, nas coisas do amor, opera, atraindo às suas malhas a vontade dos seres (cf., p.ex., pp. 114-115 e 116; T.A., pp. 173 e 174).

cidade de notações subjectivas²⁵⁷ pontua originalmente o texto, conquistando-lhe um tom narrativo peculiar. Esse carácter, porém, seria depois prejudicado pela inclusão de sequências em que a organicidade anterior viria a ser assombrosamente adulterada.

II.

*«Tal intenção comunicativa global fixa um universo de discurso, não apenas delimitando os designados possíveis e suas relações (os «objectos» e o que deles se predica, as situações, os factos, os acontecimentos e seus protagonistas, e os papéis que estes neles desempenham), mas igualmente recortando um dado rumo discursivo (ou rumos discursivos dominantes e seu entrosamento)»*²⁵⁸.

Procurámos já demonstrar como a M.M. se caracteriza por uma dinâmica enunciativa coesa, assente em determinados esquemas cujo funcionamento descrevemos e interpretámos, inscrevendo-o no âmbito alargado da perspectiva narrativa. Antecipámos até o que procuraremos agora provar: que o texto sofreria um desvirtuamento muito sensível das qualidades detectadas. Como e a partir de que momento, eis a questão que passará a ocupar-nos.

²⁵⁷ Por vezes de uma subtilidade desconcertante, se tivermos em conta a incipiência das experiências literárias neste domínio. Não raro, basta um por menor para conseguir esse efeito — cf., p.ex., p. 70 (T.A., p. 126): «que elle soubese»; ou p. 110 (T.A., p. 168): «que nam foi muito pouco». Doutras vezes a formulação é mais retórica: «que nam tam somente lhe esqueceo a outra, mas nam lhe lembrou mais, senam pera lhe pezar do tempo que gastara em seu serviço» (p. 41; T.A., p. 98); «Avalor por isso nam teve tempo de [lhe] responder nem ficou pera responder ainda que o tevera» (p. 108; T.A., p. 166). Por isso é que as intervenções da narradora variam tanto em extensão — de uma contida brevidade (p.ex. curtos parêntesis ou frases inteiras: «nam lhe esqueceo a ella contar-lho, depois» — p. 86; T.A., p. 142; «Mas elle nam vio que isto era engano tambem dos fados» — p. 50; T.A., p. 107) a explanações relativamente longas, como as que exploram a contradição ou complexidade interior (p.ex., p. 50—T.A., p. 107—relativamente a Binmarder, e p. 110—T.A., p. 169—, a Avalor), a que interrompe curiosamente, para explicação, o sonho de Avalor (cf. p. 103; T.A., p. 160), ou ainda o longo comentário sobre o querer bem e o receio do «primeiro passo» (p. 112; T.A., p. 170).

²⁵⁸ FONSECA, Joaquim — *Coerência do texto*, cit., p. 8.

II.1. O primeiro conjunto de novidades com que o leitor depara, ainda na sequência de Avalor/Arima — e descontados já os deslizes que oportunamente assinalámos — é a passagem daquela espécie de indistinção por que se pautava já todo o texto anterior²⁵⁹ a um tom aberto de mistério, pela disposição de algumas referências enigmáticas que nada parece justificar. É que, bem vistas as coisas, a imprecisão anterior devia-se às manifestações de subjectividade da voz narradora e cobria como um véu toda a narração, mas não abrangia objectos de informação específica nem dava como pressupostos factos cujo conhecimento se torna imprescindível para a descodificação do texto — ou seja, não incorria em faltas que inibissem a sua compreensão. Para além de uma ou outra questão de ordem sintáctica, nem os indícios (já que as passagens mais obscuras são, por se não dispor do desfecho, as alusões antecipativas) levantam problemas, a este nível — o leitor terá, quando muito, que projectar o que é dito, enchendo-o de sentido... Na referida sequência, contudo, as dificuldades são de diferente natureza: da introdução de Avalor às alusões ao seu «alto segredo» (p. 116; T.A., p. 174) e ao seu «grande feito» (p. 120; T.A., p. 179), a obscuridade avoluma-se, agravada pelo facto de algumas referências constituírem fracturas no próprio texto.

«Soou-se, e foi certo depois naquelles que razam tinham de o saber, que posto que assi fosse *aquelle grande feito de Avalor*, que tudo se torna em louvor da senhora Arima». (p. 120; T.A., p. 179).

Não havendo nada imediatamente antes para que remeter o determinante demonstrativo²⁶⁰, a sua utilização torna-se, se não lin-

²⁵⁹ Já vimos que graças a um jogo de sugestão/dissimulação regulado por uma quase permanente falta de nitidez e de objectividade informativa.

²⁶⁰ A única vez em que o texto refere antes «o feito» é na insólita introdução da personagem Avalor — também aí a interpretação não é clara (cf. T. Amado, *op. cit.*, p. 158, nota 487): «Era elle conhecido do pai de Arima... pera que assi aquillo que avia de vir acontecer sen se cuidar, tevese nascimento de longe nam cuidado, e parece o feito com a causa delle...» (p. 101; T.A., p. 158). Contudo, na p. 178 aparece «o que elle por isso fez», o que pode levar a ler «aquelle grande feito» como dotado de uma conexão anafórica com essa referência.

guisticamente abusiva ou talvez nem sequer instrumento de quebra de coesão textual ²⁶¹, pelo menos intrigante.

Deste modo, a parte que antecede o romance de Avalor levanta ao leitor uma série de questões: Que segredo foi dito «à orelha de Avalor»? O que é que «elle por isso fez»? Qual foi «aquelle grande feito de Avalor»? Que «outra vida muito desviada» passa Arima a desejar? Que planos reservava para ela o pai, que «assi a foi fazendo ao que quis»?

Descontadas estas dificuldades — que se pode supor pudessem vir a ser minoradas, se o texto, este texto, tivesse continuação — e algumas notas menos originais ²⁶², a história de Avalor/Arima apresenta ainda uma notável conformidade, quato aos recursos narrativos utilizados e à recorrência temática, com o texto anterior.

Temos, por conseguinte, até ao romance de Avalor, uma estruturação globalmente una, havendo, entre os vários módulos, uma identidade de vectores lógico-semânticos.

É claro que nunca chega Avalor a ser referido como o segundo amigo, mas quer o investimento nesta história ²⁶³ quer a singularidade, como amador, do seu protagonista, são razões mais que sólidas para como tal o entendermos. Mais ainda: quando a narradora avança o seu destino, fá-lo em termos que em nada destoam do antecipado destino comum aos dois amigos ²⁶⁴:

«Ca morreo pola Arima, e por lho nam dizer. Mas sospeitou que o soubera ella, polo que fez depois de o saber, e pôde e nam pôde ser, como podereis depois cuidar» (p. 112; T.A., 171).

²⁶¹ A fazer fé na hipótese de leitura que acima levantámos (cf. nota anterior).

²⁶² Aspectos há que são de nítida imitação: o cavaleiro «d'alto sangue, mas de baixos pensamentos, de que teve nascimento todo o danno depois» sugere fortemente Persio, o pérfido rival de Lariano; e, já agora, não haverá, na superioridade de Arima, algo da isenção de Laureola? [cf. *Carcel*].

²⁶³ Que de outro modo não teria razão de ser, como já vimos, segundo a lógica explicitada no texto...

²⁶⁴ A não ser o supor-se que as mortes coincidiriam («aquelle dia da grande desventura» — p. 22; T.A., p. 75), quando esta antecipação está mais de acordo com o que no texto se segue até ao romance de Avalor — o comportamento de Arima, que, depois de tornado público o caso e de julgar confirmados os sentimentos de Avalor («bem sabia ella que nam podia ahi aver amizade tam dissimulada» — p. 116; T.A., p. 174), se afasta em definitivo, sendo seguida por Avalor.

Ora a informação que se segue não é de modo algum suficiente para se «cuidar» seja o que for — pelo contrário, nas páginas seguintes ²⁶⁵, como já vimos, acentua-se de tal modo a ambiguidade latente de que toda esta história era já portadora que só o romance de Avalor parece feliz remate, perfeitamente conseguido na sua adequação à vagueza da matéria; só nele se consuma, com uma poeticidade formal, a sugestão plurívoca em que se derramava o tom desta história, feita mais de sombras que de seres, de fluidos mistérios do que de referências concretas, de alusões e segredos, de espírito mais do que de matéria:

«Nam sabem mais que foi delle,/ nem novas se podem achar./ Sospeitou-se que era morto,/ mas não he para afirmar...» (p. 123; T.A., p. 181).

II.2. Já o que imediatamente segue, no texto, este «cantar» — «Depois por annos, como nhũa cousa he encuberta ao longo tempo, *se soube a historia delle e juntamente della, e foi desta maneira*» (p. 124; T.A., p. 182) —, apontando para um deslindar do mistério que nunca ocorrerá, é logo intuído como não conforme, apresentando um grau de coerência discutível, que breve será apercebido, por fissuras a vários níveis, nomeadamente quanto a condições do texto como a não tautologia, não contradição e relevância.

Analisemos de perto alguns sintomas:

Em primeiro lugar, o leitor vê-se confrontado com uma longa fantasia, despropositada relativamente àquilo a que o texto nos habituara. Nem como «simples manobras de diversão para retardar o desfecho» ²⁶⁶ é ela aceitável, porque não chega a ser estabelecido qualquer nexos com enunciados anteriores ou posteriores.

Propõe-se a narradora dar conta da «*historia delle e juntamente della*», sabida posteriormente, e declara abertamente o seu intento: «e foi desta maneira». Ora a narração subsequente integra, do ponto de vista do leitor, factores de perplexidade. Não só o texto omite a personagem Arima, que apenas será referida na parte de Évora, sob a forma de uma visão na água duma fonte ²⁶⁷ — o que é perfeitamente

²⁶⁵ Nomeadamente a partir do fim da conversa da «senhora, grande sua amiga» com Avalor.

²⁶⁶ No dizer de T. Amado (cf. *op. cit.*, «Linhas de leitura», p. 198, 4).

²⁶⁷ Num fragmento que é, como muitos destes retalhos, uma curiosa peça de montagem: cf., p.ex., «espessos arvoredos... mui graciosas sombras e

inconcebível²⁶⁸, dada a ausência de qualquer factor de continuidade relativamente a esta figura²⁶⁹ — como o aproveitamento que de Avalor é feito não é de forma alguma a sua história (pressupostamente amorosa e por isso ligada à de Arima), nem sequer, num sentido sequencial, a da «sua aventura»²⁷⁰, conotadamente cavaleiresca, porque esta, apresentada ainda como pertinente, na parte de Évora²⁷¹, se interromperá definitivamente pouco depois²⁷².

correntes agoas» (pp. 150-151; T.A.; p. 210) com «arvoredos grandes e verdes ervas e deleitosas sombras» (p. 7; T.A., p. 61); «aquelle misterio (que tam grande lhe pareceo)» (p. 151; T.A., p. 210) com «pareceo-lhe algum misterio» (p. 40; T.A., p. 97), «e pareceo-lhe misterio» (p. 51; T.A., p. 108) e «que algum misterio grande lhe pareceo» (p. 66; T.A., p. 122); «Ficou Avalor tam cortado daquellas palavras...» (p. 152; T.A., p. 211) com «Mas tam cortado ficou daquellas palavras...» (p. 117; T.A., p. 175); «que nam teve que responder, nem ficou de maneira que o pudesse fazer» (p. 152; T.A., p. 211) com «nam teve tempo de [lhe] responder, nem ficou pera responder, ainda que o tivera» (p. 108; T.A., p. 166); «nam se podendo soste, cahio...» (p. 152; T.A., p. 211) [note-se que estava sentado: «e nam a vendo, se assentou» — p. 151; T.A., p. 210] com «e desacordando-se da força (...) cahio» (p. 113; T.A., p. 171); etc.

²⁶⁸ Não só pelo propósito declarado da narradora como pelo facto de as visões, no texto original, estarem subordinadas a determinados condicionalismos.

²⁶⁹ Que só será novamente referida, ainda no texto de Évora, nas linhas finais: «E tomando consigo a ama e a Arima (que pouco avia que chegaram do moesteiro donde seu pai a metera)...» (p. 217; T.A., p. 273).

²⁷⁰ Cf.: «detreminou Avalor tornar a seu caminho, e seguir sua aventura (que te entam tam mal lhe socedia)» (p. 150; T.A., p. 210).

²⁷¹ «E porque vos eu, amiga e senhora, dessejo muito fazer certa das cousas deste cavalleiro e seus acontecimentos que muitos e mui grandes foram como ouvireis, me levai em conta se nellas me detiver mais do que quisera, porque no muito que delle tenho que vos dizer, nam se vos seguira serem muito gosto, porque suas cousas o oferecem a quem as ouvir» (p. 148; T.A., p. 207).

Cf. explicação para o abandono das «cousas de Lamentor», na p. 46 (T.A., p. 103). De qualquer modo, Lamentor e Avalor já tinham andado «pello mundo seguindo aventuras» (p. 101; T.A., p. 158), o que torna agora estranho o retomar dessas andanças (relativamente a Lamentor, conduzirão, na parte de Évora, à sua morte). Por outro lado, a narradora já se não coíbe de contar «cavalarias» (cf. p. 26; T.A., p. 82)...

Aliás, se a verosimilhança subjazia, como valor, nas primeiras sequências, há uma perfeita subversão desse valor em todo o texto a que se alarga a nossa desconfiança.

²⁷² «E porque a seu tempo se vos dira muita parte de seus acontecimentos, que muitos e grandes foram, que vos eu agora nam digo por nam ser este conto nosso, e tambem porque tenho bem que vos dizer no caminho que emos tomado» (p. 157; T.A., p. 216)!

Que o texto comum se interrompe de uma forma perfeitamente inverosímil, é dado incontestado. Já o facto de a desconfiança do leitor relativamente à sequência que se inicia após o «cantar romance»²⁷³ ser sustentada por aspectos textuais, ou aqueloutro, mais curioso ainda, de tais aspectos serem comuns a todo este aproveitamento da figura de Avalor — havendo continuidade entre a parte final do texto comum, que, por sua vez, a não apresenta com a anterior, e a primeira parte do texto de Évora — não tem sido suficientemente denunciado.

Do ponto de vista da linguagem e do estilo, há, na parte final comum, um certo compromisso com modos característicos do texto anterior. Mas que tal não basta a uma unidade nesse domínio provam-no alguns desvios, autênticas quebras de fidelidade sob que este fragmento deixa escapar a sua autonomia.

Algumas dessas discrepâncias²⁷⁴, ornatos dum texto até aí cioso da sua singeleza e sem qualquer espalhafato literário, revelam a distância que separa os intentos criadores.

Passos há em que, sem embargo de os códigos literários se nos afigurarem muito diferentes do estilo depurado da parte anterior, não é fácil fazer prova de incoerência ou quebra de coesão, a nível textual²⁷⁵. Todavia, a consideração de um texto, nas suas exigências específicas, dever ser globalmente uno, do ponto de vista semântico, e se concretizar numa sequência de enunciados necessariamente ligados entre si, isto é, interdependentes, leva-nos a manifestar sérias reservas quanto à aceitabilidade de determinadas novidades.

As referências mitológicas²⁷⁶, por exemplo, não têm qualquer cabimento no quadro em que se inscrevem. O despropósito geográfico

²⁷³ Expressão com que é apresentado nas edições de Évora e de Herculano de Carvalho, bem como no Ms. de Madrid.

²⁷⁴ Segundo Asensio, «piedras de escándalo» (cf. *Una nueva edición...*, cit., p. 196).

²⁷⁵ «... e via-lhe aquelle mover de sua boca, que soo aos olhos delle outro tempo fizerom prezunçam de serem tam mortais, e dahi olhava os seus della, como docemente se estavam à sombra daquellas sobranceiras, onde parecia soo descansando estava o amor» (p. 126; T.A., p. 185); «e com o sol que jaa entam era de todo fora de sua pousada oriental, atinou para onde seria e determinando hir laa se ergueo indo» (p. 128; T.A., p. 186).

²⁷⁶ «... fui escolhida pera servir a Diana, deosa da castidade, antre estas serras altas, onde ella honrradamente he guardada de Ninfas» (p. 131; T.A., p. 190); «hũa outra Ninfa tambem destes bosques...» (p. 131; T.A., p. 191). Estas referências, não tendo nada a ver com o texto anterior, prolongam-se em

da referência às «manchas de Aragão», sendo único no texto comum, condiz com outras referências na parte de Évora ²⁷⁷. Uma reminiscência clássica de Virgílio repetir-se-á, do mesmo modo, em Évora, quase literalmente ²⁷⁸.

Não custa muito aceitar, aliás, que toda esta sequência — metade integrada no texto comum, a outra metade exclusiva de Évora — forma uma unidade, nos limites das suas incongruências e desatinos internos ²⁷⁹. Já inadmissível nos parece ela por relação com o texto anterior: Aonde a verosimilhança? Aonde a indeterminação geográfica? Aonde o feliz desaparecimento de todo o alarde cultural, da exibição literária mais directa? A que título, sem a mínima prevenção por parte de quem narra, se passa agora às «cavalerias»? A que título se misturam, nesse mundo novo, pretensamente cavaleiresco, disfarces de caçadores com ninfas que servem Diana? Que impunidade, enfim, pode justificar toda a sorte de enredos impertinentes e de descuidos e contradições como as agora patenteadas?

Não é sequer possível passar por cima da falta de relevância que a inclusão de matéria tão diversa demonstra. O mundo referencial

Évora: «detreminou meter-me num moesteiro que perto daqui esta, pera servir nelle com outras nimphas Diana» (p. 156; T.A., p. 215).

Por outro lado, descontados efeitos tautológicos entre esta sequência e o que a antecede (como a voz que fala «à orelha ou dentro dos ouvidos» de Avalor, a sobreposição narrativa, e traços que se tornam quase enfadonhos, pelo sabor a requentado: p.ex. «Meu pai, quando ainda moço pequeno, por grandes sem-razoais da ventura foi levado da sua terra natural para outras muito alongadas della» — p. 135; T.A., p. 193; «Hum daquestes sobrinhos me tirou a mim de casa de minha mai, que pai muito avia que o perdera, para que parece, fosse mais desemparada agora» — p. 137; T.A., p. 195), há aspectos dela constantes que são praticamente duplicados em Évora: cf., p.ex., p. 129 (T.A., p. 187) com p. 154 (T.A., p. 213) e p. 137 (T.A., p. 195) com p. 156 (T.A., p. 214).

²⁷⁷ Topónimo isolado nesta parte (p. 131; T.A., p. 189), mas que se pode ligar a «cidade de Boslia» (ingénua anagrama de Lisboa?), na p. 159 (T.A., p. 218), e a «costa da Berberia», na p. 161 (T.A., p. 220).

²⁷⁸ «Que eu das tristezas que padeço, aprendi socorrer aos tristes» [Madrid: «acorrer aos»; Évora: «socorrer os»] — p. 129 (T.A., p. 188); «porque eu das tristezas aprendi socorrer a ellas» — p. 155 (T.A., p. 214).

²⁷⁹ Da referência ao facto de estar Avalor desarmado e sem cavalo (p. 129; T.A., p. 187) — o que está de acordo com a lógica dos acontecimentos mas contradiz uma outra referência, três períodos antes — a contradições de ordem temporal (cf., p.ex., p. 128—T.A., p. 186—e p. 134—T.A., p. 192) e à despropositada inclusão da aventura do pai de Avalor.

em que caímos é completamente outro ²⁸⁰, povoado de «ninfas» que andam «à caça por antre... brenhas» (p. 131; T.A., p. 190), falsas «palavras d'amor», «afagos» e «mimos», agravos e ofensas por parte de cavaleiros (?) capazes das maiores descortesias, nas atitudes e até nas palavras ²⁸¹.

Igualmente insólitas são contradições entre conteúdos de enunciados, vizinhos ou relativamente afastados. Seja a pressa de Avalor: contada pelo narrador ou manifestada pelo próprio ²⁸², e logo depois lembrada pela donzela ²⁸³, acabará por tornar-se uma referência inconsistente, pela inclusão, sem mais explicações, da narrativa de Avalor acerca dum feito de seu pai, que este lhe contara em pequeno.

A introdução desta aventura parece inicialmente dever-se, no contexto, a uma qualquer relação com a que se está a passar com Avalor. Este evoca-a logo após o momento em que o embarço perante o pedido da donzela ²⁸⁴ o impede de responder. O que ocasiona o seguinte diálogo:

«Parece, senhor cavaleiro, que duvidaeis algũa cousa?
Sei que vos esquece que isso nam podeis fazer senam antes do

²⁸⁰ Até as imagens são de outro teor: «como fera que cansada...» (p. 133; T.A., p. 191); «com algũa fera que fartasse a sua ira na minha» (p. 138; T.A., p. 191).

²⁸¹ Vd. a irreverência contida na explicação que o «cavaleiro» dá à donzela (relatada por esta a Avalor, que a encontra abandonada e de mãos atadas) que seduzira e com quem vivera quatro anos: «onde descansando (dizia elle) estava da calma que cahia entam, e do trabalho do coração que tinha por naquelle dia nam teer visto» (p. 133; T.A., p. 191). E para que não haja dúvidas de que ele próprio se refere, num cinismo desconcertante, à mulher por quem a trocara, leia-se a seguir: «Mas nam era assi, que, vindo eu, vira hir por hũa asomada passando apreçadamente aquella que por meu mal veo aqui...» (p. 133; T.A., pp. 191-192). Como conjugar tudo isto com o que no texto se segue: «e querendo-me elle com palavras falsas e lisongeiras valer, abraçando-me...»; «Negando-me elle muitas vezes (...) e afirmando-mo com juras grandes...» (p. 134; T.A., p. 192)?

²⁸² Cf. pp. 130-131 (T.A., p. 189); «por veer se poderia fazer mais curto o tempo que ella avia d'empidir»; «porque assi fariamos menos o tempo de vosso socorro, e pella ventura d'ambos».

²⁸³ «Mas serei nella breve, pois pera ambos, como dizeis, releva» (p. 131; T.A., p. 189).

²⁸⁴ «E o dom que de vos aceitei (...) quero-o para que me vingueis della» (p. 135; T.A., p. 193).

prometimento.» «Nam duvido, senhora», lhe tornou elle, «mas estou-me espantando de quam mofino fui». «Em que?» respondeo ella. «Eu volo direi: Meu pai...»²⁸⁵.

Perante isto, o leitor espera legitimamente que lhe venha a ser explicada a ligação entre o «quam mofino fui» e a aventura do pai. Em vão. No texto comum, e em virtude da sua inopinada suspensão no meio da história do pai de Avalor, tal explicação fica por dar. E, no texto de Évora, a aparente função exemplar da intervenção do pai²⁸⁶ esboroa-se diante da atitude de Avalor²⁸⁷. A única conclusão possível é tratar-se de uma mera repetição de esquemas de intriga, ao longo de toda esta sequência, com o complemento especular que é, no caso da aventura de Avalor, o encontro com Olania. A assim ser, neste fragmento haveria uma tentativa de recuperação de estratégias antes adoptadas, num complexo processo de perfilhação.

Ora um dos recursos típicos do texto era, na zona da reflexão/projecção, aquilo que se pode designar, dada a actualidade e a divulgação do conceito²⁸⁸, por «mise en abyme»²⁸⁹. E, consoante se depreenderá da leitura que da obra fizemos, múltiplos aspectos da M.M. se prestam a uma abordagem sob esse prisma, do simbolismo

²⁸⁵ G., p. 135; T.A., p. 193. No Ms. de Madrid e na edição de Évora aparece: «em que lhe perguntou ella eu volo direi lhe respondeo elle».

²⁸⁶ Que seria suficiente para justificar a narrativa: «basta que tinha elle rezam pera vencer e quis antes tenta-lo com sua cortesia que sem ella alcançar vitoria (...) Assi tambem vos digo eu, senhora, que poderá soceder no vosso caso...» (p. 144; T.A., p. 204).

²⁸⁷ Que, «porque o tempo se nam gastasse nellas» (palavras), quando o cavaleiro desce, «sem mais esperarem, remeteram hum contra outro com tanto impeto...» (p. 146; T.A., p. 206).

²⁸⁸ Modernidade que se restringe à teoria, porquanto a técnica, mesmo sem considerações que a confinassem a tipologias recentes, mais ou menos aleatórias, era já prática antiga — que o novo, sabe-se, raramente o é e sempre se alimenta do que já há muito era.

O que diz Asensio sobre ser a M.M. um bom couto de caça para estruturalistas é, para bom entendedor, mais que uma razoável suposição...

²⁸⁹ Para a caracterização da «mise en abyme» como *autotexto* particular, o do «desdobramento especular», cf. DALLENBACH, Lucien — *Intertexte et autotexte*, «Poétique», n.º 27, Paris, Seuil, 1976, pp. 282-296. Vd. ainda, do mesmo autor, *Le récit spéculaire*, Paris, Le Seuil, 1977; estudo comentado por BAL, Mieke — *Mise en abyme et iconicité* («Littérature», n.º 29, pp. 116-128).

do penedo ²⁹⁰ e do episódio do rouxinol ²⁹¹ à própria dinâmica da enunciação ²⁹².

De modo que é possível que à apropriação de alguns dos mecanismos que regulavam o texto ²⁹³ se devam estas formas que, sem serem acompanhadas do conteúdo e do contexto que se lhes adequava, reconvertem modos de dizer e processos típicos do texto primeiro em proveito de um quadro que é o reverso do mundo anteriormente representado. Sendo o texto já outro, deixar-se-ia todavia ainda impregnar de aspectos característicos do que o antecede ²⁹⁴. Só que, no fundo, esses signos são já incapazes de transmitir as conotações

²⁹⁰ Repercutir-se-á ao longo da obra toda, como uma das teclas predilectas, chamando a atenção para os entraves às coisas queridas, os impedimentos das «desaventuras» (cf. p. 8 e p. 125; T.A., p. 62 e p. 184).

²⁹¹ A morte «no maior canto» (p. 13; T.A., p. 67) — não só sugere o inacabamento do que mais seduz como a irreversibilidade dos «grandes desastres» (p. 13; T.A., p. 67). Súbita mudança, é também o desfecho anunciado para casos de paixão ilimitada. Cf.: «Mas nhũas cousas grandes se acabaram senam por meo de grandes desastres, como aqui vereis...» (p. 84; T.A., p. 141).

Aliás, muitas das chaves para a compreensão da obra aparecem em sequências isoláveis, já na primeira parte, com um significado que se projecta depois, amplificado, no que se segue. O mesmo se passa com pormenores como a referência ao freixo a cuja sombra se senta a Menina (cf. p. 8; T.A., p. 62) ou ao ribeiro que ali corre, signos icónicos (segundo a distinção de Mieke Bal — art. cit.) de uma outra paisagem, a das histórias contadas.

Sendo toda a «história na história» «uma forma de anacronia» (neste caso, retro-prospectiva), e visando a «mise en abyme» a «referir uma à outra duas séries de eventos», qualquer obra de arte reflexiva é uma «representação dotada de um grande poder de coesão interna» (cf. Dallenbach, est cit., pp. 291-292). Logo, se a estrutura da obra repousa nesse tipo de relações, há que ver em que medida é possível conciliar a inserção das sequências no texto com o significado em que se integram.

²⁹² Cf., sobre este ponto de vista, Mieke Bal, *art. cit.*

Na M.M., o processo opera por dilatação semântica, tratando-se, no dizer de L. Dallenbach, de representações generalizantes ou transposições («geram, no contexto, uma expansão semântica» — cf. *art. cit.*, p. 286: «microcosmos da ficção» que «se sobrepõem semanticamente ao macrocosmos que as contém, superam-no e, de certo modo, acabam por, por sua vez, englobá-lo»).

²⁹³ Assim, e só assim, se explicaria a narração do feito do pai de Avalor.

²⁹⁴ E, quanto mais isso acontecer, mais nos impressionam essas passagens, por ressonâncias que nos são familiares. O mesmo se passa ainda com alguns fragmentos de Évora, o que terá justificado a consideração que lhes foi dispensada por Salgado Júnior ou A. J. Saraiva, que os julgam ainda dotados do espírito bernardiniano.

que os preenchião. Será esta talvez a explicação que melhor define a sequência final do texto comum.

Efectivamente, a espécie de inverosimilhança que começa a desenhar-se nesta parte, feita de um desfile de incongruências e situações falsas, dá ideia de ser em grande parte derivada de desajustamentos para com os valores e intenções antes assumidos. Se expressões como «E avoltas destas palavras deixando cair hūas raras lagrimas pella sua bem posta barba abaixo» (p. 132; T.A., p. 190), «E pera me mais ainda magoar» (p. 132; T.A., p. 191), «e parece quis a ventura» (p. 134; T.A., p. 193), ou até «E aqui levando as mãos aos cabelos (...) os começava magoadamente a carpir» (p. 137; T.A., p. 194) são, para o leitor, familiares ²⁹⁵, o contexto em que se integram é-lhe absolutamente estranho.

Por um lado, a linguagem do amor cortês vai servir para enquadrar uma realidade muito diversa — a coberto dela, esconde-se um comportamento que nada tem a ver com o dos protagonistas das histórias anteriores, das histórias da Dona ²⁹⁶; do que resulta que alguns modos de expressão bernardiniana aqui transpostos se tornam descabidos, artificiais, numa composição que não passa de *mise en scène*, porque as cenas pertencem já a outro filme... Aliás, bem conviria uma expressão que aparece no início do texto de Évora, para qualificar

²⁹⁵ Assim como outras, e até fórmulas discursivas bem conhecidas, como «E aqui», «E assi», «E nisto», «E com estas palavras», etc. Veja-se o seguinte exemplo: «*Mas vendo-o ella assi, nam se pôde teer que lhe nam perguntasse...*» (p. 130; T.A., p. 189).

Para os exemplos acima aduzidos, cf., no texto anterior, e respectivamente: «cairan-lhe hūas raras lagrimas por os peitos» (p. 42; T.A., p. 99), «se lhe deixarom cair hūas raras lagrimas...» (p. 86; T.A., p. 142), «se punha a chorar com ella a voltas de palavras tristes...» (p. 89; T.A., p. 145), «a voltas de hūa tristeza chea de soidade» (p. 100; T.A., p. 157), «E porque a estas palavras lhe corriam jaa as lagrimas polas suas honrradas barbas...» (p. 98; T.A., p. 155); «que para me magoar busco ainda...» (p. 15; T.A., p. 69) ou «E pera o magoar ainda mais...» (p. 117; T.A., p. 175); «parece que assi o ordenou a ventura» (p. 59; T.A., p. 115) — cf. ainda, em Évora, p.ex.: «E quis assi, parece, a ventura» (p. 167; T.A., p. 225); «começou a hir carpindo crimemente os seus cabelos...» (p. 31; T.A., p. 87).

²⁹⁶ «Cheos sam os livros de historias de donzellas que ficarom chorando por cavaleiros que se hiam e que se lembravam ainda de dar d'esperas a seus cavallos, porque nam eram tam desamorosos como elles. Neste conto nam entrarám soo os dous amigos (de que he a historia que vos eu dantes prometi)» (p. 20; T.A., p. 73).

o enredo de toda esta parte da obra: «Sam cruezas d'amor que, como estem em custume, nam sam muito d'estranyhar» (p. 141; T.A., p. 201). Muito de estranyhar são elas para o leitor das primeiras sequências, onde nunca estiveram «em custume»!

Por outro lado, a própria concepção de «mudança» e de «desaventura» se alterou radicalmente — já não é o acaso que funciona como mola da acção, antes tudo resulta de actos intencionais, ligados a um comportamento que é, no que de mínimo se pode dele dizer, no masculino, muito pouco cavaleiresco, e no feminino, estranhamente vingativo.

Já não há qualquer solidariedade feminina mas, pelo contrário, rivalidade. Os casos aqui relatados são de traição amorosa, à mistura com desejos de vingança, pormenores de grande frieza e até aviltamento sentimental. Releve-se o caso relatado a p. 137 (T.A., p. 195), em que a mulher a quem «[cruelmente] matarom por lha tomarem» o cavaleiro que a acompanhava, se compraz de tal modo na situação — humilhante para ela e para aquela cujo lugar passa a ocupar, rebaixada nos actos e nas palvrs ²⁹⁷ —, que «em galardam daquellas palavras lhe lançava ella os braços por o pescoço e o beijava muitas vezes» ²⁹⁸. De sorte que, embora concebida aqui como vítima de agravo masculino ²⁹⁹, a mulher começa a aparecer sob uma perspectiva negativa, conforme à imagem que dela dará o texto de Évora ³⁰⁰.

²⁹⁷ Cf.: «Vos soo, senhora, [sois] a por quem aquillo deixo, e pude, e folgo de leixar».

²⁹⁸ Donde o efeito desastroso da convivência de duas ordens de elementos: a zona *espiritual*, em que cabem — ou descabem — as observações face ao narrado, as máximas morais e expressões de reflexão amorosa ou filosófica (área do repetido); e a zona *material* da acção, a concepção das personagens e a trama narrativa (área das novidades).

²⁹⁹ Ainda que siga incondicionalmente o homem que a leva, sendo contente de «tudo o que elle mostrou que lhe aprazia» (p. 132; T.A., p. 191 — texto comum; p. 156; T.A., p. 215 — Évora) e deixando-se por ele ter «a seu prazer» (p. 137—T.A., p. 195; p. 156—T.A., p. 215), vem a queixar-se da ventura quando é depois abandonada.

³⁰⁰ Cf.: «Mas este desejo nam ouve effeito, que sabido por Avalor, detreminou logo buscar maneira por onde lhe pudesse desviar aquelle odio que tam certo he nas molheres, porque por mui pequenas offensas querem tomar grandes vinganças, e segundo sam amigas de novidades, assaz força se lhes faz, quando as mudais de suas vontades, porque nhũa outra sentem mais nem antr'elas se tem por maior» — pp. 147-148; T.A., p. 207 [note-se que isto é supostamente enunciado pela Donal]; «e mais nos casos das molheres, quando tem algum desejo, porque ellas, fracas de seu natural, nam tem mais defesa nas

Quem leu e assimilou Bernardim não pode ficar insensível ao artificialismo de que enfermam as situações criadas após o romance de Avalor, quer pela incompreensível sucessão de episódios de natureza reversível, quer pelo jogo de aparências e contradições bem patentes nas aventuras de Avalor e do seu pai, nomeadamente nas atitudes destes e dos cavaleiros com que terçam armas. E se é verdade que isto se torna evidente sobretudo na continuação de Évora³⁰¹, já a parte final comum contém, em germe, os organismos da mudança.

É claro que a evolução dos acontecimentos tomará, em Évora, rumos inconcebíveis — do facto de Avalor se pôr ao serviço duma donzela, agravada por um cavaleiro que a abandonara, atada, num descampado, seguir-se-á: enfrentá-lo Avalor rudemente com as armas, sem detença, e só depois, quando o outro jaz por terra, com epítetos como «bom cavalleiro»; livrar a segunda donzela, Olania, do «furioso impeto» da primeira, Zicelia, que agora culpa «antre si... de muito cruel» mas que, pouco antes, restituíra à sua antiga condição, como

cousas que quanto lhe faltam o desejo dellas...» (p. 161; T.A., p. 219); «Alli lhe correo pela memoria como elle se mudara do amor de Cruelcia, sendo homem, que nam era muito mudar-se Aonia, sendo molher...» (p. 177; T.A., p. 235); «pello que dizem que lhe ella quis ate morte, qu'em poucas dura» (p. 181; T.A., p. 238); «que certo se vos olhardes quam mudaveis sam as molheres, tereis pouco de que vos agravar...» (p. 182; T.A., p. 240).

Esta visão misógina adulterará completamente a do texto anterior, fazendo-se eco de um partido do largo debate medieval sobre as mulheres. Na novela sentimental espanhola, a questão ainda aparecia formalmente tratada.

Ora tudo isto é de tal forma incongruente relativamente ao primeiro texto que passa sem mais comentários...

³⁰¹ Sintomático, por exemplo, é que o pai de Avalor pense que «quem fazia vileza a damas devia fazer todas as outras» (p. 139; T.A., p. 196) e depois se desdiga, perante o visado, em condescendências espantosas: começa por dirigir-se ao cavaleiro, insinuando o seu desrespeito pela ordem da cavalaria e acusando-o; mas logo o desculpa, numa espécie de cumplicidade, acabando por se lhe dirigir em termos de «bom cavalleiro».

Servindo-se, no seu discurso, de concepções quanto à origem e natureza do sentimento amoroso que têm ainda sabor bernardiniano («que mais cometestes essa ofensa por força d'amor, que por vontade que terieis de o fazer...» — p. 143; T.A., p. 203; cf. com p. 103 (T.A., p. 161): «sei que ha isso nelle como ha outras sem-razões infindas» — p. 143; T.A., p. 203; cf. com p. 62 (T.A., p. 118): «Ha isto nelle como ha outras sen-razois infindas...»), desculpabiliza-o, quase solidarizando-se com ele. Ora o que aqui estava em causa era, para além dos sentimentos, um comportamento indigno. Tudo passa, afinal, a «cortesia» (p. 144; T.A., p. 204). A falta duma lógica sequente e consequente, como a do texto primeiro, é chocante.

cumpria «a tam nobre e generosa senhora»; deter-se no castelo por alguns dias — já esquecida a pressa que trazia —, anuindo ao pedido da donzela desagradada e consolando o cavaleiro por ele ferido; e finalmente, indo seu caminho, encontrar a que tinha sido, graças a ele ³⁰², posta fora, oferecer-lhe os seus préstimos e ouvir a outra versão dos acontecimentos ³⁰³.

Mas há que ver que esses prodígios de ampliação resultam de uma sentida necessidade de continuar e fechar a aventura e depois tomar de novo e fechar o texto primeiro. Se essa exigência, de ordem arquitectónica, se não compadece com os acrescentos introduzidos é porque uma condução desgovernada vai atropelando uma série de factores de unidade e coesão do texto base. O que quer dizer que quem continuou e rematou a obra descuidou a criteriosa selecção e função dos materiais e recursos, dispostos ao serviço de um intento criador.

As aventuras de Avalor, tornado cavaleiro ao serviço de damas ofendidas, mais não são, nesse contexto e em nosso entender, que uma transição, na tentativa de continuar o texto, entretendo-o e equilibrando-o antes de o conduzir ao previsto desenlace. Não nos podemos esquecer é de que é tal transição — com toda a carga de desvios que opera, divertindo a atenção do leitor — que autorizará a passagem para um outro nível, o da narrativa em série. Nesse sentido é que será de questionar a função das andanças aventureiras de Avalor, só sustentadas pela pesada coincidência de co-ocorrerem nas versões quinhentistas da obra.

A parte singular da edição de Évora merece, apesar de tudo, que nela nos detenhamos um pouco.

II.3. O texto com que se inicia a parte exclusiva de Évora, além de subverter abertamente a perspectiva de enunciação em que se inscrevia o texto original, como já vimos, e de não respeitar o facto

³⁰² E não se entenda a expressão só ironicamente, porque ela cobre os dois sentidos — por causa dele, fora ela despojada da sua situação, mas também só graças a ele é que a outra lhe concedera imediata liberdade.

³⁰³ Agora relacionados com outras histórias e personagens do texto primeiro (ainda que sem perfeita concordância com ele), num cruzamento de pormenores excessivos — se não mais se falará de Olania, por exemplo, qual o interesse em dá-la aqui por irmã do marido de Aónia, tudo enredando e complicando, a não ser precisamente pela necessidade de atar alguns fios ao texto anterior?

de a narração da Dona ser sustentada por determinadas bases ³⁰⁴, padece ainda de inúmeras falhas, tanto a nível do seu equilíbrio e consistência interna como em termos de relações mais ou menos disparatadas com enunciados anteriores.

Não deixando de integrar notas reminiscentes que vão funcionando como impressões de *déjà vu* ³⁰⁵, de permeio com outras cuja inclusão é ilusória ³⁰⁶, apresenta partes mal cosidas, sem qualquer sequência lógica, implicando elementos narrativos para os quais não há a menor indicação antes ³⁰⁷, mas que, uma que outra vez, vem a ser dada muito depois ³⁰⁸. Quanto à questão das contradições, elas são flagrantes, quer nas próprias sequências de Évora ³⁰⁹, quer entre estas e as primeiras ³¹⁰.

A isto há que acrescentar ainda factores de perturbação como: o jeito desconcertante com que algumas sequências misturam comentários da voz que narra que são meras repetições do texto original ³¹¹

³⁰⁴ Selecção criteriosa, em termos de relevância, dos factos; ordem subordinante (veremos adiante as transgressões de Évora, a este nível); anúncios do desfecho; subjectividade omnipresente, relacionando e modalizando tudo o que é dito; progressão narrativa muito especial, quer pela dependência dessa instância subjectivante, quer ainda pelas escolhas lexicais, morfo-sintácticas e de articuladores do discurso... Enfim, tudo o que dele fazia um texto, com a coerência que o leitor percebe e os seus factores de coesão interna.

³⁰⁵ Cf. p. 153 (T.A., p. 212): «Posto elle em seu caminho (...) veio acaso ter ja sobre tarde (quando as aves se começam a recolher vindo a seus costumados pousos) a hum valle de mui grandes e frescos arvoredos... parece que por fazer menos o trabalho ou mais verdadeiramente a dor, se assentou... por dessejar ouvir sossegadamente huns rousinoes...»; p. 187 (T.A., p. 244): «Estando assi Binmarder olhando, vio que de longe vieram dous rousinoes a se por naquella arvore: e tanto que se puseram começaram a fazer hũa melodia de canto mui suave...»; p. 174 (T.A., p. 232): «ou pella ventura os traziam ja seus fados, e por amor della quis guardar esta ponte...».

³⁰⁶ Cf. p. 201 (T.A., p. 258): «e lavando o rosto e as mãos na agua (como dantes soia)...». Ora a única personagem que, na obra, assim age é Lamentor (e não Binmarder), precisamente na parte de Évora — cf. p. 170 (T.A., p. 228): «Lavou elle o rosto e as mãos...».

³⁰⁷ Cf., p.ex., pp. 145, 158, 170-171, 177 e 217; T.A., pp. 204, 216, 228, 234 e 273.

³⁰⁸ Cf. p. 158 e p. 208 (T.A., p. 216 e p. 265), a propósito de Jenao.

³⁰⁹ Cf. p.ex.: p. 170 (T.A., p. 228); pp. 188-189 e p. 198 (T.A., pp. 245-246 e p. 255).

³¹⁰ Cf. p.ex., pp. 160, 172, 173-174, 193 e 210 (T.A., pp. 219, 230, 231, 250 e 267).

³¹¹ Cf., p.ex., p. 173 (T.A., p. 231) — «nam cuidou ella que fosse pera tanto como lhe depois sahio» — com p. 82 (T.A., p. 138) — «Mas nam cuidaria

com outros que impressionam precisamente por motivos opostos³¹²; a inclusão, vezes sem conta, de termos do primeiro texto³¹³, de mistura com a introdução de pormenores os mais insólitos³¹⁴ e de referências sem sentido³¹⁵; e o facto de as personagens perderem a fala «hũa ora»³¹⁶ ou falarem dramaticamente sós, jogando com as palavras³¹⁷.

Finalmente, se a própria técnica da suspensão obedecia sempre a uma ordem — fosse ela a lógica temporal, questões de focalização ou a pertinência dos factos —, assim como a selecção destes se fazia, conforme já vimos, segundo critérios que eram explicitados, na parte de Évora, em contrapartida, descursa-se positivamente qualquer ordem, quer para a selecção dos factos, quer para o seu abandono. Assim, num amontoado de episódios mais ou menos desligados, continua-se a aventura de Avalor para depois voltar muito atrás, aos antecedentes da primeira sequência (Lamentor/Belisa), saltando-se depois para os antecedentes da segunda (Binmarder/Aónia), e depois ainda para a sua conclusão, com outros novos casos de permeio...

Só depois do capítulo XXV (novo começo do «conto» dos «dous amigos») interrompe-se a matéria narrativa uma dezena de

elle (...) que avia de seer para tanto como lhe saíio...»; ou ainda p. 149 (T.A., p. 208) — «Mas em nhũa deste mundo ha segurança...» — com p. 95 (T.A., p. 151) — «se em algũa cousa deste mundo ouvera segurança. Mas nam na ha...».

³¹² Cf., p. ex., p. 175 (T.A., p. 233): «indo pera matar a hirmã com maior odio que [o] cavalleiro, como he natural da ira quando nace antre parentes sojiga mais a rezam que com os estranhos».

³¹³ Para além da insistência em termos como «ventura» ou «desventurado», cf., p.ex., p. 174 (T.A., p. 232): «ao longo desta ribeira... por ser como vedes este lugar tam saudoso»; pp. 153, 184 e 188 (T.A., pp. 212, 241 e 245): «(e) nam tardou muito que...»; p. 154 (T.A., p. 213): «Mal aja a desventura»; p. 164 (T.A., p. 222): «antre amor e temor».

Funcionam aqui, perdidos os seus referentes, como signos ocios; o leitor lê-los-á sobretudo como tendentes a camuflar a heterogeneidade textual.

³¹⁴ Cf., p.ex., p. 196 (T.A., p. 253) — «E Cruelcia se meteo em hum moesteiro de monjas de santa Moneca» — ou p. 197 (T.A., p. 254): «sahio hum salvagem muito grande com hũa bisarma nas mãos tamanha como dez palmos, os tres de ferro e os sete de pao...».

³¹⁵ Cf., p. ex.: «E a este tempo morreo a criança salvajem» (p. 203; T.A., p. 260).

³¹⁶ Cf. p. 162 e p. 189 (T.A., p. 220 e p. 246).

³¹⁷ Cf. pp. 187, 188 ou 162 (T.A., pp. 244, 245 ou 221): «Que cuido? Em que gasto o tempo? Que conselho pode isto ter? Ou que vingança? Mais devo aa tormenta que vos aqui trouxe, que a vos que no encobris. E nam podia eu saber hũa tam maa nova, senam com grande tormenta, e bem me atormenta ella, pois nam tem vingança nem satisfaçam tamanha dor».

vezes, ora para a tratar por sequência alternadas, ora para a largar definitivamente: por vezes, sob pretexto de as personagens partirem, seguindo seu caminho; outras vezes, porque acaba um tempo narrativo, chegando-se a um momento já conhecido do leitor ou a uma estabilidade, ainda que transitória; e uma vez, como pretexto para um definitivo abandono ³¹⁸.

De resto, o assinalado desequilíbrio entre esta parte e as primeiras sequências radica no facto inexplicável de se passar de uma narrativa subordinada a um sucesso que é ponto de partida e projecto original da obra a uma outra, de aventuras em série. Disso se ressentiu, de forma mais óbvia, o ritmo narrativo: à serenidade do fluir das partes da narração sucederá uma dinâmica sentida como desarmonia, porque dela se ausenta qualquer espécie de concentração, mormente as «estações contemplativas» ³¹⁹ que faziam o contraponto da evolução narrativa.

Assim se rompem factores de coesão do texto, desaparecendo sensivelmente práticas anteriores, como a de relacionar tudo o que é contado, andamento a que se poderia aplicar o que Lopéz Estrada refere, noutra contexto, de outra obra: «sucessivos parêntesis que se vão complementando com o que se diz noutras partes de forma harmoniosa através das incidências do argumento de fundo» ³²⁰. O que se passa é que as formas de inserção dos discursos, nas primeiras sequências, tendem a fundi-los por meio de notas de continuidade que asseguram uma solidez estrutural a que a própria sobreposição de histórias dá amplo apoio. Neste sentido, o que já se disse da evolução narrativa, em termos de segurança estrutural, a que predispõe a etapa promovida por Juan de Flores em *Grisel y Mirabella* ³²¹, explicará, até certo ponto, a realização singular que é a M.M., no contexto da novela sentimental.

³¹⁸ Cf. p. 177 (T.A., p. 234): «Deixa-los-emos porem por agora ficar assi, e dir-vos-ei de Binnarder».

³¹⁹ A expressão é de Genette, a propósito de *A la recherche du temps perdu*.

³²⁰ LÓPEZ ESTRADA, Francisco — Introdução a *Gaspar Gil Polo, Diana Enamorada*, Clásicos Castalia, 1987, p. 25.

³²¹ «Con *Grisel y Mirabella* la novela sentimental comienza a liberarse del peso del tratadismo, de los vicios rétoricos, del carácter ampuloso-discursivo. No se trata, por supuesto, de un corte brusco: la obra atestigua una tradición, pero propone otra...»; «la estructura novelística aparece liberada de varios sostenes negativos, los elementos de unidad se consolidan y los tonos tragicos — que necessariamente persisten, pues alimentan el género sentimental desde den-

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

A única conclusão plausível — face ao prolongamento de Évora, que cai numa vulgaridade romanesca até aí recusada — é que o(s) autor(es)³²² destas sequências se tenha(m) entregado à tarefa de, como leitor(es) do texto original, ir preenchendo e explicando o que lhe(s) foi parecendo lacuna, concluindo como lhe(s) foi possível, segundo o seu próprio universo referencial³²³.

III. Não valerá decerto a pena insistir no que se nos afigura óbvio — até ao romance de Avalor, e não obstante as desatenções e deslizos, já referidos, na última parte do texto, há factores de coesão e de coerência entre as partes da história e do discurso. Depois começa a ser pouco segura e dificilmente aceitável a integração dos factos narrados na estrutura e estilo próprio da obra.

É que, se até ali a narradora explicitava os seus critérios, resumindo factos menos pertinentes, acentuando momentos determinantes,

tro —, aparecen tamizados, calibrados y ordenados por una mentalidad narrativa... la novela de Flores augura realizaciones (...) más armónicas y serenas, estéticamente acabadas y en sí mismas completas...» — CVITANOVIC, Dinko — *La novela sentimental española*, Madrid, ed. Prensa Española, 1973, p. 206 e pp. 201-202.

³²² As quebras de projectos e de controlo, bem como marcas características de determinadas sequências — por exemplo a predilecção por «diz que» nos capítulos XXX e XXXI — sugerem mais tratar-se de várias produções autónomas.

³²³ Só isso poderá explicar, por exemplo, a introdução de explicações que retiram toda a carga sugestiva da impossibilidade trágica de realização do amor que o primeiro texto continha — cf., p.ex., p. 145 (T.A., p. 205): «porque verdadeiramente se escreve delle que era de muito boa inclinação e virtude (...) e era elle tal que vulgarmente se afirmava que, se Lamentor fora sabedor ou sentira per via algũa que Avalor dessejava casar com Arima, que o fizera, tam afeiçoado era a suas cousas...»; p. 203 (T.A., p. 259): «dando culpa a Binnarder, porque lhe nam descobrira sua vontade (digo eu que lho nam disse, porque se nam avia d'escusar)»; e p. 210 (T.A., p. 267): «e nan ma quis pedir por molher (que lha nam negara)...».

Cf. ainda a prosaica explicação, na p. 172 (T.A., p. 230), sobre as relações Lamentor/Belisa.

De resto, conforme expõe Wardropper, o trágico conflito desta concepção de amor («severo código, lleno de paradojas» — cf. WARDROPPER, Bruce W. — *El mundo sentimental de la Carcel de amor*, «R.F.E.», XXXVII (1953), pp. 168-193; p. 183) decorre de um complexo de princípios que, ainda que se sobreponham, não coincidem no todo — não há, em absoluto, compatibilidade entre códigos de conduta diversos, como os a que o autor se refere: código do amor cortês, da cavalaria, da virtude e da honra.

Sobre a tensão poética do amor cortês, cf. ainda VARELA — *Revisión de la novela sentimental*, cit.

explicando as motivações das personagens e intervindo com breves comentários ou longos parêntesis, a partir daí a sua presença vai-se diluindo, não havendo lugar para a complexa análise a que nos vínhamos habituando. Paralelamente a isso, o crescimento da intriga e do discurso directo torna-se visível, apesar de o discurso se empenhar ainda em modos de dizer típicos da parte anterior, que não se compatibilizam já com expressões de um certo maneirismo e reminiscências até aí ausentes. E é precisamente a emergência do projecto significativa que é a obra, explicitada pela narradora na recusa de desvios e de detenção em episódios menos consentâneos com a sua natureza, que leva o leitor a uma perplexidade crescente, tanto maior quanto se vão apagando esses confessados propósitos e acumulando toda a sorte de desvios para aventuras de contornos estranhos, tendência que é nada mais do que a transfiguração completa do que a obra assumira ser.

Assim, e em última análise, não se concebe a inclusão de uma matriz de tradição cavaleiresca ³²⁴ numa obra que deliberara excluí-la na sua parte inicial, já por as lides de cavaleiros se não adequarem a uma voz feminina ³²⁵, já sob o pretexto de os agravos, infidelidades e abandonos masculinos se terem banalizado ³²⁶, e que propunha, em seu lugar, a exposição de casos exemplares, sob o ponto de vista sentimental ³²⁷.

Ora o que acontece é que já no fim da parte comum — e depois acentuadamente na de Évora — se votam ao abandono esses propó-

³²⁴ Quando as primeiras sequências se tinham dela alheado (mesmo na primeira a narradora passa-lhe ao lado, numa significativa paralipse), podendo a obra entender-se, na sua feição sentimental — no que comunga com outras do género — como uma renovação narrativa, no quadro da crítica quinhentista das narrativas fingidas.

³²⁵ Cf. p. 26 (T.A., p. 82): «porque ainda que as mulheres folgem muito de ouvir cavalarias, nam lhes estaa bem contarem-nas, nem ellas parecem na sua boca como na dos homens que as fazem».

³²⁶ Cf. p. 19 (T.A., p. 73): «Se os homens nunca acostumaram agravar as donzellas, muito fora de sentir... Quantas donzellas comeo jaa a terra com as soidades que lhe deixaram cavaleiros, que comeo outra terra com outras soidades? Cheos sam os livros de historias de donzellas que ficaram chorando por cavaleiros...».

³²⁷ Cf. pp. 19-20 (T.A., p. 73): «Neste conto nam entrarám soo os dous amigos...».

Neste sentido, considerações de Wardropper relativamente à *Carcel* valem também para a M.M., manual de comportamento cortês, verdadeiro «breviario para amadores» (cf. WARDROPPER — *art. cit.*, p. 168).

sitos, defraudando expectativas inovadoras que o projecto inicial continha. Vejamos em que sentido. A história prometida é de fé, de uma excepcional conformidade aos valores da cavalaria, da excelência contraposta à vulgaridade ³²⁸. Ainda que os seus pressupostos sejam, pois, de ordem cavaleiresca ³²⁹, a opção narrativa é claramente sentimental: é da maneira modelar de amar, nas atitudes morais que condiciona — isto é, de uma cortesia de alma exemplar — que a obra, até certo ponto, trata. Depois, contudo, a regressão é de tal forma manifesta que o que aparecia como pressuposto ou mero enquadramento (o ideal cavaleiresco, enquanto valor nostálgico) acaba por ser retomado na sua forma mais superficialmente espectacular, em moldes que se alheiam dos objectivos primeiros, reenviando aos artificios de uma tradição narrativa com que o projecto inicial se não quisera ver envolvido ³³⁰.

Por outro lado, o texto que se inicia após o romance de Avalor fica muito aquém da perspectiva, tão conseguida na parte inicial, de verosimilhança, reflectindo mais o quadro medieval das narrativas fingidas. Desde a trama narrativa à negligência de uma lógica temporal ou espacial, do amontoar de episódios à multiplicação confusa de personagens, praticamente tudo aquilo de que são feitas estas sequências entra em franca contradição com os factores de coesão do texto inicial ³³¹.

Se o percurso que se pode ler nas primeiras sequências — em que se passa de um episódio ao gosto cavaleiresco, e de permeio

³²⁸ Cf. p. 20 (T.A., p. 73): «Nelles soo cuido que se encerrou a fee que em todolos outros se perdeo, e creo que por isso...».

³²⁹ Cf. p. 20 (T.A., p. 74): «Os dous amigos no que fizeram compriram com ellas e comsigo mesmos (a que eram todos pella cavaleria que mantinham, obrigados)»; e p. 22 (T.A., p. 75): «Mal cuidariam os dous amigos, quando aceitaram a alta empresa de guardar as aventuras deste valle...».

³³⁰ Sem embargo da assimilação que deles fizera, rejeitara as formas de identificação mais óbvias, num processo que se pode dizer de apreciável superação.

³³¹ Todos os que viemos apontando ao longo deste trabalho: a sintonia dos mundos representados, afectados por uma coincidência de valores, que a sobreposição de vozes autoriza, e que faz deles um universo de referências dotado de homogeneidade; a subordinação narrativa a um caso cuja função, natureza e desenlace são previamente explicitados; a orientação exigida por esses assinalados marcos, para que a narradora não cessa de chamar a atenção; a organização temporal e a concentração espacial; as marcas peculiares dum discurso que reenvia constantemente ao quadro de enunciação e à instância que o produz.

com notas de realismo do quotidiano ou fantástico, a um bucolismo contemplativo, e daí a um ambiente e estilo palaciano — parece alterar-se significativamente, e isto já na última parte do texto comum, tal facto é ainda acompanhado, a nível textual, de outros sinais.

Deste modo, e por exemplo, a inclusão do discurso das personagens sob forma directa, seja ou não em diálogo, a que é concedido um certo privilégio nos primeiros episódios ³³², vai sendo, nas histórias seguintes, quase insensivelmente substituída pelo discurso indirecto, transposto, a par de formas de discurso narrativizado, em simultâneo com um crescimento acentuado das intervenções da narradora, que ganham proporções características. Se relacionarmos o discurso directo com a extensão das sequências, verificamos que, enquanto a segunda (história de Binmarder/Aónia) ocupa praticamente o dobro do espaço da primeira, sendo a de Avalor/Arima mais extensa do que a primeira, mas muito mais curta do que a segunda, o número de falas em discurso directo ³³³ diminui em quase metade, da primeira para a segunda história, diminuindo ainda, de forma assinalável, desta para a terceira.

Descontadas algumas falas — significativamente as mais extensas — que têm uma função específica na obra ³³⁴, é curioso verificar que os protagonistas dos casos amorosos não se perdem em longos discursos ³³⁵: são seres discretos, por meio dos quais a narradora vai explicando como a emoção se não deixa caber nas palavras ³³⁶. Binmarder dirige a Aónia apenas três curtas frases, e sempre em

³³² Que são, por isso mesmo, «cenas» que apresentam personagens e referências nucleares, das únicas em que o discurso narrativo valoriza o «showing». A primeira sequência (episódio do cavaleiro da ponte, morte de Belisa) é, de facto, muito mais «mostrada» do que as outras. Entremeadas de alguns diálogos e de uma série de falas isoladas das personagens, o discurso directo ocupa nela um espaço considerável.

³³³ Algumas são uma ou duas palavras (cf., p.ex., p. 81; T.A., p. 138: «Estaa»); outras ocupam mais de uma página.

³³⁴ Discurso do Maioral, da Ama, de Inês, de Lamentor a Arima, da amiga de Avalor... São, por regra, verdadeiras plataformas no desenrolar narrativo.

³³⁵ O que é também um aspecto original da M.M., relativamente a outras novelas sentimentais em que os amantes longamente discorrem sobre os seus casos, ainda que seja por carta.

³³⁶ É que o amor, que, na ausência do outro, é ter os «olhos cheos» (cf. p. 72; T.A., p. 128) e o pensamento «acupado» (p. 83; T.A., p. 140) dele, é, na sua presença, sentir «tremer a fala» (p. 83; T.A., p. 139) ou não poder falar (pp. 80, 87 e 108; T.A., pp. 137, 143 e 166), porque tudo então «falece» (p. 113; T.A., p. 171).

resposta a outras dela ³³⁷. Quanto a Avalor, como se sabe, nunca consegue dizer a Arima, conforme os seus planos, o que o consome — das vezes em que trocam palavras, só lhe dirige duas falas, e também em resposta a outras dela ³³⁸.

Nesta última sequência — em que, como referimos, parece que a reserva e as «sospeitas» da corte contaminam o próprio discurso, multiplicando-se as ambiguidades e os equívocos, numa linguagem vaga, de descompromisso — quase não há, a bem dizer, episódios, acção a registar. A abordagem do interior conquista plenos direitos, sempre conduzida pelo discurso, também ele reticente, da narradora.

Por tudo isto é que se não percebe o recuo nítido, relativamente a muito do que de inovador a obra continha, que realiza a parte final comum. Seja ou não de Bernardim, não nos restam dúvidas de que o texto é muito outro: perdem terreno os comentários da narradora e, num processo paralelo, os diálogos começam a monopolizar o discurso; introduz-se um fantástico de uma inverosimilhança confrangedora; alteram-se códigos ideológicos ³³⁹ e contradizem-se ou esmorecem dimensões de coesão por que o texto se pautara; e até a cadeia enunciativa se complica, perdendo-se um tanto a noção de que a narradora é a Dona ³⁴⁰.

De forma resumida, podemos dizer que com as aventuras de Avalor transitamos gradativamente para uma orientação muito diversa da do texto primeiro. A parte excedente de Évora acabará por, uma vez subvertidos os propósitos e invertido o percurso, tudo revolver.

³³⁷ Das três vezes em que se alam, e só nas duas primeiras (cf. p. 81—T.A., p. 138—«E essa fresta (...) nam estaa hi, senhora, de noite tambem?»; e p. 83—T.A., p. 139—«Nam foram nem serem»; «De vos (...) me nam posso eu hir assi...»), já que no encontro a sós em casa dele só Aónia fala, e também escassamente.

³³⁸ Cf. pp. 108 e 109 (T.A., pp. 165 e 167).

³³⁹ Ora se às convenções, como se sabe, correspondem motivações culturais, esta projecção de outras referências será, obviamente, o que menos se adequa ao equilíbrio que a obra conseguira, dentro da esfera da tradição em que se integra.

³⁴⁰ Quando a donzela conta as suas desventuras ou Avalor evoca um feito de seu pai, como que se apaga a presença, até aí tão marcada, da Dona. «Meu pai» passa a designar o pai de Avalor e explicações como (que aquella estada assi em hermo o convidou logo sem tardança para aver piadade della» ou «que lhe pareciam ditas de bom coraçam» (p. 136; T.A., p. 194) são, no contexto, imputadas a Avalor.

Conclusão

Neste nosso estudo, começámos por procurar dar conta do estado actual da crítica de texto relativamente à M.M.; acentuámos alguns problemas praticamente insolúveis, à luz dos dados até ora disponíveis; relevámos aspectos a ter em conta, fazendo uma releitura das atitudes que condicionaram a recepção da obra e a fidedignidade concedida a um texto de que talvez nunca conheçamos os contornos originais; formulámos a hipótese de que parte do texto comum às versões quinhentistas seria já «declaração», não obedecendo às mais elementares regras de relação e relevância que a construção de qualquer texto exige, sob pena de se perder a coerência que faz dele, para o leitor, um todo significante; colocámos também a questão da originalidade da novela, abordando a dificuldade da sua integração num género único, traduzida por uma oscilação nas designações e classificações que lhe têm sido atribuídas, e concluindo pelo seu carácter singular de novela sentimental.

O caminho que nos propusemos seguir — a consideração do original enquadramento enunciativo da M.M. e dos efeitos decorrentes das opções a ele ligadas — tinha, à partida, a vantagem de, sendo uma via globalizante, conter os próprios marcos do percurso, assinalados por forma a garantir uma necessária continuidade, evitando desvios que, num trabalho deste teor, seriam riscos naturais. Não será preciso dizer que, ainda assim, foi necessário privilegiar as linhas que intuímos como de maior alcance e significado, em detrimento de outras com menos peso e de feição menos estruturante.

Tomando como linha condutora o estudo do quadro enunciativo que sustenta a construção do texto da M.M., havia, antes de mais, que procurar responder a questões elementares: Porquê a opção por uma narrativa em primeira pessoa, e feminina? Porquê a transição para uma segunda instância narrativa, de perfil semelhante? A que atribuir a oscilação com que, no que concerne à origem declarada das histórias do segundo nível, se referem as fontes? Qual a tábua de valores enunciados com que é possível identificar as instâncias narrativas? Sob que séries de signos emergem, no texto, tais instâncias? Em que termos se projecta a subjectividade de quem no texto fala e que, através desse contributo, contando se conta?

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

Destas questões nos ocupámos logo de seguida. Ao longo do trabalho, procurámos sempre responder aos problemas que se nos foram levantando com a objectividade e o rigor possível, sabendo embora que algumas das nossas explicações não solucionam, em definitivo, tais questões, por se não tratar de demonstrações conclusivas que excluam quaisquer outras. Pela própria insegurança do terreno textual, não caberia aqui assumir uma leitura como capaz de esgotar outras hipóteses do que está por provar.

Creemos, porém, que o carácter provisório de algumas observações, bem como o teor conjectural de outras que fomos levada a fazer, não invalidará o essencial do que tentámos demonstrar, a saber:

I — que há, na novela, um forte pendor discursivo com que se constrói e reitera um mundo de referências que os planos narrativos vão ilustrando;

II — que o que no texto suporta a validade dos conhecimentos do mundo expressos é a atribuição sucessiva do discurso a vozes autorizadas, num assumido processo de transmissão do saber, de partilha das experiências;

III — que a criação literária das figuras da Menina e da Dona, em conformidade com esse interposto saber por que se mede a distância entre elas ³⁴¹, serve bem a forma depois adoptada para a narração, a de um sempre subentendido diálogo de ensinamento;

IV — que a concepção original do texto assentaria, globalmente, numa estratégia de «mise en abyme» e que a sua realização, de múltiplas entradas, correspondentes a outras tantas séries de ressonâncias, viria a suscitar formas de coesão de que é possível analisar os índices;

V — que, por isso mesmo, tudo é antecipadamente dito, fazendo-se a progressão, no texto, segundo dois rumos: o da repetição de esquemas e o da consumação do esperado;

VI — que, assim sendo, tudo o que não cabe na ordem deliberada do texto ou no horizonte de expectativas que nele se inscreve, contrariando a sua organização interna, inviabiliza uma interpretação coerente do mesmo como um todo; deste modo, os desvios e as incongruências detectadas configuram,

³⁴¹ E entre outras figuras, como a Ama e Aónia, o Maiorial e Binmarder, ou até a «senhora, grande sua amiga» de Avalor e o próprio Avalor.

de acordo com a nossa leitura, pelo menos três textos diferentes — confirmando a aberrante desconformidade da extensão de Évora e a comunidade do texto que, na mesma edição, compreende a primeira parte, tais desvios sugerem que a única explicação para o desvirtuamento que a última sequência do texto comum acusa é tratar-se já de um acrescento;

VII — que a alteração, por nós assinalada, do texto ³⁴², com incidências no seu grau de coerência interna, coerência já menos transparente na história de Avalor/Arima, se torna mais sensível a partir do romance de Avalor; mas, processando-se a coberto de uma ambiguidade comprometida com a parte anterior e integrando ainda o texto comum, o alcance dessa alteração não tem sido sequer medido;

VIII — que, abstraindo do estranho acaso de as versões hoje conhecidas se interromperem no mesmo ponto ³⁴³, a forma como o fazem — e uma leitura atenta de toda esta sequência e do que, na edição de Évora, se segue — indica não só tratar-se de um texto diferente, mas também (o que nos importa mais relevar), no seu conjunto (do romance de Avalor até cap.º XXV de Évora), idêntico — quer pelos pressupostos em que se baseia, quer pelo universo de referências que o organiza, quer pelas suas formas de continuidade e progressão, que se diria circular, num como que arrastamento da figura de Avalor, aproveitada para andanças cavaleirescas;

IX — e, finalmente, como, das hipóteses aqui levantadas pelo estudo de uma questão aparentemente tão simples como a da projecção, no texto, do plano enunciativo, é possível concluir da originalidade da obra; e como a análise das marcas (explícitas e implícitas) da enunciação, no discurso narrativo da Dona, comprova o que dissemos: que o texto de Évora (para este efeito, a partir do cap.º XXV) se nega a si mesmo, destruindo qualquer pretensão a ser parte do original, a caber na

³⁴² Pelo deslocamento acentuado de pressupostos anteriores, por estranhas intrusões e por determinada espécie de incontinência verbal; no fundo, por uma global desconexão para que se não vislumbra qualquer sentido.

³⁴³ Coincidência que tem servido para se tomar, como ponto assente, o anúncio do discurso de uma personagem como fim do texto autêntico. Ainda que significativa, será ela critério bastante para se não atender às dúvidas que a própria qualidade do texto autoriza, procedendo a uma análise rigorosa das marcas do mesmo?

QUESTÕES ENUNCIATIVAS NA MENINA E MOÇA

obra tal como foi concebida; que a história de Avalor/Arima malbarata já esforços anteriores, descuidando aspectos essenciais da construção do texto, sendo o mundo de referências, a partir do romance de Avalor, muito outro; e que a história de Binmarder/Aónia denota uma coesão exemplar (em termos de ordenação narrativa, relação entre factos e pertinência destes, emergência do plano do discurso no mundo da história e características de linguagem e de estilo).

O rumo da nossa análise terá, assim, corroborado também um entendimento de que partíramos — que a M.M. seria uma obra de síntese exemplar, notável reescrita em que se cruzam aspectos da percepção de toda a tradição narrativa de que disporia o intérprete-criador que nela consumou, por isso mesmo, uma plurivocidade que, sendo inerente às grandes obras, é normalmente factor de fascínio a que se devem, não raro, os mais diversos exercícios de leitura.*

Janeiro de 1990

Aida Santos

* Este trabalho é uma síntese da dissertação de Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Janeiro de 1990.

INÊS DE CASTRO — OUTRA ERA A VEZ¹

I PARTE

Se o fenómeno da intertextualidade é tão importante na compreensão e análise de qualquer obra literária (ao ponto de Laurent Jenny afirmar que «hors de l'intertextualité, l'oeuvre littéraire serait tout simplement imperceptible, au même titre que la parole d'une langue encore inconnue»²), que dizer de textos que focam obsessivamente o mesmo tema, remetendo-se especularmente num jogo infinito e paradoxal?

Desde que Inês de Castro foi morta, em 1355, que a sua lenda depressa se transformou em mito, funcionando cada texto como um olhar crítico em relação a toda a produção anterior³. Poderemos dizer, sem grande margem de erro, que cada hipertexto é também simultaneamente um hipotexto⁴ que se completa, alterando o significado absoluto no confronto com obras anteriores e posteriores que fazem ressaltar pormenores esquecidos, abandonando outros, primitivamente considerados mais importantes.

A figura da amante de D. Pedro é, realmente, um tema privilegiado na literatura portuguesa. Segundo Maria Leonor Machado de Sousa, a primeira referência aos amores que teriam ligado o rei a D. Inês, é feita por David ben Yom Tov Ibn Bilia, judeu português, que viveu em Coimbra no século XIV: «Autor de um comentário científico sobre o Pentateuco e de livros de medicina, astronomia,

¹ A expressão «Outra era a vez» é a frase inicial do conto «Os Cimos» de ROSA, Guimarães — *Primeiras Estórias*, 6.^a ed., Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., MEC, 1972.

² JENNY, Laurent — *La Stratégie de la Forme*, «Poétique», n.º 27, 1976, p. 257.

³ Cf. JENNY, Laurent — «Le regard intertextuel est donc un regard critique et c'est ce qui le définit». (*id.*, p. 260).

⁴ Para a definição de hipertexto e hipotexto, cf. GENETTE, Gérard — *Palimpsestes*, Paris, Seuil, 1982.

astrologia e religião, deixou alguns poemas manuscritos, também em hebraico, entre eles um que fala da sua infelicidade amorosa, dizendo que no mundo só houve uma desgraça maior que a dele: de Pedro e Inês»⁵.

Em Portugal, porém, é com as Trovas de Garcia de Resende, publicadas em 1516, que Inês e Pedro se tornam definitivamente personagens míticos, ultrapassando de longe a sua restrita dimensão histórica. A partir desta data são inúmeros os textos, em Portugal e no estrangeiro⁶, que os elegem como tema principal. Não é intenção deste estudo abarcar toda a produção inesiana, o que não só seria impossível como indesejável. Limitar-nos-emos às obras publicadas entre 1960 e 1990, tentando fazer para cada uma delas uma análise que faça sobressair as diferenças existentes na concepção de Inês, diferenças que vão desde a aceitação do mito até à desestruturação completa da teorização existente.

Neste escasso período de trinta anos, caracterizado por modificações tão radicais ao nível da linguagem literária, o episódio medieval não teve uma repercussão menos rica do que em épocas anteriores onde condicionantes de índole sócio-cultural pareciam mais propícias ao aparecimento de uma história que cai, por vezes, em melodramatismos e em explicações simplistas. Entre 1960 e 1990, o mito inesiano deu azo à escrita de poemas (de cariz diverso), dois romances, um conto e três peças teatrais. Esta transmodalização, ou seja todo o tipo de modificação trazido ao modo de representação característico do hipotexto⁷, é de sobremaneira importante nas produções mais recentes, uma vez que, integradas no espírito literário da época, elas possuem, frequentemente, significados que excedem o horizonte de expectativas do leitor ou espectador comuns. Nesta linha, situa-se também o caso específico da transmodalização intramodal, isto é, as diversas transformações dentro do mesmo modo ou género⁸.

⁵ SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Inês de Castro — Um Tema Português na Europa*, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 39.

⁶ Cf. SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Op. cit.*

⁷ GENETTE, Gérard — «Notre dernier type transposition (en principe) purement formelle sera la *transmodalisation*, soit toute espèce de modification apportée au mode de représentation caractéristique de l'ypotexte» (*Palimpsestes*, *ob. cit.*, p. 323).

⁸ Cf. *idem*, p. 330: «Restent à considérer, à l'intérieur de chaque mode les diverses transformations dont il est susceptible».

Com base nesta teorização, tentámos analisar os textos pertencentes aos vários géneros, discernindo as características próprias a cada um, estudando as relações entre si e entre estes e os hipotextos que são, insistentemente, convocados mesmo que de uma forma implícita.

É difícil estabelecer qual o hiptexto preferencial, tal a variedade de bibliografia sobre o assunto. Deste modo, torna-se quase impossível distinguir, muitas vezes, entre uma transmodalização intermodal e uma intramodal. Não nos parece, porém, que tal distinção seja imprescindível para a nossa análise. O que interessa é, sobretudo, detectar os mecanismos textuais, considerados de um ponto de vista sincrónico e ressaltar as relações existentes com obras anteriores (pertencentes ou não ao mesmo género), numa perspectiva diacrónica, eminentemente comparativa. Segundo os problemas específicos que cada texto pressupõe, o estudo deverá adaptar-se ao seu objecto, adoptando, para cada caso, o tipo de abordagem que a obra pedir.

1 — AS SOMBRAS DE INÊS

1. O esvaziamento progressivo do sujeito

A crise do referente, própria à poesia das últimas décadas, estende-se também à problemática de Inês de Castro. Os poemas que versam o tema vão desde uma referencialidade máxima à ocultação do próprio nome do sujeito, tornando-o assim sombra de si próprio e da própria escrita.

Textos há que retomam o tópico tradicional, pondo a tónica num ou outro elemento que fazem realçar, de acordo com o propósito de momento.

O poema de Emmanuel da Cunha, «Inês de Castro e D. Pedro»⁹, funciona à maneira da saga tradicional. Desenvolvendo o tópico do *locus amoenus* e da felicidade inicial, já presente no episódio de *Os Lusíadas* («Estavas, linda Inês, posta em sossego,/De teus aos colhendo doce fru[i]to,/(...) Do teu Príncipe ali te respondiam/As lembranças que na alma lhe moravam,/Que sempre ante seus olhos te traziam,/Quando dos teus formosos se apartavam;/De noite, em

⁹ CUNHA, Emmanuel da — «Inês de Castro e D. Pedro», in *Páginas Soltas da Nossa História — Poesias*, Porto, 1968, pp. 26-28.

doces sonhos que mentiam,/de dia, em pensamentos que voavam;/
/E quanto, enfim, cuidava e quanto via/Eram tudo memórias de
alegria»¹⁰), o autor de *Páginas Soltas da Nossa História* constrói
uma Inês perfeitamente idealizada, vivendo num ambiente onde
«A maldade do mundo era esquecida»¹¹. Ampliando esta noção de
pureza e inocência, há uma insistência, muito maior do que em
Camões, (apesar das nítidas referências intertextuais) ao mito do
paraíso, que teria sido perdido pela inveja humana:

«A paixão tudo arrostara sem medo
Nesse bem-querer de alma puro e ledo»¹²,
Bem aos olhos dos homens escondido,
Num recanto de terra colorido,
Onde os filhos cresciam em candura,
Ignorando do mundo a desventura.

Mas a obra do ódio não parava
O esperado momento ela espreitava...»¹³

À semelhança do que sucede nos contos tradicionais, o equilíbrio
inicial é quebrado pela morte, contada brevemente em seis versos.
Emmanuel da Cunha dá relevo à harmonia inicial e ao caos que
se instaura depois do acto fatídico:

«Ficava a dor, o caos, a desolação,
Só desespero e luto sem perdão,
Onde reinara a luz e a poesia,
Onde existira enlevo e melodia»¹⁴.

Este caos¹⁵, provocador do desespero de Pedro, justifica todos
os actos do futuro rei, cuja imagem é a de uma espécie de Messias,

¹⁰ CAMÕES, Luís de — *Os Lusíadas*, in *Obra Completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1963, p. 86.

¹¹ CUNHA, Emmanuel da — *Ob. cit.*, p. 26.

¹² Cf. CAMÕES — «Naquele engano da alma, ledo e cego» — *Ob. cit.*, p. 86.

¹³ CUNHA, Emmanuel da — *Ob. cit.*, p. 27.

¹⁴ *Idem*, p. 28.

¹⁵ Cf. ainda os seguintes versos, «Que viu a triste sorte da pobre mesquinha/Que só depois de morta seria rainha» (p. 28) com os dois últimos versos da estrofe 118 do Canto III de *Os Lusíadas*: «Aconteceu da mísera e mesquinha/Que de[s]pois de ser morta foi Rainha», p. 84.

defensor dos mais desfavorecidos: «E se não se adornou com louros de guerreiro,/O povo com amor chamou-lhe o ‘Justiceiro’»¹⁶.

Aceitando também o tópico tradicional, Tomás de Figueiredo¹⁷, em dois textos, «Estavas Linda Inês» e «Até ao Fim do Mundo», constrói uma espécie de poema a duas vozes, uma vez que no primeiro, D. Pedro assume a 1.ª pessoa, enquanto que no segundo, é Inês que, imitando as Trovas de Resende, «fala» depois de morta.

Em «Estavas Linda Inês», Pedro procura uma desculpabilização impossível, por não ter estado presente e não ter impedido o assassinio. O grande número de interrogações são a prova evidente do desespero do sujeito que sente a própria incapacidade e encontra na vingança a única solução para o seu imenso complexo de culpa:

«E perguntei ao vento: — Vento, sabes
dizer-me quem seria o matador?
E o vento devolveu-me ecos fugidos,
e eu soube, soube, Inês... Depois vinguei-te!
Depois vingue-me! Inês, podes dormir!
Quem não pode vingar-se é quem não dorme...»¹⁸

A insistência em *vinguei-te* e *vinguei-me* dá a dimensão do problema de Pedro que, mais do que a saudade de Inês, sente a frustração da impotência e o desejo de a superar.

O segundo poema é, como dissemos, a fala póstuma de Inês que analisa o comportamento de Pedro, chamando-lhe poeta e ingénio, desconhecedor dos males do mundo. É ainda, e mais uma vez, o tópico da inocência e do herói incauto. Morta, Inês conta o seu próprio assassinio, na linha do texto de Garcia de Resende. O confronto entre as duas passagens é esclarecedor:

«Foram três que vieram. Trespasaram
este meu peito e, com ele, o teu»¹⁹.

¹⁶ *Idem*, p. 28.

¹⁷ «Estavas Linda Inês» e «Até ao Fim do Mundo», in SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*, «Bibl. Breve», Lisboa, Inst. de Cultura e Língua Portuguesa, 1984 (secção antológica), pp. 140-141.

¹⁸ *Idem*, p. 141.

¹⁹ *Ibidem*.

Em Garcia de Resende, podemos ler:

«Dous caualeyros yrosos,
que tais palavras lh'ouvyrã,
muy crus e nam piadosos,
perverssos, desamorosos,
contra mym rijo se vyram.
Com as espadas na mam
m'atravessam o coraçam,
a confissam me tolheram»²⁰.

Adaptando e resumindo o hipotexto, Tomás de Figueiredo acentua, mais do que Garcia de Resende, a imagem da morte irreversível. Os três últimos versos possuem uma carga muito mais negativa do que os comentários do sujeito no *Cancioneiro Geral*. Enquanto que este último consegue encontrar compensações futuras decorrentes da morte, em Tomás de Figueiredo, as últimas imagens são de *frieza* e imobilidade:

«As espadas são frias, são tão frias...
Que frio! Tenho frio! Donde vem
Este vento parado que me corta?»²¹.

Assumindo voluntariamente um tom épico, Natália Correia, num pequeno texto em prosa, tenta apresentar o mito de Pedro e Inês de uma forma simultaneamente exterior e expositiva.

O início do texto, «Calem-se agora todas as tubas destes amores de prata! Vou falar-vos da obra do abraço de água e de fogo de onde

²⁰ RESENDE, Garcia de — «Trovas que Garcia de Resende fez à morte de Dona Ynes de Castro, que el Rey Dom Afonso, o Quarto de Portugal, matou em Coimbra, por o Príncipe Dom Pedro, seu Filho, a ter como mulher polo bem que lhe queria nam queria casar, endereçadas has Damas», in *Cancioneiro Geral*, Texto estabelecido, prefaciado e comentado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão e Aida Fernanda Dias, 2.º vol., Coimbra, Centro de Estudos Românicos 1973, p. 315.

²¹ FIGUEIREDO, Tomás de — *Idem*, p. 141.

brotava o ouro do amor ofuscamente. Porque se digo Pedro digo Inês»²², remete directamente para a 3.ª estrofe da Proposição de *Os Lusíadas*:

(...)

«Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram».

Depois da apresentação do tema, Natália Correia, narrando e comentando, mistura razões históricas («Pois não era Inês o lindíssimo instrumento dos irmãos que, no outro lado da fronteira se esforçavam por submeter à sua intrigante ambição o reino do Ocidente?»²³) com episódios provavelmente lendários, como o da coroação *post-mortem* («Tão espantosa paixão mais haverá de espantar as gentes. E por aquela parte luminosa da loucura do amor, num sonho de tochas e de hienas, exumou Pedro os adorados ossos e sentando-os num trono de transidas opaladas, com chicotes de treva obrigou os trémulos espectadores daquela fantástica coroação a beijarem as descarnadas falanges da sua esposa de silêncio e neve»²⁴).

Aproveitando do mito toda a sua força sugestiva, Natália Correia pretende classificar Pedro e Inês como figuras paradigmáticas e universais. O último parágrafo do seu pequeno texto funciona como uma espécie de apresentação dos dois amantes: «Estes são os amantes que com mais altos coturnos de delírio e pranto entraram na torrente de amor que corre para o infinito. Estes são os fantasmas coroados de nómada esperança de abater a espada que bipartindo a Ibéria, lhes trespassou o extasiado peito de água bicéfalo do amor. E com braçadas de esperançosas cítaras, tomam a aparência de estar vivos em alvíssimas bandeiras tremulando na guerra petrificada da fronteira»²⁵.

Rebordão Navarro prefere convocar a violação dos túmulos, levada a cabo no início do século XIX (pelas tropas francesas e liberais), significando, por um lado, a incorruptibilidade da morte e, por outro, a indiferença dos homens. Remetendo directamente para o Canto III de *Os Lusíadas* e apondo uma epígrafe de Carolina

²² CORREIA, Natália, sem título, in SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*, ob. cit., p. 142.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Idem*, pp. 142-143.

Michaëlis de Vasconcelos, onde se fala da mutilação e profanação dos sarcófagos, o autor de *Somos Nós Muitas Vezes Essas Coisas* começa por apresentar Inês «enamorada/da sua morte de quinhentos anos,/esperando aquela data que marcada/fora pelo senhor dos seus enganos»²⁶. É evidente que há aqui a referência implícita à célebre inscrição «A:E:AFIN: DO MUDO» que tem tido variadíssimas leituras, mas das quais, sem dúvida, a mais sugestiva é: «Até ao fim do mundo», pois é a que reúne maiores condições de eternizar o mito do amor. É assim que na 2.^a estrofe se pode ler que, mediante o barulho feito pelos soldados, «chegado se crê o dia asado/daquele encontro a haver na fim do mundo,/pois Pedro a aguarda já no chão pousado,/ /interrompido o sono tão profundo»²⁷.

Invocando também Inês morta ou a morte de Inês, Fiana Hasse Pais Brandão faz uma transposição metonímica, realçando as vestes da amante de D. Pedro, na medida em que elas significariam a problemática relacionada com a figura que cobriam:

«Teceram-lhe o manto
para ser de morta
assim como o pranto
se tece na roca
(...)

Só a morte trouxe
todo o veludo
no corte da roupa
no cinto justo
(...)

O vestido dado
como a chamavam
era de brocado
não era escarlata

Também de pranto
a vestiram toda
era como um manto
mais fino que roupa»²⁸

²⁶ NAVARRO, António Rebordão — «Apostília ao Canto III de 'Os Lusíadas'», in *A Condição Reflexa — Poemas (1952-1982)*, Bibl. de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 248.

²⁷ *Idem*, pp. 248-249.

²⁸ BRANDÃO, Fiana Hasse Pais — «Inês de Manto», in *O Texto de João Zorro*, Porto, Ed. Inova, 1974, p. 40.

Ao abandonar a sequência factual, a autora de *Barcas Novas* consegue fazer ressaltar a dimensão trágica desta morte que as carpi-deiras (os espectadores, os leitores) tornaram mítica: «Também com o choro/lhe deram um estrado/um firmal de ouro/o corpo exumado»²⁹.

Dignos de nota são ainda seis pequenos poemas da autoria de António Ramos Rosa, intitulados «Gotas de Ar»³⁰. Nestes textos não há uma única vez a alusão ao nome de Inês ou Pedro ou a qualquer referente concreto. O sujeito assume o grau zero do seu objecto, enumerando apenas a sua sombra ou a sua transparência:

«enumerar
tuas sombras
secretas
numa página
devastada
pelo branco»

e

«se soubesse
ver
na noite

veria o teu corpo».

A sombra e a transparência aparecem aliadas ao silêncio que se torna mais significativo do que as palavras:

«que silêncio
secreto

liberto
sigo a única
corrente

é um outro
dia
o outro rosto

um outro
corpo».

²⁹ *Ibidem.*

³⁰ Impressos para a exposição «Inês de Portugal» de Mário Silva, Coimbra, 1983.

A noção de imaterialidade que se desprende dessa imagem de Inês presente/ausente, acaba por lhe atribuir características dificilmente identificáveis com uma existência real: «pisas uma/chama/danças/com o vento».

Integrada definitivamente num nível metafórico e simbólico, Inês deixa de ter referências cronológicas para ser apenas a ideia ou o mito do amor imaculado.

2. A memória obsessiva

«Quase quatrocentos anos depois de Soares Alarcão, Ruy Belo escreveu o segundo poema épico da literatura portuguesa tendo Inês e Pedro como tema único»³¹.

O poema começa por uma longa exposição onde se vislumbra uma localização espaço-temporal que pretende situar a história de Pedro e Inês num ambiente qua possuua, simultaneamente, ingredientes edénicos e cronológicos. A dimensão mítica é entrecortada pela narração dos factos históricos, facilmente confrontáveis em qualquer texto sobre o assunto.

A primeira parte do poema procura anular a componente historicamente datada, dando realce à importância da emergência do homem e da palavra. Alguns exemplos servirão para ilustrar o que dissemos:

«Quando já pelos prados o orvalho
aspergira as inúmeras pétalas das primeiras flores
e corriam as lágrimas ao longo da já longa idade
do homem onde o rio da alegria já secara há muito
(...)

quando as mulheres movendo-se moviam os cabelos
[populosos
e conheciam incontáveis nomes e eram conhecidos por
[nomes incontáveis
e nunca esses nomes as continham quando as mulheres
[sabiam
coisas que muitos homens pensaram no passado mas
[depois esqueceram
e elas repetindo-as iam de uma sala para outra ao sabor
[das situações

³¹ SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Inês de Castro — Um tema Português na Europa, cit.*, p. 425

quando as pessoas já eram mortais mas não o eram
[excessivamente

(...)

quando a ociosidade fazia o tempo demorar e quase parar

(...)

quando nas casas a confiança da infância ainda não
[esmorecera

(...)

e todas as palavras eram relativamente novas (...)

(...)

quando o amor não tinha ainda qualquer relação com
[o hábito

(...)

e o ritual dos dias e das noites era importante como uma
[novidade

estava-se não sei quando talvez no princípio do mundo

Por outras palavras trata-se de inês e trata-se de pedro

ou pedro tratará talvez mais uma vez de inês»³².

Esta insistência na conjunção subordinativa temporal, «quando», é assumida por um sujeito *eu* que, manifestando as suas incertezas («talvez suponho eu no tempo dos primeiros salmos»³³), se propõe cantar os feitos, não de um povo como Camões, mas de um par que ultrapassou a sua relatividade histórica:

«Eu canto os amores e a morte a apoteose e a sorte
dessa que tão horizontal em pedra jaz e esse pedro neto
[desse trovador de quem se diz
que sempre dom dinis fez o que quis»³⁴.

A Margem da Alegria, porém, é um texto de cujas páginas sobressai não tanto a história antiga e conhecida mas a capacidade de evocação e de memória ou do que essa memória representa no inconsciente de uma colectividade. É difícil separar o histórico do mítico, tal o encadeamento dos dois planos e de tal forma um remete invariavelmente para o outro.

³² BELO, Ruy — *A Margem da Alegria*, Col. Círculo de Poesia, Lisboa, Moraes Ed., 1974, pp. 9-21.

³³ *Idem*, p. 9.

³⁴ *Idem*, pp. 23-24.

Há três momentos no poema que privilegiam a narração histórica. No primeiro ³⁵ assistimos a um resumo rápido da vida e morte de Inês, havendo um relevo especial para o testemunho de Diogo Lopes Pacheco, nas cortes de 1385, onde o Dr. João das Regras pretende provar que só o Mestre de Avis poderá ser rei: «Inês chamada e havida como filha de pedro de castro/em uma inquirição feita em coimbra em mil trezentos e oitenta e cinco/a diogo lopes pacheco ali chamado ali juntado/com uns honrados padres e senhores de portugal/para desembargarem certas coisas/jurado e perguntado sobre se dom pedro casara alguma vez com a fidalga dona inês/morta de novo essa açafata foi por esse cavaleiro/ao dar como única mulher do rei de portugal/branca filha de pedro que morreu/nas meigas veigas da cidade de granada» ³⁶. Ainda nesta passagem há referências à revolta e vingança de Pedro, à transladação e à violação praticada no século XIX.

O segundo momento narrativo ³⁷ descreve pormenorizadamente a morte de Inês e o terceiro ³⁸ dá uma atenção digna de nota ao saimento, isto é, à transladação e à declaração de casamento feita por D. Pedro.

O importante, todavia, não são as referências históricas mas a forma como elas são presentificadas no texto, o seu modo de relacionamento com o sujeito narrador ou com Pedro que, por vezes, assume a 1.ª pessoa, deixando aquele que a memória deste se torne tão obsessiva quanto produtiva.

«Admitamos que há um homem que há um rei

(...)

e ele baile no ar como quem vai morrer

ele sempre prejura quando jura

(...)

Existe uma donzela em sua vida

canta loas à virgem com os olhos postos nela

agora que morreu para viver

(...)* ³⁹.

³⁵ *Idem*, pp. 26-29.

³⁶ *Idem*, pp. 26-27.

³⁷ *Idem*, pp. 61-69.

³⁸ *Idem*, pp. 75-76.

³⁹ *Idem*, 69-70.

Pedro, vivendo na e pela memória, coexiste no poeta que afirma: «e tenho os olhos tristes como fontes/e sei que os tenho tristes não por vê-los/mas por havê-los tu tão tristes visto»⁴⁰.

Mas a essência de Pedro reside na sua auto-consciência que redundava num insuperável complexo de culpa, tal como em Tomás de Figueiredo. Em Ruy Belo, porém, os sentimentos são mais complicados, uma vez que Inês se transforma na ideia de Inês e Pedro, à semelhança das veladoras de *O Marinheiro* de Fernando Pessoa, chega à conclusão de que «a mulher que vira nunca existira/e agora a sua dor era maior/ pois nunca houvera aquilo que sonhara/e não havia a terra da alegria/e a alegria era afinal o triunfal inferno»⁴¹.

Esta tomada de consciência torna ainda mais paradoxais as tentativas de sublimação que se revelam absurdas e inoperantes (sem recalco concreto a sublimar):

«Penso porém ainda reinventar a alegria
que há muito em sua vida se não via
alegria mexida por alegres bailarinos
bons bebedores de cidra e de vinho
e exige que ao dançar todos lhe passem a chamar alegre
[pedro
como se vez nenhuma houvesse estado ou sido triste»⁴².

É assim que Pedro pode afirmar (e em 1.^a pessoa), «Fui cúmplice das coisas contra mim»⁴³, desvendando que o seu desejo é o da «impossível inês»⁴⁴, mais sonho e memória do que realidade.

Jogando com o significado etimológico do nome *Pedro*, Ruy Belo invoca a simbologia da *pedra* com toda a carga religiosa, hermética e cabalística. Pedro tem poderes semelhantes ao do rei Midas.

⁴⁰ *Idem*, p. 30. Este último verso remete obviamente para o poema de João Rodrigues Castelo Branco, «Senhora, partem tão tristes/meus olhos por vós, meu bem,/que nunca tam triste vistes/outros nenhũs por ninguém», *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, 1.^o vol., *cit.*, p. 346.

⁴¹ BELO, Ruy — *Op. cit.*, pp. 44-45.

⁴² *Idem*, p. 44.

⁴³ *Idem*, p. 80.

⁴⁴ *Ibidem*.

Enquanto este tudo transmudava em ouro, aquele «Se no rio aérea perpassava uma barca/à força de a olhar um ódio de monarca/água e barca tudo em pedra tal olhar transformava»⁴⁵. A razão deste poder está em algo inato ao rei, uma vez que «também é pétrea a noite para pedro/como de pedra são seus sentimentos e palavras»⁴⁶. A insistência na imagem da *pedra* parece-nos funcionar numa dupla vertente: por um lado, a rigidez, a frialdade da pedra não serão mais do que o simulacro da morte, o veneno mortal inoculado em Pedro; mas, por outro, a pedra é ainda a matéria-prima, o andrógino⁴⁷ inicial, Inês e Pedro para sempre indiferenciados: «É manhã nas estrelas vai alguém casar/pedra de pedra pedra intensamente/testamento lavrado sendo já alto o serão/alguém casou alguém morreu de amor/após a sua postrimeira dor»⁴⁸.

Falar de Pedro é falar de Inês, Inês «para sempre imóvel»⁴⁹, Inês mais do que nunca misteriosa.

«Inês detém a fala amena da mulher humana
e se alguém se apaixona logo ela o domina»⁵⁰.

Ao descrever essa figura feminina tão simples e tão complexa, o narrador não hesita em rotulá-la de «perigosa»⁵¹, atribuindo-lhe um nascimento semelhante ao de Vénus Urânia, o que lhe tira humanidade para lhe atribuir dimensão mítica:

«Não tornou algum deus inês ditosa ao fazê-la formosa
talvez tivesse sido o mar que abriu terá sido de lá que ela
[saiu

⁴⁵ *Idem*, p. 40.

⁴⁶ *Idem*, p. 79.

⁴⁷ Cf. «La pierre brute est encore considérée comme androgyné, l'androgynat constituant la perfection de l'état primordial», *Dictionnaire des Symboles*, dir. de CHEVAELIER, Jean; GHEERBRANT, Alain, 4.º vol., Paris, Seghers, 1974, p. 9.

⁴⁸ BELO, Ruy — *Op. cit.*, p. 81.

⁴⁹ *Idem*, p. 23.

⁵⁰ *Idem*, p. 51.

⁵¹ *Idem*, p. 55.

antes que boticelli a fizesse nascer
sair das águas essa deusa que jamais havia
de deixar de reinar e de todos vencer»⁵².

Apesar, porém, dos seus poderes ocultos, Inês não pode conhecer *efectivamente* Pedro cuja verdadeira significação lhe escapa («Que sei de pedro esse homem de palavras/esse inventor de normas com certeza mais reais/após haverem sido mais criadas do que as próprias coisas»⁵³). É ao atribuir esse poder criador ao seu amante que a filha de Pedro de Castro se equivoca. Se Pedro inventou palavras (de amor), ele as inventou sem a plena consciência da sua situação, culpado de um sonho inexistente. Por isso, o narrador comenta que a maior ignorância de Inês consiste em desconhecer «que pedro mais que rei foi permanente fugitivo/e fugiu mais de si mesmo que da terra ou que da grei»⁵⁴.

É que o amor de ambos ultrapassa a simples ligação erótica para se transformar simultaneamente num amor de influência platónica nítida, que lembra um conhecido soneto de Camões⁵⁵ («e faz do amador a coisa amada»⁵⁶), e num outro que, não chegando à interligação absoluta, preconiza, no entanto, a utopia da primitiva unidade perdida:

«Somos não pedro e inês somos um só e talvez
penedo da saudade seja o nome que nos há-de
dar quem aos dois quiser propriamente chamar
saudade do passado sempre desejado
e até do porvir que passa logo ao vir»⁵⁷.

A insistência na *saudade* tem reminiscências de uma tirada de Pedro na peça de António Patrício (1918): «E eu vi a Saudade ao pé de mim. Nunca mais me deixou: vivo com ela. Fez-se em mim carne

⁵² *Idem*, p. 65.

⁵³ *Idem*, p. 23.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ CAMÕES, Luís de — *Obras Completas*, 4.^a ed., vol. I, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1971, p. 198.

⁵⁶ BELO, Ruy — *Op. cit.*, p. 66.

⁵⁷ *Idem*, p. 52.

e sangue. Fez-se Inês. Por isso sabes toda a minha vida. Por isso eu sei a morte como tu. Sou o homem que viveu a vida e a morte: sou o homem-Saudade, o rei-Saudade...»⁵⁸.

Esta força apaixonada apresenta-se como um paradigma que deve ser imitado: «Quem na verdade amar há-de nos imitar»⁵⁹.

Mas a mimésis aconselhada não pode esquecer o desfecho da história ou a ligação inevitável do amor e da morte⁶⁰: «jazem serenos hoje nessa lousa onde o tempo apenas pousa/e só com a minha lâmina de aço língua de toledo os ameaço»⁶¹.

Imagem de morte, os túmulos representam a materialidade do amor, unindo mais uma vez os dois conceitos. Acentando a descrição das edículas da forma mais idealista e romanceada⁶², Ruy Belo não faz mais do que corroborar a íntima ligação entre amor e morte e a dimensão ultra-histórica de Pedro e Inês.

Ganhando o estatuto de personagens sem tempo, eles abandonam a restrita inserção na História de Portugal, para permanecerem como símbolos de uma das constantes humanas. Pedro, num desabafo final, aceita o seu mistério e o seu carisma:

«Ninguém profundamente me conhece
nem talvez isso interesse a alguém
e aos íntimos menos que a ninguém
Bailador e monteiro e justiceiro
pedro primeiro pedro derradeiro»⁶³.

⁵⁸ PATRÍCIO, António — *Pedro O Cru*, in *Teatro Completo*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982, p. 167.

⁵⁹ BELO, Ruy — *Op. cit.*, p. 52.

⁶⁰ Cf. BATAILLE, Georges — *L'Erotisme*, Coll. 10/18, Paris, 1965.

⁶¹ BELO, Ruy — *Op. cit.*, p. 22.

⁶² Jorge de Sena, no seu longo estudo sobre Inês de Castro, é de opinião que as edículas da rosácea do túmulo não representam a vida de Pedro e Inês, mas figuras humanas em variadas atitudes: «o que evidentemente aconteceu foi que o escultor, tendo os espaços que as edículas da histósia de São Bartolomeu lhe deixavam, para encher, transformou-os em pares de edículas que enchem, como é corrente na figuração medieval, com figurinhas humanas, em grupos e atitudes diversas. Apesar de tudo, também um imaginário medieval esculpia figurinhas sem outro sentido que a própria existência escultórica», SENA, Jorge de — *Estudos de História e de Cultura*, separata da revista «Ocidente», 1.ª série, vol. I, Lisboa, 1967, p. 215.

⁶³ BELO, Ruy — *Op. cit.*, p. 81.

3. Arte do simulacro

«Si la répétition des mots d'autrui est un art de produire le simulacre, ce dont la dénotation est incertaine, faut-il en conclure, avec Platon, que la citation est nécessairement une mauvaise image (de la pensée)?»⁶⁴.

No caso de João Miguel Fernandes Jorge a repetição de palavras alheias (na série *A:E:AFIN:DO MUDO* e na *Crónica do Rei Pedro Alguns Primeiros Capítulos e Mais Alguns Capítulos*) serve para situar o leitor em dois tempos simultâneos ou em dois textos que se sobrepõem de uma forma mutuamente enriquecedora.

Como diria Gérard Genette⁶⁵, estamos perante uma transtextualidade específica que ele denomina de *metatextualidade*, isto é, a relação (comentário) que une um texto a um outro de que se fala. O hipotexto permanece implícito ajudando a uma melhor leitura do hipertexto e a uma necessária comparação.

A série «A:E:AFIN:DO MUDO»⁶⁶ retoma a célebre epígrafe dos túmulos cuja leitura tem sido alvo de variadíssimos estudos⁶⁷. Sob este título agrupa-se uma série de poemas cujos temas mais relevantes são os de morte, de separação e de saudade.

Chamando mais uma vez a atenção para o eterno par amoroso, João Miguel foca a problemática da morte no processo dialéctico eu/tu/nós.

O sujeito da enenuciação assume-se como morto («Os anos foram muitos,/debaixo do sol não sei dormir/trazendo a juízo minha obra»⁶⁸), da mesma forma que afirma obsessivamente a destruição e morte de Inês (?): «tu, destruída, os olhos/foram verdes ou castanhos?»⁶⁹ e «Eu falei da tua morte. (...) Da tua morte falo»⁷⁰.

⁶⁴ COMPAGNON, Antoine — *Le Seconde Main*, Paris, Seuil, 1979, p. 120.

⁶⁵ GENETTE, Gérard — *Op. cit.*, pp. 8-14.

⁶⁶ JORGE, João Miguel Fernandes — «A:E:AFIN:DO MUDO», in *Sob Sobre Voz*, Círculo de Poesia, Lisboa, Moraes Ed., 1971 e *Crónica*, Círculo de Poesia, Lisboa, Moraes Ed., 1977.

⁶⁷ Cf. SENA, Jorge de — *Op. cit.*, p. 216.

⁶⁸ *Crónica*, p. 27.

⁶⁹ *Idem*, p. 25.

⁷⁰ *Idem*, p. 29.

A análise do próprio discurso, caótico e inconsequente, leva o sujeito poético (Pedro?) a tentar afastar-se da palavra dispersa ao aproximar-se da unidade utópica do silêncio:

«Do meu discurso nenhum sábio
saberá admitir a unidade, o
tempo infinito formando verão
o mar, o longo nome de ti.

(...)

Sobre os lábios do homem a
única danação da vida é razão
de um silêncio ou de uma rosa?»⁷¹.

Equacionado o problema do silêncio e da palavra, não se conseguindo decidir por nenhum dos termos, o sujeito afirma simultaneamente que «A sombra da verdade/está nos meus lábios»⁷² «E [que] para lá do reino onde/cai um pouco de nós próprios, da/água que bebemos pela tarde,/do vidro que a leva,/mostramos as mãos como roubo/que não falamos»⁷³.

O *Nós* só é conseguido com a morte, com a separação efectiva: «Apartado de ti pela manhã,/o rosto consumido, a mágoa/separando//e partindo/da palavra cada vez mais/traduzida//onde digo e não digo/minha alma»⁷⁴.

O *eu*, demasiado consciente, analisa, de uma posição privilegiada (post-mortem) a vida com todo o seu cortejo de hipocrisias e simulacros. Quando pergunta: «Do reino não lembramos muito e/quem dirá se era verdade?»⁷⁵ é porque ele sabe que «O que importa sob estas naves de Alcobça/é conhecermos cada vez melhor o texto coração do homem»⁷⁶.

É na ambivalência do verdadeiro e do falso que João Miguel F. Jorge constrói o discurso de Pedro, discurso que nem sempre é directamente assumido a nível da estrutura de superfície mas que

⁷¹ *Ibidem.*

⁷² *Sob Sobre Voz*, p. 44.

⁷³ *Idem*, p. 45.

⁷⁴ *Crónica*, p. 23.

⁷⁵ *Idem*, p. 24.

⁷⁶ *Idem*, p. 30.

permanece como elemento essencial da estrutura profunda. *A:E:AFIN: DO MUDO*, cuja leitura mais sugestiva tem sido *Até ao Fim do Mundo*⁷⁷, funciona bem como micro-texto do conjunto de poemas que trata preferentemente da eternidade do amor, apesar de saber que «Por amor na pedra lisa/o fogo nunca mais/se ouvirá»⁷⁸, uma vez que das figuras só resta a memória e a escrita.

Em *Da Crónica do Rei Pedro Alguns Primeiros Capítulos e Da Crónica do Rei Pedro Mais Alguns Capítulos*, o autor usa um processo original e rico em potencialidades significativas. Joaquim Manuel Magalhães, no prefácio, escreve que «A utilização do Pedro contado por Fernão Lopes, a sua narração para um desvio que não coincide com a hipótese mítica, o ataque ao logos da linguagem através do mito da escrita é um dos recursos deste livro»⁷⁹.

Dando aos poemas o título correspondente aos dos capítulos da Crónica de Fernão Lopes (conservando, inclusivamente, a linguagem arcaizante), João Miguel apela para o conhecimento dos leitores, transformando o conteúdo das crónicas sem lhes modificar o significado último. Estamos, talvez, perante o que Genette chama de imitação séria ou de transposição⁸⁰, pois que o hipertexto é uma espécie de comentário, dos personagens ou do sujeito, à narração pretensamente objectiva de Fernão Lopes.

É no cap. IV, do texto de João Miguel, que este explica o método utilizado, justificando o seu ponto de vista de poeta: «Digamos

⁷⁷ Cf. SENA, Jorge de: «Isto já foi lido de várias maneiras»: este é a fim do mundo» (Fr. Fortunato de São Boaventura), «Até a fim do mundo» (quase toda a gente, no dizer de António de Vasconcelos), «aqui espero a fim do mundo» (leitura de este último), etc. A primeira leitura era a dos que não pensaram romanticamente em Inês de Castro; a segunda é a dos que viram na frase o mote do Amor Eterno; a última mais prudente, concilia a assimilação à lenda de Tristão e Iseu (que, wagnerianamente, é subjacente a todo o simbolismo e todo o esteticismo de que decorrem os nacionalismos literários da viragem do nosso século), com o Juízo Final em que os amantes wagnerianos não aceditam. Mas, afinal, o que está escrito? Não será muito mais do que a primeira leitura dizia? Ou melhor: não será a glosa portuguesa da frase *sic transiit gloria mundi*? Ou seja: esta é a vida humana neste mundo, assim é que se passa a vida neste mundo, o mundo não tem outra finalidade senão esta que aqui se demonstra, o fim das coisas mundanas é este (a morte)», p. 216.

⁷⁸ JORGE, João Miguel Fernandes — *Op. cit.*, p. 28.

⁷⁹ In *Crónica*, p. 13.

⁸⁰ Cf. GENETTE, Gérard — *Op. cit.*, p. 36.

de cada coisa um pouco/que o nosso trabalho consiste/em ultrapassar esta primeira imagem da crónica»⁸¹.

O discurso do autor de *Sob Sobre Voz* é, fundamentalmente, não-disjuntivo, ambivalente e ambíguo. Partindo da crónica de Fernão Lopes, ele transforma a linguagem de teor meramente informativo numa outra que, por vezes, chega a alcançar a dimensão mítica ou trans-histórica.

Um caso curioso é o do cap. XXVII, «Como elRei Dom Pedro de Purtugal disse por Dona Enes que fora sua molher regebida, e da maneira que ello teve». Tal como o título indica, este capítulo, em Fernão Lopes, narra o episódio em que D. Pedro jura ter casado em Bragança, com Inês, apresentando testemunhas. João Miguel levando às últimas consequências, a teorização do ideologema do signo⁸², escreve dois textos que são duas leituras do mesmo episódio.

Em *Da Crónica do Rei Pedro Alguns Primeiros Capítulos*, Pedro, suposto sujeito, dirige o seu discurso a uma destinatária (Inês), não referindo uma única vez o casamento (episódio fulcral em Fernão Lopes), mas reiterando a íntima relação entre eles e a morte irreversível da amada («a tua ausência de pedra desenhada/caminhando para mim»⁸³). Há a insistência obsessiva na noite (imagem da morte) e o desejo do sujeito em repousar finalmente: «É tarde. A lua vai morrer. Deixo-me dormir»⁸⁴.

Em *Da Crónica do Rei Pedro Mais Alguns Capítulos*, Pedro assume a 1.^a pessoa e fala também para uma 2.^a pessoa morta. É, porém, diferente o teor do discurso. Ele começa por aludir, na primeira estrofe, ao casamento, estrofe que se assemelha, pelo conteúdo, às informações de Fernão Lopes. No cronista podemos ler:

⁸¹ JORGE, João Miguel Fernandes — *Da Crónica do Rei Pedro Alguns Primeiros Capítulos*, Lisboa, 1973, pp. 13-14.

⁸² Cf. «l'idéologème du signe signifie une infinitisation du discours qui, relativement libéré de sa dépendance par rapport à l'universel (au concept, à l'idée en soi) devient une possibilité de mutation, une constante transformation laquelle, quoique soumise à un signifié, est capable de multiples générations, donc d'une projection vers ce qui n'est pas, mais qui SERA ou plutôt POURRA ÊTRE. Et ce FUTUR, le signe l'assume non plus comme occasionné par une cause extrinsèque, mais comme une transformation possible de la combinatoire de sa propre structure», in KRISTEVA, Julia — *Le Texte du Roman*, 3.^a ed., The Hague-Paris-New York, Mouton Publishers, 1979, p. 34.

⁸³ JORGE, João Miguel Fernandes — *Ibidem*, p. 31.

⁸⁴ *Idem*, p. 32.

«E pousamdo elRei em esta sazom no logar de Cantanhede, no mes de Junho, (...) jurou aos evangelhos por el corporalmente tamgidos, que seemdo el Iffante, vivemdo ainda ElRei seu padre, que estando el em Bragamça podia aver huuns sete annos, pouco mais ou meos, nom se acordamdo do dia e mez, que el recebera por sua molher lidema per pallavras de presente como manda a samta igreja Dona Enes de Castro (...)»⁸⁵.

João Miguel, menos detalhado, condensa, no entanto, as informações principais numa quadra:

«O dia em que nos foi anunciada a chegada do Verão,
o mês de junho, procurei ouvir desde o vale
os cantares e gritos que dizem a chegada do viajante.
Por palavras de presente»⁸⁶.

A partir da 2.^a estrofe, Pedro dirige-se a Inês, lembrando-lhe a mútua relação e afirmando a permanência da sua memória no coração do sujeito:

«Talvez não volte a encontrar-te enquanto este corpo
permanecer p'lo tempo da tua morte.

(...)

Ficamos sós. Sem terceiro ou mesmo mais
enquanto a noite é o que de único abrimos — que
pela noite esperas, parecendo da terra, a terra
própria noite ainda.

(...)

(...) o teu louvor,
nada mo apaga da memória(...)»⁸⁷.

Apesar de haver repetições de temas nos dois textos de João Miguel Fernandes Jorge, o certo é que eles demonstram a capacidade do hipotexto (crónica de F. Lopes) se desdobrar em inúmeros hipertextos, diferentes e semelhantes.

⁸⁵ LOPES, Fernão — *Crónica de D. Pedro I*, Intr. do Prof. Damião Peres Bibl. Histórica — Série Régia, Porto, Livr. Civilização Ed., 1965, pp. 125-126.

⁸⁶ JORGE, João Miguel Fernandes — *Da Crónica do Rei Pedro Mais Alguns Capítulos*, in *Poemas Escolhidos*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982, p. 105.

⁸⁷ *Idem*, pp. 105-107.

Esta ambivalência que leva à escrita de poemas diferentes a partir de um único texto *oficial*, está relacionada com o discurso carnavalesco, tal como ele é definido por Julia Kristeva: «Le signifié du discours carnavalesque est une INSULTE au signifié du discours officiel, donc de la Loi. Si tout signifié est la Loi du discours qui le parte, on pourrait dire que le discours carnavalesque est déclanché par une LOI qui est une TRANSGRESSION, donc par une ANTI-LOI. Par là, à sa base même, le discours carnavalesque présente un anti-symbolisme, une ambivalence, une non-disjonction»⁸⁸.

É assim que nos são apresentados os poemas de João Miguel — discurso outro que se assume voluntariamente como variação do mesmo (a semelhança dos títulos dos textos e dos capítulos da crónica). Nesta base, poderemos analisar as relações existentes entre o texto do século XV e o dos nossos dias, tentando fazer ressaltar a apropriação transgressiva e, porque transgressiva, fecundadora de novos sentidos.

A forma mais simples de transposição é o uso do estilo narrativizado em 3.^a pessoa.

Fernão Lopes: «A frota Daragom quando vio a de Castella, ouve reço, e meteosse no rio de Qualhar. ElRei Dom Pedro⁸⁹ entrou logo na frota, e foise poer na boca do rio, cuidamdo tomar as galees Daragom. E estamdo alli começou de ventar o levante, que he travessia em aquel logar, e mostrando o mar sua gramde braveza, cuidarom todos que quebrassem suas galees em terra, e elRei Daragom com todas suas gentes aguardavom em terra por ellas, cremdo toda via, por o vento que se esforçava cada vez mais, que de todo ponto eram perdidas»⁹⁰.

João Miguel:

«Pedro, no rosto sumido, grandes olhos aguados que não
[sabemos se
dele se do nevoeiro os regatos correndo, estreitos dedos
[roendo:
outra vez novembro, onde inverna e três noites havia
[em que não

⁸⁸ KRISTEVA, Julia — *Op. cit.*, pp. 162-163.

⁸⁹ D. Pedro de Castela, sobrinho de D. Pedro, filho da Infanta D. Maria, filha de D. Afonso IV.

⁹⁰ LOPES, Fernão — *Op. cit.*, p. 164.

fazia fogo,
chegar a uma cidade por mar por terra.
Cuidando tomar as galés de Aragão. Metem-se à boca
[do rio
despedido de suas mãos deixou sobre si o vento levanta, a
braveza, se do mar se dos aguados olhos,
cuidaram que quebrassem suas galés em terra.
A tal ponto eram perdidas»⁹¹.

Esta terceira pessoa não se limita, porém, a narrar de um modo mais ou menos idêntico o que Fernão Lopes relata. Por vezes, ela assume um comentário à acção, como é o caso do cap. XXIII. Neste capítulo, o cronista narra a tentativa frustrada de paz entre os reis de Castela e de Aragão, levada a cabo pelo Cardeal de Bolonha. O autor de *Direito de Mentir* comenta o facto, fazendo análise política de uma sociedade e de uma época:

«Pouco sucesso tem a voz, justa ou falsa,
uma voz captando as grandes forças, em Aragão, ou nas
[terras
julgadas por sentença, a Castela pelo rei de Portugal.
As forças são múltiplas, mesmo hoje pouco há a refazer
num contexto dito social e religioso onde a criatividade
popular não é obra de um povo
mas de um cardeal que de quando em quando surge
por lugares que foram de Castela antigamente...»⁹².

Outro caso digno de nota é o do cap. XXIX, onde se fala das dúvidas levantadas à declaração do casamento de D. Pedro e D. Inês.

João Miguel põe de lado as razões apresentadas por Fernão Lopes para se concentrar nos possíveis motivos que teriam levado D. Pedro a declarar tal união:

«Reconstroem à maneira a própria história. Fazem pensar,
calam-se, mas não esquecem. Todas as manhãs são o
[costumado

⁹¹ *Crónica*, p. 82.

⁹² *Idem*, p. 65.

lugar e, se estão a morrer, nem mesmo os amigos o
[adivinham.

(...)

Fugitivo, o gérmen de uma casa, os documentos que posso
[reunir

são pouco numerosos, reduzem-se a
si mesmo, capítulo onde se fala e transcreve a própria
[solidão.

Porque a pobre solidão, a bem inútil, os pequenos caracteres
fechados, a condição, o refúgio.

Sobre a metade desta parede. Sobre a metade desta imagem.

Mas maior, maior são os sonhos»⁹³.

A intromissão de uma espécie de *voz off* (voz da cidade, como diria Julia Kristeva⁹⁴), apresenta a opinião do povo, não de um modo narrativizado, mas directamente:

«A munificência de um príncipe produzia sempre assombro
quando um músico um cantor judeu
de Bagdad chegava a Córdova

(Tínhamos pouco menos de trinta anos e adoptámos em
[tudo o
mesmo género de vida dos mulçulmanos cristãos de
[Andaluzia.)

Eram quase moços excedendo-se,

(...)»⁹⁵.

Interessantes são também os textos que se iniciam com reticências seguidas da conjunção coordenada copulativa *e* («... e outro

⁹³ *Idem*, p. 74.

⁹⁴ Cf. «En effet, en dehors de la culture scripturale, la ville connaît une culture vocalique, orale, criarde. (...) La culture vocalique dont il s'agit est étroitement liée à l'organisation politique et aux habitudes sociales de la cité. Elle PARLE la pluralité d'une pratique non plus soumise au support théologique d'une vérité, et dans ces meilleures réalisations rejoint la tradition dyonisiaque, ménippéenne et carnavalesque de l'antiquité», KRISTEVA, Julia — *Op. cit.*, p. 153.

⁹⁵ *Crónica*, p. 68.

muito povo»⁹⁶; «... E outros lugares que foram de Castela antigamente»⁹⁷). Este tipo de começo cria ficticiamente uma continuidade narrativa que existe na crónica, mas não existe nos poemas. As reticências prefiguram as lacunas da recordação do sujeito, que introduz, por vezes, presentes abruptos e primeiras pessoas que, nitidamente, se refeem ao sujeito da enunciação. No poema «cap. XXIV», «Como elRei de Castela enviou pedir ajuda de galees a elRei de Portugal, e como partio com sua frota por fazer guerra a Aragom», depois de um excuro eminentemente narrativo, surge-nos o seguinte verso: «Lembro-me perfeitamente da cena iluminada por archotes»⁹⁸.

Este carácter transgressivo do discurso que, subtilmente, altera o seu registo para chamar a atenção sobre determinado aspecto, não se reflecte apenas nos presentes do sujeito, ele é também visível no uso da língua estrangeira (latim) e na intromissão irónica de textos do estilo jornalístico da actualidade. O emprego do latim contribui para a elaboração de um discurso estranho, outro e incompreensível⁹⁹.

O poema «Capítulo XIX» é um caso exemplar de discurso que transgride as normas linguísticas, temporais e semânticas. Ao contar a investida de Pedro de Castela em Aragão, João Miguel Fernandes Jorge sobrepõe português e latim como sobrepõe o ano de 1395 (da era de César) e de 1973, tentando colocar ironicamente, o texto sob a égide da escrita automática:

«MCCCXCV.

Sete galés e seis naus não chegam para vingança.

Por medo

acendia-se a guerra cada vez mais. — Dilecte fili,

salutem, et Apostolicam Benedictione.

Vem dizendo o legado junto às ruínas sobre escarpas

⁹⁶ *Idem*, p. 74.

⁹⁷ *Idem*, p. 65.

⁹⁸ *Idem*, p. 67.

⁹⁹ Cf. «Le discours signifiant se débattant contre le signifié transcendantal du symbole, se forme comme un discours étranger, autre et incompréhensible: il s'identifie avec la LANGUE ÉTRANGÈRE et l'amène sur la scène du carnaval de même que dans le roman qui s'en inspirait», KRISTEVA, Julia — *Op. cit.*, p. 173.

Alfajarim (no caminho para Lérida)

— Non ex imbecillitate intellectus nostri, sed
ex altitudine.

E aí chegou

não podendo tratar firme paz — ac Scientiae
Dei illuminantis a montibus aeternis, haveis ouvido?

haveis visto aquele cavaleiro nas praias de Tavira
nas praias de Cacela?

MCMLXXIII

Faz hoje um ano que me disseram ao ouvido este
poema. Foi nos claustros entre a catedral de Urgel e
a igreja de S. Miguel.

Por medo ou frio só em Aix, no bar Cézanne, o ditei à
minha mão» ¹⁰⁰.

O poema «Capítulo XLIII», que fala do futuro rei D. João, possui uma estrofe que modifica por completo o carácter sério da primeira parte do texto. Depois de uma espécie de monólogo de Pedro, justificando a nomeação do filho como Mestre de Avis, lê-se:

«Pretende-se contactar com rapaz, cerca
20 anos, que no dia 22 de dezembro tomou
comboio 17.34. Cais do Sodré. Vestia blue
jeans, sapatos brancos desporto. Será fu-
turo rei.

Distante podíamos ouvir versos do antifonário moç
árabe» ¹⁰¹.

Enquanto em Fernão Lopes, o estilo é sempre narrativizado, como aliás convém à crónica, em João Miguel os personagens assumem frequentemente a 1.^a pessoa (*eu* ou *nós*), tornando-se comentadores dos próprios episódios de que são protagonistas.

É como se o narrador (cujas primeiras pessoas já analisámos) se mascarasse, recusando a própria identidade ao esconder-se ficticia-

¹⁰⁰ *Crónica*, p. 57.

¹⁰¹ *Idem*, p. 91.

mente atrás dos seus personagens que de históricos se transformaram em romancescos:

«sempre os mesmos fazendo dizendo tudo do mesmo modo,
mais são personagens de romance ou de história inventada
que
de história verdadeira» ¹⁰².

Como não podia deixar de ser, Pedro apropria-se do discurso, tecendo, por vezes, comentários aos feitos narrados por Fernão Lopes.

No cap. XIV, «Como elRei fez comde e armou cavalleiro Joham Affonso Tello, e da gram festa que lhe fez», escreve a certa altura o cronista: «e pedio vinho e fruta e lançousse a dormir. E nom curando mais falar de taaes jogo; hordenou elRei de fazer comde e armar cavalleiro Joham Affonso Tello, irmão de Martim Affonso Tello, e fezlhe a moor homrra em sua festa que ataa quel tempo fora vista que Rei nenhuum fizesse a semelhante pessoa; ca elRei mandou lavar seis çemtas arrovas de çera, de que fezerom cimquo mil çirios e tochas, e veheram de termo de Lixboa, onde elRei estonçe estava, cimquo mil homeens das viintenas para teerem os ditos çirios» ¹⁰³.

O autor da *Crónica do Rei Pedro* coloca na boca do rei a justificação dos próprios actos:

«Que pretendes?
Caí de repente segundo o meu costume num profundo sono
transportado de dor por entre a festa
de Afonso Tello
uma estrada de luz mandei erguer
cinco mil círios e tochas
grandes montes de pão tinas de vinho» ¹⁰⁴.

As primeiras pessoas de Pedro estão também presentes nas interpelações a Inês (como vimos) ou na análise da existência: «Suporto desde a minha nascença a visão da minha morte» ¹⁰⁵.

¹⁰² *Crónica*, p. 90 e cf. «un passage perpétuel s'effectue donc de l'Auteur en Acteur et vice versa, et la mécanique de cette mutations est assurée par un *shifter* ou un connecteur spécifique: le MASQUE qui est la marque d'altérité, le refus d'identité», KRISTEVA, Julia — *Op. cit.*, p. 165.

¹⁰³ LOPES, Fernão — *Op. cit.*, p. 62.

¹⁰⁴ *Crónica*, p. 52.

¹⁰⁵ *Da Crónica do Rei Pedro Alguns Primeiros Capítulos*, p. 7.

Outro personagem que assume o discurso em 1.^a pessoa é Diogo Lopes Pacheco no poema «Capítulo XXXIX», «Como Diego Lopez Pacheco escapou de seer preso, e foram entregues os outros, e logo mortos cruelmente».

Dando mais relevo à fala do assassino de Inês do que à prisão e morte de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, João Miguel consegue, anulando o tempo e o espaço, construir um poema cuja problemática principal é uma reflexão sobre a condição humana e a passagem do tempo:

«Eu, Diogo Lopes Pacheco.

(...)

O mundo o tempo o futuro: uma larga rectangular torre,
[sólida construção
colocada no alinhamento da parede de protecção. A câ-
[mara mais baixa,
o acaso era feito por toscos degraus na esquina sudoeste
guardava possível tesouro:

o mundo o tempo o futuro: eu, Diogo Lopes Pacheco»¹⁰⁶.

Po vezes, as personalidades referidas nas crónicas tornam-se sujeitos, ao empregarem o *nós*, num pretenso discurso directo: No cap. III, «Das Cartas que o Papa e elRei Daragom enviaram a elRei de Portugal sobre a morte delRei seu padre», Fernão Lopes transcreve as cartas que estas duas individualidades terão mandado a D. Pedro. No livro de João Miguel, o Papa e o Rei de Aragão dizem, em coro, da sua relação com o rei falecido e da inevitabilidade da morte:

«Afonso morreu. E estamos no entanto condenados
a existir para sempre para lá da nossa existência
para lá dos móveis motivos do reino.
Estamos condenados

como inútil seria pôr portas ao mar.
Muito o amávamos para lá da inútil crueldade
de dar a cada um vida ou morte.

(...)»¹⁰⁷.

¹⁰⁶ *Poemas Escolhidos*, p. 109.

¹⁰⁷ *Da Crónica do Rei Pedro Alguns Primeiros Capítulos*, p. 11.

Para terminar, referiremos ainda o caso das segundas pessoas, ou das personagens a quem o sujeito poético se refere. Pedro é o interlocutor ideal, que, por vezes, se confunde com o próprio enunciador: «És uma ruína fantástica. Eu também./E aquele bispo partindo semblante triste/torvado coração. Lembro-te-me»¹⁰⁸.

Pedro de Castela, porém, porque personagem quase tão importante como o seu homónimo português (cf. romances de Agustina Bessa Luís e António Cândido Franco), tem também direito a interpelações directas:

«Não sei se foi em Toledo ou em Medina
que condenaste um velho ourives e
ante a morte o
filho te pediu por mercê a troca dos
oitenta anos do pai pelos seus dezoito anos»¹⁰⁹.

Fazendo uma leitura crítica e criativa dos episódios narrados por Fernão Lopes, comentando-os, adaptando-os às circunstâncias e dando relevo à dupla figura dos dois Pedro (o de Portugal e o de Castela, tio e sobrinho, tão semelhantes e tão diferentes), João Miguel Fernandes Jorge consegue reescrever a crónica sem o peso da História, intrometendo o seu olhar, velho de cinco séculos, subjectivo-objectivo. Se a distância histórica permite ler melhor os capítulos do nosso cronista, por outro lado, o fingimento inerente ao acto poético obriga a uma subjectividade do sujeito que, voluntariamente, se auto-caracteriza de presentificador mítico de uma memória histórica: «Deixados os modos tudo se perde na palavra»¹¹⁰.

4. Paródia

Menos comum do que a apropriação séria é a construção satírica de um hipertexto que retoma o cansado tema do hipotexto, afim de o ridicularizar. Aureliano Lino da Silva, em *As Monarquíadas – Sátira às Monarquias Portuguesas*¹¹¹, consagra o Canto VII ao episódio dos

¹⁰⁸ *Idem*, p. 19.

¹⁰⁹ *Crónica*, p. 54.

¹¹⁰ *Da Crónica do Rei Pedro Alguns Primeiros Capítulos*, p. 7.

¹¹¹ Lisboa, Edições Alfaómega, 1976.

amores de Pedro e Inês. A linguagem é assumidamente vulgar e os personagens assemelham-se a figuras dos teatros de feira:

«Ele [Pedro] que fôra sempre um libertino,
mais tarde se casou, como qualquer,
mas fosse porque fosse ou por destino,
não passava 'cartão', nunca à mulher.

(...)

D. Pedro assim que a [Inês] viu logo à chegada,
perplexo ficou, pensando então:

Uma lasca tão gira p'ra 'criada'?
*isto só p'ra serviço do patrão! (...)*¹¹².

As estrofes citadas servem de exemplo para demonstrar o teor do canto. Um dos factores que ajuda a provocar a estranheza que conduz ao riso é a intromissão de um termo ou de uma frase que surge inesperadamente, apesar do contexto já fazer pressupor um certo tom mordaz:

«O rei, pai de D. Pedro, ante o agravo
deste lance amoroso no castelo,
ele, que era o Afonso quarto o 'Bravo',
ficou 'inda pior do que um camelo.

E disse, dando um murro no brasão:

Agora desta feita não te lavas,
eu, rei Afonso quarto, seja cão
se ainda não os vir pagar as favas.

(...)

(...)

¹¹³.

A comparação com o *camelo* e a expressão *pagar as favas*, são alguns dos elementos marcados de um discurso que pretende transformar um episódio melodramático numa cena cómico-tenebrosa — D. Pedro, trincando, *com arroz*, os corações dos assassinos da sua amada.

¹¹² *Idem*, p. 35.

¹¹³ *Idem*, p. 37.

II — INÊS TRANSFIGURADA

1. Por amor do amor

«Por vezes o gualardam
que do amor recebeo,
porque por ele morreo,
nestas trovas saberam
o que ganhou ou perdeo:
nam perdeo senam a vyda,
que podeera ser perdida
sem na nynguem conheçer,
e guanhou por bem querer
ser sua morte tam sentida.

Guanhou mays que sendo dantes
nõ mays que fermosa dama,
serem seus filhos yfantes,
seus amores abastantes
de deyxarem tanta fama.
Outra moor honrra direy:
como o Prinçepe foy rey,
sem tardar, mas muy asynha,
a fez alçar por raynha,
senod morta o fez por ley»¹¹⁴.

Remonta talvez a Garcia de Resende a visão lúcida sobre os benefícios que a morte trouxe à figura de Inês de Castro. Se não tivesse sido executada naquelas circunstâncias, nada a distinguiria, com efeito, de dezenas de outras amantes reais. É, porém, rara esta perspectiva. Regra geral, Inês é mais vítima do que beneficiária, uma vez que a segunda hipótese parece ter muito menos potencialidades dramáticas e poéticas.

Herberto Helder, todavia, resolveu, no seu conto «Teorema»¹¹⁵, defender uma teoria irónica sobre o problema inesiano. O narrador,

¹¹⁴ RESENDE, Garcia de — «Trovas que Garcia de Resende fez à morte de Dona Ynes de Castro...», *ob. cit.*, p. 315.

¹¹⁵ In *Passos em Volta*, 5.^a ed., Lisboa, Assírio e Alvim, 1985 (1.^a ed., 1963).

Pero Coelho, *explica* as razões do seu acto, tentando demonstrar que agiu «para salvar o amor do rei» ¹¹⁶.

Colocado num cenário, onde os vários tempos se confundem («El-Rei D. Pedro, o Cruel, está à janela, sobre a praça onde sobressai a estátua municipal do marquês de Sá da Bandeira»; «O cláxon de um automóvel expande-se liricamente no ar» ¹¹⁷), Pero Coelho narra a própria morte, ao mesmo tempo que afirma a sua intemporalidade ou a eternização das mesmas leis do amor.

Possuindo a distância histórica que lhe é conferida pela intromissão da estátua de Sá da Bandeira e pelos automóveis, Pero Coelho consegue destruir o mito da Inês, vítima de três carrascos, desprovidos de piedade.

Ao repudiar as causas da morte, tacitamente aceites («Alguém quis defender-me, dizendo que eu era um patriota. Que desejava salvar o Reino da influência castelhana. Tolicé» ¹¹⁸), o narrador aponta as verdadeiras razões: «Matei por amor do amor» ¹¹⁹, deixando bem claro que foi o seu acto que criou o mito: «Nada é tão incorruptível como a sua morte» ¹²⁰.

A par desta teoria que constitui o cerne do conto, devemos ainda salientar a faceta eminentemente irónica de todo o discurso do narrador — Pero Coelho também, de um modo implícito, uma grande cumplicidade com o rei, mesmo quando este lhe manda arrancar o coração e o trinca ferozmente.

A ligação entre Pero Coelho e D. Pedro é tão forte que há a comunhão dos corpos através de um rito antropofágico:

«Senhor — digo eu —, agradeço-te a minha morte. E ofereço-te a morte de D. Inês. Isto era preciso para que o teu amor se salvasse.

— Muito bem — responde o rei. — Arranquem-lhe o coração pelas costas, e tragam-mo» ¹²¹.

A narração da própria morte leva Pero Coelho a colocar, embora satiricamente, problemas filosóficos ligados à existência, e às relações humanas. Sabendo que D. Pedro, nada mais é do que um

¹¹⁶ *Idem*, p. 22.

¹¹⁷ *Idem*, pp. 121 e 123, respectivamente.

¹¹⁸ *Idem*, p. 122.

¹¹⁹ *Idem*, p. 123.

¹²⁰ *Idem*, p. 125.

¹²¹ *Idem*, p. 122.

«rei louco, inocente e brutal»¹²² e que «Somos um povo bárbaro e puro»¹²³, o sujeito assume uma posição ostensivamente marginal, onde coloca também Pedro e Inês, os transgressores por excelência. Ao fazer a oposição entre céu e inferno, Pero Coelho *marca-se e marca* as suas personagens, na medida em que consegue ou não integrá-las no espaço moral privilegiado, previsto pela sociedade. É ao considerar-se e ao considerar Inês e Pedro definitivamente *out-siders* que Pero Coelho *explica* o fascínio exercido pelo amor dos dois ou ainda mais pela morte de Inês ou pela sua própria. Não há fascínio sem abismo, como não há mito sem equívoco: «Não tenho medo. Sei que vou para o inferno, visto eu ser um assassino e o meu país ser católico. Matei por amor do amor — e isso é do espírito demoníaco. O rei e a amante são também criaturas infernais. Só a mulher do rei, D. Constança, é do céu. Pudera, com a sua insignificância, a estupidéz, o perdão a todas as ofensas. Detesto a rainha»¹²⁴.

O repúdio a D. Constança é tanto mais definitivo quanto a cumplicidade com D. Pedro é maior. Pedro e Pero, duas facetas de um só acto: amor e morte, amante e assassino, eternamente associados: «O rei esará insone nos seus aposentos, sabendo que amará para sempre a minha vítima (...) E eu também irei crescendo na minha morte, irei crescendo dentro do rei que comeu o meu coração. D. Inês tomou conta das nossas almas. (...) O povo só terá de receber-nos como alimento, de geração em geração»¹²⁵.

Espécie de arqui-texto inesiano, «Teorema», como aliás o título, nas suas reminiscências matemáticas, indica, é a demonstração de uma verdade inalienável: a execução de Inês serve-a mais do que a prejudica e a figura de Pedro é a do homem que ajudou, através de toda a sua actuação posterior, à construção do mito e à sua separação da História: «O que este homem trabalhou pela nossa obra! Fez transportar o cadáver da amante de uma ponta à outra do país, às costas do povo, entre trochas e cânticos»¹²⁶.

Maria de Fátima Marinho

(*Continua no próximo volume*)

¹²² *Idem*, p. 121.

¹²³ *Idem*, p. 123.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ *Idem*, pp. 124-125.

¹²⁶ *Idem*, p. 122.

RETRATO DE JOVEM MULHER SOBRE FUNDO ALEGÓRICO: AUSTIN CLARKE, A IRLANDA E O CORPO *

1. O Poeta, a Crítica e a Tradição

Cumpra-se uma obrigação que a crítica instituiu: poucos serão os ensaios e artigos publicados nas últimas décadas sobre Austin Clarke (Dublin, 1896-1974) que se não inscrevam, com a referência ao «injusto esquecimento» do poeta durante parte importante da sua vida e carreira, no processo da sua redescoberta crítica. Decorridos mais de trinta anos sobre o seu início, e dezasseis sobre a morte de Clarke, esse processo não terá tido, contudo, o impacto suficiente para que o (re)conhecimento da obra de Clarke ultrapasse o âmbito do espaço crítico e literário irlandês com facilidade idêntica à experimentada por poetas mais recentes — e isto apesar de importantes nomes do *Establishment* literário britânico e americano terem sido dos primeiros a sublinhar o quanto a poesia do século XX poderia vir a dever a Clarke.

Donald Davie, que ensinava no *Trinity College Dublin* em 1956, terá sido o primeiro de vários poetas e críticos a contribuir decisivamente para a recolocação de Clarke no primeiro plano das atenções, ao publicar uma recensão entusiástica de *Ancient Lights*¹, o volume de poemas que Clarke tinha feito imprimir particularmente no ano anterior, e com o qual interrompera um silêncio de dezassete anos na sua produção lírica (a actividade literária que tinha entretanto mantido, em especial no drama em verso, tinha também passado praticamente despercebida). Seis anos depois, seria a vez de Charles Tomlinson

* Uma versão mais curta deste ensaio foi apresentada, sob a forma de comunicação, ao XI Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Lisboa, Março de 1990).

¹ A recensão em causa surgiu em *Irish Writing* N.º 24, Spring 1956.

se pronunciar sobre o volume *Later Poems*, de modo igualmente inequívoco:

To my mind, this is undoubtedly *the* literary event of 1961. (...) Clarke deserves the reputation of the most important Irish poet writing today ².

Deste modo se inaugurava uma exaltação de Clarke pela crítica que, ainda nos anos 60, encontraria marcos importantes em ensaios de (entre outros) Maurice Harmon, W. J. Roscelli e Augustine Martin ³; e que acompanharia, em *crescendo*, a produção lírica que Clarke, numa resposta prolífica à alteração radical da sua fortuna junto de público e crítica, manteve até à sua morte. Os *Collected Poems*, que se encontravam já em preparação a essa data, e seriam publicados logo após, ostentavam na Introdução, de Liam Miller, o reiterar da valoração de Clarke-em-contexto que Tomlinson afirmara: «...this book (...) collects all the published poetry of *our most important Irish literary figure since Yeats*» ⁴. Em anos anteriores este juízo teria colidido apenas com o lugar a atribuir a Patrick Kavanagh, como se depreendia de palavras de Augustine Martin a este respeito:

Ten years ago Kavanagh was regarded as Ireland's leading poet, just as surely as Austin Clarke is now considered to have taken his place ⁵;

em 1974 a afirmação de Liam Miller tinha de ser lida como um tributo à grande figura que acabava de desaparecer... mas também como uma opinião *francamente* discutível: por essa altura já uma geração mais recente de poetas, quase todos do Ulster, tinha vindo

² *Poets and Mushrooms: A Retrospect of British Poetry in 1961*, «Poetry», 100, N.º 2, 1962, p. 113.

³ HARMON, H. — *The Later Poetry of Austin Clarke*, «The Celtic Cross», ed. Ray B. BROWNE *et al.*, West Lafayette, Ind., Purdue U. P., 1964, pp. 39-55; ROSCELLI, William John — *The Private Pilgrimage of Austin Clarke*, «The Celtic Cross», pp. 56-69; MARTIN, Augustine — *The Rediscovery of Austin Clarke*, «Studies», LIV, Winter 1965, pp. 408-434.

⁴ Itálicos nossos. MILLER, Liam (ed.) — *Austin Clarke: Collected Poems*, Dublin/London, The Dolmen Press/Oxford U. P., 1974, p. V.

Todas as citações de poemas de Clarke neste ensaio serão referidas a esta edição, indicando-se no corpo do texto apenas as páginas em causa.

⁵ MARTIN — *Op. cit.*, p. 409.

introduzir dados e valorações novos na cena literária irlandesa, colocando Seamus Heaney no lugar, que hoje ninguém lhe contestará, de «the best Irish poet since Yeats»⁶ — para além de reconhecer um antecessor em Kavanagh, e não tanto em Clarke.

O que ninguém negará a Clarke, contudo, é a importância de alguém cujo percurso, em extensão, evolução, e momentos de excelência, reflecte, como possivelmente nenhum outro, o desenvolvimento das tradições da poesia (não apenas irlandesa) deste século. É esse o sentido do tributo de um outro poeta, Thomas Kinsella:

The body of Clarke's poetry, flawed or not, constitutes one of the notable modern poetic careers; a view of modern poetry which does not take his work seriously into account is not adequate;

de um dramaturgo como Thomas Kilroy:

[Clarke] stands at the portals of contemporary writing, acknowledged and respected by his younger fellows before he died.

But even the way we feel about Clarke is significant: the keyword is respect, not a particular urgent response to what he has to say...;

ou do crítico Sean Lucy:

Austin Clarke is a key figure in the development of Irish poetry in English (...) an exemplar in the development of *living* tradition without whom it is hard to imagine the wide-ranging achievement of the post-war Irish poets⁷.

⁶ Um juízo produzido por Robert Lowell no *Observer* a propósito do volume *North* (1975), e que, de tão repetido em anos recentes, se tornou um lugar-comum particularmente incomodativo para o próprio Seamus Heaney, pela carga institucional que comporta e pelas expectativas bárdicas que em regra se lhe associam.

⁷ KINSELLA, Thomas — *The Poetic Career of Austin Clarke*, «Irish University Review», vol. 4: 1, Spring 1974, p. 131; KILROY, Thomas — *The Irish Writer: Self and Society 1950-1980*, «Literature and the Changing Ireland», ed. Peter Connolly, Gerrards Cross, Colin Smythe, 1928, p. 183; LUCY, Sean — *The Poetry of Austin Clarke*, «The Canadian Journal of Irish Studies», vol. IX: 1, June 1983, p. 21.

Quer isto dizer que a atenção crescente prestada a Austin Clarke desde o fim da década de 50 até à sua morte incidiu necessariamente sobre mais do que a (aliás pujante) fase final da sua produção poética. Ao recordar, quase vinte anos depois, o juízo produzido em 1956, Davie não só o poderia reforçar com o conhecimento do grande e último período da poesia de Clarke, como propunha o reconhecimento, *também* nas primeiras fases da sua escrita, das qualidades que elogiara em *Ancient Lights*:

I well remember [a slim and flimsy booklet of 1955], (...) the startled incredulity with which I learned that poetry of such avant-garde brilliance and power was the work of a man who had been a figure on the Irish literary scene for forty years, whose earlier writings moreover (...) had displayed similar or equal virtues over many years⁸.

Não se trata, note-se, de reclamar uma homogeneidade de excelência para a obra de Clarke — Davie não comete essa imprudência, a que nem mesmo se entregam os sectores da crítica irlandesa mais vulneráveis aos hoje tão-falados sentimentos de culpa pelo anterior esquecimento do poeta⁹. Será, isso sim, a rejeição clara da perspectiva segundo a qual o Clarke da primeira metade do século só muito a custo poderia ser considerado como mais do que um epígono das feições mais esgotadas do *Irish Literary Revival*, com-prazendo-se em re-elaborações da matéria céltica (como acontecia nos seus poemas narrativos *The Vengeance of Fionn* (1917) e *The Sword of the West* (1921). Esta leitura, porventura poucas vezes formulada de modo tão explícito, mas que poderá ter estado por detrás da famosa exclusão a que Yeats votou Clarke, quando lhe coube organizar o *Oxford Book of Modern Verse* (no qual, contudo, incluía outros poetas irlandeses hoje considerados menores), é agora

⁸ DAVIE, Donald — *Austin Clarke and Padraic Fallon*, «Two Decades of Irish Writing», ed. Douglas Dunn, Cheadle, Ches., Carcanet, 1975, p. 46.

⁹ Sobre a tradicionalmente complexa relação entre artista e público na Irlanda, ver DEANE, Seamus — *A Short History of Irish Literature*, London, Hutchinson, 1986, pp. 166, 277; MARTIN — *op. cit.*, pp. 408-9; notar ainda uma afirmação de Davie no ensaio supra-citado: «Irish readers in general began to esteem Clarke only after non-Irish readers had begun to notice and applaud him.» (DAVIE — *A. Clarke and P. Fallon*, p. 47).

colocada no plano do preconceito gerado por uma flagrante falta de atenção àquilo que Clarke publicava entre 1929 e 1938, e ao modo como resolvia a questão do seu comprometimento com temáticas irlandesas sem se enfeudar irremediavelmente a modelos anquilosados.

Esse comprometimento é, aliás, a dimensão mais directamente responsável pela centralidade hoje reconhecida a Clarke na tradição irlandesa, e que Sean Lucy, como vimos, sublinhava de modo inequívoco. Nunca Clarke abdicou da sua crença nas possibilidades de desenvolvimento próprio e autónomo de uma poesia irlandesa *em inglês*; a opção pelo inglês distanciava-o, é certo, de alguns dos pronunciamentos mais radicais de um movimento como o *Irish Ireland* que, nas décadas de vinte e trinta, se definia pela rejeição global da «Anglo-Irlanda» em qualquer das suas manifestações:

The Irish nation is the Gaelic nation; its language and literature is the Gaelic language; its history is the history of the Gael. All other elements have no place in Irish national life, literature and tradition ¹⁰;

mas essa opção corresponderia à consciência em Clarke da inelutável «morte» do irlandês como veículo cultural e literário efectivo — e não a um menor compromisso com os valores da *identidade* e da *tradição*, que Clarke contribuiria para inscrever obsessivamente na cultura e na literatura irlandesas do séc. XX. Num ensaio que viria a escrever em 1935, e que se assume de modo mais ou menos explícito como texto programático, Clarke partia da verificação do estado da poesia irlandesa pós-*Revival* — «Irish poetry seems to be rapidly approaching a state of destitution» ¹¹ — para um diagnóstico que incluía a atribuição, se bem que discreta, de responsabilidades, e a prescrição de vias para uma evolução autónoma. A uma certa benevolência para com o próprio *Revival*, que o entusiasmara na juventude, mas do qual podia agora distanciar-se criticamente, Clarke juntava a apreciação do percurso seguido por Yeats, olhado com um misto de admiração, pela capacidade demonstrada de se impor como modelo na poesia

¹⁰ T. Corcoran, citado por BROW, Terence — *Ireland: A Social and Cultural History 1922-79*, Glasgow, Fontana Paperbacks, Collins, 1981, p. 63.

¹¹ CLARKE, Austin — *Irish Poetry To-Day*, «The Dublin Magazine», vol. X: 1, (New Series), January-March, 1935, p. 26.

inglesa, e de recriminação (cuidadosa) pelo abandono, que daí decorria, de um projecto irlandês:

An important event which cannot be ignored in any discussion of the present state of Irish poetry is the return of Mr Yeats to the main sources of English literature. «For many years», writes Mr L. A. G. Strong, «English poets have united in acknowledging W. B. Yeats as their leader. (...)» (...) Magnificent as the poet's later work is, we have to realise that it is steeped in the rich imaginative associations of English literature (...) When we consider the numerous essays, articles, lectures and theories which Mr Yeats devoted to the cause of an independent Irish art, we may well feel that the very ground on which we once stood so firmly has been undermined ¹².

Mas o ponto crucial deste ensaio residirá na manobra argumentativa pela qual Clarke irá simultaneamente justificar o curso da obra de Yeats, e apontar a sua não-viabilidade como modelo para uma tradição irlandesa (no que é também uma das primeiras demonstrações explícitas de reconhecimento do «problema» que Yeats representou, e nalguns aspectos representa ainda, para as gerações imediatamente posteriores de poetas irlandeses ¹³):

Must our literature be no more than a clearing-house or a training depot? Far from thinking this, I would suggest that Mr Yeats' development actually proves our case. When we match the jigsaw puzzles of his various phases, we can see that his flightiness belongs to the adventurous, restless Anglo-Irish type of the past, those writers who, lacking lares of their own, were extraordinarily responsive and adaptable to any environment in which they happened to find themselves (...) Mr Yeats, coming too soon before the new forces of racial recovery, was

¹² *Idem*, p. 28.

¹³ Donald Davie, no ensaio já citado, tem uma das formulações mais conhecidas e frequentemente citadas desta questão: «When a poet so great as Yeats is born to a country as small as Ireland, this is a wonderful windfall for everyone *except the poets*. (...) Even today, (...) Yeats must figure as the great ventriloquist; if they relax their concentration for a second (...) they find themselves transformed into puppets sitting on the great ventriloquist's knee» (*op. cit.*, pp. 41-2).

unable to find that complete identification of interests which others found, and with rare artistic integrity continued his search. turning to the metaphysical Anglicans and modern intellectual encyclopaedism. In expressing so completely his own type, Mr Yeats presents us with the case for integrity¹⁴.

Fundar a tradição irlandesa no exemplo de Yeats... sendo esse exemplo apresentado como excluindo, por necessidade, o próprio Yeats... Deste modo se precede à expatriação literária do «Mestre», ao som de elogios de despedida.

Mas como pretende Clarke, afinal, definir as feições inconfundíveis de uma tradição irlandesa? Dirigir-se-á quer à difícil questão da *língua*, quer à (relativamente menos melindrosa) da *identidade* cultural e social. Em relação à primeira, contrariará Lascelles Abercrombie, que afirmara numa recensão de outro poeta irlandês:

«It is odd that our non-English nationals should forget that if they write their poetry in English, they write it in the tradition of English poetry, for in poetry you cannot get away from the artistic tradition of the medium»¹⁵.

Evocando as formas e a dicção da poesia gaélica, Clarke defenderá ser a sua recuperação o modo de renovar e autonomizar a poesia irlandesa em inglês — uma prática que há muito tinha inaugurado na sua própria obra, quer através da recriação de formas fixas da lírica tradicional, quer da transposição para inglês de processos característicos da prosódia gaélica, como o recurso sistemático à assonância. Sobre este último aspecto se pronunciará, aliás, com algum desenvolvimento, nos últimos parágrafos do ensaio.

Mas interessr-nos-á mais, de momento, o modo como Clarke encara a questão da *identidade*, e o modo de a recriar na «sua» tradição poética — porque é também nesse ponto que irá justificar a escolha de um período histórico específico como quadro inspirador e pano de fundo para a fase em que a sua poesia entrara anos antes. Um dos argumentos fundamentais radica numa oposição com uma longa linhagem enquanto instrumento (supostamente útil) de distinção entre ingleses e irlandeses, e que Clarke invoca (com sensatez?) numa

¹⁴ CLARKE — *op. cit.*, pp. 28-9.

¹⁵ *Idem*, p. 30.

versão de V. S. Pritchett, de incidência mais socio-económica, e que se abstém das implicações étnico-rationais que a dualidade em causa por vezes assumiu:

«There are two kinds of society in Europe: the modern, mechanized and irreligious, possessing an international economic homogeneity; and the less powerful, non-mechanized society which is only at the beginning of the struggle of its values and traditions against the machine, and is still nationalist in tendency and essence. And as there are two societies in Europe, so there are two literatures, one in the main European current and the other outside it»¹⁶.

Para a assunção na sua poesia daquilo que sente ser o carácter do irlandês, decorrente de tais distinções, Clarke sondara já imaginativamente a História, em demanda de um tempo no qual radicar as qualidades em causa (tradicional, não-mecanizado, religioso...). A resposta, óbvia na sua poesia a partir de 1929, trouxera o afastamento definitivo do tempo mítico, céltico e pagão que o *Revival* lhe inspirara para as obras da juventude, e a sua substituição por uma Idade Média monástica, de grandes realizações do espírito na Irlanda, e que parecerá a Clarke (como veremos) especialmente adequada à representação de grandes conflitos morais de uma identidade irlandesa. Em 1935, no ensaio que vimos a citar, Clarke explicitava essa escolha, (para a qual procurava em Unamuno um apoio), e insistia no seu «separatismo» literário:

«I feel within myself a medieval soul», exclaims Unamuno,
and if we have his courage, many of us, too, must take up
that cry.

(...)

¹⁶ *Idem*, p. 29. Para as afinidades entre esta ideia e as elaborações sobre o carácter «céltico» dos irlandeses, enquanto tentativa de explicação de «peculiaridades» da sua história e identidade face à Inglaterra, ver DEANE, Seamus — *Arnold, Burke and the Celts*, «Celtic Revivals», London, Faber, 1985, pp. 17-27; igualmente Denis DONOGHUE procede a algumas reflexões sobre este tema em *We Irish*, Brighton, Harvester, 1986, pp. 4 segs.; para uma inserção e justificação de temáticas afins a um nível filosófico e de história das ideias, ver KEARNEY, Richard (ed.) — *The Irish Mind*, Dublin, Wolfhound, 1985 (especialmente a Introdução, da autoria do ed.).

If we can express eventually our own scholastic mentality in verse, I believe that our art will lead us not towards, but away from English art¹⁷.

2. Fala uma mulher jovem de milénios

O poema «The Young Woman of Beare» integra o volume *Pilgrimage* (1929), com o qual Clarke inaugurara, na sua prática poética, as opções que encontrámos no ensaio de 1935. O título tem, para leitores irlandeses, a virtude retórica de evocar uma referência imediatamente reconhecível e indiciar uma atitude autorial face a ela centrando-se esse efeito na surpresa que o qualificativo «young» provoca: é que «The Old Woman of Beare». ou «The Hag of Beare»¹⁸, é o título de um famoso poema tradicional irlandês (de um anónimo do séc. IX), existente em várias versões, colocado na voz de uma personagem que veio a ser assimilada pela cultura popular, e que se enriqueceu ao longo de séculos com diferentes conteúdos e níveis de significação. A atitude característica da velha de Beare é a de lamento pela juventude perdida, e pela admiração, prazeres e riquezas de que a beleza em tempos exibida lhe tinha permitido usufruir — recordados com uma franqueza que a citação de algumas estrofes, a título de exemplo, ajudará a compreender:

Chariots at high speed
And horses seizing the prize,
there was a flood of them once.
And I bless the King who gave them.
(...)
Nothing but narrow bones
you will see when you look at my arms.
But they did sweet business once
round the bodies of mighty kings.

¹⁷ CLARKE — *op. cit.*, p. 29.

¹⁸ A primeira versão do título, que será talvez a mais comum, é a escolhida por Brendan Kennelly na tradução que apresenta em *The Penguin Book of Irish Verse* (2nd edition, Harmondsworth, Penguin, [1981] 1986); Thomas Kinsella, por seu lado, na sua edição de *The New Oxford Book of Irish Verse* (Oxford/New York, O. U. P., 1986) prefere traduzir como «The Hag of Béara». As estrofes que abaixo transcrevo pertencem a esta última tradução.

(...)

I wasted my youth from the start
and I'm glad I chose to do it.
If I'd 'leaped the wall' only a little
would this cloak be any the newer?

A insistência nos favores de reis, e a confissão desinibida e impenitente da entrega aos ditames do corpo, que sobressaem nestas estrofes, são duas das feições que contribuem para a identificação dos sentidos alegóricos que a velha de Beare assume, e que estudiosos das mitologias célticas não deixarão de radicar em atributos da mais básica das divindades: afinal, como lembra Lorna Reynolds,

Ireland (...) once participated in that bronze-age culture in which the dominant divinity had been female, the great, all-powerful Mother Goddess¹⁹.

Mas a leitura da «velha de Beare» e do seu discurso do Poder e do corpo deixa-se ancorar em sentidos simultaneamente mais precisos e mais profundos, que vão desde a derivação da soberania a partir da deusa que personifica a terra, à sacralização da união sexual com a divindade como meio único de assegurar a legitimidade do Poder; vejamos como, respectivamente, John Hill e Proinsias MacCana nos apresentam a linhagem, e o peso na cultura irlandesa, deste padrão mítico-alegórico:

The vision of the land personified by a female entity (...) is part of the psychic heritage of many earlier civilizations. Mythologists believe its origins go back to the theme of sacral kingship (...) the nuptial union between the king representing the sun god and the queen, representing the earth mother (...) What has been handed down to us from early Irish literature shows that the theme of sacral kingship was one of the most cherished properties of Celtic imagination.

In Irish tradition it would be hard to exaggerate the importance of this idea of the land and its sovereignty conceived

¹⁹ REYNOLDS, Lorna — *Irish Women in Legend, Literature and Life*, «Woman in Irish Legend, Life and Literature», ed. S. F. Gallagher, Gerrards Cross, Colin Smythe, 1983, p. 12.

in the form of a woman. (...) In the great poem (...) 'The Hag of Beare' (...) the whole texture of the poem is shot through with subtle allusions that delicately presume her essential identity with the land and the landscape of Ireland ²⁰.

Os hábitos mentais de representação da terra, e da Irlanda, como entidade feminina, contribuem por necessidade para que a presença da mulher na literatura irlandesa seja notável, indo desde as figuras alegóricas que dão voz à Irlanda em conções da tradição popular, ao papel comparativamente activo e independente desempenhado por personagens do drama ou da narrativa — passando pelas imagens do feminino que enformam com frequência a lírica. No mesmo ensaio em que identifica os temas (em seu entender) centrais à poesia contemporânea irlandesa («identity, racial definition, and the erotic»), Maurice Riordan realça o facto de esses temas serem percebidos, representados e erotizados *como femininos* por alguns dos mais importantes poetas da contemporaneidade na Irlanda (Riordan estuda Clarke, Kavanagh, Montague e Heaney):

The sexual relationship between the poet and his subject, moreover, is not incidental or merely a conceit: on the contrary, poets frequently use erotic language when broaching such subjects as cultural identity, history or landscape ²¹.

Para uma leitura de «The Young Woman of Beare» são estas algumas das referências que importa, então, ter em conta, como fazendo parte do corpo de ideias e imagens que Clarke reescreve, ao assumir criativamente a tradição. Como veremos, ao reinventar o discurso da mulher de Beare Clarke pretenderá, nos antípodos do burlesco ou da paródia, mas não sem humor, instituir um gesto

²⁰ HILL, John — *An Archetype of the Irish Soul*, «The Crane Bag», vol. 1: 2, 1977, pp. 52-3; MacCANA, Proinsias — *Women in Irish Mythology*, «The Crane Bag», vol. 4: 1, 1980, pp. 7, 9.

²¹ RIORDAN, Maurice — *Eros and History: On Contemporary Irish Poetry*, «The Crane Bag», vol. 9: 1, 1985, p. 49. Para alguns dos pontos afiorados no último parágrafo, ver ainda: MacCANA — *Op. cit.*, p. 10; BHROLCHAIN, Muireann Ní — *Women in Early Irish Myths and Sagas*, «The Crane Bag», vol. 4: 1, 1980, pp. 12-18; O'BRIEN, Maire Cruise — *The Female Principle in Gaelic Poetry*, «Woman in Irish Legend, Legend, Life and Literature», ed. Gallagher, p. 36.

de confiança nos sentidos associados à personagem original e renovar-lhes a força mítica, ao mesmo tempo que gera a coexistência entre um registo íntimo e humano e a universalidade da dimensão alegórica.

Começemos por um aspecto desta dimensão que se deixa reconhecer mesmo antes de atentar no texto em pormenor: uma característica de deusa da soberania, que a velha de Bear, a um nível fundamental de leitura, incarnava, era a juventude sempre renovável; a sua identidade com a terra ou o país fazia com que a sujeição à velhice e à mortalidade lhe fosse imposta apenas por um esvaziamento de soberania (aquilo que a deusa existia para conferir), ou pela inexistência de quem a quisesse/pudesse possuir para lhe renovar a juventude e a beleza — sendo várias as lendas irlandesas em que ocorre o *topos* da velha que, prometendo poder e glória, consegue persuadir um jovem a deitar-se com ela, assegurando desse modo o seu rejuvenescimento imediato²². Diga-se que a representação da Irlanda, recorrente em momentos de exacerbação nacional, como mulher que se lamenta e pede o sacrifício de filhos/irmãos/pretendentes, dificilmente poderia encontrar um lugar mais claro de radicação no imaginário. Contudo, no poema de Clarke, propor a mulher de Beare como *nova* poderá, mais do que significar um gesto de afirmação nacional triunfante (nem Clarke é um nacionalista no sentido em que alguns dos participantes no *Irish Literary Revival* o eram, nem «The Young Woman of Beare» é «Cathleen Ní Houlihán»²³), equivaler a uma actualização deste tema que confira potência mítica ao acto de (re)escrita — o acto que rejuvenesce a velha, e que a «condena», como se lê num passo do poema (todo ele colocado na primeira pessoa), à perpetuidade do desejo:

It is my grief that time
Cannot appease my hunger;
I flourish where desire is
And still, still I am young. (p. 168)

²² Para este tema da *puella senilis*, ver HILL — op. cit., p. 53; MacCANA, op. cit., p. 7.

²³ Recorde-se que nesta peça de Yeats a velha personificando a Irlanda visita um dos seus «filhos» para o persuadir a lutar por ela, após o que abandona a casa, já rejuvenescida. A peça termina, recorde-se, com as palavras:
— Did you see an old woman going down the path?
— I did not, but I saw a young girl, and she had the walk of a queen.

Este é, contudo, um dos poucos momentos em que a mulher de Beare se lamenta no poema de Clarke: a atitude predominante é de júbilo na pujança da carne, indissociável ao longo do poema da universalidade do seu desejo, do desejo que suscita, e da disponibilidade para saciar um e outro — ou seja, para *se* cumprir. A diversidade de homens a quem se entrega, traçada ao longo do poema, é indicada pelas suas condições sociais ou ocupações: «horsemen», «a big-booted captain», «a Flemish merchant», não descurando os mais pobres pescadores, mas não deixando também de ascender aos confortos e segredos dos poderosos:

I whispered with the statesmen,
The lawyers that break land. (p. 169)

Este facto contribui para o estabelecimento inequívoco do valor alegórico da mulher de Beare também neste poema de Clarke: os homens que marcam o seu percurso de encontros sexuais valem sempre, repita-se, pela classe ou ocupação que os identifica, sendo os únicos nomes próprios no poema os de grandes famílias nobres ou de guerreiros dos sécs. XIII e XIV (de Burgo, Ormond, MacWilliam), um cenário histórico atribulado que a mulher atravessa indiferente, segura na intemporalidade da carne e da atracção que ela gera. Se a referência geográfica das suas andanças sexuais a confirma como representação da Irlanda (encontramo-la ao longo do poema em Beare, «the islands», Lough Corrib, Limerick, «the Curragh», «the Pale») ²⁴, a paisagem social que percorre identifica-a também como personificação alegórica do corpo e do desejo. É, aliás, às (des)lealdades que esta última dimensão lhe impõe que esta mulher de Beare é, antes de mais, fiel — e poderá residir aqui uma das grandes diferenças entre a mulher (velha) de Beare da tradição popular e a mulher (nova) de Beare no poema de Clarke: é que se na primeira a dimensão sexual *valia como* alegoria política, na totalidade das implicações e das lealdades que impunha, em Clarke ela autonomiza-se, celebra a sobe-

²⁴ De notar que os poemas do volume *Pilgrimage* assentam em larga medida no tema da viagem (como o próprio título sugere) — próximo, afinal, da preocupação com *lugar(es)*, que será uma marca distintiva da poesia irlandesa, e que Clarke assume também de modo marcante nesta colectânea. A este respeito, veja-se DENMAN, Peter — *Austin Clarke: Tradition, Memory and Our Lot*, «Tradition and Influence in Anglo-Irish Poetry», ed. Terence Brown and Nicholas Grene, London and Basingstoke, Macmillan, 1989, (pp. 63-78), p. 67.

rania *do* corpo, e problematiza a relação com a vertente política — porque a universalidade da sua entrega não contempla facções, divisões entre exércitos, entre invasor e invadido. Poder-se-á argumentar que na longa lista de exemplos de personificações femininas da Irlanda a sua representação como jovem leviana que se entrega ao estranho/ /estrangeiro (ou seja, ao poder «masculino» e imperial inglês) não é incomum, e Clarke poderia estar consciente dessa feição, integrável na leitura alegórica de «The Young Woman of Beare» — mas o que sobressai do comportamento e do discurso da mulher neste poema é a indiferença soberana face aos acasos e à sorte da História:

Strange armies tax the south,
Yet little do I care
What fiery bridge or town
Has heard the shout begoin —
That Ormond's men are out
And the Geraldine is in. (p. 164)

Ou não concluíssem estes versos uma estrofe que começara com a afirmação (literalmente) triunfal:

I am the bright temptation
In talk, in wine, in sleep.
Although the clergy pray
I triumph in a dream.

Desenha-se nestes versos uma oposição que fases posteriores da poesia de Clarke viriam a revelar como fundamental na sua obra — para alguns, o conflito fundamental em Clarke: aquele que opõe a carne aos espírito, ou pelo qual se afirmam as prerrogativas e o direito ao prazer de um corpo que se quer livre das peias colocadas à sua fruição por um entendimento da espiritualidade que o inibe, o castiga e o proscreeve ²⁵.

²⁵ Para o estudo desta questão em poemas de *Pilgrimage*, ver SCHIRMER, Gregory A. — *The Poetry of Austin Clarke*, Notre Dame, Ind., Univ. of Notre Dame Press, 1983, pp. 31 segs.; também HARMON — *op. cit.*, pp. 43-4. Para um estudo da poesia de Clarke do ponto de vista de «the most urgent problem of his life — his sexual guilt», ver FRAZIER, Adrian — 'The Cod-Bewildered Schoolboy': *Austin Clarke's Later Poetry*, «Éire-Ireland», XIV: 2, Summer 1979, pp. 52-67.

Essa proscricção intransigente encontrou-a Clarke desde a infância na Igreja Católica irlandesa, que viria a ser o alvo preferido das sátiras escritas com e após *Ancient Lights*; nos poemas de *Pilgrimage*, a que «The Young Woman of Beare» pertence, o conflito é exorcizado pela celebração da carne, ou pela sua dramatização face ao pólo extremo do ascetismo e do rigor monástico — devendo-se a escolha de Clarke da Idade Média como cenário para *Pilgrimage* também às possibilidades que, em seu entender, lhe oferecia para a representação exacerbada dos extremos em conflito. O desafio que a celebração da carne em poemas como «The Young Woman of Beare» constituía podia estar ainda por detrás do tom deleitado com que Clarke se referiria no seu ensaio de 1936 a formas poéticas da tradição gaélica que se ocupavam da representação do pecado, e da invectiva dirigida ao clero:

...the confession form, those poems in which poets confessed publicly their exciting sins, their hard drinking, immorality and, I fear, frequent mockery and vituperation of the clergy ²⁶.

Da atracção gerada para os pecados (quase) impenitentemente confessados pela mulher de Beare teremos oportunidade de tratar um pouco adiante; quanto ao clero, directamente invectivado por Clarke apenas em poemas posteriores, encontra já no discurso e nas circunstâncias de «The Young Woman of Beare» uma derrota, consumada em cada triunfo da mulher — que o poema repetidamente coloca em oposição e incompatibilidade com a Igreja e o clero. Consideremos, desta perspectiva, a primeira estrofe:

Through lane or black archway,
The praying people hurry,
When shadows have been walled,
At market hall and gate,
By low fires after nightfall;
The bright sodalities
Are bannered in the churches;
But I am only roused
By horsemen of de Burgo
That gallop to my house. (p. 163)

²⁶ CLARKE — *op. cit.*, p. 31.

O movimento que o primeiro verso implica, pelos recantos sinuosos de uma cidade ao cair da noite, é justificado no segundo verso por um propósito, o da oração: a gente que se apressa pelas ruelas é gente que reza, ou vai rezar, sendo o espaço em que existe e se move definido nos cinco primeiros versos como estreito («lane»), e de uma escuridão («black archway», «after nightfall») apenas atenuada pelo centro emblemático de uma domesticidade mais obscura do que viva e acolhedora («low fires»), porque indiciada pelas sombras que projecta («shadows ...walled») e não por uma capacidade de iluminar. Luz e insígnias festivas estão presentes, contudo, nos dois versos seguintes; como qualidades do lugar de destino dos que se movem pela cidade no crepúsculo: «the churches».

O contraste mais significativo nesta primeira estrofe não é, contudo, o que se verifica entre o exterior e o interior da igreja, mas entre este e o outro lugar de demanda que o último verso nos apresenta (a casa da mulher), e entre os sete versos iniciais e os três últimos. O contraste estabelece-se antes de mais entre «os outros» e «eu» — o pronome é antecedido da adversativa — sendo os primeiros «the praying people», e a segunda (implicitamente) quem não reza, e quem se diz, para além disso, «(só) despertada», ou «excitada (apenas)» por quem a procura; no primeiro dos sentidos de (*only*) *roused*, é por viver o crepúsculo como início, e não fim de um dia, que a oposição da mulher a «the praying people» se define; no segundo sentido, começa a revelar-se a incompatibilidade entre a mulher e a Igreja, não só por as belezas do culto, que atraem os outros, lhe serem indiferentes, mas por se declarar «excitada apenas» pelos cavaleiros que a procuram (para encontros sexuais, como as estrofes seguintes confirmarão, e como a identidade avançada pelo título já fazia prever), caindo deste modo, por abstenção e por transgressão, sob o anátema da Igreja.

A esta relação de conteúdo antitético entre a primeira e a segunda parte da estrofe associa-se um paralelismo que acentua as suas implicações blasfemas. Dois movimentos têm lugar ao crepúsculo: o dos que rezam, para a Igreja; o dos que gozam, para casa da mulher de Beare, que deste modo se sugere como o seu próprio culto. Para além disso, Clarke faz com que o segundo destes movimentos surja como mais atraente do que o primeiro: nos seus protagonistas — guerreiros (porventura nobres), e não a gente anónima das ruelas escuras — e na sua urgência e celeridade, significada na concisão com que é apresentado (três versos, por oposição a sete),

e na escolha de *gallop*, mais preciso e retoricamente mais eficaz do que *hurry*.

Estabelecida deste modo, logo na primeira estrofe, a incompatibilidade fundamental entre a mulher de Beare e a Igreja será frequentemente acompanhada da afirmação triunfal das vitórias obtidas. Avatar das belezas do corpo, o espaço da mulher de Beare é o do sonho, que nenhuma reza ou pregação submete:

I am the bright temptation
In talk, in wine, in sleep.
Although the clergy pray,
I triumph in a dream. (p. 164)

Vitórias que se traduzem, inequivocamente, na expansão do pecado nos lugares onde vive ou alguma vez foi vista, e em pequenas vinganças secretas pela marginalidade para que é relegada pelos seus comportamentos:

The women at green stall
And doorstep on a weekday,
Who have been chinned with scorn
Of me, would never sleep
So well, could they but know
Their husbands turn at midnight,
And covet in a dream
The touching of my flesh.
Small wonder that men kneel
The longer at confession. (p. 164)

À medida que o poema progride, contudo, o triunfalismo da mulher é atenuado; o receio face ao clero, contrastando com o desafio das primeiras estrofes, parece instalar-se, e a capacidade de exercer a tentação, e de fruir, é agora exercida subrepticamente:

Unknown there to the clergy,
I stayed with him to sin. (p. 167)
Few dealers could be tempted
Who drank upon the fair day:
The black friars preached to them
And frightened me with prayers. (169)

Levando mais longe esta mudança de atitude, ao sugerir a perspectiva da derrota e da perdição (que o desfecho do poema, contudo, não confirmará), a penúltima estrofe estabelecerá porventura o contacto com o discurso da velha de Beare da tradição popular — cujo lamento é difícil não relacionar historicamente com a vitória do Cristianismo, ao vir destronar, das práticas mais do que do imaginário, as velhas divindades, incluindo a deusa da soberania...:

I am the dark temptation
Men know — and shining orders
Of clergy have condemned me.
I fear, alone, that lords
Of diocese are coped
With gold, their staven hands
Upraised again to save
All those I have corrupted:
I fear, lost and too late,
The prelates of the Church. (p. 170)

Esta estrofe será igualmente o ponto onde se torna mais evidente que, apesar da oposição movida ao clero e à Igreja pelo discurso do prazer, este não é um poema amoral: pelo contrário, a-mulher-de-Beare-segundo-Clarke recorre constantemente aos juízos e ao léxico tradicionais da moralidade cristã para descrever e qualificar os seus comportamentos e as respectivas implicações, sem recusar nunca sentido a termos e valores como «pecado», «arrependimento», «salvação», «consciência», «mal», «culpa», etc., mesmo em passos do poema muito distantes ainda dos receios e retracção da penúltima estrofe, com a inversão que ela opera no adjectivo que antecede *temptation* (de «I am the bright temptation», numa estrofe anterior e também já citada, para «I am the dark temptation»); alguns exemplos ajudarão a tornar claro este ponto:

Half in dream I lie there
Until *bad thoughts* have bloomed (p. 164)
Show but a white knee-cap
Or an *immodest smile* (p. 165)
... a shame
That brings ill and *repentance*,
When they might pinch and *save*

Themselves ...

My common ways began

In *idle thought and courting.* (p. 166)

I stayed with him to *sin.* (p. 167)

... *conscience lost in flame.*

(...)

... a nape

That leads men into *wrong.* (p. 168)

... in that corner house

Of *guilt...* (p. 169)²⁷

Apesar da sua frequência, e do rigor fulminante de alguns dos seus momentos, este contra-discurso da moralidade não chega, em contexto, a tornar-se dominante: Clarke cria os mecanismos retóricos necessários para assegurar ao discurso do erotismo uma atracção que relativiza ou anula a condenação moral. Um dos processos mais evidentes traduz-se na associação do desejo e do prazer ao son(h)o, com uma eficácia exibida, desde logo, na segunda estrofe do poema:

Gold slots of the sunlight
Close up my lids at evening.
Half clad in silken piles
I lie upon a hot cheek.
Half in dream I lie there
Until bad thoughts have bloomed
In flushes of desire.
Drowsy with indulgence,
I please a secret eye
That opens at the Judgment. (p. 164)

Clarke rodeia este quadro de abandono, e de prelúdio da entrega física às paixões, de uma grande beleza; como dado primeiro e fundamental, a luz é dourada, conotando a excelência associável a um tempo raro, breve, crepuscular — ou seja, de transição, de passagem: do dia para a noite, tempo natural do prazer neste lugar (o leito de uma mulher passional), mas também da consciência diurna para o sonho, preparado no segundo verso pelo cerrar das pálpebras. Os

²⁷ Itálicos nossos.

versos seguintes exploram este sentido da passagem, do processo contemplado a meio do seu curso, no corpo e na consciência de si da mulher: ao descrever-se «Meio vestida» («Half clad»), cria expectativas para a nudez (que a noite consumará), mais do que chama a atenção para o luxo das sedas que a (semi) vestem, pese embora a utilidade retórica de uma metonímia táctil (a suavidade da pele contígua à seda), e a antítese implícita entre a frescura da seda e o calor da face («hot cheek»); por outro lado, o paralelismo existente entre os terceiro e quarto versos e o quinto, apoiado na repetição anafórica de «Half», projecta a (auto-) contemplação e descrição da mulher para um estado (apenas) semi-onírico — que é portanto também de consciência parcial, essencial ao seu despertar para o desejo, concluído nos versos seguintes. A aura de encanto que a referência ao sonho comporta projecta-se, portanto, quer para a imagem descrita da mulher em abandono no leito, quer para os processos psicológico-emocionais, e sequentemente físicos, que atravessa: em contexto, como já atrás sugeríamos, os «maus pensamentos» passam da condenação moral a referência imaginativamente excitante, porque enquadrada (desresponsabilizada, desculpabilizada?) por «dream» e «desire», e metaforicamente envolvida em beleza, no seu crescimento, por uma imagem floral — *bloomed*. De notar também que os versos seis e sete não tornam obrigatória a leitura de «bad thoughts» e «flushes of desire» (uma imagem obviamente orgástica) como experiência só da mulher, podendo significar o efeito da sua contemplação, real ou imaginativa, nos homens que a cobiçam (outras estrofes colocá-la-ão a povoar sonhos masculinos). Os dois últimos versos sublinham a ênfase visual em toda a descrição, exibição e conhecimento da mulher — e sugerem a blasfémia, no prazer que dela pode retirar «a secret eye», abrindo-se para um Juízo (a maiúscula é aqui decisiva...).

A universalidade da jovem mulher de Beare, que já acima comentámos da perspectiva dos níveis de significação mítica, afirma-se também na circunstância de a atracção gerada por Clarke para a sua experiência sexual se definir pelas mais diversas formas, e com apoio em *loci classici* da representação literária do amor: o envolvimento sentimental da sedução ao ar livre, numa noite junto ao mar —

He drew me from the seas
 One night, without an oar,
 To strip between the beach

And dark ribs of that boat.
Hard bed had turned to softness —
We drowsed into small hours. (p. 167);

a excitação do rapto por um guerreiro a cavalo:

My fear was less than joy
To gallop from the tide;
Hooded among his horsemen,
MacWilliam bore me tighter. (p. 167);

o sentido fortemente transgressivo e de violência passional na posse
à luz do sol, na praia:

For the fire has got a story
That while the nets were drying,
I stretched to plank and sun
With strong men in their leather; (p. 166);

o conforto nos haveres da amante burguesa, que, embora modestos,
são enumerados com sentido de propriedade:

Soon with a Flemish merchant
I lodged at Thomond Gate
I had a painted bedpost
Of blue and yellow ply,
A bright pot and rich curtains
That I could pull at night. (p. 168);

ou a influência da cortesã de alta roda entre os poderosos:

At night I entertained him
Between the wine and map;
I whispered with the statesmen,
The lawyers that break land. (p. 169)

Vários deste sentidos reúnem-se num grupo de quatro estrofes
que contém alguns dos passos mais frequentemente citados para a

ilustração de processos e características da poesia erótica de Clarke. Trata-se também da única das muitas uniões sexuais que a mulher de Beare experimenta neste poema a ser descrita em pormenor. Os primeiros versos colocam-nos perante um equilíbrio não-resolvido entre um sentido comercial, de prostituição (que dificultaria, por si só, a representação como belo do encontro sexual), e o envio para um dos mais famosos episódios da mitologia clássica:

...[I] laugh among lace pillows,
For a big-booted captain
Has poured the purse of silver
That glitters in my lap. (p. 165)

Se Júpiter inseminava Danae sob a forma de uma chuva de ouro, o capitão que visita a mulher de Beare verte-lhe no colo uma bolsa de prata: metáfora sexual, sem dúvida — mas também simples paga por serviços a prestar, um sentido apenas parcialmente redimido pela referência mitológica e alegorizante. Clarke pretende claramente que as distâncias permaneçam óbvias: a «substituição» do ouro de Júpiter pela prata do capitão não é gratuita, e as «grandes botas» mantêm o capitão pesadamente humano e grosseiro.

Heavily é, aliás, a primeira palavra da estrofe seguinte, com a qual se inicia a descrição do encontro sexual, na qual se realça até ao limite uma característica do erotismo de Clarke já por nós referida mas não suficientemente demonstrada — que ele assenta de modo decisivo na percepção visual do corpo feminino, sendo as imagens associadas a outros sentidos claramente minoritárias e incidentais:

Heavily on his elbow,
He turns from a caress
To see — as my arms open —
The red spurs of my breast.
I draw fair pleats around me
And stay his eye et pleasure,
Show but a white knee-cap
Or an immodest smile —
Until his sudden hand
Has dared the silks that bind me.

See! See, as from a lathe
My polished body turning!
He bares me at the waist
And now blue clothes uncurl
Upon white haunch. I let
The last bright stitch fall down
For him as I lean back,
Straining with longer arms
Above my head to snap
The silver knots of sleep. (p. 165)

É ao *ver* os seios que o homem se sente impelido para o movimento decisivo — a imagem das esporas serve este sentido, e articula-se também adequadamente com as «grandes botas» do capitão para sugerir a posse iminente a que a percepção do seu «peso» no primeiro verso também não é alheia; é detendo-lhe o *olhar* na contemplação do corpo aos poucos exibido que a mulher lhe retarda o gesto, mas lhe confere maior urgência — visando esse gesto a remoção das sedas que ainda impedem a posse *visual* plena, prévia e (neste poema) necessária à consumação do encontro sexual.

Os dois primeiros versos da segunda estrofe citada, toda ela exacerbante do prazer na nudez e na sua exibição, enfatizam ainda mais este predomínio da visão; a imagem, diga-se, é potencialmente táctil, uma vez que a concepção do corpo girando num torno, ou numa roda de oleiro, é indissociável da percepção das/pelas mãos que o moldam e percorrem, fundamental também para o conteúdo erótico; o convite a essa percepção é, contudo, formulado em termos visuais: a mulher de Beare dirige-nos imperativa e exultantemente à contemplação do (seu) corpo que evolui e se levanta do leito, como num acto de Criação — sentido que a imagem da roda de oleiro (se assim a quisermos ler) serve perfeitamente, como mecanismo que molda formas, objectos (neste caso um corpo) a partir do material primeiro que é o barro...

São estes talvez os exemplos máximos da atracção pela qual Clarke subtrai o desejo e o corpo às peias do juízo moral(izante) em «The Young Woman of Beare»: junto à beleza do corpo que se mostra, frui e exulta, que convicção, que fortuna retórica para as simples e piedosas injunções à modéstia e ao recato que Clarke

ocasionalmente coloca na voz da mulher (com o propósito, exactamente, de as desvalorizar por confronto com o discurso do prazer?):

Young girls, keep from dance-hall
And dark side of the road;
My common ways began
In idle thought and courting. (p. 166)

Ao manipular com sucesso os recursos necessários à estetização do erótico, Clarke demonstra neste poema as qualidades de mestria técnica que constituíram um dos pontos mais sólidos do seu reconhecimento pela crítica e por outros poetas; Augustine Martin aclamava-o em 1965 como «the greatest poetic craftsman alive in the English speaking world», e destacava, entre outras características, «his gift of compression»²⁸; e Thomas Kinsella elogiava-lhe em 1974 «the particularity of observation (...), the direct sensual interest in things», declarando ainda:

Particularity, minute precision, is an element of artistic strength, and as it developed in Clarke's work, it is one of the reasons he has become an important poet²⁹.

Do rigor e precisão referidos por Kinsella é a imagética do corpo nas estrofes que acima citávamos um bom exemplo; quanto às qualidades de concisão e compressão de sentido, sendo embora mais flagrantes em fases posteriores da obra de Clarke, deixam-se representar nalguns passos de «The Young Woman of Beare», e de forma notória nos versos que se seguem imediatamente às duas estrofes que acima considerávamos em pormenor:

Together in the dark —
Sin-fast — we can enjoy
What is allowed in marriage. (p. 166)

Difícilmente a significação contida nos dois primeiros versos poderia ser mais concentrada sem romper a discursividade (o que Clarke, por

²⁸ MARTIN — *Op. cit.*, p. 433.

²⁹ KINSELLA — *Op. cit.*, p. 129.

muito elíptica que a sua sintaxe se venha a tornar, nunca chega verdadeiramente a fazer). O neologismo *sin-fast* é quase um emblema dessa capacidade de concentração de sentido, e (lembrando-nos ser também a inventividade linguística uma das marcas progressivamente acentuadas da escrita de Clarke) comporta a transgressão e a urgência do acto sexual, a rapidez na consecução de um prazer pecaminoso; uma relação paradoxal pode, contudo, estar ironicamente presente, em especial se tomarmos *fast*, numa segunda leitura, não como advérbio mas como substantivo, significando o «jejum» — a experiência radicalmente oposta à gratificação dos sentidos que tem lugar entre a mulher de Beare e o capitão, e que serve em regra para expiar ou redimir o «pecado»... A ilicitude que rodeia este encontro sexual é feita contrastar, no terceiro verso, com a legitimidade dos mesmos actos no casamento — e o resto da estrofe é dedicada a prosseguir essa reflexão:

The jingle of that coin
Is still the same, though stolen;
But are they not unthriftly,
Who spend it in a shame
That brings ill and repentance,
When they might pinch and save
Themselves in lawful pleasure?

O facto de, sem proscrever o prazer, tão-somente sugerir as vantagens de o fruir dentro do enquadramento que a moralidade tradicional e as práticas sociais para ele prevêem, e de ser colocada na interrogativa, torna esta reflexão significativamente diversa das injunções e advertências (pouco convincentes, como vimos) surgidas noutras estrofes. Para além disso, a referência literária possivelmente por detrás deste passo introduz-lhe outro grau de complexidade; os versos agora citados contêm, de facto, ressonâncias de alguns sonetos de Shakespeare, em especial dos primeiros versos dos sonetos 4 e 129:

Unthriftly loveliness, why dost thou spend
Upon thyself thy beauty's legacy?

Th'expense of spirit in a waste of shame
Is lust in action...³⁰

³⁰ SHAKESPEARE, William — *The Sonnets and A Lover's Complaint*, ed. by John Kerrigan, Harmondsworth, Penguin, 1986, pp. 78, 141.

Clarke poderá ter encontrado no soneto 129, um dos sonetos dedicados à *dark Lady*, representando o sexo como dissipação, luxúria, vergonha, e conseqüente culpa, um exemplo maior da atitude que o seu discurso do prazer na voz da jovem mulher de Beare pretende exorcizar (como atrás sugerimos), atitude essa que neste passo encontraria, possivelmente pela única vez no poema, expressão credível correspondente à importância e aos perigos que Clarke desde cedo lhe reconheceu e quis denunciar. Quanto ao sentido a atribuir à citação do soneto n.º 4, ela é menos linear: integra-se esse soneto de Shakespeare num grupo que lembra ao jovem patrono, a quem o poeta se dirige, a necessidade da procriação, tentando neste caso afastá-lo da auto-preocupação narcísica que o impede de dedicar o seu amor a outrem (servindo-se Shakespeare para isso de um léxico comercial, jurídico e da usura). Se quiséssemos retirar desta referência todas as implicações e conseqüências, os últimos cinco versos da estrofe em causa teriam de ser lidos como, em alternativa à proposta de um juízo negativo sobre o sexo extra-conjugal, uma verberação por práticas masturbatórias — o que resulta alheio às temáticas e desenvolvimento global do poema, mas seria por certo bem recebido por sectores da crítica mais atentos aos reflexos na lírica de Clarke de circunstâncias por ele próprio reveladas em escritos autobiográficos³¹.

Sem pretendermos iniciar neste ponto outras vias de leitura de Clarke, interessar-nos-á fundamentalmente sublinhar como, em especial com o passo agora considerado, Clarke não deixa de introduzir os dados necessários ao encontro neste poema de manifestações agónicas das forças em degladição permanente na sua obra — de entre as quais se destacam imperativos do espírito interpretados como opondo-se ao apelo da carne, ou, em termos mais concretos e situados, a doutrina moral relativamente ao sexo da Igreja Católica irlandesa no séc. XX e a insurreição contra tais princípios dos que neles vêm um intolerável despotismo³². «The Young Woman of Beare», sem

³¹ Em *Twice Round the Black Church* (London, Routledge and Kegan Paul, 1962) Clarke conta como na infância foi repreendido por um padre, em confissão, por o ter levado a entender, erradamente ou não, que incorrera em masturbações. O ensaio de Adrian Frazier já citado é um exemplo da utilização desta circunstância, entre outras, para uma leitura da obra de Clarke à luz da sua «culpa sexual».

³² Será este, aliás (e de novo), um tema central quer à obra de Clarke, quer, mais globalmente, à literatura irlandesa do nosso século: para Terence Brown, «the most frequent explicitly religious theme in twentieth-century Irish

ser nunca explícito a este respeito (como as suas sátiras o viriam a ser), e sem nunca perder de vista o enquadramento alegórico — não obstante a expressão particularizada e concreta de emoções e desejos — é, contudo, um dos poemas em que Clarke assume de modo mais militante a defesa das prerrogativas do corpo, precisamente porque não está nunca em causa o triunfo (retórico) do discurso do prazer: noutros poemas do volume *Pilgrimage* a perspectiva ascética e de verberação moral é representada de um modo que permite, porventura, a expressão mais clara e equilibrada das dualidades. Apesar dos receios, dos pressentimentos de perdição que a penúltima estrofe contém (como vimos), o poema termina com a mesma disposição onírica e de abertura ao surgimento do desejo que as primeiras estrofes testemunhavam:

I turn a drowsy side —
That dreams, the eye has known,
May trouble souls to-night. (p. 170)

Quarenta e um anos após a publicação de «The Young Woman of Beare», Clarke incluiria no volume *Orphide and other poems* a sua versão de um relato mítico irlandês sob o título «The Healing of Mis», a história de uma mulher recuperada da loucura, e da permanente fuga ao contacto humano nos bosques onde se refugiou, através do estabelecimento de uma relação sexual³³. Numa nota a esse poema, escreveria Clarke: «This ancient story seems to anticipate the curative methods of Freud». A atracção construída para a voz eminentemente humana que perpassa por «The Young Woman of Beare» será um dos modos de advogar esta crença na dimensão sexual como factor de salvação do Homem e da sua restituição aos equilíbrios nos quais se encontra e assume todas as potencialidades — consequentemente, parte inalienável da sua integridade. Mas será também, numa perspectiva mais larga, lugar de demonstração de um dos méritos crescentemente reconhecidos pela crítica em Clarke: a sua

writing is the struggle of the individual against the constraining nets of an all-encompassing religious authority and its demands.» — *Ireland's Literature: Selected Essays*, Giggingstown, Co. Meath, The Lilliput Press, 1988, pp. 49-50.

³³ O poema surge em *Collected Poems*, pp. 509-16. Para a referência a diferentes versões do mito, ver MacCANA — *op. cit.*, pp. 8-9.

persistência na validação poética da dignidade humana³⁴, e nas dimensões da liberdade (de ordem individual, social, política) que lhe deveriam ser consequentes, e que Clarke considerava seriamente coarctadas no seu país. Sentidos de leitura descobertos num seu poema de 1929 encontram, assim, o seu lugar como feições de um discurso poético que, de 1917 a 1974, se assume, progressivamente de modo mais expícito, como um discurso intransigentemente libertário — face à Irlanda e ao corpo.

Rui Carvalho Homem

³⁴ Vide SCHIRMER, Gregory A. — 'A Mad Discordancy': Austin Clarke's Early Narrative Poems, «Éire-Ireland», XVI: 2, Summer 1981, p. 20.

DELTA WEDDING: UM LUGAR DE JANELAS ABERTAS SOBRE OS HORIZONTES DO DEVIR

«The work of Eudora Welty provides us, finally, with a celebration of the traditional southern community not as a kind of pastoral fortress, a place of walls built to preserve cherished values and identities belonging to the past, but as a place of windows that must be opened on the wide and mysterious world of the future beyond»¹.

Nestas linhas de Lucinda Hardwick Mackethan em *The Dream of Arcady: Place and Time in Southern Literature* encontro a feliz expressão da minha própria leitura de Welty e em particular de *Delta Wedding*, precisamente porque, a meu ver, é esta a «realidade» que a escritora nos tem oferecido: um lugar que, embora de olhos postos no seu passado e na sua tradição, não poderá estar imobilizado por essas coordenadas, mas que, ao reinventá-las, abrirá as janelas sobre os horizontes do devir.

Na verdade — têm-no frequentemente afirmado aqueles que mais se ocupam da obra de Welty — o grande tema da ficção weltiana conduz o leitor a uma reflexão sobre os homens e as mulheres e sobre como vão sendo eles e elas capazes de responder à mudança imposta pelo fluir dos tempos. Para tal, Eudora Welty escolhe um lugar que ela diz ser apenas cenário, mas que, a meu ver, se mostra informado pela terra onde tem vivido, por um espaço geográfico e por uma imaginação sulista. Um lugar constituído por um espaço físico e por famílias com as suas histórias e gerações ligadas à vida rural de que se ocupam no seu dia a dia. Este é o Sul de Welty: um lugar pululado de homens e mulheres, como o dos Fairchilds ligados à terra aluvial

¹ MACKETHAN, Lucinda Hardwick — *The Dream of Arcady: Place and Time in Southern Literature*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1980, pp. 7-8.

do Delta, salpicado de plantações que aí permanecem como que recordando o tempo e a aristocracia que a mundivisão sulista imaginou terem existido, ou então um lugar como o dos Renfros, carenciado e localizado na região nordeste do Mississippi no período da Depressão. Porém, quer seja Shellmound, Morgana, Banner ou Mount Salus, o lugar da ficção de Welty é simultaneamente edénico e caótico e já não, afinal, o Mississippi em que a escritora nasceu e tem vivido.

Eudora Welty tem admitido que o Sul e as viagens feitas pelo Mississippi se mostraram cruciais para a sua formação como escritora, mas considera também que de nada lhe serviria essa vivência se, a par dela, não existisse um forte desejo de escrever e de entender a vida e a condição humana. Por outro lado, apesar de, quer em entrevistas, quer na sua obra não ficcional, Eudora Welty considerar o lugar como essencial para o escritor, o certo é que ela lhe confere apenas e só a função de dar ao universo ficcional uma identidade real. Em «Place in Fiction» Eudora Welty diz ser o lugar fundamental para o ficcionista precisamente porque é ele que permite que a imaginação tome conta da ficção sem que a verdade das coisas e dos sentimentos se perca ².

Contudo, esta ligação ao lugar, o qual penso estar informado pela terra onde vive, não me impede de entender que — como a própria Welty afirma, por exemplo em *One Writer's Beginnings* — o seu verdadeiro tema é a vida e as relações dos homens e das mulheres entre si ³. Welty é uma escritora cujo papel de relevo no panorama da literatura americana reside, pelo menos em parte, no facto de a sua ficção patentear a capacidade e a qualidade de ir muito para além da cor local, ainda que essa mesma ficção esteja fixada num tempo e num lugar específicos que, afinal, são mais do que simplesmente um tempo e um lugar. Deste modo, cumpre-me então colocar aqui algumas questões que canalizarei para *Delta Wedding*.

Qual afinal a relação do Mississippi do Delta em *Delta Wedding* com o Mississippi onde Welty sempre tem vivido? E, por outro lado, qual o significado da relação lugar/imaginação e imaginação/lugar que eu penso ser fundamental para o entendimento de uma leitura possível da sua obra?

² WELTY, Eudora — «Place in Fiction», *The Eye of the Story: Selected Essays and Reviews*, New York, Vintage Books, 1979, pp. 117-118.

³ WELTY, Eudora — *One Writer's Beginnings*, New York, Warner Books, 1983, p. 95.

Em 1972 Eudora Welty dava uma entrevista a Linda Kuehl e dizia-lhe:

«I just think of myself as writing about human beings and I happen to live in a region, as do we all, so I write about what I know — it's the same case for any writer living anywhere. I also happen to love my particular region. If this shows, I don't mind»⁴.

É bem evidente aqui o distanciamento que a escritora pretende demonstrar em relação à região onde tem vivido, a qual penso não estar afinal tão longe das suas preocupações como tem afirmado quando diz, em entrevistas e em ensaios, não ser uma porta-voz do Mississippi. Mas se é certo que Eudora Welty não é nem pode ser entendida como uma mera porta-voz da sua região, é igualmente verdade que ela, sobretudo nos seus romances e particularmente em *Delta Wedding*, não deixa de fazer uma reflexão acerca das mudanças que o séc. XX está a operar no Sul, o qual perde pouco a pouco o sentido pastoral, a visão edénica de si mesmo e que, ao querer abraçar desordenadamente o progresso e a modernidade trazidas pelo final do primeiro conflito mundial, se revela caótico.

Não ignoro, contudo, a legitimidade das afirmações de Welty ao querer desvincular-se da sua região para ser entendida como alguém que escreve sobre a vida e sobre os homens e as mulheres em geral. Mas, a meu ver, em *Delta Wedding* ela dá-nos o seu próprio entendimento desse Sul em mudança, bem como também o entendimento da resposta que esta região deverá vir a encontrar. E nessa resposta e na relação dos homens e das mulheres Welty acaba por imaginar um outro lugar que já não é aquela face edénica, simbolizada no exotismo da descrição do Delta que Laura avista da janela do comboio que a conduz aos Fairchilds, mas que também não é o mundo de Shellmound em decadência.

Delta Wedding surge em 1946 após a insistência de Diarmuid Russel para que Welty fizesse do conto «Delta Cousins» um capítulo de um romance. Tratando-se indubitavelmente, como afirma Elizabeth

⁴ KUEHL, Linda — *The Art of Fiction XLVII: Eudora Welty*, «Paris Review, 55, Fall 1972, pp. 72-79, citado em PRENSHAW, Whitman Peggy (ed.) — *Conversations with Eudora Welty*, Jackson, University Press of Mississippi, 1984, p. 83.

Evans em 1981, de um estudo da vida e do sentido da família ⁵, emerge deste modo nos anos quarenta, no contexto das ansiedades dos horrores e destruição do pós-segundo conflito mundial — e estou agora a apropriar-me de Louise Westling —, um hino pastoral de fertilidade e paz que, a meu ver, é também uma questionação desse mesmo mundo pastoral em decadência ⁶.

Mas *Delta Wedding* inicia-se em 10 de Setembro de 1923, um ano escolhido deliberadamente por Welty, como ela própria refere numa entrevista em 1972:

«I chose the twenties. — when I was more the age of my little girl, which was why I thought best to have a child in it. But in writing about the Delta, I had to pick a year — and this was quite hard to do — in which all the men could be home and uninvolved. It couldn't be a war year. It couldn't be a year when there was a flood in the Delta because those were the times before the flood control. It had to be a year that would leave my characters all free to have a family story. It meant looking in the almanac — in fact, I did — to find a year that was uneventful and that would allow me to concentrate on the people without any undue outside influences; I wanted to write a story that showed the solidity of this family and the life that went on on a small scale in a world of its own. So the date was chosen by necessity» ⁷.

É assim justificada a data de 1923 para *Delta Wedding*. Um momento incaracterístico da vida do Delta precisamente para que toda a atenção pudesse estar fixada na vida de uma família e de uma plantação e não viesse a ser desviada para catástrofes ou acontecimentos que lhe fossem exteriores. Mas, ao escolher 1923, Eudora Welty optava pela década do pós-primeira Guerra Mundial, uma década que só por si se tinha caracterizado por um conjunto de acontecimentos motivados pelos ventos da mudança que trouxeram à América o desejo de progresso e de modernidade e que, embora

⁵ EVANS, Elizabeth — *Eudora Welty*, New York, Frederick Ungar Publ., co., 1981, p. 97.

⁶ WESTLING, Louise — *Women Writers: Eudora Welty*, Totowa, Barnes and Noble Books, 1989, p. 90.

⁷ PRENSHAW (ed.) — *Conversations with Eudora Welty*, pp. 49-50.

não tivessem fustigado tão fortemente o Sul, também aí se fizeram sentir com alguma intensidade.

Deste modo penso que a escolha de 1923 não se revela tão incaracterística como Welty parece ter pretendido, precisamente porque só por si esta década constitui já um momento de viragem histórica carregada de novidade. Assim na primeira página de *Delta Wedding* Eudora Welty inicia um «Bildungsroman» que narra a história de uma rapariguinha órfã de mãe que irá crescer num lugar, numa plantação presa ao passado, com o seu quê de paradisíaco, mas que está, contudo, a ser abalada pelo que lhe é exterior e pela mudança que essa década anuncia. E é precisamente nos acontecimentos e nas personagens que vão tentando manter em Shellmound a imagem do passado tal qual o foi, ou que vão anunciando a mudança que conduzirá a paz e a felicidade daquele lugar à condenação, que Laura faz a sua aprendizagem, a qual a levará inevitavelmente a Jackson. Mas, a par do crescimento da personagem, Eudora Welty escreve sobre outra aprendizagem orientada pela memória do passado. E que outra aprendizagem? A do Sul abrindo-se à mudança e ao futuro.

A presença e a ameaça do que é novo e exterior ao mundo circunscrito ao clã Fairchild estão simbolizadas desde logo pelo próprio casamento de Dabney que contribuirá para que a jovem nubente transgrida os padrões da família de onde provém ao trazer para Marmion alguém que não é um Fairchild. Dabney irá gradualmente emancipar-se dos Fairchilds apesar da insistência das tias Primrose e Jim Allen em a manter ligada ao clã, o que é simbolizado na oferta que estas lhe fazem de um candeeiro de porcelana. Esse candeeiro é uma espécie de testemunho de família que vem passando de geração em geração e que encerra em si toda a história dos Fairchilds e em particular a das suas mulheres. A oferta é para as tias de Dabney uma espécie de garante de que a jovem sobrinha irá saber manter tudo o que fez das Fairchilds fiéis depositárias de um museu imaculado de onde saiu aquela peça de porcelana. Mas Dabney casará com Troy, alguém que nem é Fairchild, nem tão pouco é bem aceite por razões de desequilíbrio social.

Mas, chegada da visita a Grove, Dabney deixa cair a oferta que lhe havia sido feita, ao correr para casa ao encontro de Troy, cuja silhueta avistara por detrás de uma janela iluminada. Nesta fragmentação da peça de porcelana está simbolizado o próprio esboço de uma tradição e de um código familiar que Dabney não

manterá. Na verdade, ela não perpetuará as tradições e o código que gerações de mulheres haviam sustentado até ali.

«Marmion had been empty since the same year it was completed, 1890 — when its owner and builder, her grandfather James Fairchild, was killed in the duel he fought with Old Ronald Mcbane, and his wife Laura Allen died broken-hearted very soon, leaving two poor Civil War-widowed sisters to bring up the eight children (...) Honor, honor, honor, the aunts drummed into their ears (...) To give up your life because you thought that much of your *cotton* — where was love, even, in that? *Other* people's cotton. Fine glory! Dabney would not have done it»⁸.

As tias envelhecerão e com elas acabará por morrer também a existência do clã, outrora patriarcal, que, ao ter presentemente nas mulheres o sustentáculo da sua existência, acabou por recuperar para elas a tradição matriarcal mostrando-se agora controlado pelas Fairchilds. E, ao lado do casamento de Dabney com Troy, da intromissão de maridos como o Yankee de Mary Dennis, ou de mulheres como Robbie, ou da presença de uma jovem como Shelley que em breve partirá em viagem para a Europa, anuncia-se o final da velha Shellmound pastoral.

Porém a grande personagem do romance é afinal Laura e, a par dela, o próprio Delta. Laura ao ser integrada no matriarcado de Shellmound descobrirá os seus valores ao mesmo tempo que compreenderá também a importância que tem para os homens e para as mulheres a cooperação entre ambos. Na verdade, como defende Louise Westling, a meu ver com muita pertinência, a energia e a presença dos homens Fairchild consubstanciados em George são um dos muitos elementos necessários à sobrevivência da comunidade de Shellmound, ao mesmo tempo que o que a sustenta é controlado pelas mulheres⁹.

É este afinal o entendimento que Welty vai dando da família Fairchild encarando-a como um microcosmo da sociedade e, acrescentarei, a meu ver microcosmo simbólico do todo americano. Laura,

⁸ WELTY, Eudora — *Delta Wedding*, London, Virago Press, 1982, p. 120. Posteriores referências ao romance serão integradas no texto seguidas da abreviatura e da respectiva página.

⁹ WESTLING — *Women Writers: Eudora Welty*, cit., pp. 106-107.

que desde logo é iniciada simbolicamente no matriarcado de Shellmound ao ser conduzida por Ellen para a cozinha para fazer um bolo, mostra vontade, à sua chegada, de poder vir a ficar ali em definitivo. Contudo, apesar de responder afirmativamente e com entusiasmo ao convite para ficar em Shellmound, acabará por querer regressar a Jackson.

«Laura felt that in the end she should go — go from all this, go back to her father». (D. W. p. 237).

Esta decisão não deverá ser entendida, no entanto, como a recusa dos valores matriarcais que Shellmound representa, mas sim como resultado do crescimento e da aprendizagem de Laura que conclui que o seu regresso a Jackson e à casa paterna são necessários para que — e de novo remeto para Louise Westling —, ela não perca o sentido do real e do seu tempo ao penetrar completa e definitivamente em Shellmound que, como Laura também descobre, não permite ver nada mais para lá de si mesmo¹⁰.

«When people were at Shellmound it was as if they had never been anywhere else (...).

She tried to see her father coming home from the office, first his body hidden by leaves, then his face hidden beyond his paper. If she could not think of that, she was doomed; and she was doomed, for the memory was only a flicker, gone now». (D. W. p. 134).

Mas se Laura descobre não poder permanecer em Shellmound, naquele mundo pastoral nutrido pelos ciclos da fertilidade da natureza e da mulher, simbolizados na Deméter que é Ellen Fairchild, ela entende igualmente a necessidade da sua presença junto de seu pai só.

«She scarcely ever thought, there wasn't time, of the house in Jackson, of her father, who had every single morning now gone to the office and come home, through the New Capitol which was the coolest way, walked down the hill so that only his legs could be seen under the branches of trees, reading the *Jackson Daily News* so that only his straw hat could be seen above it, seen from a spot on their front walk where nobody watched for him now.» (D. W. p. 133).

¹⁰ *Ibid.*, p. 112.

Laura recorda o pai privado da figura da mulher morta e da filha ausente. Nesse pensamento, surgido após o processo da sua integração no matriarcado Fairchild, ela percebe a necessidade de recusar o convite e de regressar para junto do pai precisamente porque ambos necessitam da presença um do outro.

Convém talvez aqui esclarecer que não ignoro que é precisamente porque a ficção de Welty se move em espaços tradicionalmente ligados à mulher e porque ela faz das mulheres as personagens cujos pontos de vista são os realçados, que a sua ficção tem sido incentivadora de leituras no âmbito dos estudos femininos. Porém, apesar de eu própria poder estar interessada nessas leituras, e a prová-lo as referências a Louise Westling, não é contudo agora delas que me ocupo, uma vez que, a meu ver, o tratamento da mulher, dos seus espaços e dos seus pontos de vista é apenas um dos processos utilizados por Welty para escrever afinal sobre o Sul.

Sul que, concluo numa leitura global da ficção weltiana, ela anuncia poder reencontrar-se no todo americano (ao reinventar o passado e ao abrir-se sobre os horizontes do futuro) e, desse modo, poder conduzir a própria nação ao seu reencontro no caos do séc. XX. E, se assim entendo, não é porque esteja bloqueada pelas próprias afirmações da escritora acerca de não estar interessada em qualquer espécie de resposta femininista.

Na verdade, os lugares das Fairchids não são opressores precisamente porque são espaços colonizados por elas. Esses espaços são livres porque são dessas mulheres e aí, na manutenção de valores de um passado patriarcal, as Fairchids conseguem recuperar a tradição de um matriarcado através da memória que traz o passado ao presente. E esta é precisamente a herança que Laura trará de Shellmound.

Após ter sido iniciada no mundo das Fairchids, Laura está em condições de regressar ao mundo do pai e ao seu tempo sem que a sua herança se perca. Renega Shellmound uma vez que por um lado descobre a necessidade de estar junto do pai e por outro porque o mundo urbano de Jackson é a realidade da década de vinte, o padrão do futuro e o da América. Porém, ao fazê-lo, Laura leva consigo a memória do que é já passado e que ficou para trás com as Fairchids, mas que ela reinventará.

Mas em Laura, no seu crescimento em Shellmound e no diálogo entre os homens e as mulheres eu vejo o próprio Sul e o seu diálogo com a América que também integra.

Na história de cada homem e de cada mulher, de cada geração, de cada família, Welty pensa os homens e as mulheres como herdeiros de um passado que condiciona o seu ser e a sua história, e pensa o mundo. Mas que mundo? A meu ver, o Sul recuperado pela memória do passado, das tradições e dos mitos reinventados no presente e na História que se está a fazer. O Sul que, como Laura de braços abertos ao universo, é um lugar que se abre ao futuro, à mudança e aos padrões da América em progresso e se recupera no todo americano. O Sul que, como Laurel em *The Optimist's Daughter* ao deixar Mount Salus para ir para Chicago, possui uma herança que transbordará das fronteiras geográficas.

Maria Teresa Lobo Castilho

PARTÍCULAS MODAIS DO PORTUGUÊS *

0. O objectivo deste estudo é não só descrever linguisticamente as unidades lexicais que integram o grupo relativamente fechado do que chamo partículas modais (PMs, daqui em diante), mas também abordar algumas delas, a título de exemplo, numa perspectiva pragmática. Por PMs entendo elementos como *acaso, afinal, bem, cá, então, já, lá, sempre, também* (entre outros), em determinadas posições na frase e em certos empregos específicos, mas que têm sido tradicionalmente classificados, quer nas gramáticas quer nos dicionários, como 'advérbios', embora alguns deles surjam também em alguns gramáticos sob a rubrica «expressões ou partículas de realce» ou ainda no grupo das interjeições. Estão neste último caso, por exemplo, *então e também* em virtude da natureza de algumas das suas ocorrências possíveis.

A designação que uso para este conjunto, embora completamente alheia aos estudos linguísticos portugueses, justifica-se, além do mais, por uma questão de adequação e de uniformidade terminológica, e reporta-se rigorosamente àqueles lexemas que se empregam em enunciados como: «Afinal ainda não chegaram?», «Então como foi o passeio?» e «Sempre chegaste a encontrá-lo?».

1. As partículas na tradição gramatical portuguesa. O problema

Desde sempre que nas culturas ocidentais a classificação das palavras de uma língua constituiu uma tarefa complexa para os gramáticos. As gramáticas tradicionais portuguesas, fortemente baseadas na teoria greco-latina das partes do discurso, não só adoptaram os seus critérios

* Retomo neste estudo, com algumas modificações, um texto elaborado em 1984 que, por motivos vários, não pôde então ser publicado.

classificatórios, como também, por outro lado, lhe herdaram as imprecisões e os problemas. Por isso mesmo, há ainda hoje no português fenómenos que aguardam tratamento mais adequado, sendo uma dessas áreas precisamente a que é constituída pelas PMs, para cuja descrição procurarei contribuir.

Na antiga Grécia, mas especificamente a partir dos Estóicos, quando começaram a diferenciar-se e a definir-se as partes do discurso, a classificação das palavras orientou-se por categorias gramaticais-formais, ou seja, pela presença ou ausência do «caso» e do «tempo». Assim, como estabelece Dionísio Trácio¹, o «caso» é válido para o nome, para o pronome e para o artigo; o «tempo» aplica-se ao verbo; e a classe em que se verifica a presença simultânea — ou que participa das propriedades, caso e tempo, do nome e do verbo — é o participio. As restantes classes de palavras (preposição, advérbio e conjunção ou palavra de ligação), caracterizam-se pela ausência daqueles dois princípios de classificação, sendo, pois, não flectidas, mas cabendo-lhes, no entanto, respectivamente, funções bem definidas. Tais funções, porém, não foram mais tarde correspondentemente valorizadas: os gramáticos latinos limitaram-se a seguir, a traduzir e a comentar os gregos, foram pouco originais nos estudos sobre a sua língua e, sobretudo, não dedicaram atenção especial a certas palavras empregadas frequentemente na linguagem falada, como sejam as que se prendem com subentendidos e com questões argumentativas. Na perspectiva da análise que nos ocupa, Pompeio constitui uma excepção, visto ser ele que no «Comentário» à Gramática de Donato explicita em pormenor não só as funções das diferentes partes do discurso, como também fornece indicações precisas, ilustradas com exemplos, sobre as funções das «expletivae»². As «expletivae» são, no latim, um sub-grupo da 'parte do discurso' «conjunção» (aliás mantido por Diomedes, Prisciano e por Donato, por influência directa da obra de Trácio) que corresponde à sub-classe das «conjunções» (σύνδεσμοί) a que o gramático alexandrino chamara *παραπληρωματικοί* — palavras que, segundo ele, se empregavam por razões de natureza

¹ Citado em ARENS, H. — *Sprachwissenschaft. Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*, 2 vols., Frankfurt/M., Athenäum, 1969, pp. 21-28.

² Cf. texto citado em LÜTTEN, J. — *Untersuchungen zur Leistung der Partikeln in der gesprochenen deutschen Sprache*, Göppingen, Kümmerle, 1977, p. 58.

métrica ou de adorno do discurso, mas que, podemos hoje dizê-lo, não tinham por finalidade única servirem de «palavras de encher», mas assumiam também uma função de modificação ou de modalização dos enunciados em que ocorriam.

O que terá acontecido depois de Pompeio foi que os gramáticos latinos, cuja língua era muitíssimo mais pobre que a grega nesses elementos, não encontraram, por isso, uma justificação bastante para lhes conceder uma posição de destaque e manter viva a consciência das suas funções. Por seu lado, a Idade Média, que utilizou amplamente, pelo menos até ao séc. XII, as então muito conceituadas obras de Prisciano e de Donato, não trouxe aparentemente qualquer contributo para a clarificação e, muitíssimo menos, para a descrição do emprego daqueles elementos da língua.

Mas mais duas circunstâncias contribuíram entretanto para que as «expletivae» fossem progressivamente preteridas ou mesmo esquecidas. A primeira delas foi a orientação lógico-semântica dos modistas³ que, conduzindo-os a uma filosofia da palavra e à interrogação sobre os seus *modi significandi*, não podia obviamente favorecer o estudo das palavras inflexivas, isto é, das correspondentes aos σύνδεσμοι de Trácio. É que para os modistas o que fazia de uma palavra uma parte do discurso era o seu duplo aspecto de *vox* e de *conceptus*, e as «expletivae», cuja função se devia procurar antes no domínio da «performance», não se prestavam a uma análise lógica, encontrando-se, por conseguinte, em boa posição para merecerem pouca ou nenhuma atenção.

A segunda razão foi a ampla divulgação da obra de Franciscus Sanctius *Minerva seu de causis linguae latinae*, aparecida em 1587. O efeito que produziu a classificação tricotómica das partes do discurso (isto é, nome, verbo e partículas) que o autor aí propõe, seguindo o esquema do arábico e das línguas semitas, designadamente do hebraico de que foi estudioso, não terão, de igual modo, deixado de criar as condições para que as classes de palavras inflexivas passassem a confundir-se sob a designação geral de partículas.

A conjugação dos três factores acabados de referir não deixou com certeza de ter incidências na constituição dos dois grupos de

³ A teoria dos modistas, e sobretudo a sua concepção de uma gramática universal, projecta-se até aos séculos XVII e XVIII, altura em que na França surgem as chamadas gramáticas gerais e filosóficas.

palavras que os gramáticos portugueses normalmente distinguem, seguindo um critério morfológico: o das variáveis ou flexivas e o das invariáveis ou inflexivas. Os elementos que integram este último oscilam consoante os autores: segundo uns, deles fazem parte as preposições, as conjunções e as interjeições⁴; segundo outros⁵, os advérbios, as preposições e as conjunções; ou os advérbios, as preposições, as conjunções e as interjeições, conforme outros ainda⁶. Mas é um facto que o termo 'partícula' é usado inequivocamente por grande parte dos gramáticos quando se referem ao conjunto das palavras invariáveis ou quando as definem⁷. Nesses casos, utilizado como conceito supra-ordenado que se reporta a realidades diversas, o termo é empregado um pouco no sentido etimológico, mas sem dúvida também na acepção em que Barbosa o usou, isto é, de palavras que, não merecendo verdadeiramente o nome de «partes» do discurso

⁴ Cf. BARBOSA, J. S. — *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1866, 4.^a ed., pp. 73 e segs..

⁵ Cf. VASCONCÉLLOZ, A. G. R. — *Grammática portugêsa*, Paris, Lisboa, Aillaud & Cia., s.d., p. 49; GOMES, A. A. — *Elementos de gramática portuguesa*, Coimbra, 1913, p. 10, 1925, p. 31, 1935, p. 32; MACHADO, U. — *Gramática portuguesa ensinada pelos exemplos*, Lisboa, Imprensa Limitada, 1926, 10.^a ed., p. 98; TORRINHA, F. — *Gramática portuguesa*, Porto, Edições Marânus, 1935, 4.^a ed., p. 69, 1946, 7.^a ed., p. 107; SEQUEIRA, F. J. M. — *Gramática de portugêses*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s.d., p. 39.

⁶ Cf. LAGE, J. G. — *Novissima grammatica portugueza*, Coimbra, Livraria Portugueza e Extrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1882, p. 10; OLIVEIRA, B. J. — *Nova grammatica portugueza. Compilada dos nossos melhores auctores e coordenada para uso das escholae*, Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1869, 5.^a ed., p. 5; AZEVEDO, J. D. — *Elementos de grammatica portugueza*, Porto, Liv. Editora de Victorino da Motta & Cta., 1901, p. 17; PEREIRA, E. C. — *Gramática expositiva*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1950, 125.^a ed., p. 29; CUNHA, C. — *Gramática moderna*, Belo Horizonte, Editôra Bernardo Álvares S/A, 1971, 3.^a ed., p. 38; FIGUEIREDO, J. M. N.; FERREIRA, A. G. — *Compêndio de gramática portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1982, p. 186; NUNES, J. J. — *Compêndio de gramática histórica portuguesa — (fonética e morfologia)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1960, 6.^a ed., p. 342.

Estas duas últimas gramáticas põem, no entanto, reservas quanto à inclusão das interjeições no grupo das palavras inflexivas ou mesmo no número das partes do discurso.

⁷ Cf. por exemplo VASCONCÉLLOZ, A. G. R. — *Op. cit.*, p. 75; AZEVEDO, J. D. — *Op. cit.*, p. 17; TORRINHA, A. F. — *Op. cit.*, 1935, p. 70; SEQUEIRA, F. J. M. — *Op. cit.*, pp. 62 e 64; NUNES, J. J. — *Op. cit.*, p. 342.

por motivos que apresenta, «se podem chamar partículas»⁸ por oposição àquelas. É, todavia, importante notar ainda que o termo começou a ocorrer nalguns gramáticos, além disso, na expressão «partícula de realce»⁹ ou «partículas de realce»¹⁰. Esta designação, juntamente com outras concorrentes como «partículas de realce ou partículas expletivas»¹¹ ou «partículas ou expressões enfáticas ou de realce»¹², mostra que continuamos no domínio das palavras invariáveis (quer dizer, o critério de classificação é ainda predominantemente o morfológico), mas introduzem um momento que é talvez mais um eco terminológico das gramáticas latinas do que um verdadeiro esforço para manter vivas e operantes as «expletivae» com a sua carga funcional-comunicativa. Tenta-se, é certo, não perder de todo, ou redescobrir, aqueles elementos, para os quais existe, aliás, espaço na língua portuguesa. Só que é aqui precisamente que se encontram as dificuldades e reina certa confusão.

De facto, para começar, não me parece que os autores que classificam determinadas palavras como «expletivas» as entendam exactamente no sentido originalmente atribuído aos παρακληρωματικοί e às «expletivae» — e que devíamos com propriedade caracterizar como intencional-estratégico no quadro conversacional. É que as definições que apresentam e em que se afirma que tais elementos servem para «dar mais vida e realce à frase»¹³, ou «mais energia e realce à expressão»¹⁴ ou que «vêm trazer-lhe [ao discurso] uma ênfase, uma energia especial»¹⁵ não são de molde a que possa reconhecer que estes pontos de vista se condunem com a concepção pragmática que tenho deles e que lhes comete outras funções mais complexas que não apenas a atribuição de «mais vida», «mais energia», «mais força

⁸ BARBOSA, J. S. — *Op. cit.*, p. 75. Cf. também CONSTANCIO, F. S. — *Grammatica analytica da lingua portugueza*, Pariz, J.-P. Aillaud, Monlon e C.^a, 1855, p. 140 e seg..

⁹ MARTINS, A. B. S. — *Pontos de grammatica portugueza e exercicios praticos*, Lisboa, Manoel Gomes, Editor, 1899, 3.^a ed., p. 57.

¹⁰ AZEVEDO, J. D. — *Op. cit.*, p. 167.

¹¹ GOMES, A. A. — *Op. cit.*, 1913, p. 101; 1925, p. 144; 1935, p. 159.

¹² TORRINHA, F. — *Op. cit.*, 1935, p. 353.

¹³ FIGUEIREDO, J. M. N.; FERREIRA, A. G. — *Op. cit.*, p. 69.

¹⁴ GOMES, A. A. — *Op. cit.*, 1913, p. 101; 1935, p. 159.

¹⁵ SEQUEIRA, F. J. M. — *Op. cit.*, p. 223.

ou graça¹⁶ ao discurso ou de papel de «ornato»¹⁷ do mesmo. De resto, o que se pretenderá em concreto dizer com esses termos? Pela minha parte, sempre tive muita dificuldade em entendê-los. Por outro lado, certas unidades classificadas como palavras de realce por uns autores surgem noutros gramáticos e lexicógrafos rotuladas de advérbios. Esta solução, que está próxima do recurso, já utilizado pelos antigos gregos, de fazer da classe dos advérbios como que uma «dustbin' class»¹⁸ quando se tratava de classificar uma palavra cuja inclusão era difícil ou impossível noutro lado, tem, aparentemente, uma justificação. É que há uma tão estreita relação entre esses elementos e os seus homónimos e uma fronteira tão fluida entre eles que nem sempre é fácil proceder-se a uma distinção nítida; todavia, já uma simples mas atenta análise sintáctica de superfície dos exemplos, apresentados por aqueles gramáticos e lexicógrafos, do emprego dessas unidades permite concluir que se trata realmente de elementos que deviam ser classificados diferentemente. Basta confrontar os exemplos ilustrativos do uso do «advérbio» *sempre* no Dicionário de Moraes para se constatar que não é sempre o mesmo lexema que aí está em jogo.

Por outras palavras: embora se registre de modo geral um consenso quanto ao grupo das «partículas ou palavras expletivas», não há uniformidade quanto aos elementos da língua que os autores incluem nesse grupo. Há mesmo quem faça figurar entre as interjeições unidades que esperaríamos, segundo certa lógica, encontrar entre as «palavras de realce» ou então entre os advérbios. Mas o que essencialmente interessa reter é que entre esses elementos diversamente classificados se encontram lexemas que apresentam traços característicos do grupo a que chamo partículas modais — para adoptar a designação que ultimamente se impôs na literatura da especialidade.

Antes, porém, de as descrever, considero que se justifica ainda uma chamada de atenção para outros aspectos mais recentes da confusão reinante atrás referida. Cunha¹⁹ é, tanto quanto sei, o único

¹⁶ FIGUEIREDO, C. — *Grande dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, Bertrand, 1939; cf. também AULETE, F. J. C. — *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza* Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, s.d..

¹⁷ FARIA, E. — *Novo diccionario da lingua portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, 3.^a ed..

¹⁸ CRYSTAL, D. — *Linguistics*, Harmondsworth, Penguin Books, 1971, p. 75.

¹⁹ CUNHA, C. — *Op. cit.*.

gramático de língua portuguesa que, seguindo a «Nomenclatura Gramatical Brasileira»²⁰, vê mais correctamente a questão que estamos a pôr, ao formar com tais unidades subgrupos dentro do conjunto das «palavras de classificação à parte»²¹ e recusando-se, deste modo, a partilhar da opinião dos que as incluem entre os advérbios. Isto porque, no seu entender, embora se trate de palavras «por vezes de classificação extremamente difícil», «não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio»²². Mesmo assim, teremos de recorrer a mais de um desses subgrupos para extrair deles aqueles elementos que, mau grado os poucos (nem todos inequívocos) exemplos ilustrativos fornecidos, se poderão identificar com as nossas PMs.

Por sua vez, Cunha/Cintra²³ parecem à primeira vista tratar o mesmo problema *ipsis verbis*; no entanto, com mais cuidado, verifica-se que isso não é de toda verdade. Com a apresentação de outros enunciados-exemplo desapareceu, é certo, a ambiguidade a que acabei de aludir; mas foi, por outro lado, introduzido — a meu ver com uma boa dose de infelicidade — um acrescento que é comprometedor, porque denuncia a falta de rigor da «Nomenclatura Gramatical Portuguesa» europeia e a ausência de crítica com que foi assumida. Tratando-se de um trabalho de parceria de um linguista brasileiro e de outro português, não era senão natural que fossem contemplados, lado a lado, conhecimentos constantes das nomenclaturas gramaticais de ambos os países. Todavia, o teor de tal acrescento é de molde a não poder dispensar reparos críticos. Assim, ao escreverem que «a Nomenclatura Gramatical Portuguesa admite a existência dos ADVÉRBIOS DE EXCLUSÃO e DE INCLUSÃO e considera ADVÉRBIOS DE ORAÇÃO o que, neste Capítulo, denominamos PALAVRAS DENOTATIVAS DE SITUAÇÃO»²⁴, os autores desta gramática não fazem senão divulgar simultaneamente mais que um equívoco. Se por «advérbios de oração» se entende ali o que na terminologia alemã, inglesa e francesa tem o nome de, respectivamente, «Satzadverbien», «sentence adverbials» e «adverbes de phrase»,

²⁰ *Ibidem*, p. 251.

²¹ *Ibidem*, p. 251.

²² *Ibidem*, p. 251.

²³ CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. — *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa. Ed. J. Sá da Costa, 1984, pp. 548-549.

²⁴ *Ibidem*, p. 549.

então podemos desde já seguramente assentar que advérbios de frase não se confundem com os elementos classificados, na mesma gramática, como «palavras denotativas de situação». «Palavras» como «afinal», «agora», «então» e «mas» — sem esquecer, obviamente, os seus empregos nos exemplos fornecidos — não são advérbios de frase. (Para delimitação, cf. cap. 2.2). Por outro lado, se ao escreverem «advérbios de oração» têm de facto em mente o que por exemplo alguns linguistas alemães chamam «Satzpartikeln»²⁵, então não posso deixar de defender — tendo em vista, como de início afirmei, uma uniformização terminológica e uma classificação adequada destes fenómenos linguísticos — que *a*) se prescindia daquela designação, o mesmo é dizer da de «palavras denotativas de situação» e se assente em definitivo na de «partículas modais»; *b*) se revejam as subclassificações propostas por Cunha/Cintra das «palavras denotativas», de modo a evitar-se, em certas alíneas, a inclusão de, por exemplo, elementos que deviam ser, antes, entendidos como partículas escalares; *c*) se amplie a lista das unidades linguísticas a considerar como PMs; *d*) se apresentem para todos os subgrupos, mais e unívocos enunciados exemplificativos do emprego dos elementos aí considerados; e *e*) se substitua o título algo desajustado de «palavras denotativas» que foi dado ao capítulo. Posso, por antecipação, admitir que alguns estejam tentados a considerar estas observações como sendo em parte de mera ‘cosmética’ ou de pormenor; mas, mesmo que esses reparos venham a ser feitos, eles não poderão ocultar uma realidade demasiado conspícua: é que da comparação do texto-acrescentado atrás transcrito de Cunha/Cintra com o que, no mesmo capítulo da obra, imediatamente o precede (e que coincide textualmente com a «observação» publicada em Cunha²⁶) resulta que para os linguistas brasileiros não haverá equívoco entre «palavras denotativas de situação» e advérbios de frase, enquanto se pode entender que se insinua, erradamente,

²⁵ Cf. por exemplo ASBACH-SCHNITKER, B. — «Die Satzpartikel wohl. Eine Untersuchung ihrer Verwendungsbedingungen im Deutschen und ihrer Wiedergabemöglichkeiten im Englischen», in WEYDT, H. (ed.) — *Aspekte der Modalpartikeln. Studien zur deutschen Abtönung*, Tübingen, Niemeyer, 1977, pp. 38-61; HARTMANN, D. — «Aussagesätze, Behauptungshandlungen und die kommunikativen Funktionen der Satzpartikeln ja, nämlich und einfach», in WEYDT, H. — *Op. cit.*, 1977, pp. 101-114.

²⁶ *Op. cit.*, p. 251.

que para os portugueses haja ²⁷, — embora também não se diga explicitamente se no Brasil a distinção está a ser feita.

Face ao exposto, ou seja, em virtude das discrepâncias não apenas terminológicas e das dificuldades subsistentes nos gramáticos de língua portuguesa quanto ao que possa correctamente equivaler nesta ao que, por exemplo no entender de Pompeio, foram as «expletivae» latinas, e sobretudo pelo facto de na sua adaptação/ /transição para o português esses elementos terem visto quase totalmente obliterada a (explicação da) sua original função pragmático-comunicativa, justifica-se que procuremos alguns critérios que façam luz sobre o problema e com base nos quais se possam destringir e definir aquelas unidades que designo por PMs.

2. Descrição sintáctica das partículas modais

Não me vou ocupar aqui da morfologia destes elementos: aceitemos apenas que se trata de palavras invariáveis. Por outro lado, embora estas partículas pareçam furta-se tanto a uma descrição semântica (não têm funções semânticas: não alteram, pelo menos de forma directamente visível, as condições de verdade de um enunciado, nem têm um significado, definível em termos de Bierwisch ²⁸), como a uma análise que tenha em vista a sua função sintáctica — visto que as suas funções se entendem antes de mais numa perspectiva pragmática —, é possível, no entanto, distingui-las sintacticamente quer dos advérbios, quer dos advérbios de frase. Entre umas e outros há uma diferença essencial, patente nas estruturas de superfície em que ocorrem.

2.1. Delimitação das partículas modais em relação aos advérbios

a) As PMs não constituem, ao contrário dos advérbios, um sintagma da frase em que se encontram. Não sendo, de facto, substi-

²⁷ Os autores da *Nova Gramática* parecem desconhecer o estudo de CASTELEIRO, J. M. — *Análise gramatical dos advérbios de frase*, in «Biblos» vol. LVIII, 1982, pp. 99-110.

²⁸ Não se lhes pode aplicar a definição: «In terms of componential analysis, the meaning of a word is a complex of semantic components (or features or markers) connected by logical constants», apresentada por BIERWISCH, M. — *Semantics*, in LYONS, J. (ed.) — *New horizons in Linguistics*, Harmondsworth, Penguin Books, 1977, p. 170.

tuíveis por outras unidades, elas entendem-se como um elemento da frase tomada na sua globalidade, não como parte da sua estrutura sintáctica. Exemplos:

- (1) *Sempre* veio chuva hoje. (=PM)
- (2) Eles vêm **sempre** visitar-nos. (=Advérbio)

b) Apesar de poderem ocorrer depois do sujeito da frase e — pelo menos no caso de *cá*, *lá* e de *afinal* em certos tipos de frase — depois do predicado, pode, no entanto, afirmar-se que a posição mais frequente, a normal, das PMs é à cabeça da frase. Esta posição parece distingui-las dos advérbios. É certo que estes podem ocupar, por topicalização, também o primeiro lugar na frase, mas estão-lhes normalmente reservadas outras posições: os advérbios de modo surgem, por via de regra, após o verbo; os de tempo e de lugar podem ser usados antes ou depois do verbo. Qualquer que seja a posição (possível) a ocupar na frase pelo advérbio, ela não acarreta uma alteração na semântica deste; o mesmo se não pode dizer das PMs: a ocorrência de um lexema noutra posição diferente da referida é geralmente sinal de que se trata de um elemento de uma outra categoria gramatical. Estamos, neste caso, confrontados com o problema da homonímia. Exemplos:

- (3) *Sempre* tem muita graça!
- (4) **Aqui** (é que (eles)) viveram durante anos.
- (4a) Viveram **aqui** durante anos.
- (4b) Viveram durante anos **aqui**.
- (4c) Viveram **sempre** aqui.

c) Ainda quanto à posição das PMs na frase, pode estabelecer-se com segurança que elas ocorrem predominantemente antes do verbo. Mas isto não quer dizer que a partícula surja necessária e imediatamente antes do predicado: entre o verbo e a partícula pode encontrar-se, para referir apenas alguns casos, ou um pronome pessoal (=SN pronominalizado), ou um pronome interrogativo, ou um pronome interrogativo e um pronome pessoal, ou um advérbio de tempo seguido de um advérbio de lugar, etc.. Muitos advérbios apresentam

uma maior mobilidade e podem ocupar, em relação ao predicado, mais que uma posição (cf. *b*) (*).

d) Intimamente relacionado com a predominante posição de anterioridade das PMs relativamente ao verbo está o facto de elas não só se encontrarem, nesse caso, absolutamente integradas na frase, mas também de estarem subordinadas ao acento da unidade acentual, de modo que podemos afirmar que nessas condições as partículas são proclíticas.

Claro que, consoante os enunciados, os advérbios podem ser acentuados, mesmo portadores do acento nuclear.

e) Em virtude do referido em *a*), as PMs não são interrogáveis. Por outras palavras: ao contrário dos advérbios, não podem constituir o escopo de uma interrogação parcial e, por isso, também não podem constituir, por si, a resposta a esse tipo de interrogação. Escopo da partícula é antes, sim, a frase inteira.

(5) (*Afinal* ele sabe o caminho.) => *x ele sabe o caminho?
— **Afinal*.

(6) (**Amanhã** chega o Zé.) => Quando (é que) chega o Zé?
— **Amanhã**.

f) As PMs diferem dos advérbios pela posição que a negação não ocupa em relação àquelas e a estes. Como à superfície a negação não antecede imediatamente o verbo, as partículas ocorrem sempre antes da negação. Não são susceptíveis de ser negadas.

Muitos advérbios, que, como já verificámos, gozam de maior mobilidade na frase e são empregados ou antes ou depois do verbo, podem ocorrer antes ou depois da negação.

(7) *Sempre* não saímos.

(8) **Amanhã** não vou ao cinema.

(8a) Não vou **amanhã** ao cinema.

g) As PMs não são susceptíveis de ser ligadas por meio de conjunção coordenativa. Os advérbios toleram essa operação, desde que os elementos a unir pela conjunção pertençam à mesma subclasse.

(9) *Sempre* e (mas, ou) *também* era fim de semana!

(10) **Mal** ou **bem** lá jogámos.

h) As PMs não admitem um pré-modificador (intensificador), ao passo que ele é possível junto de uma boa parte dos advérbios.

- (11) * O Benfica bastante *sempre* ganhou o campeonato?
- (12) Jogaram muito/bastante **bem**.
- (12a) Chegaram muito **tarde**.

2.2. Delimitação das partículas modais em relação aos advérbios de frase

a) Ao contrário das PMs, os advérbios de frase representam, à superfície, frases latentes na estrutura profunda. São, por conseguinte, pelo menos nalguns casos e em certas condições, susceptíveis de paráfrase, na qual os adjectivos que constituem a sua base morfológica são predicados de frase. Ex.:

- (13) A nave é **provavelmente** lançada amanhã. (= Adv. de frase) =>
É provável que a nave seja lançada amanhã.

b) Enquanto as PMs não podem por si sós constituir resposta a frases interrogativas totais, os advérbios de frase podem formá-la.

- (14) (O maquinista *afinal* reformou-se.) =>
O maquinista reformou-se? — **Afinal*.

- (15) Os piratas do ar renderam-se? — **Aparentemente**.

c) Dos exemplos apresentados em *b)* resulta que as PMs, ao invés dos advérbios de frase, não podem ocorrer isoladas com o valor de frase.

d) As PMs estão sujeitas a determinadas restrições de posição; os advérbios de frase podem ocorrer no início, no meio ou no fim da frase. Exs.:

- (16) **Felizmente** a tempestade não causou vítimas.
- (16a) A tempestade **felizmente** não causou vítimas.
- (16b) A tempestade não causou vítimas, **felizmente**.

e) As PMs são, embora de modo limitado, cumuláveis. Os advérbios de frase, pelo menos os da mesma subclasse, não o são.

(17) *Sempre lá* se resolveram.

(17a) *Afinal sempre* compraste o carro.

(18) ***Provavelmente** foram **evidentemente** varridos pelo mar.

f) Ao contrário das PMs, alguns advérbios de frase toleram ser ligados entre si por conjunções coordenativas ou por coordenação assindética.

(19) **Surpreendentemente**, mas **felizmente** todos saíram dali ilesos.

(19a) **Surpreendentemente**, **estranhamente** desataram a perseguir-nos.

g) As PMs não toleram intensificadores; alguns advérbios de frase admitem-nos.

(20) Muito **provavelmente** chegam hoje à tarde.

3. Modalidade

Uma das razões que coarctaram o interesse e travaram o desenvolvimento do estudo especializado das PMs encontra-se na prioridade que ao longo dos tempos os autores deram à função de representação da linguagem²⁹ ou função referencial, denotativa ou cognitiva, na terminologia de Jakobson³⁰. (Podemos eventualmente entender esse facto como sequela do peso da doutrina dos modistas e das gramáticas gerais e filosóficas, ou ainda como o resultado das directivas dos estilistas normativos). De facto, se as partículas em

²⁹ BÜHLER, K. — *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*, Stuttgart, G. Fischer Verlag, 1965 (1.ª ed., 1934), pp. 28-33.

³⁰ JAKOBSON, R. — *Concluding statement: Linguistics and Poetics*, in SEBEOK, Th. A. (ed.) — *Style in language*, Cambridge (Mass.), MIT Press, 1960, p. 353.

geral (e por isso também as modais) não eram consideradas como elementos portadores de significado, também não podiam reclamar no discurso qualquer direito de existência, tendo sido, em consequência, relegadas para segundo plano. Todavia, como até mesmo Jakobson sustentou, a função referencial da linguagem não é a única, sendo mesmo muito difícil encontrar mensagens verbais que preencham uma só função. Do ponto de vista das PMs, e porque elas se caracterizam pelo facto de com o seu auxílio o falante exprimir a sua atitude para com o enunciado, procurar (e obter) certos efeitos comunicativos e dar expressão a determinadas pressuposições (pragmáticas)³¹ em relação ao saber do ouvinte quanto a certo estado de coisas, exprimir as suas expectativas e emoções, etc., ganha pertinência a consideração das funções (se quisermos usar termos jakobsonianos) emotiva e conativa da linguagem³². Por outras palavras, as PMs são meios de expressão da atitude do falante e das suas intenções, postas em jogo durante a conversação, assinalam a sua reacção a actos verbais e/ou a actos não verbais anteriores e têm a ver com aquelas duas funções da linguagem. Sendo assim, como opina Bublitz³³, o termo «modalidade», desde que tomado em sentido suficientemente lato, compreende e pode ser usado para se referir tanto a essa tomada de posição do sujeito falante para com o que diz, como às suas intenções, enquanto reflectidas, aquela e estas, nas partículas empregadas emotivo-conativamente nos enunciados. No entanto, acrescenta o mesmo autor, como as PMs não são os únicos meios de expressão conativo-emotivos e os advérbios de frase também se prestam a esse fim, torna-se necessário distinguir os dois aspectos diferentes de modalidade com que estes e aquelas têm respectivamente a ver. É assim que usa 'modalidade cognitiva' para designar a atitude que o falante assume face ao enunciado, quando comenta o conteúdo de verdade da proposição e dá a conhecer se avalia, por exemplo a relação sujeito-predicado, como certa, pro-

³¹ Cf. STALNAKER, R. C. — *Pragmatics*, in DAVIDSON D.; HARMAN, G. (eds.) — *Semantics of natural language*, Dordrecht, D. Reidel Publ. Co., 1972, p. 387 e segs..

³² JAKOBSON, N. R. — *Op. cit.*, pp. 354 e 355.

³³ BUBLITZ, W. — *Ausdrucksweisen der Sprechereinstellung im Deutschen und Englischen. Untersuchung zur Syntax, Semantik und Pragmatik der deutschen Modalpartikeln und Vergewisserungsfragen und ihrer englischen Entsprechungen*, Tübingen, Niemeyer, pp. 6-9.

vável, possível, etc.. Entre o vários meios linguísticos para expressão desta modalidade encontram-se os advérbios de frase.

Mas, para além da modalidade cognitiva e ainda da que chama volitiva, Bublitz distingue um terceiro tipo: a modalidade emotiva. É que um sujeito falante usa a sua língua numa função modal não só quando emite um juízo sobre o valor de verdade de uma proposição (modalidade cognitiva) ou quando tem em vista a realização de um desejo (modalidade volitiva), mas também quando, numa situação comunicativa, exprime suposições, pontos de vista e atitudes relacionadas com o saber comum dos interlocutores, com as suas expectativas, as suas emoções, as relações sociais existentes entre si (modalidade emotiva).

Como se afirmou atrás, o emprego das PMs prende-se directamente com estes aspectos, com inferências e subentendidos, razão por que considero imprescindível entrar em linha de conta com a noção de modalidade assim entendida, não só para, por um lado, justificar a designação proposta para estas partículas, mas também para a constituir, na linguística portuguesa, num critério adicional de delimitação dessas unidades da língua, nomeadamente em relação aos advérbios de frase, e numa base para a sua definição.

4. Análise de três partículas modais em frases interrogativas

Com a apresentação de critérios sintácticos que me parecem convincentes e com o recurso à noção de modalidade tal como foi definida — num sentido pertinente para o esclarecimento das suas funções conversacionais — ter-se-á dado um passo no sentido da delimitação e da descrição das PMs portuguesas. Mesmo assim, e dado o âmbito limitado do presente trabalho, não se podem resolver muitos problemas com elas relacionados e ficam por responder várias questões, nomeadamente quanto ao conjunto das suas condições de emprego e à de se saber se uma determinada partícula assume apenas uma função específica ou se a cada uma se podem atribuir várias funções diversas e até que ponto é que o são. É que as PMs são em alto grau sensíveis à situação e ao contexto, podendo, por isso, a resposta a tais perguntas só ser dada face ao estudo pormenorizado da constelação conversacional em que respectivamente se encontrarem. Não obstante os relativamente reduzidos instrumentos analíticos empre-

gados, estudo, no que se segue, alguns aspectos das PMs *afinal*, *sempre* e *então*, aqui apenas em frases interrogativas, mas procurando mostrar que, embora podendo ocorrer em situações relativamente diversas, cada partícula parece ter, no fundo, uma função de base (de algum modo presente em eventuais nuances funcionais suas).

4.1. *Afinal*

Uma das características marcantes das PMs é que a sua função comunicativa não se pode descrever se forem tomadas independentemente do contexto em que ocorrem; por essa razão, parto sempre de um contexto situacional nas análises que se seguem. Deste modo, considere-se o que convencionalmente chamo 'contexto 1':

A gostava de fazer uma viagem de Inter-Rail pela Europa, mas desde o início conta com a falta de compreensão e de assentimento, enfim com a oposição do pai. **A** mantém o seu amigo **B** ao corrente destes factos. **B** compreende as aspirações de **A** e solidariza-se com ele. Algum tempo mais tarde, **A** e **B** tornam a encontrar-se e produz-se o seguinte diálogo:

- (21) **A**: Sabes? vou amanhã marcar a viagem e tirar o bilhete!
B: *Afinal* o teu pai deixa-te ir?

B reage ao acto de fala de **A** com uma pergunta que não se reporta ao seu conteúdo denotativo, mas antes a um subentendido³⁴, concebível como uma frase implícita, subordinada a esse enunciado, e que o ouvinte é capaz de reconhecer (ou pela qual pode concluir), em virtude designadamente do conhecimento que tem dos antecedentes³⁵ do acto de fala de **A**. Em face da posição que o pai de **A** assumira perante a pretensão do filho (recepção negativo), **A** convencera-se, e fizera **B** partilhar da convicção, de que **A** não teria autorização do pai para viajar. Com o enunciado reactivo (pergunta)

³⁴ Cf. DUCROT, O. — *Présupposés et sous-entendus*, in «Langue Française», 1969, 4, pp. 30-43.

³⁵ Cf. WUNDERLICH, D. — *Grundlagen der Linguistik*, Reinsbek, Rowohlt,, p. 309.

iniciado por *afinal*, **B** quer não tanto ou não só obter a confirmação de que, ao contrário do esperado, **A** pode fazer a viagem, mas também dá expressão à sua surpresa (e satisfação) resultante desse choque entre a sua presunção (até ao momento era válido para **B** que **A** não faria a viagem) e a nova informação (=tenho autorização) implícita no enunciado de **A**. A pergunta de **B** não é, pois, de modo nenhum uma mera pergunta para informação; marca disso é, à superfície, a PM *afinal*, com a qual **B**, além disso, indicia ou deixa em aberto que espera obter de **A** as razões ou uma explicação para o evoluir favorável do estado de coisas, ou seja, do processo de mudança de atitude do pai de **A**, ao contrário do que era inicialmente previsível.

Partamos agora de outro contexto (= 'contexto 2'):

A revelara (com certa jactância) a **C**, seu colega de trabalho, a intenção de **A** e **B** irem de férias para Espanha no dia x. Todavia, poucos dias após esse dia x, **C** encontra casualmente na sua rua **A** e **B**, e, em função da informação de que dispunha de, e sobre **A**, interroga:

(22) *Afinal* não foram a Espanha?.

C esperava que, em conformidade com a informação que lhe fora dada, **A** e **B** tivessem de facto ido para Espanha; mas constata, para seu espanto, que a sua expectativa se revela falsa ou foi iludida, razão por que faz a pergunta. Com ela, **C** (que pode não excluir certa ironia ou mesmo crítica face ao seu vaidoso colega) cria condições para que **A** e **B** sejam levados a apresentar uma justificação ou um esclarecimento.

De modo diferente do que verificámos no 'contexto 1', no 'contexto 2' a pergunta de **C**, com *afinal*, não se prende com um subentendido deduzível de qualquer acto de fala, imediatamente anterior, do interlocutor (não foi **A** que iniciou a interacção verbal), mas reporta-se à própria situação ou ao quadro perceptivo, do qual facilmente conclui: «contra o que eu esperava, vocês estão cá». Quer dizer, o que acaba de ver não é congruente com as indicações que tinha em sua posse, que lhe tinham sido fornecidas e faziam parte do conhecimento comum dos interlocutores e eram anteriores ao momento actual da enunciação. É por isso que, nesta segunda situação, o diálogo em si tem o ponto de partida justamente na pergunta introduzida por *afinal*. Em ambos os casos trata-se de per-

guntas que não têm normalmente como resposta um simples «(sim), deixa» e «não, (não fomos)», respectivamente. Se isso sucedesse, o interlocutor tinha introduzido na resposta a marca de que não estava disposto a cooperar na interacção e que esta não ia ter continuidade. Em relação ao 'contexto 1', não é possível admitir essa hipótese, tanto mais que foi justamente **A** quem iniciou/teve interesse em iniciar a conversação; no 'contexto 2', os interlocutores têm toda a possibilidade de considerar errado ou precipitado, e, por isso, o direito de recusar/cancelar o subentendido de **C**, mas mesmo assim este espera da parte deles uma satisfação à sua pergunta.

Embora aparentemente semelhante ao anterior, por ocorrer no início do diálogo, o enunciado (23) prende-se com uma situação diferente, especialmente em comparação com a primeira apresentada:

(23) *Afinal* o que é que vem a ser isto aqui?

é a pergunta indignada de alguém que, nunca tendo talvez admitido que isso alguma vez viesse ou pudesse acontecer, chega ao seu quintal e surpreende um estranho que tinha transposto o muro de vedação e colhia fruta.

Parece evidente que a intenção do falante é a de censurar ou reprovar a violação de propriedade e o furto que está a consumir-se. Mas como se articula *afinal* com o efeito que pretende atingir o falante que, aliás, faz acompanhar tal enunciado de uma entoação específica? Em termos de propriedades conversacionais não se pode dizer que esta partícula se refira aqui a qualquer facto, processo, situação de comunicação ou acto de fala anterior; se se pode falar em relação, esta estabelece-se, sim, com um estado de coisas acabado de presenciar no momento. É este estado de coisas, a situação actual que constitui o motivo do enunciado. Por isso também não há lugar para se admitir a existência de uma polaridade entre uma situação ou uma expectativa anterior e o estado de coisas actual. É também este que explica o uso de elementos dísticos que têm directamente a ver com o tempo e com o espaço perceptivo do locutor e do alocutário. O falante, que já não pode evitar pelo menos uma parte do processo em curso, procura, no entanto, dominá-lo a partir de agora, exigindo do interlocutor uma decisiva clarificação para o que se lhe deparou e, sobretudo, a interrupção imediata daquela actividade ilícita.

4.2. **Sempre**

Tomemos agora para análise o seguinte diálogo:

- (24) **A:** Sabes? vou amanhã marcar a viagem e tirar o bilhete!
B: O teu pai *sempre* te deixa ir?.

Mantive intencionalmente uma situação apenas próxima da descrita para *afinal* ('contexto 1'). O objectivo é, obviamente, estudar esta nova situação, mas também poder compará-la com a anterior e registar as diferenças entre ambas, porque as há. Que efeito comunicativo procura **B** com o emprego de *sempre*?

B sabia de **A** como **A** gostava de fazer uma viagem pela Europa, utilizando uma modalidade de transporte relativamente económica. **B** sabia, além disso, que o pai de **A**, embora nunca tendo frontalmente proibido o filho de fazer a viagem, mantinha desde o início uma atitude dúbia, indefinida quanto a conceder-lhe ou não autorização. Assim sendo, **A** (como **B**) tem razões para, apesar de tudo, acalentar esperanças. Quando **A**, agora, anuncia a **B** que vai marcar a viagem e tirar o bilhete, **B**, que conhece os antecedentes desse acto de fala, conclui dele que **A** tem autorização para a viagem, que o pai de **A** acabou por dar a sua equiescência. Com a pergunta contendo a PM *sempre*, **B** tem em vista confirmar ou certificar-se de se, de facto, deixou (como desejara ou admitira por solidariedade, e como sabe que **A** desejara ou admitira) de persistir a dúvida — e o obstáculo — anteriormente existente quanto à concessão de autorização por parte do pai de **A** para a viagem deste. *Sempre* é simultaneamente um sinal de que **B** não excluirá que **A** lhe dê uma explicação das razões para o novo estado de coisas.

Um confronto da função comunicativa de *afinal* e de *sempre* nestes enunciados reactivos revela que *afinal*, em (21) e (22), tem a ver com a expressão de surpresa, resultante da discrepância entre uma suposição ou uma expectativa por parte do locutor e um (novo) estado de coisas que vem desmentir ou contrariar aquela suposição ou expectativa, ao passo que com *sempre* o falante exprime, antes de mais, o seu desejo de confirmação, por parte do ouvinte, da sua expectativa ou das hipóteses previamente, se não admitidas explicitamente, pelo menos não excluídas — pelo seu interlocutor e, solidariamente, também por si próprio.

Um diálogo pode igualmente ser iniciado por uma frase interrogativa, tendo na primeira posição a partícula *sempre*. Nesse caso, *sempre* refere-se a actos verbais ou não, anteriores à (situação de) enunciação. Se alguém me pergunta:

(25) *Sempre* encontraste as chaves?,

é porque soubera previamente de mim (ou de outrem) que eu perdera certas chaves — e que iria à procura delas, obviamente com o intuito de as encontrar. Por meio de *sempre*, o falante exprime não só a sua simpatia e o seu interesse para comigo e para com a minha causa, como revela sobretudo também o seu desejo de confirmar (saber de mim se se confirma) se encontrei as chaves. Entre duas alternativas possíveis, entre o encontrar e o não encontrar, o falante inclina-se positivamente a favor da primeira, como que antecipando ou projectando a sua na minha esperança (que ele sabe que não abandonei) de encontrar as chaves.

Se a pergunta tivesse sido:

(26) *Afinal* encontraste as chaves?,

é porque o falante sabia que o seu interlocutor tinha admitido ser difícil, ou que tinha abandonado todas as esperanças de as encontrar. Apesar disso, pergunta, quer averiguar se, contrariamente ao que o seu interlocutor admitira, as chaves foram encontradas. A mesma pergunta é possível num contexto um pouco diferente. Aí, o próprio falante pode ter partido do princípio de que era difícil ou improvável encontrar as chaves; e, quando agora as vê na mão do seu interlocutor e o interroga, não faz outra coisa senão dar expressão à sua surpresa por ter sucedido o contrário do que tinha suposto. Ao mesmo tempo, dá a entender que espera que o ouvinte lhe conte o que teve de fazer para as encontrar ou como foi que chegou até elas.

4.3. Então

A PM *então* parece-me ter-se especializado para sobretudo exprimir o interesse, por parte de quem interroga, pela resposta à pergunta. Verifiquemos se assim é com base na situação seguinte:

Certa pessoa (**A**) chega a uma casa particular em dado lugar e, com o intuito de aí se hospedar temporariamente, pergunta se há quartos para alugar. A hospedeira, **B**, mostra-lhe os aposentos (que não estavam ainda preparados para receber hóspedes) e recomenda-lhe determinado quarto. **A** vai entretanto ouvindo as explicações e comentários de **B**, sem tomar nenhuma decisão ou emitir qualquer juízo, como **B** teria esperado. **A** pergunta:

(27) «*Então* gosta deste quarto?»³⁶,

feita neste contexto pela hospedeira, visa claramente provocar uma resposta. **B** parte de que **A** tem uma opinião sobre o quarto; por isso, com a pergunta pretende saber, e mostrar o seu interesse em saber, essa opinião de **A** sobre (se lhe agradam) as instalações — aquelas que **B** se empenhou em recomendar-lhe. A pergunta entende-se também como tentativa de retomar o assunto, de pôr fim à ausência de participação activa de **A** no diálogo, **A** a pronunciar-se sobre a questão que no momento mais interessa a **B**.

Diferentemente do que aconteceria com o emprego, respectivamente, de *afinal* e de *sempre*, o falante *a*) não pressupõe, pois, no seu enunciado, que o interlocutor tivesse, por qualquer razão, uma posição negativa ou desfavorável quanto ao quarto (e que seria desmentida por uma resposta afirmativa à pergunta), nem *b*) parte do princípio de que (talvez) goste, para, logo a seguir, com a pergunta iniciada por *sempre*, procurar certificar-se, junto do ouvinte, de se a sua expectativa se confirma.

Uma pergunta como:

(28) *Então* como foram essas férias?,

dirigida na rua por um amigo a outro, é feita na pressuposição de que o alocutário teve férias e que tem uma opinião sobre elas, sendo essa opinião que o locutor tem interesse em saber: por meio da *PM então*, que tem o seu quê de fático, o falante interfere e influencia o ouvinte no sentido de o levar a satisfazer de bom grado a sua curiosidade.

³⁶ GONÇALVES, O. — *A floresta em Bremerhaven*, Amadora, Bertrand, 1980, p. 15.

5. Conclusão

As unidades da língua portuguesa designadas neste estudo por partículas modais são elementos que têm habitualmente sido classificados pelas gramáticas e pelos dicionários do português como se fossem advérbios, sendo certo que em alguns autores dado número deles (ou homónimos seus) passou a integrar o grupo diferenciado das «palavras ou partículas de realce» ou constituiu mesmo um conjunto à parte para ser estudado de modo mais especificado. Estes procedimentos derivam, por um lado, do facto de os autores, na sequência da tradição greco-latina, terem adoptado e dado grande peso aos critérios morfológicos na classificação das palavras, mas prendem-se também, por outro lado, com a intuição (que tiveram) de que a classificação originária já não se coaduna com as funções que lhes têm vindo sucessivamente a descobrir.

Mediante o recurso a uma análise sintáctico-distribucional e ao emprego de um instrumental mais adequado, o trabalho apresentado procurou demonstrar que é possível evitar confusões classificatórias e fazer uma distinção segura entre os lexemas agora descritos como PMs e os advérbios e advérbios de frase. A combinação daqueles critérios formais com a noção de modalidade emotiva — o que não esgota de modo nenhum os recursos analíticos — permitiu, mesmo assim, descobrir como operam as PMs e que funções desempenham. A análise dos empregos de *afinal*, *sempre* e *então* em enunciados interrogativos, nas situações respectivamente descritas, revelou que as PMs têm a ver, entre outras coisas, com subentendidos e pressuposições pragmáticas do falante e com as suas expectativas e que, além disso, desempenham uma função anafórica ou, se se quiser, de relação entre um acto de fala ou uma situação anterior (ou não imediatamente anterior) ao acto de fala em que respectivamente ocorrem — o que faz delas uma espécie de conectivos conversacionais.

António Franco

STRUCTURES ET VOCABULAIRE EN 4^e PRIMAIRES PORTUGAISES ET FRANÇAISES

COMPARAISON DE RÉCITS ORAUX ET ÉCRITS DANS CHAQUE LANGUE

Historique

«Extension et approfondissement des bilans de langage européens» concernait les récits effectués par des élèves de 4^e primaire dans différentes villes européennes et dans des classes de l'enseignement public que les directeurs avaient aimablement mises à notre disposition¹.

Cette recherche sur le langage nous paraissait et nous paraît très importante dans le cadre de la mise en place de la CEE en 1992.

¹ Voir GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Proposition pour un bilan international de langage*, in «Speech-Language-Hearing», II, 1981, pp. 289-294; *Premiers pas pour un bilan international de langage*, in «Rééd. Orth.», 122, 1981, pp. 521-525; GIROLAMI-BOULINIER, A.; LUX, F.; PINTO, M. da Graça; VOISEUX, F. — *Bilans de langage européens*, in «Folia Phoniatica», 39, 5, 1987, pp. 242-249; GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Extension et approfondissement des bilans de langage européens*, in «Eidolon», Les enfants de Babel, Univ. Bordeaux III, 34, 1988, pp. 409-434; *Estensione ed approfondimento dei bilanci europei sul linguaggio*, in «Pedagogia Clinica», Genova, 5, 1988, pp. 3-8; GIROLAMI-BOULINIER, A.; PINTO, M. da Graça — *Extension et approfondissement des bilans de langage européens*, in «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Porto, II Série, Vol. V — Tomo 1, 1988, pp. 157-171; GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Langages comparés entre enfants portugais, castillans, catalans... et français*, in «Comm. et Langages», 79, 1989, pp. 4-17; GIROLAMI-BOULINIER, A.; PINTO, M. da Graça — *Comparaison de bilans de langage en portugais, castillan, catalan*, in «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Porto, II Série, Vol. VI, 1989, pp. 263-273; PINTO, M. da Graça; GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Comparación de evaluaciones del lenguaje en portugués, español y catalán*, in «Revista de Logopedia, Foniatria y Audiología», Vol. IX, 3, 1989, pp. 147-154.

De plus, si nous avons choisi les récits réalisés en 4^e primaire, c'est qu'il s'agit d'une classe difficile, la rapidité étant exigée à ce niveau. Ainsi ont été étudiés, à Paris, Londres, Munich, Turin, Barcelone et Porto, les récits oraux et écrits de 60 enfants dans chaque ville.

Soit 1680 récits réalisés en français, anglais, allemand, italien, castillan, catalan et portugais. Nous n'avons aucunement cherché à faire de statistiques du point de vue des langues considérées, mais, dans les villes où nous avons prospecté, l'échantillon était regardé comme représentatif.

Rappel des épreuves utilisées

Il s'agit des deux histoires proposées chaque fois et racontées individuellement par les enfants à l'oral, puis à l'écrit, sans aucune intervention du testeur, qui dit seulement «raconte» (voir images en annexe).

- 1ère histoire: Un homme prend un verre, assis devant une table.
La pluie se met à tomber.
L'homme reste un moment sous la pluie.
Puis il s'en va en prenant la table comme parapluie.
- 2ème histoire: Un homme essaie de fermer une caisse trop pleine.
Quand il cloue d'un côté, l'autre côté se relève.
Alors il met une pierre comme contrepoids.
Mais, quand il tape, il reçoit la pierre sur la tête.

Comparaison entre les récits obtenus dans les différents pays

Pour l'ensemble des récits, nous avons analysé la compréhension générale et la compréhension-évocation des détails, puis l'expression avec le nombre de mots utilisés par chaque enfant, les structures syntaxiques et syntagmatiques, le vocabulaire employé, enfin les particularités qu'il nous a paru intéressant de mettre en valeur, puisque ce sont elles qu'il faudra aborder dans l'apprentissage d'une langue, pour éviter des confusions qui risquent de se manifester².

² Voir GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Compréhension et expression chez l'enfant et l'adolescent à partir de deux épreuves de langage oral et écrit*, in «Revue de Laryngologie, Otologie, Rhinologie», Bordeaux, 7-8, 1979, pp. 419-447; *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Paris, Masson, 1984, 254 p.; PINTO, M. da Graça Lisboa Castro — *Primeiros contri-*

Ici à titre d'exemple nous allons présenter les modes d'expression utilisés dans les récits portugais et français de 4^e primaire, mais on conçoit quelle source inépuisable de recherches instructives et utiles existe dans les comparaisons que nous pouvons réaliser sur nos corpus, d'abord au même niveau, puis aux différents niveaux.

Le nombre de mots employés dans les récits portugais et français

La moyenne du nombre de mots est respectivement en langage oral et écrit de 87 et 77 mots en portugais et 90 et 81 mots en français, ce qui est très voisin, avec la diminution parallèle de l'oral à l'écrit.

La moyenne du nombre de structures est respectivement en langage oral et écrit de 12 et 11 structures en portugais et de 11 et 10,5 structures en français, si bien que le nombre de mots par structures est à l'oral comme à l'écrit de 7 mots en portugais et 8 mots en français.

Les structures portugaises et françaises

La répartition des structures syntaxiques est voisine dans les deux langues avec cependant une proportion moindre de phrases constituées à l'oral français rattrapée amplement à l'écrit.

On constate une proportion très importante de phrases constituées par rapport aux impersonnels, présentatifs et syntagmes.

Ex. de phrases constituées (sujet + verbe, avec compléments éventuels ou attributs du sujet = SV):

— français: *et la pierre lui sauta à la figure*

— portugais: *um senhor estava a beber água*

butos para um estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita, in «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Porto, II Série, Vol. II, 1985, pp. 251-275; Estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita, in «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Porto, II Série, Vol. III, 1986, pp. 231-242.

Ex. d'impersonnels, présentatifs et syntagmes (il, ce N):

- portugais: *e começou a cair chuva*
- français: *c'est un monsieur qui cloue une planche
un monsieur qui est dans un bar*

	portugais		français	
	SV	il ce N	SV	il ce N
LO	86%	14%	81,5%	18,5%
LE	85%	15%	86,5%	13,5%

Par contre, dans les groupes syntagmatiques (groupes-noms, groupes-pronoms, groupes-verbes se rapportant au verbe-noyau de la structure = gn, gp, gv), la proportion des groupes-verbes est beaucoup plus importante en portugais, ce qui dénote une richesse d'expression, tandis que celle des groupes-pronoms est plus importante en français, ce qui est normal, étant donné les omissions du pronom sujet habituelles en portugais.

	portugais			français		
	gn	gp	gv	gn	gp	gv
LO	63%	13%	24%	50,5%	34,5%	15%
LE	62,5%	13%	24,5%	58,5%	23,5%	18%

Ex. portugais: *pegou na mesa (gn) para fazer de guarda-chuva (gv)*

Ex. français: *quand il tapait (gv) la pierre (gn) a sauté sur sa tête (gn)*

Le vocabulaire

Nous avons voulu étudier le vocabulaire utilisé et nous avons séparé les mots contenus dans les récits entre:

- *mots lexicaux*

(noms, verbes, adjectifs,
adverbes formant un terme de la structure)

STRUCTURES ET VOCABULAIRE EN 4^e PRIMAIRES

— mots grammaticaux

(déterminants, pronoms et adjectifs grammaticaux, prépositions et subordonnants, adverbes modifiant un terme de la structure, charnières servant de liaison entre 2 structures, voire entre 2 termes d'une structure, auxquels nous ajoutons quelques mots, en particulier des verbes constamment employés et faisant le plus souvent fonction d'auxiliaires ou de semi-auxiliaires).

Nous avons alors pu recenser les mots lexicaux contenus dans les récits:

38% du total des mots à l'oral et 39,5% à l'écrit en portugais et 32% à l'oral et 35,5% à l'écrit en français, en comptant les répétitions.

Mais nous avons trouvé plus intéressant d'étudier le rapport des lexicaux différents sur le total des mots utilisés par chaque enfant, ce qui constitue leur *Richesse lexicale* (R1).

Cette richesse lexicale est en moyenne de 28% et 29% à l'oral et à l'écrit en portugais et de 24,5% et 28% en français.

La répartition approximative par individu se présente en moyenne comme suit: entre noms, verbes, adjectifs, adverbes, avec 24 et 22 mots lexicaux différents en portugais et 22 mots lexicaux différents en français, à l'oral et à l'écrit.

	lexicaux différents portugais					lexicaux différents français				
	tot.	n	v	adj	adv	tot.	n	v	adj	adv
LO	24	11	10	1,5	1,5	22	11	9	1	1
LE	22	10,5	9,5	1	1	22	11	9	1	1
	tot.	n	v	adj	adv	tot.	n	v	adj	adv
LO	100%	47%	40,5%	5,5%	7%	100%	49%	40,5%	4%	6,5%
LE	100%	47,5%	42,5%	5%	5%	100%	47,5%	41,5%	5%	6%

Nous relevons des proportions tout à fait comparables, avec un peu plus de noms que de verbes pour les deux populations et une très faible proportion d'adjectifs et d'adverbes à ce niveau.

Parmi ces mots, certains sont utilisés par presque tous les enfants (*table* et *pierre* en français, *mesa* et *pedra* en portugais). Dans cette optique, 14 mots en français et 15 mots en portugais sont employés par 50% des individus ou davantage. Ils constituent un ensemble de mots, qui pourraient être appelés *mots-thèmes*, car ils soutiennent la trame du récit:

mots-thèmes français — 9 noms	}	monsieur, verre, table, parapluie, caisse, clou, côté, pierre, tête
— 5 verbes		boire, pleuvoir, taper, mettre, tomber (mettre servant dans les deux récits)
mots-thèmes portugais — 8 noms	}	senhor, copo, mesa, guarda-chuva, caixa, lado, pedra, cabeça
— 7 verbes		beber, começar, chover, pegar, martelar, preparar, pôr

En somme ce sont les mots attendus et certains récits ne contiennent à peu près qu'eux, à part les mots grammaticaux et assimilés.

Exemples:

LO 13 français: *monsieur, bar, verre, table, parapluie*
côté, pierre, tête, bois, ici
pleuvoir, frapper, ouvrir, mettre, taper, tomber

LO 4 portugais: *senhor, refresco, copo, mesa, guarda-chuva,*
caixa, pedra, lado, cabeça
beber, começar, chover, esvaziar, martelar, pôr
de repente, em cima

Mais il existe toute une série de mots adaptés qui ne font pas partie de ces mots-thèmes et dont la présence constitue une sorte de *Recherche lexicale* (R2).

Avec Françoise Lefèvre, nous avons étudié cette recherche lexicale à tous les niveaux³ et pour la 4^e primaire française cette

³ GIROLAMI-BOULINIER, A.; LEFEVRE, F. — *Richesse lexicale et recherche lexicale*, in «Rééd. Orth.», 139, 1984, pp. 427-436.

STRUCTURES ET VOCABULAIRE EN 4^e PRIMAIRES

Recherche est de 13% à l'oral et de 15% à l'écrit. En portugais elle se situe à 14,5% à l'oral et 16% à l'écrit, ce qui est légèrement supérieur.

Tous ces travaux permettent de situer le niveau de vocabulaire d'un enfant vis-à-vis des moyennes obtenues dans la langue considérée: rapport des lexicaux différents sur le total des mots utilisés dans les récits, c'est-à-dire richesse lexicale, et rapport des mots adaptés différents sur le total des mots, c'est-à-dire recherche lexicale.

Principales moyennes constatées dans les récits oraux et écrits

catégories	récits portugais	récits français
mots	87 et 77	90 et 81
phrases constituées	86% et 85%	81,5% et 86,5%
groupes-verbes	24% et 24,5%	15% et 18%
lexicaux différents	24 et 22	22 et 22
richesse lexicale	28% et 29%	24,5% et 28%
recherche lexicale	14,5% et 16%	13% et 15%

N.B. — Nous n'avons pas voulu insister sur l'indice de redondance du vocabulaire lexical, puisqu'il ne s'agit que de répétitions des mêmes mots lexicaux. Normalement il ne devrait y avoir que peu de répétitions et l'indice devrait donc être proche de 100% = 1.

A titre de renseignement il est en moyenne à l'oral et à l'écrit de 77% et 78,5% en français et 72,5% et 74% en portugais, donc un peu moins bon à Porto.

Dictionnaire des mots lexicaux utilisés

Il nous paraît maintenant important, compte tenu de tous les constats précédents, de pouvoir constituer un «dictionnaire» des mots lexicaux utilisés dans les récits pour chaque population.

On voit l'intérêt de pratiquer une telle recherche par langue à un même niveau, puis en montant de classe en classe, puisqu'ainsi peut s'étudier comment s'enrichit le vocabulaire peu à peu.

Nous recensons dans les corpus de 4^e primaire 276 mots lexicaux en portugais et 318 mots en français. Le dictionnaire ainsi composé est donc beaucoup plus abondant en français qu'en portugais.

Ces mots lexicaux sont distribués comme suit entre noms, verbes, adjectifs, adverbes:

mots lexicaux portugais					mots lexicaux français				
tot.	n	v	adj	adv	tot.	n	v	adj	adv
276	109	86	49	32	318	113	139	33	33
100%	39,5%	31%	18%	11,5%	100%	35,5%	43,5%	10,5%	10,5%

On constate une plus grande quantité de verbes français (139 c/ 86 en portugais).

De plus ces verbes français forment 43,5% de l'ensemble du dictionnaire français ainsi établi pour l'écrit, tandis que les proportions des mots lexicaux du dictionnaire portugais diminuent progressivement des noms aux adverbes.

Si nous considérons séparément langage oral et écrit, nous obtenons:

LO portugais	234 mots	LO français	238 mots
LE »	232 mots	LE »	267 mots

C'est donc à l'écrit que la richesse du vocabulaire s'est accrue en français par rapport au portugais.

Ces mots lexicaux sont distribués cette fois, toujours entre noms, verbes, adjectifs, adverbes, de la manière suivante:

	mots lexicaux portugais					mots lexicaux français				
	tot.	n	v	adj	adv	tot.	n	v	adj	adv
LO	234	93	76	39	26	238	88	107	18	25
LE	232	101	74	38	19	267	97	117	27	26
	tot.	n	v	adj	adv	tot.	n	v	adj	adv
LO	100%	40%	32,5%	16,5%	11%	100%	37%	45%	7,5%	10,5%
LE	100%	43,5%	32%	16,5%	8%	100%	36%	44%	10%	10%

Nous remarquons une quantité assez voisine de noms à l'oral comme à l'écrit (93 et 101 en portugais c/ 88 et 97 en français, donc un peu moins chez ces derniers), un peu plus d'adjectifs en

portugais, mais beaucoup moins de verbes (76 et 74 en portugais c/ 107 et 117 verbes en français).

Dictionnaire des mots lexicaux utilisés

276 mots lexicaux portugais		318 mots lexicaux français	
LO: 234 mots	LE: 232 mots	LO: 238 mots	LE: 267 mots
LO: 76 verbes	LE: 74 verbes	LO: 107 verbes	LE: 117 verbes
93 noms	101 noms	88 noms	97 noms
39 adj	38 adj	18 adj	27 adj
26 adv	19 adv	25 adv	26 adv

Il sera intéressant de mener l'analyse plus en profondeur en tenant compte des synonymies et des analogies, des préfixes rattachés à un même verbe et des différents apports sémantiques qui peuvent être constatés.

De plus, pour la langue française, nous avons pensé utile d'étudier la répartition de ces mots par rapport au dictionnaire fondamental et nous souhaitons pouvoir le faire en portugais, quand la liste des fréquences nous sera communiquée.

En français nous avons relevé	LO	LE
fondamental 1er degré	60% = 142 mots	53,5% = 142 mots
fondamental 2 ^e degré	24% = 57 mots	26,5% = 71 mots
3 ^e degré	16% = 39 mots	20,5% = 54 mots

Ainsi le vocabulaire s'avèrerait plus soigné à l'écrit, puisque les proportions des mots du 2^e degré et au-dessus augmentent de l'oral à l'écrit et illustreraient un soin particulier par rapport à cet écrit.

Conclusion

Nous avons pu successivement comparer l'utilisation des structures et des mots lexicaux dans des récits portugais et français de 4^e primaire, en étudiant tout particulièrement la richesse lexicale, puis la recherche lexicale. Et nous pouvons analyser les résultats d'un individu donné par rapport aux moyennes ainsi établies, ce qui participe à l'évaluation de son niveau de langage.

De plus il nous a semblé utile de composer un «dictionnaire» des mots lexicaux employés, que nous allons réaliser peu à peu pour les récits catalans, italiens, allemands, anglais à ce même niveau, en attendant de la réaliser de classe en classe si possible avant 1992.

Ainsi nous avons recensé:

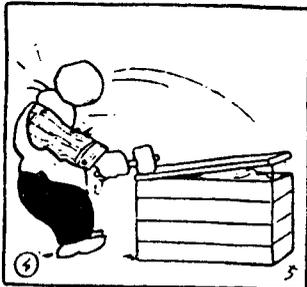
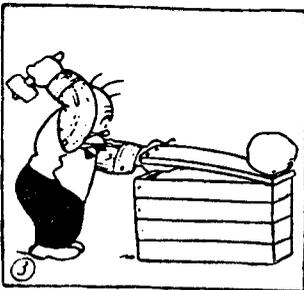
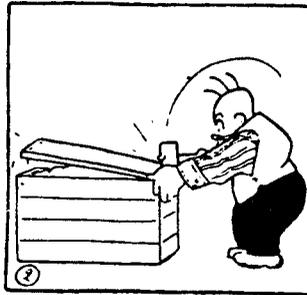
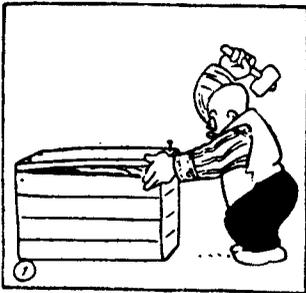
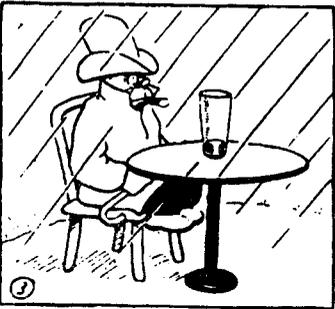
- d'une part les structures employées dans chaque langue pour pouvoir les mettre en parallèle pour un individu ou pour un groupe,
- d'autre part le vocabulaire de chaque langue pour pouvoir mettre en place progressivement un vocabulaire donné au sein des structures auxquelles doit être familiarisé l'apprenant.

Parallèlement une étude des principaux mots grammaticaux devra être entreprise pour pouvoir introduire correctement les mots lexicaux dans les phrases.

Il semble important de participer à la mise en correspondance des langues européennes dans l'Europe de 1992.

Andrée Girolami-Boulinier

M. da Graça Pinto



NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

QUEM FOI O AUTOR DE «A COMPLEAT ACCOUNT»?

0. Introdução

A investigação académica relacionada com o ensino das línguas vivas estrangeiras caracteriza-se actualmente por uma grande vivacidade que se manifesta no constante surgimento de novas propostas, na publicação de inúmeros livros e revistas, na realização de seminários, congressos e conferências, tanto a nível nacional como internacional. A grande preocupação é a busca de soluções que atenuem a conhecida frustração de docentes e aprendentes de línguas estrangeiras, insatisfeitos com os resultados da actividade de ensino e aprendizagem. Tal insatisfação não é fenómeno novo: tem sido sentido geração após geração e, em todas as épocas, tem sempre surgido alguém com novas ideias, às vezes apregoando autênticas panaceias, com vista ao encontro de soluções. Apesar dos claros progressos que se têm registado, em cada nova geração, a frustração existe ainda, justificando e estimulando uma sequência de novas tentativas.

No entanto, essa actividade tem-se desenrolado sem que, na generalidade dos casos, se tenha prestado a devida atenção à história do ensino das línguas, isto é, sem se atentar, como convém, na forma como os métodos e as atitudes didácticas e linguísticas evoluíram ao longo dos muitos séculos que a referida história¹ já abrange e que, em certa medida, justifica e serve de base àquilo que agora se vai fazendo. Tal omissão está na origem de alguma confusão, conforme, muito judiciosamente, nos recorda L. G. Kelly:

«Nobody really knows what is new or what is old in present-day language teaching procedures. There has been a vague feeling that modern experts have spent their time in discovering what other men have forgotten; but as most of the key documents are in Latin, moderns find it difficult to go to original sources. In any case, much that is being claimed as revolutionary in this century is merely a rethinking and renaming of early ideas and procedures»².

Embora tenham já decorrido duas décadas sobre a data em que Kelly publicou estas afirmações, elas continuam plenas de actualidade. E é, sem

¹ Segundo KELLY, Louis G. — *25 Centuries of Language Teaching: 500 BC 1969*, Rowley, Massachusetts, Newbury House Publishers (Second printing), 1969, o ensino das línguas estrangeiras já conta com vinte e cinco séculos de existência.

² *Ob. cit.*, p. IX.

dúvida, em consequência do desconhecimento da história do ensino das línguas que alguma da terminologia e das propostas lançadas pelos didacticistas tidos como inovadores nas duas últimas décadas, por exemplo, têm sido divulgadas e aceites como novidades. Mas para aqueles, poucos, que, de uma forma ou de outra, se têm debruçado sobre essa história, tais propostas acabam por ter um sabor a requentado. Poderíamos ilustrar esta afirmação, fazendo referência à 'abordagem natural' ('the Natural Approach'), ligada ao nome de didacticistas norte-americanos, nomeadamente ao de Stephen Krashen³.

Para quem a analisar com cuidado, a 'abordagem natural' assemelha-se em muito (salvadas as diferenças impostas por um século de separação e, especialmente, pelos recursos tecnológicos à disposição do professor moderno) ao Método Natural de finais do século XIX⁴. Outro tanto se poderia dizer sobre o ensino das 'funções de linguagem', um termo de grande popularidade nos domínios da moderna abordagem comunicativa, que surgia com outras designações (ou mesmo sem qualquer designação específica) em quase todas as velhas gramáticas publicadas ao longo de todo o século XVIII e até meados do século XIX⁵. Sem pretendermos com isto dar a entender que nada de genuinamente inovador exista nas modernas metodologias aplicadas ao ensino das línguas estrangeiras, não nos restam dúvidas de que seria de grande utilidade proceder-se a um estudo cuidado dos métodos do passado. Tal estudo acabaria, com toda a certeza, por fornecer conclusões (talvez surpreendentes) confirmativas do que Kelly diz na citação que apresentámos acima. E, se tal acontecesse, poder-se-iam poupar muitos dos esforços que actualmente se vêm fazendo na procura de soluções inéditas que, bem vistas as coisas, já foram esquecidas após existência mais ou menos duradoura noutros períodos da história da educação.

³ KRASHEN, Stephen D.; TERRELL, Tracy D. — *The Natural Approach: Language Acquisition in the Classroom*, Oxford / San Francisco, Pergamon Press / Alemany Press, 1983.

⁴ Dois nomes, entre outros, andam ligados a este método: o do alemão Gottlieb Henes, autor de *Der Leitfaden für den Unterricht in der deutschen Sprache ohne Sprachlehre und Wörterbuch*, e que, nos Estados Unidos, por volta de 1886 «had started a school for teaching languages by a «natural method» (cf. MACKEY, William Francis — *Language Teaching Analysis*, Longmans, 1969 (third impression), p. 143); e o de M. D. Berlitz, fundador de uma grande organização internacional designada por *Berlitz Schools of Languages*, algumas das quais ainda hoje existentes.

Sobre o Método Natural, suas características e nomes a ele ligados cf. HOWATT, A. P. R. — *A History of English Language Teaching*, O. U. P., 198-200; CHAGAS, Valmir — *Didáctica Especial das Línguas Modernas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1954, pp. 35-38; e CLOSSET, François — *Didactique des Langues Vivantes*, Bruxelles, Marcel Didier, 1949, p. 15. Ver igualmente BERLITZ, M. D. — *The Berlitz Method. Illustrated Edition for Children*, Paris, The Berlitz School, 1921, pp. 3-6.

⁵ Era com o óbvio propósito de fornecer aos 'curiosos' (era este o termo utilizado pelos gramáticos de então para se referirem aos estudiosos das línguas estrangeiras) enunciados úteis para a comunicação pragmática que CASTRO, Jacob — *Grammatica Lusitano-Anglica, ou Portugueza, e Ingleza, a qual serve para instruir aos Portuguezes no Idioma Inglez*, Lisboa, na Offic. de Manoel Coelho Amado, 1777, por exemplo, apresentava as suas 'frases familiares', em que se incluíam, entre muitas outras, «expressões de carinho» (p. 194), «Para agradecer, e cumprimentar, ou mostrar benignidade» (p. 195). «Para afirmar, negar, consentir» (p. 197) etc.. Ressalvadas as devidas diferenças, na essência, há muito de comum entre isto e, por exemplo, *The Threshold Level*.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

É o reconhecimento desta utilidade que tem levado alguns estudiosos a dedicarem tempo e trabalho à pesquisa de materiais antigos. Os resultados vêm sendo postos à nossa disposição e, se outro interesse não tiverem, constituem leitura de grande curiosidade⁶.

1. A investigação em Portugal

Em Portugal, até à data, muito pouco se tem feito neste domínio de uma forma sistemática. Mas tem havido alguns estudos isolados, à volta de obras ou temas, que nos fornecem já interessantes indicações sobre o alcance que poderá ter um projecto de investigação de maior invergadura⁷.

Luiz Cardim foi quem entre nós primeiro se sentiu atraído pelo assunto, embora com interesses que não tinham relação directa com a didáctica das línguas. Em bibliotecas nacionais e estrangeiras, procurou gramáticas antigas de inglês para portugueses e de português para ingleses, dando-nos conta das suas descobertas no artigo que publicou em 1923 e que mais tarde voltou a publicar com algumas alterações⁸. Entre as obras de que trata o probó

⁶ Estão neste caso os estudos de AISTON, R. C. (ed.) — *A Bibliography of the English Language from the Invention of Printing to the Year 1800*, Corrected reprint of Vols. I-X, Ilkley, Janus Press, 1974; ALSTON, R. C. — *Polyglot Dictionaries and Grammars; Treatises on English written for Speakers of French, German, Dutch, Danish, Swedish, Portuguese, Spanish, Italian, Hungarian, Persian, Bengali and Russian*, in «Bibliography of the English Language from the Invention of Printing to the Year 1800», Vol. II, Bradford Ernest Cummins; do próprio KELLY — *ob. cit.*, de HOWATT — *ob. cit.* e de FINKENSTAEDT, Thomas; SCHOLTES, Gertrud — *Towards a History of English Studies in Europe; Proceedings of the Wildsteig-Symposium, April 30 — May 3, 1982*, Universität Augsburg, 1983. FINKENSTAEDT, Thomas — *Kleine Geschichte der Anglistik in Deutschland. Eine Einführung*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983.

⁷ Os únicos que até à data publicaram alguns estudos sobre a história do ensino / aprendizagem da língua portuguesa por ingleses e da língua inglesa por portugueses foram:

CARDIM, Luís — *Portuguese-English Grammarians and Eighteenth-Century Spoken English*, Porto, Emp. Indust. Gráfica do Porto, Lda., 1930.

CARDIM, Luís — *Some notes on the Portuguese-English and English-Portuguese Grammars to 1830*, in «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», n.º 5 e 6, 1923, pp. 437-51.

CARDIM, Luís — *Estudos de Literatura e de Linguística*, Porto, Faculdade de Letras, 1929.

CARDIM, Luís — *Portuguese-English grammarians and the history of English sounds*, in CARDIM — *Estudos*, pp. 157-205, 1929.

RODRIGUES, A. Gonçalves — *A língua portuguesa na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII*, separata de «Biblos», Coimbra, vol. XXVII, 1951.

MOSER, Fernando de Mello — *Para uma perspectiva da cultura Portuguesa*, «Icalp Revista», Lisboa, n.º 1, 1985, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 23-32.

TORRE, M. Gomes da — *Dr. Luiz Cardim: Dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto — Línguas e Literaturas», II Série, vol. IV, 1987, pp. 279-300.

TORRE, M. Gomes da — *O interesse pelo estudo do inglês em Portugal no séc. XVIII*, in TORRE, M. Gomes da (ed.) — *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Instituto de Estudos Ingleses, Faculdade de Letras, 1988, pp. 41-50.

⁸ A propósito desta revisão do artigo escrevia Cardim em 1931: «Em 1923 publicámos na «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», n.º 5 e 6, um artigo

professor e último director da antiga Faculdade de Letras do Porto⁹ conta-se a que diz respeito ao mais antigo dicionário de Inglês-Português e Português-Inglês, publicado em 1701, em Londres, com o título *A Compleat Account of the Portuguese Language*¹⁰. O nome do autor aparece reduzido às iniciais A. J.. Integrando o mesmo volume¹¹, e do mesmo autor, encontra-se uma *Grammatica Anglo-Lusitanica*¹², reeditada, também em Londres, separadamente, logo no ano imediato, com as mesmas iniciais, e quatro anos mais tarde (i. é. 1705) em Lisboa, mas anonimamente. Ambas estas edições incluem alguns dos diálogos familiares tão característicos das gramáticas do tempo, para além dos modelos de documentos comerciais que a primeira edição já apresentava. Resta saber-se se, por detrás do anonimato da edição de Lisboa, se mantinha o próprio A. J. ou se outrém decidiu fazer uma edição plagiada.

2. Quem era A. J.?

Surpreenderia se Cardim não se tivesse preocupado com a verdadeira identidade do autor de *A Compleat Account*... De facto ele dedicou-se ao estudo do assunto, embora passageiramente, mas, no fim, não lhe restaram mais que dúvidas, adiantando uma hipótese pouco determinada, embora de grande plausibilidade. É que as bibliografias portuguesas ou não lhe diziam nada — como eram os casos da de Inocêncio da Silva e da *Biblioteca Lusitana* — ou lhe davam informações de que Cardim desconfiava. Estava neste último caso Camilo Castelo Branco, que, sem hesitação, mas sem indicar as

intitulado «Some Notes on the English-Portuguese and Portuguese-English Grammars to 1830. [...] Em 1929 tornámos a publicar êsse trabalho, revisto e aumentado na sua contribuição para a fonética inglesa, no livro editado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, «Estudos de Literatura e de Lingüística», e dele se tirou uma separata, em cujo título se precisaram melhor a natureza e os limites do assunto, ficando a chamar-se em definitivo «Portuguese-English Grammars and Eighteenth-Century Spoken English» (pp. 5-6).

⁹ A primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi criada, mercê da influência política de Leonardo Coimbra, em 1919; também por razões políticas, mas de sentido contrário, o decreto n.º 15 365, publicado em 15 de Abril de 1928, decide sobre o seu encerramento.

Sobre o assunto v. TORRE, M. Gomes da — *Dr. Luiz Cardim: dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto*, in «Revista da Faculdade de Letras do Porto — Línguas e Literaturas», II Série, vol. IV, 1987, pp. 279-300; PINA, Luís de — *Faculdade de Letras do Porto (Breve História)*, in «Cale — Revista da Faculdade de Letras do Porto», vol. I, 1961, pp. 59-172.

¹⁰ A primeira parte do dicionário, «Vocabularium Anglo-Lusitanicum», ocupa 195 páginas; a segunda parte, «Vocabularium Lusitano-Anglicum» preenche 181, não numeradas.

¹¹ Cardim refere (1930: p. 12) que o único exemplar deste volume existente em Portugal se encontrava, na altura, na Biblioteca de Évora, uma informação colhida, muito provavelmente, em Inocêncio da Silva (Tomo segundo, 1858). Assim é ainda agora: Tendo tentado encontrá-lo em outras bibliotecas portuguesas, eu próprio concluí que a afirmação de L. Cardim estava correcta. Mas na British Library existem vários exemplares (e.g. cotas 12943. h. 7 e 435. h. 24) e a possibilidade de se obterem cópias em microfilme.

¹² Esta gramática é constituída por quarenta páginas a duas colunas, dedicadas à morfologia, prosódia e ortografia. Seguem-se mais onze páginas com «An Appendix of the Forms of Writing», preenchidas por modelos de cartas familiares e comerciais, de «A Carta ou Instrumento de Procuraçam / A Letter of Attorney», de uma apólice de seguro, de uma letra de câmbio etc.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

fontes onde tinha colhido os dados, atribuiu a obra a Raphael Bluteau. Cardim mostra-se céptico quanto a tal hipótese por, entretanto, ter descoberto que *A Compleat Account* era uma tradução da *Prosodia* e do *Thesouro da Lingua Portuguesa*, do jesuíta Bento Pereira, e que a *Grammatica Anglo-Lusitanica* era também uma tradução da *Ars Grammatica pro Lingua Lusitana* do mesmo autor. O inglês ocupa, por via da tradução, o lugar que o latim preenche nas obras de Bento Pereira.

Através de dados que nos adianta, Cardim procura fundamentar a improbabilidade da informação fornecida pelo autor do *Amor de Perdição*, inclinando-se mais para que a autoria pertencesse a um qualquer ex-aluno irlandês do Colégio dos Inglesinhos¹², de que o próprio Bento Pereira, segundo Cardim¹⁴ escreve, tinha sido director¹⁵.

A hipótese de o autor ser um falante nativo de inglês surge como a mais plausível. Uma das razões já tinha sido adiantada por Cardim com base na qualidade do inglês usado tanto em *A Compleat Account* como na *Grammatica Anglo-Lusitanica*, que é irrepreensível tanto a nível de correcção formal como no respeitante a idiomaticidade. Como as gramáticas congéneres de autores portugueses que posteriormente se publicariam nas décadas seguintes haveriam de demonstrar, tais características não eram frequentes.

Além disso, algumas passagens da introdução ao dicionário parecem indicar que o posicionamento do autor em relação a Portugal e aos portugueses é a de um estrangeiro, utilizando as terceiras pessoas gramaticais, como se pode ver pelos excertos seguintes.

Referindo-se aos portugueses escreve:

«it is not to be doubted that *they*¹⁶ and *their* Neighbours suffered an extream diminution of *their* Primitive Purity by the Irruptions of those Nortenr Warriors the Goths and Vandals...»¹⁷.

E mais abaixo:

«However (as it is) notwithstanding all these Disasters, it hath successfully spread it self through all the Four Parts of the World, in

¹² Este colégio foi fundado em Lisboa, em 1622, como seminário católico, onde vinham estudar e ordenar-se futuros sacerdotes que, perante a hostilidade protestante, não tinham condições para seguirem a sua vocação no país natal (cf. WILLIAMS, Michael — *Os inglesinhos de Lisboa*, «Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor», Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Ingleses, 1988, pp. 241-249, e *English College Lisbon*, Lisboa, Bertrand Irmãos, Lda.).

¹⁴ Cf. CARDIM — *Some notes*, p. 440; id. — *Portuguese-English grammarians and the history of English sounds*, p. 166; e id. — *Portuguese-English Grammarians and Eighteenth-Century Spoken English*, p. 12.

¹⁵ Na publicação *English College Lisbon*, a p. 21, é apresentada uma «presidential line» que contém os nomes de todos os directores do seminário entre 1627 e 1948. Não há qualquer interregno e entre os nomes não figura o de Bento Pereira. Cardim não nos indica a fonte onde colheu tal dado, mas, com grandes probabilidades, encontrou-o em Innocencio Francisco da Silva, tomo primeiro, 1858: 352.

¹⁶ Os sublinhados nas citações desta página são nossos.

¹⁷ Na 2.^a página de *A Compleat Account*. As páginas do dicionário não são numeradas, sendo a sequência assegurada pela ordem alfabética das entradas.

which the Portuguese have so famed *themselves* to all Posterity for *their* early Discoveries and Conquests; and even now where *their* Sword has laid aside its awfull Power...»¹⁸.

Ou ainda nas duas passagens que se seguem, em que, para além dos aspectos sublinhados anteriormente, há a registar o uso da primeira pessoa quando A. J. se refere aos britânicos:

«And since the English correspondence in Trade with the Kingdom of Portugal, hath been for those many years, and it is at this time so very considerable, and *our* Navigation to all those Parts where *that*¹⁹ Nation hath yet in *their* Possession...»²⁰.

«It is well known how uneasie the due Pronunciation of the Modern Tongues is to *our Northern* climates»²¹.

Outra razão liga-se com o próprio semi-anonimato das iniciais A. J.. No artigo de 1923, Cardim chega a adiantar a hipótese de elas corresponderem a «A Jesuit»²², apoiando-se no facto de Bento Pereira ter sido jesuíta. Nas versões revistas do artigo esta interpretação é abandonada, mas Cardim mantém a ideia de que «we may suspect the translation to have been made by a former Irish pupil of Pereyra, on his return to England»²³.

Esta suspeita de L. Cardim é extremamente interessante. Permite-nos imaginar um jovem sacerdote britânico, provavelmente irlandês, acabado de regressar à Inglaterra depois de uma prolongada estadia em Portugal²⁴ para a realização dos seus estudos religiosos. Durante essa estadia tinha aprendido a língua portuguesa e concluído que valia a pena ensiná-la aos seus compatriotas. No entanto, a Inglaterra do tempo era hostil ao catolicismo²⁵. Por isso, como forma de melhor poder fazer circular a sua obra linguística, o anónimo autor de *A Compleat Account* decide assiná-la apenas com as iniciais que julgamos serem do seu nome.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Também tem algum significado para o que procuro demonstrar o uso deste deíctico de distanciamento.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ob. cit.*, 3.^a página.

²² P. 440.

²³ *Portuguese-English Grammarians and Eighteenth-Century Spoken English*, p. 4.

²⁴ Os jovens britânicos chegavam a Portugal por volta dos 14 anos de idade e aí se mantinham no «College of Saints Peter and Paul» (assim se chamava o seminário, que encerrou em definitivo apenas em 1973) e cá se mantinham durante doze anos até serem ordenados (cf. WILLIAMS — *ob. cit.*, 241).

²⁵ Em *English College Lisbon* lê-se: «The College at Lisbon gave secure refuge to these heroic youths and enabled them to pursue their studies in peace and build their spiritual lives in a Catholic atmosphere. After ordination they went back by devious routes to their native land, landing secretly at obscure fishing villages and hiding in the houses of the Catholic gentry until they were assigned their sphere of activity. The story has been told many times of their work and the manner of their lives, harassed continually by pursuivants and informers and ending in some instances in their being condemned to death» (p. 6).

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Esta especulação carece de fundamentação documental. Talvez uma busca aturada nos arquivos do Ushaw College (Durham), onde se encontra o espólio do Colégio dos Inglesinhos, nos permita encontrar, entre os nomes dos seminaristas que se ordenaram em Lisboa no último quartel do século XVII, um ou mais nomes que correspondam às iniciais A. J.. Se esta etapa for bem sucedida, a que se deve seguir será a de acompanhar o percurso daquele(s) cujo(s) nome(s) corresponde(m) às iniciais e tentar encontrar num deles o interesse bastante pela língua portuguesa que possa justificar a iniciativa de publicar as obras em questão. Esta estratégia será uma forma de dar concretização à intuição de Luís Cardim, especialmente numa altura em que um novo facto, recente, poderá causar alguma perturbação em todo este problema ²⁶.

3. A hipótese Alexander Justice

O brevíssimo estudo de *A Compleat Account* a que procedêmos em 1984-5 baseou-se num microfilme do exemplar da Biblioteca de Évora. Por razões que não interessa referir, não nos foi possível ir àquela cidade alentejana folhear o livro. Por isso, encontrando-nos em Londres em Julho de 1987 e dispondo de uma manhã livre, fomos à British Library para verificar se lá existia algum exemplar da obra e, em caso afirmativo, consultá-la, ainda que muito brevemente, para verificação de um pormenor que pretendíamos esclarecer.

Ao procurar no catálogo pela letra J., fomos surpreendidos por um acrescento manuscrito, entre parêntesis, às iniciais do autor do dicionário. Nem mais nem menos: J. A. [i. e. **Alexander Justice?** ²⁷]. Procurando em **Justice, Alexander**, verificámos que tanto o dicionário como a gramática eram atribuídos a este autor, embora a cautelosa utilização de um ponto de interrogação nos indique que a dúvida sobre a autoria persiste ²⁸.

Na ocasião, devido ao pouco tempo que tínhamos à nossa disposição, não nos foi possível fazer mais do que a verificação de que Alexander Justice tinha vivido na época e publicado as suas obras no início do século XVIII. Mas nenhuma das bibliografias que, à pressa, pudemos consultar lhe atribuída a autoria de *A Compleat Account*. Tal constituía uma primeira indicação de que a inscrição manuscrita que me tinha sido dado ler nos ficheiros da

²⁶ Razões de falta de tempo não nos permitiram ainda dar estes passos. Através da mediação do Rev. Michael Williams, estamos já autorizado pelo bibliotecário do Ushaw College, Rev. Dr. Michael Sharratt, a proceder às buscas nos arquivos do 'Lisbon Room' daquele colégio.

²⁷ O ponto de interrogação indica, sem margem para dúvidas, que o autor da inscrição não tinha grande certeza da hipótese que adiantava.

²⁸ Eis a transcrição interal da ficha que consta do vol. 38 da letra J do *General Catalogue*:

*—A Compleat Account of the Portugueze Language. Being a Copious dictionary of English with Portugueze, and Portugueze with English. Together with an easie and unerring method of its pronunciation ... and a compendium of ... rules of construction and orthography digested into a grammatical form. To which is subjoined by way of appendix their usual manner of correspondence by writing ... By A. J. [i.e. Alexander Justice?] London: printed by R. Janeway, for the author, 1701.

British Library poderia ser o resultado de alguma precipitação, explicável apenas pela simples coincidência cronológica e pela coincidência das iniciais. O facto mais perturbador, porém, era a transferência da hipótese manuscrita na ficha respeitante a A. J. para a ficha relativa a *Alexander Justice* do *General Catalogue* da British Library.

Nos finais de 1989 voltámos a Londres e pudemos dedicar à questão o tempo que nos pareceu necessário para tentarmos esclarecer o problema²⁹. O objectivo principal era estudar tudo aquilo que fosse possível encontrar sobre o misterioso A. J. (ou A. J.'s) e *Alexander Justice* e ler as obras deste último.

Em relação a todos os outros autores que tinham assinado trabalhos com as iniciais A. J. e que figuram no *General Catalogue* havia sempre a apresentação do nome completo. Estão neste caso Augustus Jessopp, A. Johnston, Aleksander Jabtonowski, A. Jars, Anthony Janson, A. A. Jakubowski, *Alexander Justice*. Além de nem todos terem vivido na altura da publicação de *A Compleat Account*, os títulos das respectivas obras figuram no catálogo e entre eles não se regista a presença de nenhum dicionário inglês-português. Em relação a *Alexander Justice*, cujos verbetes incluem títulos de obras relacionadas com leis marítimas, comércio internacional, e moedas e câmbios, não há referência ao dicionário e à gramática. Apenas numa ficha, que logo se nota ser ainda recente, figuram como de sua autoria as obras de que nos ocupamos neste artigo, uma atribuição que, como se demonstrará daqui para a frente, deve ser vista como duvidosa.

Das várias bibliografias que consultámos na British Library, apenas as de Lowndes e de Hazlitt registam A. J., autor de *A Compleat Account*, e não fazem qualquer referência à gramática nem nos apresentam quaisquer elementos biográficos sobre o autor³⁰.

Deparamos com a mesma escassez de informações sobre a biografia de *Alexander Justice*, embora as suas obras sejam referenciadas, nem sempre em número coincidente nas várias bibliografias. Vejamos o que algumas delas registam:

«J. A. *Alexander Justice*. A general Treatise of monies and exchanges... 1707 — See «A well-wisher to Trade»³¹,³².

²⁹ Agradecemos à Universidade do Porto e ao INIC terem-nos proporcionado esta visita de estudo.

³⁰ «J. A. — *A Compleat Account of the Portugueze Language; being a Copious Dictionary of English with Portuguese, and Portuguese with English*. London 1701. folio. 6s» (LOWNDES, William Thomas — *The Bibliographer's Manual of English Literature*. New edition, revised, corrected and enlarged by Henry G. Bohn. (6 vols.). London: Henry G. Bohn, 1864 (vol. III: 1175); «J. A. *Complete Account of the Portuguese Language*, 1701, I, 232» (HAZLITT, W. Carrew — *Bibliographical Collections and Notes on Early English Literature 1474-1700*. Third Series. London: Bernard Quaritch, 1887, p. 397.

³¹ «a Well-wisher to Trade» é o pseudónimo usado por Justice no tratado sobre moedas e câmbios, publicado em Londres em 1707. Mas a dedicatória da obra («To Mr. Nicholas Tourton») é assinada com as iniciais A. J..

³² CUSHING, William — *Initials and Pseudonyms: A Dictionary of Literary Disguises*, Waltham, Mass., Mark Press. Inc., 1963, vol. I, p. 140.

«J[ustice] (A[lexander].) A General Treatise of the Dominion of the sea: And a Compleat Body of Sea-Laws: Containing what is most Valuable on that Subject in antient and Modern Authors;... and Adjudg'd Cases in several Courts concerning Trade and Navigation. By A. J. Second Edition. London 1705. 4^{to} + The Third Edition, with large Additions, and Improvements. And a New Appendix... London: for the Executors of J. Nicholson; ... [1707] 4^{to}, pp. (26), 684, 107»³³.

«Justice, Alexander. 1. Laws of the Sea, &c., Lon., 1705, 4^{to}.
2. Commerce, 1707, 4^{to}»³⁴.

«JUSTICE, Alexander. — A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea, Jurisdiction of the English Admiralty, &c.; with and Appendix, concerning Pressing. Lond. 1705, 4^{to}. — A General Treatise of Monies and Exchange. Lond. 1707, 4^{to}»³⁵.

Com base nestes dados e tendo em conta as re-edições de algumas das obras de Justice, o que testemunha a sua procura e interesse, parece legítimo considerar-se que ele era, ao tempo, um autor relativamente conhecido. Seria de estranhar, portanto, que nenhum dos bibliógrafos citados se referisse às suas obras linguísticas (i. e. ao dicionário e à gramática) se ele tivesse sido, efectivamente, o seu autor. Para mais, há a registar a circunstância de Justice ter assinado algumas das obras referenciadas apenas por A. J. ou por um pseudónimo ainda mais indecifrável como era «a Well-wisher to Trade». Se os bibliógrafos ultrapassaram estes 'mistérios', também os teriam certamente ultrapassado se Justice tivesse escrito *A Compleat Account*, afinal uma obra de alguma importância³⁶ que os editores não gostariam de ver ignorada.

Estas são as primeiras razões que julgamos poder utilizar para pormos em dúvida a atribuição da autoria de *A Compleat Account* e da *Grammatica Anglo-Lusitanica* a A. Justice. Mas há argumentos de outra natureza que poderão ser aduzidos com o mesmo objectivo. Tais argumentos podem colher-se naquilo que o próprio Justice escreveu.

No prefácio ao tratado sobre dinheiros e câmbios Justice apresenta-se, antes de mais, como tradutor:

«*Mr. Nicholas Lincoln*, a Merchant of this City, having brought from abroad, a Book of Monies and Exchanges, Printed in *Holland*»³⁷,

³³ SABIN, Joseph — *A Dictionary of Books relating to America from its discovery to the present time*, New York, J. Sabin & Sons, vol. IX, p. 377.

³⁴ ALLIBONE, S. Austin — *A Critical Dictionary of English Literature, and British and American Authors, Living and Deceased, from the Earliest Accounts to the Middle of the Nineteenth Century*, (3 vols.), Philadelphia, Childs & Peterson / London, N. Trübner & Co, 1859, vol. I, p. 1005.

³⁵ WATT, Robert — *Bibliotheca Britannica; or A General Index to British and Foreign Literature*, Edinburg, Printed for Archibald Constable, 1824, vol. II, p. 560.

³⁶ Se houve interesse pela re-edição da gramática logo em 1702, isso só se justifica pelo interesse que a obra despertara.

³⁷ Os itálicos são do original.

in the *French Language*, which he thought might Merit an Impression in the English: I was apply'd to for Performing that Translation»³⁸.

Logo a seguir faz uma referência ao facto de o seu mecenas não se ter poupado a esforços e despesas «in procuring to the Author several Rare and Useful Books in Foreign Languages³⁹». Este depoimento poderá levar-nos a pensar que Justice era um poliglota e que entre as suas capacidades poderia figurar a de ler e entender português. Todavia, a continuação da leitura começa a dar-nos indicações diferentes. Antes de mais, parece ser o francês a língua estrangeira que ele dominava melhor, senão a única que conhecia. Provas disso são a citação que acabamos de fazer e a sua afirmação de ter tido «residence in that Country» [França]⁴⁰.

As nossas dúvidas quanto ao conhecimento da língua portuguesa por parte de Justice começam quando na mesma página ele escreve:

«Next that comes an Account of the Exchanges of Spain and Portugal, which reaches to the end of Page 180, which I have taken from the French Author».

É óbvio que isto não chega para provarmos que Justice não sabia português, pois o que parece importar na passagem citada é a informação sobre os câmbios em Portugal e na Espanha, e aquilo que o nosso autor estudou/traduziu estava contido num livro escrito em francês. Mas, para além desta língua, Justice não devia conhecer muitas mais. Pelo menos holandês e alto alemão confessa conhecer mal⁴¹.

Não faz qualquer referência à língua portuguesa, o que talvez acontecesse se Justice a falasse ou, simplesmente, conhecesse. Pelo contrário, tudo quanto encontramos na obra e que se relaciona com a nossa língua parece

³⁸ JUSTICE, Alexander — *A General treatise of Monies and Exchanges; in which those of all Trading Nations are particularly Describ'd and Consider'd. With An Account of all the Foreign Banks and different Species and Denominations of Monies, with their Current and Intrinsic Value; and of the Method and Practice of Foreign and Domestick Exchanges. Together with An Exact Translation of the Excellent Ordinances lately Publish'd in France, for Exchange and Commerce, and the Regulations of most Trading Places upon that subject. With an Introductory Discourse of the Nature and Origin of Exchange, Containing also the Principles of the most Intricate and Useful part of Commerce; with Forms of Bills of all sorts, and the Customs of Merchants relating thereto; in a most Easie and Familiar Method. As also, Tables of the Reduction of the Monies and Exchanges of the most Considerable Towns in Europe. To which is subjoyn'd, A General Discourse of the Trade and Commodities of most Nations: with a more particular Account of those of England, &c. Together with An Universal Treatise of the Weights and Measures usual in Trade all over the World, with Curious Tables relating thereunto: Of all which, a more particular Account in the Preface, By a Well-wisher to Trade, London, Printed for S. and J. Sprint, and J. Nicholson, 1707.*

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Na 3.ª página do prefácio.

⁴¹ «Next that you will find the two Articles of the Exchanges of *Germany*, and the Northern Countries, and some other Places; and those of the Low-Countries, which is likewise a Translation from the aforesaid *French Author*, except some sheets from the *Dutch* and *High German Tongues*; Containing the Regulations for the Exchange of several Remarkable Towns and Cities in those Countries, performed by two other hands, better acquainted with those languages than I» (3.ª página do prefácio)

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

indicar que o autor a ignorava. É isso que acontece quando Justice faz referência a medidas e pesos portugueses.

Num apêndice que Justice intitula «A General Discourse of Weights and Measures usual in all Considerable Towns of Trade», trata «Of the Barros and Cavidos of Portugal»⁴². Os nomes das medidas portuguesas são um tanto misteriosos, embora seja possível, pelo contexto e pelo estudo das comparações que Justice faz delas com medidas estrangeiras, concluir-se que são medidas de comprimento. Vejamos o que ele escreveu:

«The Barros and Cavidos of *Portugal* containing an inconsiderable matter less than 1 $\frac{1}{10}$ Aunes of *Amsterdam*, to avoid Fractions, you may reckon, that 100 Aunes of *Amsterdam* make 61 Barros of *Lisbon*, and 100 Barros of *Lisbon* make 164 Aunes of *Amsterdam*. II. And 100 Cavidos of *Portugal* makes but very little less, than 100 Aunes of *Amsterdam*.

The Cavidos of the Isle of Fagal, and other Islands, called the Isles of *Flanders*, belonging to the King of *Portugal*, is equal to an Aune of *Amsterdam*; which I have verified by the account of Sale of a certain quantity of Goods, which being sent thither from *Amsterdam*, rendered there as many Cavidoes, as there was sent thither of Aunes»⁴³.

Nem os dicionários portugueses nem os ingleses registam 'barros' (como medida, obviamente) ou 'cavidos/cavidoes', o que nos levou a pensar que Justice terá procurado dar forma escrita àquilo que teria ouvido pronunciar — de forma incorrecta, pelos vistos —, relativamente às medidas portuguesas, provavelmente entre os mercadores ingleses ou franceses. O que ele queria dizer era, muito provavelmente, **varas e côvados**. A referência ao 'aune' (que, segundo o *Oxford Universal Dictionary*, era uma medida francesa antiga usada na medição de tecidos, equivalente àquilo que em inglês se designava de 'ell'⁴⁴) permite-nos fazer um exercício de deduções que nos possibilita, com alguma segurança, chegar àquilo que Justice pretendia dizer. Se 1 'aune' correspondia a 1 'ell' e esta medida, na prática comercial flamenga do século XVIII, equivalia a 27 polegadas (i. é., 0,6858 metros), não há dúvida de que, ao escrever «100 Cavidos [...] makes very little less, than 100 Aunes of Amsterdam», o nosso autor deveria ter escrito **côvados** e não **cavidos**. Na realidade 100 côvados representavam 66 metros, e 100 'aunes' flamengos equivaliam a 68,58 metros, i. é., os côvados portugueses mediam «very little less, than» os 'aunes' de Amesterdão. Se o nosso raciocínio estiver correcto, esta falta de precisão ortográfica seria prova mais do que suficiente para

⁴² Os itálicos nas citações desta obra correspondem ao original.

⁴³ *A General Treatise of Monies*, pp. 72-28.

⁴⁴ «ell = A measure of length varying in different countries. The English ell = 45in; the Scotch 37.2in; the Flemish = 27in.» (*Oxford Universal Dictionary*).

«ell [...] vara (antiga medida de comprimento)», MORAIS, Armando de — *Dicionário Inglês-Português*, Porto, Porto Editora, 1966, p. 253).

demonstrar que Justice não era, nem de perto nem de longe, de tal modo conhecedor da língua portuguesa que se permitisse escrever um dicionário e uma gramática sobre ela.

Mas há mais exemplos que atestam a sua ignorância da nossa língua.

A propósito de medidas para cereais, apresenta-nos «A Treatise of Round Measures for Grains, &c.» e volta a referir-se a Portugal:

«Of Portugal

At Lisbon they reckon 4 Alguiers to the Fanegue, 15 Fanegues to the Muid and 4 Muids to the Last of *Amsterdam*»⁴⁵.

E mais adiante:

«Of the Weights of Portugal, compared with those of Amsterdam.

The Arobe of *Portugal* consists of 32 Pound, which render between 28 and 29 Pound at *Amsterdam*. And 4 Arobes make the Quintal»⁴⁶.

De novo nos encontramos colocados perante diversas hipóteses: ou a) as medidas e pesos portugueses citados eram expressos na Inglaterra pelas formas usadas por Justice (e.g. 'Alguier', 'Fanegue', 'arobe'); ou b) tais formas não tinham consagração e aquilo que ele escreveu eram deturpações daquilo que ouvia. Se a hipótese a) fosse verdadeira, era natural que o *Oxford English Dictionary*, pelo menos, registasse os termos exemplificados, como, aliás, acontece em relação a 'Muid' e 'Last'. Mas tal não se verifica em relação a nenhuma das três palavras em questão, pelo que a hipótese é de pôr de parte. Por conseguinte, teremos que concluir que o mais provável era Justice não conhecer as palavras portuguesas correctas, o que não deixaria de ser estranho no autor de um dicionário, publicado poucos anos antes e contendo tais palavras correctamente grafadas. Casos concretos são os de 'Arobe', 'Alguiers', e 'Fanegues' (usados, respectivamente, em vez de arroba, alqueires, e fanga ou fanega, constantes da parte Português-Inglês de *A Compleat Account* sob a forma 'arróba', 'alquiere' e 'fánga'⁴⁷). Esta interpretação é confirmada pelas contas que fizemos com base nas correspondências por Justice apresentadas. Escreveu correctamente 'quintal', uma palavra que os dicionários ingleses não registam. Igualmente correcto é o uso da forma 'Muid', tradução inglesa de *moio*, como correcto é o uso de 'last', uma medida de capacidade sem correspondência entre nós⁴⁸. Tal oscilação de competência só poderia encontrar-se em quem não estivesse seguro no uso do português.

Não é natural também que o autor de *A Compleat Account* revelasse ignorância elementar relativamente à realidade lusitana. E é isso que se

⁴⁵ P. 43.

⁴⁶ P. 73.

⁴⁷ É de notar que o acento agudo presente nestas formas é a maneira de executar o «Unerring Method of its [the Portuguese language] pronunciation» (no rosto da obra). Não se trata, portanto, de acentuação gráfica propriamente dita.

⁴⁸ 1 last equivalia a 80 bushels (cf. FUNK, Charles Earle — *New College Standard Dictionary*, New York, Funk & Wagnalls Company, 1961, p. 673) e representava cerca de 2.819 litros.

adivinha numa das citações anteriormente feitas. Ao atribuir ao Rei de Portugal a 'Isle of Fagal' and other Islands, called the Isles of Flanders», Justice referia-se, provavelmente, às ilhas açoreanas do Faial e das Flores. A deturpação ortográfica verificada em relação a estes dois nomes reforça a nossa opinião segundo a qual também foram deturpações de palavras portuguesas aquilo que Justice fez em relação a algumas medidas.

Poderíamos aumentar a lista de anomalias com vários outros exemplos encontrados na secção referente a tabelas de câmbios, onde os nomes das moedas portuguesas aparecem algo molestados: 'Croisado' (**crusado?**) 'Reas'/'Rees' (**reaes/reis/reys?**), 'Marvedis' (**maravedis**), 'Patacoon' (**pataco/pataca**), 'Teston' (**tostão**), etc., tudo palavras que, na versão apresentada por Justice, não fazem parte de nenhum dos dicionários (i. e. Português-Inglês ou Inglês-Português) de A. J. nem do *Oxford English Dictionary*, embora as formas correctas correspondentes, com excepção de **maravedis** figurem na parte de Português-Inglês.

Apesar de tudo, algo nos confunde e, de alguma maneira, poderá levar-nos à hesitação quanto a atribuirmos a Justice uma ignorância da língua portuguesa que constituísse impedimento bastante a pensar em escrever o dicionário e a gramática a que nos vimos a referir. A nossa confusão nasceu com a leitura de outra obra de Justice: *A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea...* ⁴⁹. Nela há algumas citações em português que nos deixam a impressão de que Justice as entende, pois comenta-as com bastante correcção. Acontece isso relativamente a) ao título de D. Manuel II e b) a uma passagem do quinto livro das ordenações ⁵⁰.

Evidentemente que não é de excluir a hipótese de Justice ter colhido, tanto as citações como as suas traduções, em alguma outra fonte (francesa, por exemplo) que lhe fosse compreensível e que lhe fornecesse as informações pertinentes sobre Portugal. Tal prática, incluindo o próprio plágio, era corrente na época e não estranharia que o nosso autor tivesse a ela recorrido. Mas, tal qual a obra se nos apresenta, não se nota nela a ignorância da língua portuguesa que está visível em *A General Treatise of monies...* Não só isso, mas também um conhecimento dos períodos e figuras da nossa história, a

⁴⁹ Para quem isso possa interessar, eis o título completo da obra: *A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea containing what is most valuable upon the Subjects, in Ancient and Modern Authors. And particularly that Excellent Body of Sea-Laws Lately Published in France; besides the Ancient Laws of the Rhodians and Romans, and of Oleron, and other Countries: With a Collection of the Marine Treaties concluded during the last century. Together with, Several Discourses about Jurisdiction and Manner of Proceeding in the Admiralty of England, both in Criminal and Civil Matters, and Adjudg'd Cases in several Courts concerning Trade and Navigation. In all which are explained at Large the Laws and Customs of Merchants, and of the Courts in Cases of Bottomry, Insurances, Charter-Parties, Bills of Lading, and Piracy, and Letters of Marque and Reprisal. To which is subjoyn'd; An Appendix concerning the Present State and Regulation of the Admiralty and Navy, and Means for improving it, and a proposal for the more easy and expeditious Manning of the Fleet without Pressing. Dedicated to His Royal Highness the Prince. By Alexander Justice, Gent., London, Printed for S. and J. Sprint at the Bell, and J. Nicholson at the King's-Arms in Little Britain; and Rs. Smith at the Bible under Piazza of the Royal-Exchange, Cornhill, 1705.*

⁵⁰ a) «That the Portugeeze, above all Nations, are obstinate Maintainers of this Doctrine of the Lawfulness of a Dominion and Property in the Sea, will sufficiently appear by

que Justice precisa de se referir a propósito das leis do mar, apontam para um conhecimento das realidades portuguesas que está de todo ausente da obra de 1707.

De novo há que admitir a possibilidade de o autor ter tido acesso a fontes de informação sobre a história portuguesa e sobre as leis do nosso país sem precisar de recorrer ao português.

4. Conclusão

O que fica dito acima é o produto de uma análise dos elementos a que tivessos acesso. Quase todos apontam para a conclusão de que Alexander Justice não conhecia a língua portuguesa e, por conseguinte, não poderia ter escrito *A Compleat Account e Grammatica Anglo-Lusitanica*. Mesmo após as dúvidas que nasceram da leitura que fizemos de *A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea...*, continuamos a pensar que é um erro a hipótese adiantada pela British Library.

Manuel Gomes da Torre

the usual Title of their Kings: And particularly King EMANUEL, in his Preface to the Laws of Portugal, stiles himself,

DOM MANUEL, per Grace de Deos Rey, Ec. Senhor de Guinee, & da Conquista & Navegacam & Commercio d'Aethiopia, Arabia, Persia & da India, &c.

Where you see he pretends to be sole Lord and Master of the Navigation and Trade of *Aethiopia, Persia, &c* Which indeed I believe he gladly would have been, to the total Exclusion of all others, if had been in his Power to enhance it to himself; ...» (pp. 90-1).

b) «But all this is yet nothing, in comparison with what is found in the Body of the Laws of Portugal concerning the Pretensions of that Nation to the sole Dominion and Sovereignty even of the vast *Atlantick Ocean* it self; for there, (I mean amongst the said Laws, *O quinto Libro des Ordennacones Tit. 112*) there is a more positive and absolute Prohibition to any Person whatsoever, whether Native or Stranger in any Ship or Vessel whatsoever to pass.

Ditas partees, mares de Guinee & Indias, & quaisquer outras terras & mares & lugares de nossa licença & autoridade, sob pena que fazendo ho contrario moura por ello morte natural & por isso mesmo feito percapara [perca para] nos todos seus beens moveis & de rays.

In which Words (as I have already said) is contained a most positive and absolute Prohibition to all Persons whatsoever to pass to the Countries, Lands, and Seas of Guinea and the Indies, in any sort of Ship or Vessel, either upon Occasion of War or Commerce, or for any other reason whatsoever, without the King of Portugal's special Licence and Authority; under pain of Death, and Confiscation of all Effects, to be inflicted upon all such Persons as should presume to go thither in Contempt of that Prohibition (p. 92).

GENDER AND DISSENT IN COLONIAL NEW ENGLAND: ANNE HUTCHINSON AND THE ANTINOMIAN CONTROVERSY

«Assent and you are sane;
Demur, -you're straightway dangerous
And handled with a chain.»

EMILY DICKINSON

When Anne Hutchinson arrived to settle in the Massachusetts Bay Colony at the age of forty-three, few could have predicted that her presence would catalyze the forces of Antinomian dissent that nearly tore the fledgling colony apart three years later in 1637. Hutchinson's father, Francis Marbury, was a clergyman known for his Puritan leanings, who on several occasions received reprimands from the Church of England regarding his dissenting opinions; her mother, Bridget Dryden, was from a distinguished family of Canon's Ashby in Northamptonshire. The atmosphere of the Marbury menage has been characterized as one of tolerance and liberality, in which ethical and religious questions were debated freely but without the fanaticism which would blacken so much of the subsequent history of Puritanism. In 1605 the Marburys moved to London, and at the age of twenty-one, Anne Marbury was married to William Hutchinson, the son of a wealthy businessman. The young couple went to live in Alford, and in the following twenty-two years had no fewer than fourteen children¹. Such a background would seem to have prepared Anne Hutchinson for a life, not of violent intellectual debate and overt rebellion, but rather of placid housewifery.

In 1633 the Hutchinsons' eldest son, William, emigrated to the colony of Massachusetts Bay along with John Cotton, a young clergyman of St. Botolph's whose sermons Anne Hutchinson had found interesting. The reports from young William on the possibilities of making a new life in the New World must have seemed doubly attractive in the context of the turbulent reign of Charles I, the absolutist Stuart king who would later be tried and executed by the

¹ See *Anne Hutchinson*, in «Dictionary of American Biography», vol. 9, London, Oxford University Press, 1932, p. 432.

followers of Oliver Cromwell. Thus in 1634 Anne Hutchinson and her family set sail for America in the ship *Griffin*, arriving in September of the same year ².

Contemporary accounts reveal that one Puritan chronicler viewed the New World as a «hideous and desolate wilderness, full of wild beasts and wild men» ³. Although no record survives of Anne Hutchinson's first impressions of the New Continent, it seems safe to assume that they may not have been so negative, given the pragmatic optimism which seems to have been one of the primary facets of her character. One of her chief detractors, Thomas Welde, acknowledges in his brief book *A Short Story of the Rise, Reign, and Ruin of the Antinomians* that «...her usuall conversation was in the way of righteousness and kindnesse». However, Welde goes on to observe, «...she had in a short time insinuated her self into the heart of much of the people (yes of many of the most wise and godly) who grew into so revrent an esteeme of her as a Prophtetesse, raised up of God for some great worke now at hand... so as she had more resort to her for counsell about matters of conscience, and clearing up mens spirituall estates, then any Minister (I might say all the Elders) in the country» ⁴.

It is possibly due to her activities as a midwife that Hutchinson became known for her kindness and practical assistance to women in difficulties. As might be expected from someone who was a thorough student of the Bible and who was known for her intellectual acumen, she soon began to take part in the religious life of the community ⁵. Initially, she invited groups of women to informal sessions at her home, where the sermons of the previous Sunday were discussed. These sessions were soon expanded to allow men to attend as well, and attracted an average attendance of sixty or more persons, including the influential young governor Henry Vane, several prominent merchants, and other powerful members of the colony. Significantly, as the numbers of these gatherings grew, the nature of the topics discussed began to change: rather than simply recapitulating and discussing the sermons of the previous Sunday, Anne Hutchinson criticized their content and authenticity, thus challenging the authority of the local theocracy ⁶.

The virulent response of the Puritan power structure to the controversial opinions which Anne Hutchinson expressed would ultimately lead to her banishment from the colony and subsequent death. In this article, in order to

² *Ibidem*, p. 436.

³ BRADFORD, William — *Of Plymouth Plantation*, in «Concise Anthology of American Literature», 2nd ed., New York, Macmillan, 1985, p. 31.

⁴ WELDE, Thomas — *A Short Story of the Rise, Reign, and Ruin of the Antinomians*, in «Winthrop's Journal: History of New England 1630-1649», vol. I, ed. James K. Hosmer, New York, Charles Scribner's Sons, 1908, p. 252. The only texts written from the perspective of an eyewitness at the trial of Anne Hutchinson are this brief treatise by Welde and John Winthrop's *History of New England*. Both Winthrop and Welde offer us a clear indication of the attitudes of the ruling Puritan elite regarding the Antinomian controversy and related issues.

⁵ Cf. RUGG, Winifried — *Unafraid: A Life of Anne Hutchinson*, Boston, Houghton Mifflin, 1930, pp. 76-99.

⁶ See *Anne Hutchinson*, in «Dictionary of American Biography», vol. 9, London, Oxford University Press, 1932, pp. 436-437.

contextualize the violence which pervades Puritan rhetoric on the subject of the Antinomian controversy and particularly on the person and moral character of Anne Hutchinson herself, I shall analyze the historical role of women in Puritan culture and focus on certain categories related to gender in Puritan religious typology. Secondly, I shall examine the principal theological and social issues at stake in the Antinomian debate, focusing on Anne Hutchinson's role and the openly misogynist arguments deployed by her accusers. In conclusion, the aftermath of the controversy and its implications will be briefly discussed.

In his book *A Search for Power: The «Weaker Sex» in Seventeenth-Century New England*, Lyle Koehler has examined existing stereotypes of masculinity and femininity in Puritan discourse and ideology. According to Koehler, the Puritan emphasis on man's powerlessness before God created deep-seated feelings of anxiety among Puritan men which led them to propound exaggerated notions of male superiority⁷. There is ample documentary evidence regarding Puritan prejudice toward women. A prominent Puritan called Nicholas Noyes, for example, modestly characterized men as the «Magnanimous, Masculine, and Heroicke sexe»⁸, whereas according to John Winthrop, Anne Hutchinson's judge and chief accuser, women were «poore fraile creatures»⁹. Elnathan Chauncy, another well-known Puritan, went so far as to assert, «Ye soule consists of two portions inferior and superior; the superior is masculine and eternal. Ye inferior foeminine and mortal»¹⁰. This unusual vision of the anatomy of the spirit had its counterpoint in Puritan ideas on science. In *A Short History of Obstetrics and Gynecology*, Theodore Cianfrani has discussed the Puritan hypothesis that the time of gestation for male infants was longer than that required for female babies, as the former supposedly represented a more sophisticated and highly developed form of life¹¹. Lyle Koehler, in the above-mentioned study, draws our attention to the Puritan belief that the male fetus received its soul on the fortieth day after conception, whereas the female fetus (presumably due to its lesser status) had to wait eighty days¹².

Once in the world, the lot of the Puritan girl child did not improve. Educational curricula for young girls were organized differently from those destined for boys: while girls were taught cooking, weaving, reading (sacred texts), and spinning, boys studied Latin, spelling, reading, and maths. As might be expected, both sexes were required to study religion¹³. The records of one

⁷ KOEHLER, Lyle — *A Search for Power: The «Weaker Sex» in Seventeenth-Century New England*, Chicago, University of Illinois Press, 1980, p. 28.

⁸ NOYES, Nicholas — *Sewall and Noyes on Wigs*, in «Publications of the Colonial Society of Massachusetts», Boston, vol. 4 (1917), p. 120.

⁹ WINTHROP, John — *John Winthrop to Margaret Tyndal, March, 1618*, quoted in KOEHLER, Lyle — *op. cit.*, p. 28.

¹⁰ See KOEHLER, Lyle, — *op. cit.*, p. 28.

¹¹ CIANFRANI, Thomas — *A Short History of Obstetrics and Gynecology*, Springfield, Ill., Thomas Publishing, 1960, p. 174.

¹² KOEHLER, Lyle — *op. cit.*, p. 29.

¹³ AXTELL, James — *The School upon a Hill: Education and Society in Colonial New England*, New Haven, Yale University Press, 1974, pp. 31, 40.

colonial town indicate that only seven of approximately two hundred schools in the area specifically allowed girls to attend classes ¹⁴.

It has repeatedly been demonstrated that in Puritan society, the most highly valued characteristics in women were those related to passivity and submissiveness. Thus, according to the Puritan Joseph Beacon, «The greatest Nuisance in Nature is an immodest impudent Woman» ¹⁵. The definition of what constituted immodesty or impudence was presumably left to enlightened persons like Beacon himself. One Puritan clergyman described the ideal woman as displaying «Eminence in Modesty, reserve, purity, temperance, humility, truth, meekness, patience, courtesie, affability, charity, goodness, mercy, and compassion» ¹⁶. It should be pointed out, however, that wit and intelligence (not to mention such «manly» qualities as physical strength or business acumen) are not listed among the characteristics that such a paragon of feminine virtues should possess: indeed, intellectual activity of any sort on the part of women was perceived as potentially harmful and overly taxing, due to the frailty of feminine reason. In a poignant and oft-quoted text dating from the year 1645, John Winthrop states that Ann Hopkins, the young wife of the governor, had gone mad as a result of too much reading:

«Mr. Hopkins, the governor of Hartford upon Connecticut, came to Boston, and brought his wife with him, (a godly young woman, and of special parts), who was fallen into a sad infirmity, the loss of her understanding and reason, which had been growing upon her divers years, by occasion of her giving herself wholly to reading and writing, and had written many books. Her husband, being very loving and tender of her, was loath to grieve her; but he saw his error, when it was too late. For if she had attended her household affairs, and such things as belong to women, and not gone out of her way and calling to meddle in such things as are proper for men, whose minds are stronger, etc., she had kept her wits, and might have improved them usefully and honorably in the place God had set her» ¹⁷.

As Koehler points out in the abovementioned study, it should be noted that in the Massachusetts Bay Colony unmarried Puritan women as well as widows were allowed to own property. After marriage, however, husbands had supervisory control over the property and behavior of wives, and the obligations of husbands toward their wives were based, not on equality before the law,

¹⁴ SMALL, Walter Herbert — *Girls in Colonial Schools*, «Education», XXII (1902), pp. 532-534.

¹⁵ BEACON, Joseph — «Solitary Meditations», in *Miscellanies on various Subjects, Translations and Collections out Diverse Authors (1688)*, Houghton Library, Harvard University. Quoted in KOEHLER — *op. cit.*, p. 29.

¹⁶ COLMAN, Benjamin — *The Duty and Honor of Aged Women: A Sermon on the Death of Abigail Foster*, Boston, B. Green, 1711, p. 11.

¹⁷ WINTHROP, John — *History of New England, 1630-1649*, vol. II, ed. James K. Hosmer, New York, Charles Scribner's Sons, 1908, p. 225.

but on women's alleged weakness and need for wise (male) guidance. Puritan legislation reinforces the the image of women as irresponsible minors by holding husbands responsible for wives' infractions of minor civil and religious regulations, such as compulsory church attendance on the Sabbath. In such cases, the Puritan husband was allowed to choose between paying a fine on behalf of his erring wife or punishing (i.e. beating) her at home¹⁸.

As one might expect in the context of such a deeply misogynist culture, Puritan women were not permitted to vote in civil elections, and in church affairs they fared little better. Women could neither vote or ask questions in church assemblies, and the only circumstances in which their voices could be heard in church was to sing hymns or (in some, but not all, congregations) to request membership¹⁹. This prohibition was based, in part, on the statement of St. Paul in I Timothy 2: 11-14: «Let the women learn in silence, with all subjection. But I suffer not a woman to teach, nor to usurp authority over the man, but to be in silence. For Adam was first formed, then Eve. And Adam was not deceived, but the woman being deceived was in the transgression»²⁰.

The misogyny present in Pauline discourse is reflected in the rigid categories of Puritan typology. It has often been observed that Puritan theology, in its wholesale and often indiscriminate rejection of Roman Catholicism de-emphasized (and in some cases, entirely suppressed) anything related to the cult of Our Lady. For many women in pre-Tudor England, the Virgin Mary was virtually the only role model available of a woman, who, although gentle and nurturing, represented a source of immense power to effect miraculous cures or to intercede on the behalf of sinners. Puritanism, however, stigmatized this sort of attitude as «Papist Mariolatry», and characterized women as the daughters of Eve, the temptress, or as wicked Jezebels whose main purpose in life was to lead astray the sons of Israel²¹. Like Eve, women were seen as particularly threatening to the divine (and earthly) status quo and were viewed as lesser beings who were highly susceptible to the attractions of heresy. Writing some decades after the Antinomian crisis, Cotton Mather comments that the so-called weaker sex is «more easily gained by the devil». He continues, «Indeed, a poyson does never insinuate so quickly, nor operate so strongly, as when women's milk is the vehicle wherein 'tis given»²². Puritan intolerance of dissent in any shape or form, however trivial, has been exhaustively documented²³. It is

¹⁸ See KOEHLER, Lyle — *op. cit.*, pp. 44-48.

¹⁹ *Ibidem*, p. 44.

²⁰ *The Holy Bible (King James Versions)*, Cleveland, The World Publishing Company, s.d., pp. 199-200.

²¹ Cf. LANG, Amy Schragger — *Prophetic Woman: Anne Hutchinson and the Problem of Dissent in the Literature of New England*, Berkeley, University of California Press, 1987, pp. 54-56.

²² MATHER, Cotton — *Magnalia Christi Americana*, vol. II, Hartford, Silas Andrus, Roberts & Burr, 1829. The original was published in 1702.

²³ See SLOTKIN, Richard — *Regeneration through Violence: The Myth of the American Frontier, 1600-1860*, Middletown, Conn., Wesleyan University Press, 1973; HALL, David — *The Faithful Shepherd: A History of the New England Ministry in the Seventeenth Century*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1972; and BERCOVITCH, Sacvan — *The Puritan Origins of the American Self*, New Haven, Yale University Press, 1975, among others.

SUSAN PARSONS PEREZ CASTILLO

however significant that in the case of Anne Hutchinson, Puritan intolerance and misogyny (which is, after all, a particularly pernicious and primitive form of intolerance) converged in an attempt to silence the voice of one of the few individuals courageous enough to challenge not only the very basis of Puritan authority but also the Puritan vision of America as the City on the Hill.

In the decades in which the loosely knit group of doctrines known as Calvinism were in the process of being reformulated and systematized in order to ensure their internal coherence and rational plausibility, two chief currents of thought emerged to contest some of the central tenets of Calvinist dogma. The Arminians, on the one hand, reacted against what they perceived as the quietist apathy which would be the inevitable result of a theology of predestination: if one's salvation depends, not on human endeavor but on divine election, there seems to be no point in making an effort to behave virtuously. Indeed, the Arminians perceived the concept of predestination in its most extreme form as opening the door to every manner of vice; if human beings cannot ensure salvation by their own initiative and moral uprightness, one might as well sin gleefully and be done with it. In order to avoid this sort of abdication of moral responsibility, the Dutch theologian Arminius and his followers supported the idea that the efficacy of divine grace is contingent on human will, in that grace can be accepted or squandered by the individual. In this case, argued the Arminians (in what seemed to many a *non sequitur*) «if we do what we can, and improve the natural abilities we have, and the means we do enjoy God will not deny to give us the grace supernatural we want»²⁴.

The Antinomians, on the other hand, held certain views in common with orthodox Calvinist Puritanism. For both groups, according to God's covenant with Adam, perfect obedience to God's dictates would ensure salvation. This covenant of Works had, however, run aground on the treacherous shoals of human will, manifested in Adam's disobedience. In spite of this, sinful mankind had been given a second opportunity for redemption through the Covenant of Grace, according to which salvation was freely offered to humanity through the sacrifice of Jesus Christ on the Cross. In addition, the Antinomians were in agreement with orthodox Puritans on the concept of divine election, in that they believed that those chosen-elected-for salvation were chosen by God, and that the True Church consisted only of these elect.

The chief differences between the Puritan orthodoxy of Massachusetts Bay and the Hutchinsonians centered essentially on the ways in which the theological concepts of the Covenant of Grace and of divine election were to be applied to life in colonial America. The Puritan leaders were concerned with harnessing the spiritual and physical energies of the colonists in order to create an ideal society, the City on a Hill which would be the earthly embodiment of divine perfection. In this perspective, the function of religious and civil institutions should be those of sustaining and strengthening the bonds between God and his chosen people, the Puritans. The logical corollary of this viewpoint is that church membership would become a prerequisite for participation in

²⁴ Quoted in MILLER, Perry—*The New England Mind: The Seventeenth Century*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, p. 368.

community affairs. However, in the convoluted intermingling of the sacred and the secular which was typical of Puritanism, it was in turn held that full involvement with the Church organization (and consequently in civil government) was reserved only to the Elect. However, church affiliation did not necessarily constitute proof of Election. Given the fact that the possibility of playing a meaningful role in community matters (and thus exercising power, not only in matters related to religion but also in the political and economic spheres) was restricted to those belonging to the Elect, the issue of how exactly to determine one's Elect status—one's divine credentials, as it were—assumed vital importance. The Puritans, as Amy Schrager Lang has pointed out, resolved the issue through the concept of *visible sainthood*, in which election was manifested by public «relation» or confession of one's own private conversion experience, whose authenticity was determined by the Puritan congregation²⁵. Salvation or justification (to use the Puritan term) was also felt to be revealed by individual deeds, demonstrating the capacity of the individual to perform good works on a continuing basis. Thus by incorporating some facets of Arminian doctrine (namely the importance of human will in the search for salvation) in an uneasy compromise with conventional theology on the Covenant of Grace, the Puritan patriarchs were enabled to channel the energies of the colonists toward what would later become the federal covenant, namely the construction of a perfect millennial society where God's will would be made manifest through his chosen people in the promised land of America.

The logical contradictions inherent in such a perspective are not difficult to discover. Anne Hutchinson, described by her adversary John Winthrop as «a woman of ready wit and bold spirit»²⁶, incurred the wrath of the local power structure by pointing out some of the inconsistencies of Puritan rhetoric at the weekly gatherings which took place at her home. If, she asked, it was only the absolute gift of grace through Christ that enabled human beings to do good, inherent righteousness and the merit accruing therefrom existed in Christ alone, and not in sinful mankind²⁷. Thus to classify people on the basis of outward behavior is fallacious, and the Puritan concept of Visible Sainthood makes no sense whatsoever. If, on the other hand, grace is manifested in individual hearts, it is only the individual human being who can determine its presence or absence²⁸.

The implications of Hutchinson's analysis were far-reaching, in that they clearly demonstrate the gulf lying between the Antinomian and orthodox positions regarding the nature of the sources of civil power and personal authority. For the Puritans of Massachusetts Bay, decisions on matters relating to secular and religious matters were validated by reference to Scriptural precedent, used not only to justify the enterprise of colonization as a divine mission but also to legitimize the power of the magistrates. Thus election (and subsequent access to personal and collective power) was made manifest by good behavior, which

²⁵ See LANG, Amy Schrager — *op. cit.*, pp. 17-20.

²⁶ WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 195.

²⁷ See WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 195.

²⁸ For a discussion of the concept of Visible Sainthood, see LANG, Amy Schrager — *op. cit.*, pp. 34-36.

in turn was defined by the Puritan power structure as submission to the authority of the existing hierarchy. As a result, as one historian has pointed out, «A community of saints did not mean a community of equals»²⁹. In his *Journal*, John Winthrop develops the distinction between «natural» and federal liberty, affirming that the former (characterized as «common to beasts and other creatures») will cause men to slide into bestiality, whereas federal liberty represents «the proper end and object of authority, and cannot subsist without it... it is a liberty to that only which is good, just, and honest... This liberty is maintained and exercised in a way of subjection to authority»³⁰. In this Orwellian (or oxymoronic) rhetorical gambit, freedom is identified with submission and obedience to authorities such as (needless to say) Winthrop himself.

Antinomian ideas about the locus and nature of power in Puritan society were radically different. For Anne Hutchinson and her followers, one's identity (and authority) as one of the Elect was conferred by individual revelation and had nothing to do with observance of external laws or submission to civil and ecclesiastic authority³¹. Therefore, for the ministers and magistrates to characterize themselves as powerless before God while simultaneously asserting their own power was contradictory and at worst hypocritical. The Antinomians did not hesitate to point this out, and Anne Hutchinson took matters one step further by actually accusing the leading ministers of Massachusetts Bay, with the exceptions of John Cotton and John Wheelwright, of preaching a Covenant of Works rather than a Covenant of Grace³².

With this, the fat was well and truly in the fire. In 1636, Hutchinson was summoned to an interrogation before the ecclesiastical authorities of the colonies and accused of propagating two dangerous doctrinal errors: that the Holy Ghost lives within a justified (Elect) person, and that sanctification (virtuous behavior) is in no way evidence of justification³³. Hutchinson, in an astute rhetorical move, characterized herself as completely powerless without Christ. Thus self-abnegation paradoxically becomes self-assertion, and neatly circumvents the structures of the Puritan patriarchal hierarchy. In addition, Hutchinson's violation of social codes regulating the conduct considered appropriate for women and her assumption that her intellectual judgment was as every bit as valid (if not more so) than that of her accusers was particularly infuriating to the Puritan authorities, and thus led to accusations that she had not fulfilled her divinely ordained womanly role³⁴. At this time, John Cotton began to withdraw his support from the Antinomian faction.

In September 1637 a synod or assembly or church authorities was called to deal with the problems created by the Antinomian controversy. A close reading of John Winthrop's *Journal* reveals that the decisions of the synod functioned essentially to shore up crumbling civil and religious authority. In an

²⁹ *Ibidem*, p. 38.

³⁰ WINTHROP, John — *op. cit.*, vol. II, p. 246.

³¹ See WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 240.

³² See RUGG, Winifried — *op. cit.*, pp. 112-118.

³³ WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 195.

³⁴ See KOEHLER, Lyle — *op. cit.*, p. 222.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

entry made on Monday, September 7, 1637, Winthrop cites the following policy statements produced by the synod:

«1. That though women might meet (some few together) to pray and edify one another; yet such a set assembly... where sixty or more did meet every week, and one woman (in a prophetic way, by resolving questions of doctrine, and expounding scripture) took upon her the whole exercise, was agreed to be disorderly, and without rule.

2. Though a private member might ask a question publicly, after sermon, for information; yet this ought to be very wisely and sparingly done, and that with leave of the elders;

3. That a person, refusing to come to the assembly, to abide the censure of the church, might be proceeded against, though absent»³⁵.

It is quite obvious that these strictures had Anne Hutchinson as their target. Women, like children, were to be seen but not heard; and members of the colony, whatever their sex, were not to ask controversial questions or make trouble for those in power. If they were so foolish as to do so, they could be tried *in absentia* by the Puritan clergy, in elemental and flagrant disregard of the traditions of English Common Law and conventional jurisprudence, according to which the accused had a right to know the charges of which he/she is accused and to defend himself/herself.

The Puritan hierarchy hoped that with these measures, the controversy would die out. In this, they were disappointed; as Winthrop laconically notes in his *Journal*, «it fell out otherwise»³⁶. Thus in March of the following year the General Court was convened to deal with the offenders. In proceedings which have been characterized as «a legal travesty»³⁷, Hutchinson was accused of twenty-nine different heresies. The most salient charges were related to declarations that she had allegedly made: that Christians were not bound to the Law as a rule of life; that there is no such thing as inherent righteousness; that election is directly revealed to the individual believer, and that sanctification does not constitute evidence of justification³⁸. She was also accused of violating the Fifth Commandment to honor one's father and mother. According to the Westminster Catechism, cited by Winthrop to support his point, «father and mother» in the Fifth Commandment are «all superiors in age and gifts, especially those over us in authority»³⁹. The pastor of Salem, Hugh Peter, ridiculed what he perceived as Hutchinson's unfeminine behavior, saying «you have stepped out of your place, you have rather bin a Husband than a Wife and a preacher

³⁵ WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 224.

³⁶ WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 239.

³⁷ See *Anne Hutchinson*, «Dictionary of American Biography», vol. 9, London, Oxford University Press, p. 436.

³⁸ See WINTHROP, John — *op. cit.*, pp. 244-246.

³⁹ Quoted in RUGG, Winifried — *op. cit.*, p. 163.

than a Hearer; and a Magistrate than a Subject»⁴⁰. Presumably her chief transgression was to have rejected prevailing gender roles and stereotypes of woman as passive, obedient, and above all, silent. Although at this point in the proceedings Hutchinson probably no longer held any illusions about the fairness of her accusers, she nonetheless defended herself with spirit⁴¹, leading Winthrop to exclaim, «We are your judges, and not you ours». When the court attacked her for teaching women, Hutchinson replied, «do you think it not lawful for me to teach women... then why do you call me to teach the court?»⁴².

Hutchinson freely admitted that she had indeed made the affirmations of which she was accused. She then inquired, with more than a little irony, how it was that the Elders of the church could come to her pretending to desire enlightenment on questions of doctrine, when their real purpose was to entrap her; in a telling thrust, she compared her accusers' speech to that of the Pharisees' interrogation of Jesus⁴³. This invocation of whitewashed sepulchres was perhaps lacking in diplomacy (though not in accuracy) and the Elders voted to admonish her. The only dissenting votes were those of Hutchinson's sons, who were publicly criticized for supporting their mother against her accusers and thus presumably «hardening her in her sin»⁴⁴. After this, Anne Hutchinson was condemned to house arrest under the custody of John Cotton.

In the following session of the General Court, Hutchinson made a tactical retreat, recanting all of her previous views except those related to the Covenant of Works⁴⁵. This, however, was not enough for her accusers. In the words of John Winthrop, «in her answers to the severall articles, shee gave no satisfaction, because in diverse of them shee answered by circumlocutions, and seemed to lay all the faults in her expressions»⁴⁶. What some historians have termed a tactical misstep came when Hutchinson denounced the elders, prophesying that God would ruin them and their posterity for their cruelty to her. When asked how she had come about this knowledge, she replied, «By an immediate revelation»⁴⁷. This, for the ministers, constituted the final proof of her heresy. Perhaps the most unfair of all the accusations was the one which came from her former mentor, John Cotton. Linking the rejection of Puritan dogma to the violation of sexual norms, he remarked «though I have not herd, nayther do I thinke, you have bine unfaithfull to your Husband in his Marriage Covenant, yet that will follow upon it»⁴⁸. All the available histo-

⁴⁰ HALL, David D. — *The Antinomian Controversy, 1636-1638: A Documentary History*, Middletown, Conn., Wesleyan University Press, 1968, pp. 382-383.

⁴¹ In the words of Winthrop, her adversary, «shee still persisted in her error, giving froward speeches to some that spake to her», WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 248.

⁴² Quoted in KOEHLER, Lyle — *op. cit.*, p. 20.

⁴³ Cf. WINTHROP, John — *op. cit.*, pp. 246 ss.: «shee told thim that hee spake like the Pharisees, who said that Christ had a devill».

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 248-249.

⁴⁵ WINTHROP, John — *op. cit.*, p. 249: «shee did acknowledge her error in all the Articles (except the last)».

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 249-250.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 240.

⁴⁸ HALL, David — *The Antinomian Controversy, 1636-1638: A Documental History*, Middletown, Conn., Wesleyan University Press, 1968, pp. 371-372.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

rical evidence shows that this accusation was completely unfounded; Hutchinson was known to have a harmonious relationship with her husband William, and was characterized as an exemplary mother. Nonetheless, it is reasonable to infer that this kind of insinuation would make it much more difficult for Hutchinson's partisans to stand by her, as to defend her could be represented as supporting free love and adultery.

The verdict of the Puritan authorities was, as one might expect, excommunication. When the pastor John Wilson commanded her to withdraw herself from the congregation as though she were a leper, Anne Hutchinson reacted with characteristic courage, saying that she viewed her excommunication as the greatest happiness that ever befell her. At the door, she declared, «The Lord judgeth not as man judgeth, better to be cast out of the Church than to deny Christ»⁴⁹. The reactions of the Puritan power structure to Hutchinson's sentence are perhaps best exemplified by the words of Thomas Welde:

«This American Jesabel kept her strength and reputation, even among the people of God, till the hand of Civill Justice laid hold on her, and then shee began evidently to decline, and the faithfull to bee freed from her forgeries... when she might have expected (as most likely shee did) by her seeming repentance of her errors, and confessing her undervaluing of the Ordinances of Magistracy and Ministry, to have redeemed her reputation in point of sincerity, and yet have made good all her former work, and kept open a back doore to have returned to her vomit again, by her paraphrasticall retractions... such was the presence and blessing of God that this subtilty of Satan was discovered to her utter shame and confusion»⁵⁰.

Shortly thereafter, Hutchinson went into exile on an island in Naragansett Bay which her husband and followers had purchased from the Indians. In the inimitable tone of Christian charity which permeates his writing, John Winthrop made the following entry in his *Journal* on Hutchinson's departure:

«Thus it hath pleased the Lord to have compassion of his poore churches here, and to discover this great imposter, an instrument of Satan so fitted and trained to his service for interrupting the passage (of the) Kingdom in this part of the world, and poysoning the Churches here planted, as no story records the like of a woman»⁵¹.

After leaving the Massachusetts Bay Colony, Hutchinson, far from manifesting contrition or lapsing into despondency, landed right in the middle of yet another controversy. Shortly after her arrival in Rhode Island, she joined with the poorer residents of the town of Portsmouth to protest against several facets of the policy of William Coddington, the local governor, namely

⁴⁹ WINTHROP, John — *op. cit.*, pp. 251, 264.

⁵⁰ WELDE, Thomas — *op. cit.*, p. 254.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 251-252.

his unfair system of land allotment, his authoritarian rule, and his pro-Puritan stance⁵². In 1642, William Hutchinson died, and Anne Hutchinson moved with part of her family to Long Island, settling on the shore of Pelham Bay. There, in August of September of 1643, she and all but one of her family were massacred by the Indians.

It is probable that the Puritans of Massachusetts Bay saw the Indian attack on the Hutchinson family (and particularly on Anne Hutchinson herself) as the result of divine intervention. In subsequent texts on the subject of the Antinomian controversy, she has been characterized as a predecessor of movements such as the Great Awakening, or castigated as having opened the door to hermeneutic anarchy⁵³. Perhaps her most lasting legacy, however, is the record of the courage which one lone woman faced the collective verbal and psychological violence of the Puritan theocracy of Massachusetts Bay without bending or breaking, showing other dissenters just how questionable the motives and logical consistency of the local civil and ecclesiastic hierarchy really were. The Antinomian movement may have failed, ironically enough, due to an emphasis on individualism which would nullify its capacity for collective intervention. Nonetheless, one of Hutchinson's Portsmouth supporters, Randall Holden, suggested that she had helped create the possibility of a sort of world in which «the great and terrible word *magistrate* ...hath no great lustre in our ordinary acceptation»⁵⁴. As history has been known to demonstrate, there are worse epitaphs.

Susan Parsons Pérez Castillo

⁵² See WILLIAMS, Roger — *Complete Writings*, vol. VI, pp. 95-96.

⁵³ See, for example, EDWARDS, Jonathan — *The Works of President Edwards*, vol. IV, New Haven, Yale University Press, 1957, pp. 127-130, and CHAUNCY, Charles — *Seasonable Thoughts on the State of Religion in New England: A Treatise in Five Parts*, Boston, 1743, p. 26.

⁵⁴ HOLDEN, Randall — *Letter to the Massachusetts General Court, September 15, 1643*. «Collections of the Massachusetts Historical Society, 3. I (1825), pp. 13-15.

O ENSINO E O ESTUDO DE INGLÊS NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (F.L.U.P.)

Na sua alocução apresentada na sessão de abertura do ano académico de 1988/89 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e posteriormente publicada na «Revista da Faculdade de Letras do Porto»¹, o Doutor Gomes da Torre levantou um número de questões importantes sobre aspectos relacionados com o papel da Faculdade (F.L.U.P.) no ensino de línguas estrangeiras e no treino de professores de línguas estrangeiras. Este artigo propõe-se examinar pormenorizadamente a actual situação, fazendo particular referência ao ensino do inglês no F.L.U.P., não deixando também de fazer algumas observações gerais em resposta ao artigo já mencionado.

Um nível de cultura geral não satisfatório entre os estudantes foi, por exemplo, anotado e ilustrado através da incapacidade de alguns estudantes em identificar os Estados Unidos da América através de uma metáfora associada à posição geográfica deste país em relação ao Canadá. Tais estudantes na F.L.U.P. que exibem uma falta de cultura geral serão talvez vítimas de um ensino ineficaz ou insuficiente nível do Secundário, falta que não tem sido totalmente compensada durante o seu curso na F.L.U.P. Num curso de Inglês há naturalmente lugar para a inclusão de elementos de cultura geral através da exploração dos laços dinâmicos vivenciais que existem entre uma língua e a sua cultural nacional ou regional. Talvez que o meio mais apropriado para o desenvolvimento deste aspecto fosse através de um projecto de trabalho colectivo ou individual. Tal tipo de projecto beneficiaria os estudantes ao envolvê-los em actividades reais, ultrapassando o fosso entre a sala de aula e o mundo real produzindo assim níveis elevados de motivação e cooperação (Fried-Booth, D. L., 1987)². Mais ainda, a capacidade em comunicar numa língua estrangeira é parte essencial do conceito moderno europeu de «cultura sem fronteiras», e a F.L.U.P. como instituição poderia demonstrar abertamente que compreende tal noção, talvez chegando até ao ponto em que a grande maioria dos seus estudantes teria acesso ao estudo de uma língua estrangeira, até por ser um utensílio de extrema utilidade nos estudos, independentemente dos estudantes serem de Filosofia, Geografia ou qualquer outra área.

¹ TORRE, M. Gomes da — *Papel da Faculdade de Letras do Porto na Formação de Professores de Línguas Vivas Estrangeiras*, in «Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas», II Série, Vol. VI, Porto, 1989.

² FRIED-BOOTH, D. L. — *Project Work*, Oxford, University Press, 1987.

Um segundo exemplo das questões trazidas à luz diz respeito ao papel da investigação científica na vida da F.L.U.P. Sem dúvida que uma forte componente de investigação científica deve ser encorajada de modo a que o ensino disponível na F.L.U.P. seja constantemente estimulado e tenha uma perspectiva universal. Isto aplica-se tanto às Línguas Modernas como às outras áreas. Stern, H. H. (1983) dedica um capítulo inteiro do seu livro seminal ao valor da investigação no ensino de línguas chegando à conclusão que 'investigação e teoria podem ser perspectivadas como componentes indispensáveis a uma actividade de ensino de línguas bem planeada, e não como substitutos de quaisquer outros componentes'³. Limitando os nossos horizontes de modo a sermos meramente uma instituição que produz e treina futuros professores seria, sem dúvida, seguir um caminho muito estreito e um que eventualmente corre o risco de se terminar. Sob esta luz, a falta de envolvimento dos Leitores na investigação científica é grave. As oportunidades e condições que existem na F.L.U.P. devem ser tornadas total e inequivocamente claras a todos os Leitores como grupo. Áreas específicas de interesse podiam ser requeridas através de consultação com o grupo e com o órgão institucional adequado. Desta forma seria possível iniciar na F.L.U.P. um programa bem coordenado e equilibrado de projectos de investigação. O sistema actualmente existente em que se procura informação e autorização através de iniciativas individuais pode ser comparado negativamente, em termos de eficiência e eficácia, com uma única ocasião anual para distribuição, recolha e discussão da informação necessária. Um esquema deste tipo daria também uma forte contribuição para os padrões de profissionalismo da F.L.U.P., ao mesmo tempo que tornaria claro quais Leitores estariam dispostos a levar a cabo trabalho de investigação como parte do seu cometimento profissional para com a F.L.U.P.

Uma outra problemática levantada foi a da necessidade de não cair no erro de introduzir mudanças baseando-se unicamente num critério de novidade *per se*. Sem dúvida que é necessário ter cautela na abordagem de inovações, além de que a apreciação final dos méritos, ou não, de novas ideias ou métodos deve, sem dúvida, ser feita com base em factores locais extremamente específicos. Na F.L.U.P., por exemplo, uma perspectiva educacional deve tomar prioridade sobre uma visão linguística, excluindo assim uma abordagem puramente 'functional/notional' do ensino de línguas estrangeiras. Uma atenção especial necessita ser prestada ao tipo de estudantes que serão os recipientes de qualquer processo inovativo. Por exemplo, o ímpeto inicial para «The Threshold Level Project» dirigia-se a um grupo de estudantes muito diferentes daquele que frequenta a F.L.U.P. Um mesmo tipo de abordagem metodológica flexível não implica de forma alguma uma abordagem universalmente correcta, sendo até uma que não pode ser totalmente adoptada na F.L.U.P.

Foi também levantada uma outra questão de pendor mais institucional: a necessidade de prestar um maior reconhecimento e atenção aos cursos de línguas estrangeiras e aos Leitores na F.L.U.P. De facto, mínimo é talvez um

³ STERN, H. H. — *Fundamental Concepts of Language Teaching*, Oxford, University Press, 1983.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

bom adjectivo para descrever o envolvimento dos Leitores em qualquer órgão com poderes de decisão, quer administrativo quer representativo, da F.L.U.P. Tal está em profundo contradição com a responsabilidade que advém aos Leitores do peso que têm em termos de percentagem de horas no horário dos estudantes, e consequentemente, em termos de contacto com os mesmos, já para não falar da prioridade que a aprendizagem da língua tem nas considerações dos estudantes. Parece que a Instituição oferece aos Leitores pouco encorajamento real para uma contribuição profissional destes nestas áreas. Uma política de espera de um ou dois voluntários particularmente entusiastas não parece passível de produzir frutos da melhor qualidade. Poderiam existir funções determinadas ou cargos que os Leitores teriam que preencher através da eleição de um membro do seu grupo; ou no mínimo cada órgão deveria ter um membro responsável pela coordenação e consulta com os Leitores. A situação actual parece fazer pouco para proporcionar o desenvolvimento de uma actividade construtiva e de um diálogo aberto e significativo: estes são parte de qualquer forma de discussão e debate devendo estar no cerne de qualquer instituição que almeje melhorar e progredir.

No entanto, embora toda esta problemática e questões sejam dignas de mais desenvolvimento, a principal preocupação deste artigo é a de examinar a necessidade de aumentar os níveis de sucesso na aprendizagem da língua pelos estudantes que se submetem ao processo de ensino-aprendizagem tal como é levado a cabo na F.L.U.P. Nesta área, o Doutor Gomes da Torre identificou correctamente o papel dos Leitores como crucial, e é por esta razão que este artigo pretende descrever e analisar alguns dos elementos do trabalho que está actualmente a ser levado a cabo por Leitores que têm a responsabilidade de leccionar o curso de inglês na F.L.U.P.

Mas antes de abordar a situação actual será conveniente fazer um curto comentário sobre a referida falta de sucesso académico. Sem dúvida alguma que estes últimos anos presenciaram uma evolução nos métodos de ensino de línguas estrangeiras, mas os resultados obtidos são duvidosos em termos de eficácia da aprendizagem da língua. Os níveis actuais de sucesso obtidos pelos estudantes têm sido comparados de uma forma negativa com a situação anterior. No entanto, esta comparação desfavorável pode resultar da utilização de critérios diferentes para avaliar sucesso ou insucesso. Tal situação foi até ao ponto de no passado ter sido criado um falso sentido de sucesso devido à falta de compreensão ou definição do que consiste, em termos de aprendizagem de uma língua, um ganho real. Por exemplo, hoje em dia a capacidade de analisar um texto literário em termos estilísticos e em termos de estrutura e distribuição gramatical não seria considerada como um constituinte vital de um aluno-padrão. A reflexão teórica sobre o que constitui uma 'competência comunicativa' realista e moderna (que é extensivamente analisada em Canale, M. e Swain, M. 1980)⁴ ilustra esta mudança de ênfase na teoria da aprendizagem e ensino de uma língua: a tomada em conta de elementos tais como a capacidade comunicativa,

⁴ CANALE, M.; SWAIN, M. — *Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing*, in «Applied Linguistics», 1/1, pp. 1-47, 1980.

a aptidão em antecipar e deduzir e a competência na compreensão e produção integrada mudaram radicalmente o perfil do aluno bem sucedido. Consequentemente, a mudança do rumo do sucesso ou insucesso, com base na avaliação de resultados futuros, só poderá ser levada a cabo no longo prazo. Na realidade os alunos do curso de Inglês possuidor de um novo programa de aprendizagem (actualmente a ser desenvolvido em resposta às recente inovações de horários e de estágio) só terminarão os seus estudos na F.L.U.P. em 1992/93. Pode também ser apontado o facto de que os níveis de sucesso ou insucesso parecerem terem sido avaliados sob uma certa perspectiva aleatória sem o auxílio de um estudo estatístico pormenorizado que acompanhasse os estudantes através do seu percurso na F.L.U.P. Uma análise estatística dos factos mais detalhada traria certamente uma outra luz, mais construtiva, sobre os verdadeiros níveis de sucesso ou insucesso. Um estudo estatístico dos resultados poderia fornecer um resumo, não só significativo, como imediatamente disponível para ser utilizado como base de futuros estudos de correlação: tal abordagem permitiria tanto descrições mais correctas, como a possibilidade de se tirar certas ilações (Woods, A./Fletcher, P./Hughes, A. 1986) ⁵.

Quando os estudantes chegam à F.L.U.P. para iniciar o seu curso em Inglês I, não se espera que sejam possuidores de todo o saber relevante, mas espera-se sim que tenham alcançado o nível considerado apropriado, do qual o resultado obtido na prova específica e outras seria demonstrativo. Um dos objectivos principais do curso de Inglês I é o de rever e consolidar os conhecimentos já existentes, ao ponto de eliminar da produção escrita e oral dos alunos certo tipo de erros básicos de inglês. Dos alunos que demonstrem deficiências em tais áreas 'elementares' espera-se que aproveitem a atenção dada a esses pormenores e progridam até ao nível de erro mínimo na sua actuação nessas áreas. A definição dessas áreas já está esboçada, e o subsequente trabalho de maior detalhe encontra-se a ser realizado pelos Leitores de Inglês. Os resultados deste trabalho serão publicados como parte do programa de Inglês a que os estudantes terão acesso. Naturalmente que os Leitores prestarão assistência e encorajarão alunos mais fracos, mas o sucesso ou insucesso em Inglês I estará bastante relacionado com o reconhecimento e aprendizagem por parte do aluno dos componentes que foram introduzidos e exercitados ao longo desse primeiro ano. A juntar a este tipo de abordagem ao 'inglês geral' os Leitores estão a trabalhar numa compilação de um banco de actividades que terá como base áreas identificadas como difíceis para alunos portugueses o que irá fortalecer uma visão detalhada do aproveitamento dos alunos.

Além de áreas específicas de gramática, construção de vocabulário, fonética/pronúnciação e aptidão na escrita que foram ou estão a ser definidas para cada ano de Inglês pelos respectivos Leitores, foi também estabelecida uma forma de coordenação deste sistema através de reuniões extra-curriculares. No «Guia do Estudante» os programas anuais fornecerão um esboço geral, e a cada turma será depois fornecida uma listagem mais detalhada daquilo que

⁵ WOODS, A.; FLETCHER, P.; HUGHES, A. — *Statistics in Language Studies*, Cambridge, University Press, 1986.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

lhes será exigido para esse ano em particular. Desta forma os alunos poderão perspectivar por eles próprios quais os objectivos a alcançar para se considerar que estão a realizar progressos satisfatórios em termos da aprendizagem da língua. Espera-se que esta forma de definição dos elementos do curso venha a associar o sentido de progressão a um saber cada vez mais profundo e óbvio para todos os que participam no processo de ensino-aprendizagem do inglês. A responsabilidade pelo sucesso neste processo está dividida por estudantes e Leitores, e cada grupo deveria poder questionar até que ponto tal responsabilidade está a ser exercida relativamente ao programa do curso e outro material informativo publicado.

A busca de conhecimento a nível universitário pressupõe que os estudantes estejam dispostos a aceitar uma boa dose de responsabilidade pessoal pela sua própria aprendizagem. No caso de Inglês essa autonomia será encorajada a desenvolver-se. Aos alunos será mostrado o valor dos livros de referências, onde os encontrar e como os utilizar. Serão organizadas actividades específicas, tais como a tarefa de procura de informação baseada nos livros de referência disponíveis no Instituto de Estudos Ingleses, ou através das instruções dadas pelo Leitor durante o tempo de aula, ou ainda através de referências feitas na correcção do trabalho de casa, etc. Os alunos devem de estar bem conscientes da sua obrigação em contribuir para a sua própria aprendizagem de uma forma dinâmica, planificada e bem pensada: a aprendizagem de uma língua não é uma acção passiva. Por exemplo, todo o trabalho de casa deve ser feito e entregue no dia exacto, não pura e simplesmente por uma questão de disciplina académica, mas muito mais importante, porque o trabalho de casa constitui muitas vezes a base de actividades de aprendizagem numa próxima aula. Neste caso a parte da responsabilidade que cabe ao Leitor é o de assegurar que todo o trabalho de casa esteja corrigido de um forma clara, construtiva, justa e rápida. Além desta responsabilidade o Leitor pode ser considerado como sendo o ponto focal de todo o trabalho feito pelos alunos através da concepção, coordenação, preparação e execução de todas as actividades de aprendizagem associadas aos fins e objectivos publicados para cada ano/course de Inglês. Cada Leitor deve levar a cabo estes deveres dando o melhor de si próprio e partindo do princípio de que ocupa um cargo a tempo inteiro.

Será talvez verdade a afirmação de que o maior peso da responsabilidade de um Leitor reside na função da avaliação. Do ponto de vista dos estudantes o sucesso ou insucesso está, em última análise, centrado nesta questão. O progresso de um aluno deveria ser avaliado de uma forma regular e frequente, utilizando uma variedade de formas de testes, de modo a tomar em conta os diferentes ênfases que as diferentes capacidades para a aprendizagem, compreensão e produção de uma língua requerem. Qualquer sistema de avaliação deveria ser pré-determinado, definido em pormenor, transparentemente claro, funcionando como parte do processo de aprendizagem, em vez de ser uma angustiada competição por valores abstractos numa escala de 0 a 20. Por exemplo, no início de cada ano do curso de Inglês será dado aos alunos informação sobre o diferente peso dado a cada parte dos testes. Assim os alunos saberão a importância dada aos vários elementos de aprendizagem da língua

e terão a oportunidade de produzir vários trabalhos de inglês para avaliação e para analisar o seu desempenho em termos da relação entre os seus esforços e os resultados obtidos.

Este conceito de avaliação no programa de Inglês está a ser implementado pelos Leitores, somando-se ao seu trabalho normal de preparação, ensino e atendimento obrigatório de alunos. A importância deste elemento de avaliação contínua necessita ser sublinhada tanto em termos do tempo que requiere para o seu funcionamento, como em termos dos resultados que obtém. Na realidade, mesmo com o pesado fardo que coloca sobre os Leitores de Inglês, estes consideram que a avaliação contínua deveria ser o modo de avaliação principal e dominante para os estudantes de línguas estrangeiras. Uma das primeiras modificações que já foram introduzidas no programa de Inglês é a de um sistema previamente acordado de calibragem da avaliação contínua, de modo que todas as turmas do mesmo ano estejam a ser avaliadas nos mesmos termos e parâmetros. Está também já elaborado um sistema de calibragem mais geral e mais flexível cuja área de acção abrange todos os anos de Inglês. Uma consequência desta modificação será o facto de os estudantes de Inglês receberem um tratamento bastante semelhante na sua avaliação contínua, independentemente de turma, professor ou ano. Talvez que a característica mais importante para o Inglês do sistema aqui descrito, é o de nada ter em comum com um tipo de exame mais tradicional de carácter regurgitativo e isolado. Os testes de inglês são mais flexíveis em termos do tempo requerido: podem ir desde os 10 minutos até às 3 horas, tudo dependendo da matéria a ser avaliada. Estes testes não são efectuados no vácuo ou isoladamente do curso: vão requerer o envolvimento dos alunos em actividades de preparação na aula ou através de trabalho de casa. Após terem sido feitos, os testes podem também ser utilizados como base para revisões ou aprofundamento de actividades em vez de serem simplesmente guardados ou arquivados para serem lembrados apenas em termos da nota obtida. Os testes devem ser, tanto quanto possível, parte do processo de ensino-aprendizagem e assim estarem integrados no programa antes do início do ano lectivo: um objectivo que já foi parcialmente alcançado no curso de Inglês.

Um outro fim deste sistema de avaliação é o de definir claramente uma escala de progressão que permitirá aos alunos com poucas hipóteses de alcançar os objectivos finais do curso de Inglês uma tomada de consciência da sua situação o mais cedo possível. Parece desnecessário permitir a alunos chegarem às fases finais da licenciatura para aí simplesmente falharem na sua conclusão. Esta nova abordagem tem como objectivo criar a certeza de que só os alunos mais capazes passarão além do primeiro ano (Inglês I), já que é óbvio que só os mais capazes (como definido pelos padrões de avaliação publicados para Inglês IV) estarão na posição de utilizar o seu inglês de uma forma totalmente profissional. As exigências feitas à língua inglesa em termos de elemento importante nas condições de futuro emprego, bem como em termos de conjuntura nacional, faz com que os licenciados em Inglês pela F.L.U.P. devam possuir uma proficiência total e competente da língua inglesa em todos os seus muitos

e variados aspectos. Uma parte crucial do actual desenvolvimento de um programa integrado, gradativo e detalhado para o Inglês na F.L.U.P. é a de que os alunos devem «subir a escada» de uma forma mais harmoniosa, com cada subida de degrau a ser ditada por um desempenho satisfatório dentro do modo de avaliação em vigor.

Parece absurdo que um aluno de línguas possa inscrever-se simultaneamente em turmas de, por exemplo, Inglês I e Inglês II quando reprovou em Inglês I com uma nota baixa. Um sistema de precedências é vital para o funcionamento da nova abordagem defendida pelos Leitores de Inglês. Todas as turmas de um ano podem já ser consideradas como sendo uma mistura de capacidades, isto sem adicionar factores relacionados com a presença de alunos de outros anos. Assim num ano os alunos deveriam estar a um nível de capacidade de linguagem semelhante de forma a que a matéria possa ser tornada consistentemente apropriada de modo a que a identidade e ímpetos de um grupo possam ser estabelecidos para assim os alunos se tornarem mais abertos ao auxílio e correcção por parte dos seus iguais, maximizando então a participação dos alunos e este último factor é fundamental para um processo de aprendizagem bem sucedido. Os alunos devem ser capazes de comunicar com eficácia entre si de forma a desenvolver capacidades apropriadas e a reduzir a sua dependência da língua materna. Não se pode definir um conjunto claro de objectivos de capacidade linguística para cada ano de Inglês sem um conjunto claro de alunos como objecto de trabalho, e o mesmo é válido para o desenvolvimento a longo prazo de materiais de ensino. Esta evolução continuará a ter como fim último a criação de um banco de dados informativos de recurso para cada ano, sem se ter que recorrer necessariamente a livros que geralmente foram baseados em objectivos e exames que não são idênticos aos da F.L.U.P. Também deve ser notado que grupos restritos e delimitados, contendo alunos de um só ano, não resulta necessariamente numa passagem mais lenta dos estudantes pelo sistema da F.L.U.P.: com grupos de aprendizagem mais homogéneos é mais natural que o Leitor seja capaz de 'alcançar' todos os alunos e ensiná-los mais eficazmente e de acordo com as necessidades que sejam comuns entre eles, assegurando desta forma um aumento seguro e claramente definido da capacidade de controlo da língua, o que corresponderia por sua vez a um avanço dentro do sistema.

O ensino de uma língua estrangeira é muito diferente do ensino de outras matérias. Uma língua é, pela sua natureza, uma entidade viva que está constantemente sujeita a mudanças que não têm quaisquer fronteiras, por exemplo, em termos de quantidade de vocabulário, ou em termos do que é considerado gramaticalmente correcto, ou ainda em termos da variação na pronúnciação. Considerações como estas são o ponto de partida de Lyons, J. (1981)⁶, um trabalho geralmente aceite como sendo de importância primordial em qualquer tentativa de relacionar linguística com linguagem e consequentemente com o ensino de uma língua. Assim, qualquer tentativa de ensino de uma língua deve ser

⁶ LYONS, J. — *Language and Linguistics*, Cambridge, University Press, 1981.

flexível na sua perspectiva e incorporar uma consciencialização e aceitação de mudanças e inovações. Quando factores como estes são combinados com um grupo infinitamente diversificado de alunos, exibindo variações do tipo que McDonough, S. (1981) pp. 130-147 descreve ⁷, as dimensões dos problemas com os quais o docente de uma língua estrangeira tem que se debater tornam-se mais óbvias. Esta virtual receita para o caos está a ser lida pelos Leitores de Inglês, cuja resposta tem sido a de apostar na construção de um programa novo, integrado e evolutivo para os quatro anos de Inglês na F.L.U.P: um projecto que já produziu uma quantia substancial de novos materiais, novas perspectivas e novas atitudes.

O caos estava também implícito na citação de Larsen-Freeman feita pelo Doutor Gomes da Torre: «Há uma tão grande diversidade de métodos (...) que seria impossível identificar uma aula típica. Não há hoje uma forma única de ensinar línguas. Na verdade as abordagens existentes diferem em questões fundamentais. Não há acordo sobre o tipo de programa, sobre a ordem de apresentação das capacidades, sobre o valor da correcção explícita dos erros, ou mesmo sobre uma questão tão básica como seja o papel da língua materna dos alunos» ⁸. Mas a situação do curso de Inglês na F.L.U.P. pode ser vista sob uma luz diferente quando o trabalho levado a cabo pelos Leitores, quer o já completado quer o que ainda está em curso, é tomado em conta. Enquanto a diversidade dos métodos se mantém, torna-se num factor positivo já que é necessário flexibilidade para ir de encontro aos objectivos dos estudantes. Tal flexibilidade e diversidade pode ser controlada através o estabelecimento de um conjunto de padrões e materiais apropriados aos primeiros. Na área de Inglês tem havido uma tentativa activa tanto de definir um tipo de programa, como de abordar a apresentação e a prática das aptidões dessa língua de uma forma unificada baseada em materiais convenientemente seleccionados para cada ano. A problemática do valor da correcção explícita dos erros tem também sido confrontada de várias formas. Por exemplo, em Inglês I, quando se trata de trabalho escrito, a correcção explícita do erro é vista como fundamental para uma progressiva consciencialização por parte dos alunos das suas próprias áreas de fraqueza, sendo também vista como fornecendo aos alunos um ponto de referência a partir do qual eles poderão desenvolver os seus programas de auto-estudo numa base individual apropriada. O papel da língua materna foi tido em conta no planeamento e redacção do novo programa podendo dois exemplos ilustrar este ponto. Primeiramente, na componente do curso 'pronúncia e fonética' os sons que primeiro são tratados são aqueles que é sabido representarem dificuldades específicos a alunos portugueses de inglês (Swan, M. e Smith, B. (eds.) 1987, pp. 90-103) ⁹. Em segundo lugar, como já foi referido neste artigo, os Leitores estão a criar um banco de actividades centradas em

⁷ McDONOUGH, S. H. — *Psychology in Foreign Language Teaching*, London, Allen and Unwin, 1981.

⁸ LARSEN-FREEMAN, D. — *From Unity to Diversity: twenty-five years of language teaching methodology*, in «Forum XXV», 4, pp. 2-10, 1977.

⁹ SHEPHERD, D. — *Portuguese Speakers*, in «Learner English», edited by Swan, M. and Smith, B., Cambridge University Press, 1987.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

problemas gramaticais e de expressão específicos, como por exemplo, substantivos concretos e abstractos.

Este artigo tentou demonstrar que a situação actual do curso de Inglês na F.L.U.P. é uma de constante melhoramento baseado no trabalho dos Leitores cujo objectivo é o de obter os melhores resultados possíveis sob as condições existentes na F.L.U.P.; condições que em muitas áreas não podem ser descritas como ideais, como por exemplo em termos do tamanho das turmas, duração do ano lectivo, disponibilidade de material didáctico de apoio ao ensino, definição geral dos objectivos e formas de avaliação, mas acima de tudo, em termos de apoio e organização institucional: citando do artigo do Doutor Gomes da Torre: «...é necessário que o Conselho Científico se preocupe com o apoio e acompanhamento a dispensar aos Leitores até agora bastante abandonados a si próprios, sem orientação e sem controlo. É urgente que se criem condições para que os Leitores se sintam mais parte do corpo docente da Faculdade, assumindo todas as responsabilidades decorrentes de tal condição».

Muitos dos Leitores de inglês contribuíram para este artigo, mas não deve este ser visto como representativo das opiniões de todos os Leitores, quer como grupo, quer como indivíduos: as ideias expressas são as do autor.

N. R. Hurst

O PORTUGUÊS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO E PARA-UNIVERSITÁRIO EM TERRAS DE EXPRESSÃO NEERLANDESA: BÉLGICA/FLANDRES E PAÍSES BAIXOS

Neste momento, os portugueses que conhecem a situação actual do ensino do português em terras neerlandófonas não devem ser muitos. Abriam-se e fecharam-se secções, professores reformaram-se, outros entraram, mudou-se de rumo, mudou-se a direcção...

Por causa de tudo isto, achámos interessante e útil fazer um levantamento actualizado. Fizemos, todavia, questão de indicar muito sumariamente a origem dos cursos e de os inserir num quadro bastante amplo. Limitámo-nos aqui ao ensino universitário e para-universitário. Originalmente, tínhamos pensado numa organização mais rigorosa e sistemática dos dados em questão; no entanto, tivemos que abandonar esta ideia por causa de se tratar de dois países com sistemas de ensino bem diferentes, por haver nos respectivos países cursos de tipo diferente e, finalmente, porque as próprias respostas da parte dos professores não o permitiam. De qualquer modo, esperamos que este «inventário» leve a um melhor conhecimento da situação e que este, por seu turno, origine uma maior colaboração nos domínios mais variados!

Agradecemos desde já a todas as pessoas que, de uma maneira ou outra, contribuíram com dados para esta exposição — mas também a todas aquelas capazes de nos assinalar eventuais equívocos ou omissões involuntárias.

Apoiámo-nos ainda em:

MARTINS DA COSTA (ALDÃO), Francisco — *Plano para a criação e organização dum Instituto de Cultura Portuguesa na Universidade de Lovaina.*

Separata do «Studium Generale» do Centro de Estudos Humanísticos, Porto, Vol. II, 1 e 2, 1955.

O Ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro. «Revista de Portugal», Série A, 262, Fevereiro de 1968. [Resposta do dr. Vasco da Fonseca a um inquérito sobre o ensino do Português em Antuérpia].

O Ensino do Português na Bélgica. Publicação do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1983.

VENÂNCIO, Fernando — *Estudos Portugueses na Holanda: O fim de um ciclo.* «Cadernos de Literatura», 20, 1985, pp. 74-76.

A Bélgica neerlandófona

HOGER INSTITUUT VOOR VERTALERS EN TOLKEN (H.I.V.T.),
Schildersstraat 41, B-2000 Antwerpen, Tel. 03/ 238 98 33, Fax 03/ 248. 19. 07.

O ensino de Português em Antuérpia tem a sua origem no Instituto Superior de Comércio do Estado (Rijkshandelshogeschool), fundado em 1852. Este adquiriu fama internacional e serviu de modelo para dezenas de outros institutos de Helsínquia a Toronto. Por seu turno, esta Rijkshandelshogeschool foi expoente de uma Antuérpia renascida e da revitalização do seu porto antigo.

Em 1993, esta capital portuária — neste momento a segunda do continente — será a capital cultural da Europa. Já se fixaram as linhas mestres para este grande acontecimento. Muito expressamente, não se lhe quer imprimir um cunho saudosista ou dar uma interpretação estreita ao termo «cultural». Todavia, não se pode deixar de recordar os pontos altos da sua história e da sua irradiação antiga, para a qual também a Feitoria Portuguesa contribuiu.

Aos estudiosos portugueses interessarão em particular três exposições:

— a exposição «Jordaens», na ocasião do 400.º aniversário do seu nascimento, sendo ele uma das figuras de proa de Antuérpia, tal como Rubens e Van Dyck;

— a exposição «Antuérpia, metrópole cultural do Ocidente no séc. XVI», que focará em particular as Artes Plásticas (pintura, desenho, gravura, tapeçaria), o Humanismo, a reforma, as Ciências e a Actividade Editorial;

— a exposição «A escola de pintura de Antuérpia de 1550-1650», que dará uma visão geral do Maneirismo nos Países Baixos do Sul e em particular em Antuérpia. Esta seguirá depois para Colónia e Washington.

Quanto ao ensino do Português: contou sempre com o apoio dos postos diplomáticos, brasileiros e portugueses, importantes nesta cidade, que — por seu lado — deu sempre muito valor às línguas por causa dos seus contactos internacionais. Aliás, um primeiro curso de português, de que pouco se sabe, parece ter sido administrado por um cônsul-geral do Brasil, de nome Fernando Augusto Georlette.

Na prática, de maneira duradoura, o ensino começou nos anos 40 por proposta do então cônsul-geral do Brasil, dr. Octaviano Machado de Oliveira, e do primeiro titular da cadeira, o português dr. Vasco da Fonseca, que foi pioneiro do ensino do português na Bélgica, para o qual escreveu vários livros. E, se houve alterações quanto à implantação do curso, à denominação, à frequência por parte dos alunos, à língua em que tem sido ministrado, a partir do ano lectivo 1942-1943 o ensino nunca foi interrompido. Portanto, a secção portuguesa bem podia aproveitar o ano de 1993, em que Antuérpia será capital cultural da Europa, para festejar meio século de português!

Em consonância com a evolução do país, em termos nacionais e internacionais, vemos o dr. Vasco da Fonseca ensinar no «Institut Supérieur de Commerce de l'État», na «Université Coloniale de Belgique», extinta, no «Institut Universitaire des Territorios d'Outre-Mer», extinto, na «Faculdade de

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Ciências Económicas Aplicadas» do Centro Universitário que veio substituir o antigo Instituto Superior de Comércio e, finalmente, no «Hoger Instituut voor Vertalers en Tolken» (Instituto Superior para Tradutores e Intérpretes), aqui em epígrafe, criado por decreto real em 1961.

Aqui ensinam actualmente três professores a tempo inteiro, sendo eles Jean Ottevaere, Willem Bossier e Lina Hofkens-Cortesão. O dr. Jean Ottevaere, primeiro professor da Secção Portuguesa, é actualmente o seu coordenador. Tem licenciatura em Filologia Românica e está em vésperas do seu doutoramento sobre a novelística portuguesa antiga (séc. XVI e XVII). É membro da Associação Internacional de Lusitanistas, da *Belgisch Tijdschrift voor Filologie en Geschiedenis* e da Associação de que depende. Tem um interesse especial pelo ensino prático do português, tradução de poesia portuguesa, novelística portuguesa antiga, literatura de Viagens, comparativismo literário no plano românico. Do seu currículo científico destacamos: a tese de licenciatura sobre Gil Vicente (1958); a tradução em francês de Sonetos de Camões, com comentários (*Revue Internationale «Synthèses»*, 1965); *Un Portugais au Japon* (Fernão Mendes Pinto) em «*La Quinzaine Littéraire*», mars 1969; uma conferência sobre as Relações Seculares de Portugal e Flandres (Ruca, 1982); uma comunicação no Colóquio sobre «O Ensino do Português na Bélgica» (V.U.B., 1982); investigação sobre poesia de Jorge de Sena, como bolsheiro do ICALP em 1985; uma comunicação sobre Emanuel d'Aranda e os Portugueses, séc. XVII, no Congresso de Leeds (1987); colaboração pela parte portuguesa à *Moderne Encyclopedie der Wereldliteratuur*; orientação de numerosas teses de alunos.

O dr. Willem Bossier tem licenciatura em Filologia Românica. É também professor efectivo e redactor-chefe da revista «*Linguistica Antverpiensia*». Fez estadias prolongadas no Brasil. Interessa-se particularmente pela linguística portuguesa moderna, a sintaxe distribucional, a formação das palavras em português (afixação), lexicografia, poesia brasileira e angolana actuais, a poesia hispano-americana. Do seu currículo científico destacamos: a tradução para neerlandês de poesias de Pablo Neruda (anos 60); numerosos artigos sobre poesia de língua portuguesa (Cabral de Melo Neto, Jorge de Lima, Agostinho Neto...); numerosos artigos sobre problemas de afixação (*Linguistica Antverpiensia*), sobre definição da língua do Brasil (RBPH) e a morfologia dos pronomes portugueses (idem); co-autoria dos *Standaard Portugees-Nederlands* e *Standaard Nederlands-Portugees Zakwoordenboeken*, Antuérpia, resp. 1987 e 1989; orientação de numerosas teses. Tem tese de doutoramento em preparação na área linguística.

A dr.^a Lina Hofkens-Cortesão é a «native speaker» da secção desde 1974. Licenciou-se em Filologia Germânica (Universidade Clássica de Lisboa) e tem o diploma de Estudos Portugueses da Université Catholique de Louvain. Pertence à Associação Internacional de Lusitanistas. O seu interesse vai em particular para a formação de Intérpretes de Português, a Literatura Portuguesa e Instituições e problemas da actualidade no mundo de língua portuguesa. Participou com uma comunicação no Colóquio sobre «O Ensino de Português na Bélgica» (V.U.B., 1982) e orientou numerosas teses. É actualmente secretária e vice-presidente da Secção de interpretação do H.I.V.T.

O H.I.V.T. insere-se na Universiteit Antwerpen, no Rijksuniversitair Centrum (RUCA), mas mantendo o estatuto prévio de instituto de ensino superior, quer dizer, para-universitário ou de tipo longo.

Quanto aos estudos portugueses propriamente ditos o Português é uma das línguas mencionadas como idioma de especialização no decreto real de 1 de Março de 1961, que instituiu o estabelecimento. No entanto, os anos 60 foram muito difíceis e J. Ottevaere e W. Bossier tiveram que lutar duramente para manter a secção portuguesa de pleno direito e não ver o seu ensino reduzido a uma opção de quatro horas semanais, pois, como a frequência era escassa, a secção chegou a ser considerada de alto luxo. Esta situação levou à redacção, com a ajuda da doutora S. Cornil, da brochura «Portugees, een wereldtaal» (1971). No dizer de J. Ottevaere, a viragem deu-se à volta dos primeiros anos da década de 70 e esteve ligada à difusão de informações mais intensivas sobre o Brasil, a seguir sobre Portugal e a revolução de Abril, que pôs termo a um relativo isolamento e deu origem a novos países de expressão oficial portuguesa com representação nos organismos internacionais e — muito obviamente — também à aproximação de Portugal à CEE e sua subsequente integração.

A base de todo o ensino é o Neerlandês. Os matriculados no 1.º ano escolhem duas línguas de especialização no grupo A: Inglês, Francês ou Alemão, sendo línguas que figuram no programa do ensino secundário, ou combinam uma das línguas deste grupo com outra de B: Português, Espanhol, Italiano, Russo. Por razões de horários lectivos, excluam-se as combinações dentro do último grupo, de modo que, por exemplo, a escolha Russo-Português é impossível. Introduzem-se depois quatro línguas opcionais do grupo C: o Chinês, o Árabe, o Grego moderno e o Dinamarquês. Trata-se de línguas opcionais na medida em que, nos dois anos terminais, é lícito escolher uma dessas em substituição de certas matérias de opção a esse nível previstas. Existe um curso preparatório no segundo ano, de frequência praticamente obrigatória.

Existem quatro anos de estudos, divididos por duas «etapas»: dois ditos de candidatura (com diploma) e dois de licenciatura (com diploma de Licenciado-Tradutor ou de Licenciado-Intérprete). Até agora, o diploma de intérprete era apenas complementar, porém, opera-se a partir da promoção dos matriculados deste ano 89-90 (i.e. inscrição este ano na primeira candidatura) uma cisão entre as duas orientações (Tradutor ou Intérprete), com diploma específico.

Visa-se uma formação tanto quanto possível completa dos licenciados, e por essa razão o currículo inclui desde o 1.º ano bastantes matérias gerais que não sejam só de línguas (Direito, Sociologia, Filosofia, Instituições internacionais, etc.).

A modalidade de português ensinada é a europeia. Todavia, familiariza-se os estudantes com o português do Brasil através de variantes de passagem sublinhadas, do curso de literatura, de gravações, etc. Admite-se, aliás, a forma brasileira, inclusive a sua ortografia no caso de estudantes que viveram no Brasil e/ou que, motivados por essa área, fazem tese sobre um assunto brasileiro. Nesse aspecto, mostra-se bastante flexibilidade, exigindo-se, como é óbvio, que os trabalhos apresentem harmonização no âmbito da modalidade escolhida.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

É obrigatória a apresentação de um trabalho de fim de curso, que consiste num estudo original, geralmente de umas cem páginas. O assunto resulta a maior parte das vezes duma sugestão do professor ao aluno ou vice-versa: comparações de traduções existentes, ensaios sobre temas culturais, glossários (de futebol, zoologia, vinicultura, terminologia nuclear, técnica de azulejo...) assuntos linguísticos, etc.

Completo-se o ano passado o Dicionário Português-Neerlandês, cuja base foi o Dicionário Prático Ilustrado de Jaime Séguier, avolumado por respigas no manancial lexicográfico existente. O projecto data de 1970 e processou-se da seguinte maneira: cada estudante interessado nesse tipo de investigação, a título de tese de licenciatura, encarregava-se de uma Letra, ou metade, ou mais do que uma conforme o número de verbetes.

As aulas de interpretação oral estão a cargo de Lina Cortesão. O Hoger Instituut voor Vertalers en Tolken tem uma sala de interpretação muito recente e específica, provida do equipamento mais actualizado. Os critérios para a obtenção do diploma de intérprete são dos mais severos. Costumam assistir aos exames ou integrar o júri intérpretes profissionais das Comunidades Europeias. Apenas um quarto, ou menos, dos finalistas tem até agora frequentado essas aulas, e mesmo assim a proporção dos que obtiveram o diploma de intérprete é mínima (i.e. na situação vigente até à data); não se pode prever ainda a evolução ulterior: diploma exclusivo de intérprete.

A Secção Portuguesa mantém desde há anos um intercâmbio com a Faculdade de Letras de Utreque, nos Países Baixos. Este prevê de parte a parte a permuta, com periodicidade indefinida, de docentes e/ou estudantes. Alunos holandeses completaram já os estudos de Português em Antuérpia, no âmbito do dito Acordo. Todavia, devido às diferenças fundamentais entre o plano de estudos de Utreque e de Antuérpia, apenas alunos da primeira instituição puderam aproveitar essa possibilidade. As Comunidades Europeias estão a subsidiar este intercâmbio, sendo Ria Lemaire e Jean Ottevaere os coordenadores.

Esta nossa apresentação de Antuérpia tem sido bastante demorada, por acharmos que a sua evolução oferece elementos importantes para uma melhor compreensão da própria transformação do estado belga, por este centro de Português nos parecer o mais antigo no país — em termos de continuidade — e, durante umas décadas, também o mais importante. É, finalmente, por causa de o próprio H.I.V.T. ter servido de modelo para instituições subsequentes, como a de Bruxelas, por exemplo, de que falamos a seguir.

HOGESCHOOL VOOR VERTALERS EN TOLKEN BRUSSEL (H.V.T.),
Trierstraat 84, B — 1040, Brussel, Tel. 02 / 230 12 60.

Este Instituto Superior para Tradutores e Intérpretes situado em Bruxelas, a escassa distância da sede da C.E.E., teve uma génese bastante atribulada.

Em Maio de 1958 é dada autorização para a criação de uma secção «Langues» no «Institut Supérieur pour Jeunes Filles», localizado em Uccle

(Bruxelas), onde se ministram cursos de secretariado com a duração de dois anos. Em Setembro inaugura-se uma secção «Talen», destinada às raparigas neerlandófonas, abrindo-se as portas aos estudantes do sexo masculino, logo a seguir. O curso passa para quatro anos, ampliando-se consideravelmente o plano de estudos e, em 1965, vem a ter o estatuto de Instituto Superior de nível universitário, com habilitações que conferem o grau de licenciatura em tradução e interpretação. Em 1969 a secção neerlandófona instala-se como instituto independente na zona central, mais administrativa de Bruxelas. Após várias mudanças, devidas ao contínuo aumento de estudantes, o Instituto termina por se instalar definitivamente num edifício moderno na Trierstraat (Rue de Trèves), no perímetro imediato do conjunto arquitectónico ocupado pelos serviços da C.E.E. Esta circunstância teve, e há-de continuar a ter, a sua importância na evolução do Instituto, visto a C.E.E. ser um polo de atracção, que abre um mercado de trabalho muito diversificado. Outra consequência foi a introdução no plano de estudos de novas línguas. Actualmente ensinam-se todas as línguas oficiais da Comunidade, e ainda o Russo, ocupando o Português a retaguarda neste pelotão.

Graças ao dinamismo invulgar da dr.^a Edwige André, abriu-se em 1985 o Departamento de Português como secção de pleno direito, de que a referida professora veio a ser coordenadora e para o qual recrutou uma jovem e prometedora equipa. Os primeiros licenciados acabam de sair e encontraram emprego no comércio, na administração... tendo ainda alguns prolongado os seus estudos ao nível de pós-graduação. Três estudantes frequentam actualmente o curso de Tradução da Universidade Clássica de Lisboa com uma bolsa do Programa Erasmus. Prevê-se, do mesmo modo, para o próximo ano lectivo um projecto de intercâmbio com o ISLA (Instituto Superior de Línguas e Administração), actuando Bruxelas como coordenadora do programa. Esta secção tem o privilégio do acesso aos locais do TAI (Terminologie et Applications Informatiques), à Biblioteca Central da C.E.E. e ao «Bureau de Terminologie», onde encontra um terminal do banco de dados Eurodicatom. Colabora com os Serviços de Tradução Portugueses, numa tentativa de realizar, como trabalhos de fins de estudos, glossários ou léxicos sobre questões específicas, como a biotecnologia, a oceanografia, ou a televisão de alta definição. Existe igualmente um projecto de colaboração com o «Bureau Erasmus», para realizar um léxico referente à terminologia específica dos programas Erasmus e Língua.

É natural que outros temas captem ainda a atenção dos estudantes de licenciatura. No intento de um «transfer» ou translação de novos conteúdos culturais, um aluno dedica-se a legendar em neerlandês o filme «O Lugar do Morto», outro traduz uma peça de Carlos Coutinho, outros ainda focam nas suas teses o sistema eleitoral português ou os projectos de reorientação profissional dos desempregados.

A localização em Bruxelas facilita também o contacto com os Serviços da Embaixada, com organizações culturais portuguesas aí existente e com a livraria portuguesa «Orfeu». Muito obviamente a secção tem na mente — aliás como todos os outros centros de Português — a necessidade de aproveitar ao máximo

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

a presença de Portugal na Europalia de 1991, o grande festival cultural que se organiza na Bélgica de dois em dois anos.

Em linhas gerais, a Secção Portuguesa de Bruxelas assemelha-se à de Antuérpia, mas tem o seu ambiente próprio e imprime um cunho bem seu, onde tal é possível.

Devido a alterações constitucionais na Bélgica o Instituto passou a depender do «Argo», Conselho Autónomo para o Ensino Comunitário, que organiza o ensino primário, secundário e superior não-universitário. No entanto, a estrutura orgânica pouco se modificou. O Instituto publica a revista «Medium» e colabora em colóquios e congressos de âmbito nacional e internacional. Os alunos podem adquirir alguma prática profissional graças a um estágio numa empresa ou administração.

Fazem parte do corpo docente:

Edwige Vereecken-André (coordenadora). É licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Gent (1959). Foi bolseiro do «Fonds National de Recherche Scientifique» (1959-1961) com o tema de pesquisa «Uma comparação entre a geração de 98 em Espanha e o movimento saudosista português»; assistente no Departamento de Português da Universidade de Salisbúria (actual Harare) no Zimbábue (1961-1964); professora de castelhano na Hogeschool voor Vertalers en Tolken (1966-1985); é desde 1985 professora de português no mesmo Instituto, encarregada das aulas de gramática, linguística e literatura. Publicou resenhas bibliográficas e traduções comentadas nas revistas literárias Diogenes e Pi (Revista da Associação Europeia para a promoção da Poesia), por exemplo de «A Balada da Praia dos Cães» de Cardoso Pires, poemas de Pedro Tamen e Fernando Gandra.

Teresa Antunes — De Keyser («native speaker»). É licenciada em Filologia Românica (Universidade de Bruxelas 1983). Possui um Certificado de Estudos de Língua e Cultura Portuguesa (Universidade do Porto 1983). Foi estagiária nos Serviços de Tradução da C.E.E. (1984). É, a partir de 1986, assistente no Instituto para Tradutores e Intérpretes; encarregada dos serviços de laboratório, das aulas técnicas de expressão, resumos orais e Instituições.

Karin Coremans — Willems. É licenciada em tradução e interpretação (francês — português) pelo Instituto Superior para Tradutores e Intérpretes de Antuérpia (1985); especializada em tradução simultânea e consecutiva. Dá igualmente exercícios de tradução e retroversão jurídico-económica.

Arnout Horemans. É licenciado em tradução (francês-português) pelo Instituto para Tradutores e Intérpretes de Antuérpia (1981); responsável pelos exercícios de tradução e retroversão científica e jornalística, assim como de algumas aulas de interpretação simultânea. Ensina também português no Centro para as Línguas Vivas, que depende da Universidade de Lovaina (a partir de 1983).

ROZA HUYLEBROUCK

VRIJE UNIVERSITEIT BRUSSEL (V.U.B.), Letteren en Wijsbegeerte, Pleinlaan 2, B — 1050 Brussel, Tel. 02 / 641.25.89, Fax 02 / 641.22.88.

O Instituto de Alta Cultura criou, em 1938, um leitorado na Universidade de Bruxelas, tendo sido o seu primeiro leitor o professor Vitorino Nemésio. Duas das suas estudantes viriam mais tarde a distinguir-se no campo da literatura portuguesa: a doutora Suzanne Cornil, que se tornou professora na Bélgica, em Antuérpia e Bruxelas, e a doutora Andrée Crabbé, que veio a casar com o escritor Miguel Torga e fez carreira em Portugal.

A primeira fase do leitorado foi efémera, por causa da segunda guerra mundial. Reatou-se, todavia, o fio na década de 50. O acordo cultural luso-belga, que data de 1955, entrou em vigor em 1956 e levou ao intercâmbio de professores e estudantes, à organização de exposições e manifestações culturais de vária ordem.

Devido a evoluções constitucionais do estado belga, a Universidade Livre de Bruxelas deu origem a duas universidades, uma de expressão neerlandesa, a V.U.B., aqui em epígrafe, e uma de expressão francesa, a U.L.B.

No programa da Faculdade de Letras figuram a língua e a literatura portuguesas — como opção em Românicas e ao mesmo tempo como cursos livres para todos os estudantes de Letras.

Quanto ao ensino da língua: este depende do ITO (Instituut Taal-onderwijs) e fica a cargo de uma leitora do ICALP.

Para a literatura existem dois cursos: «História da literatura portuguesa» (todos os anos) e «Textos» (de dois em dois anos) — no entanto, como o assunto do último varia todos os anos, um estudante pode seguir os dois anos da licenciatura.

A doutora Suzanne Cornil, bem conhecida nos meios universitários de Portugal, acaba de se reformar. Durante a sua longa carreira foi a alma de muitos projectos a nível nacional. O seu sucessor na cadeira de literatura portuguesa é o doutor Jean-Marie D'Heur.

A dr.^a Antónia Pereira dos Santos assegura os cursos de língua na V.U.B. e na sua congénere francófona, a U.L.B.

RIJKSUNIVERSITEIT GENT (R.U.G.), Faculteit van de Letteren en Wijsbegeerte, Blandijnberg 2, B — 9000 Gent, Tel. 91 / 25 75 71, ext. 4588 ou 4063, Fax 91 / 24 16 21.

A Universidade Estatal de Gent data de 1816, o que a torna mais antiga do que o próprio estado belga.

Há já algum tempo que existem contactos entre a Universidade do Porto e a R.U.G. — particularmente no domínio das Ciências. É de esperar que o facto de ambas participarem na rede universitária «Santander» leve a uma colaboração ampliada e aprofundada.

Quanto à própria Faculdade de Letras: muitos alunos do Porto a conhecem por terem frequentado os cursos de Verão de «Língua e Cultura Neerlandesa». A médio prazo, esperamos poder colaborar em projectos Erasmus no

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

âmbito das línguas portuguesa e neerlandesa, dos quais a R.U.G. está a ser coordenadora.

No entanto, a Faculdade de Letras da R.U.G. apresenta outras áreas de colaboração atraentes: por exemplo, nos campos da história e da história da arte, em que dispõe de boas bibliotecas especializadas. Nestes domínios tem tradições antigas. Lembremos que historiadores como Pirenne, Ganshof e Verlinden foram professores de Gent. E vale a pena destacar também que Gent abriga o Centro de Investigação sobre Tapeçaria Antiga.

No domínio das línguas, a Faculdade de Letras da R.U.G. oferece um leque importante de departamentos filológicos, nomeadamente das línguas clássicas, românicas, germânicas, eslavas, orientais e africanas.

Existe um curso de língua portuguesa no currículo de Românicas, a funcionar como opção no primeiro ano de licenciatura, mas também como livre para todos os estudantes universitários. No fundo, trata-se de dois cursos semestrais: «Inleiding tot de taalkundige studie van het Portugees» (curso de 30 horas, criado em 1-10-1983) e «Portugese taalkunde» (também de 30 horas, criado em 1-10-1985), sendo o segundo a continuação do primeiro até tratar toda a gramática e o léxico fundamental. Devem-se estes cursos ao doutor E. Roegiest. Antes de 1983 já existia um curso facultativo sob o nome do prof. Louis Mourin, mas na prática começou de maneira regular quando o doutor Roegiest lhe sucedeu.

A partir do ano lectivo 1990-1991 a R.U.G. ampliará a oferta de Português: foi criado um leitorado, que ficará a cargo da dr.^a Maria Manuel Gomes da Costa Pinto Gandra. Assim, introduzir-se-ão cursos de literatura e de cultura portuguesa no 2.º ano da licenciatura. Esta ensinará também a língua portuguesa a alunos que não são de Românicas. Em princípio estes cursos do leitorado serão livres e o conjunto dará lugar a um certificado de Português. Antes de ser leitora em Lovaina e agora em Gent, a referida professora foi orientadora de estágio e orientadora pedagógica da zona de Setúbal. Foi também professora no Instituto Superior de Educação em Setúbal.

Para celebrar este Acordo com o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal), organizou-se em Março uma Jornada da Cultura Portuguesa, com professores convidados, que trataram de literatura, língua e cultura. Foi proporcionada a audição de música portuguesa e uma amostra de livros. Naquela ocasião ofereceu-se ao Departamento de Românicas a valiosa biblioteca do prof. Vasco da Fonseca.

O doutor Eugeen Roegiest é actualmente director do Departamento de Linguística Românica, responsável pelo ensino da linguística das línguas românicas (excepto o francês). Depois de tirar a licenciatura em Filologia Românica, doutorou-se em 1976 com «Étude syntactico-sémantique des emplois des prépositions *a* et *de* en espagnol contemporain». Tem estado ligado à R.U.G. desde 1-1-1969, data em que entrou como assistente. Depois da jubilação do prof. Mourin ficou responsável pelos cursos de Introdução à Linguística Românica, Linguística Românica Comparada, Fonologia e Lexicologia Românica; ensina ainda Língua e Linguística Romena e dá um curso de Introdução à Língua Portuguesa.

ROZA HUYLEBROUCK

Recentemente fundou um programa de licenciatura especial de «Comunicação empresarial multilingue».

O doutor Roegiest é membro do Cercle Belge de Linguistique, da Société de Linguistique Romane e da Vlaamse Vereniging voor Zakelijke Communicatie. A sua área principal de investigação é: sintaxe comparada das línguas românicas, das línguas ibero-românicas, sobretudo, análise da oração simples.

Seleção de publicações:

a) Livros:

«Les prépositions «a» et «de» en espagnol contemporain: valeurs contextuelles et signification générale», Gent, Werken uitgegeven door de Faculteit der Letteren en Wijsbegeerte, 1980, 368 p.

Ed. em colaboração com L. Tasmowski-De Ryck, «Verbe et phrase dans les langues romanes». Mélanges offerts à Louis Mourin, Romanica Gandensia, 20, 1983, 290 p.

b) Uma trintena de artigos nos domínios de: a Linguística Comparativa e Contrastiva das Línguas Românicas; a Sintaxe e a Semântica do Espanhol, Português e Romeno.

c) Colaboração no «Lexicon der Romanischen Linguistik» e na «Linguistic Bibliography».

KATHOLIEKE UNIVERSITEIT LEUVEN (K.U.L.).

Esta universidade, a mais antiga em terras neerlandófonas (1425) e também a mais antiga das católicas actualmente existentes a nível internacional, não precisa de apresentação, visto o intercâmbio com Portugal ter raízes seculares. Este intercâmbio está a ser alvo de investigação pela dr.^a Maria Salomé Albuquerque Matos Sampaio.

Uma das pessoas que muito contribuiu para a criação de um Centro de Estudos Portugueses na K.U.L. foi o Dr. Francisco Martins da Costa (Aldão) nos anos 1953-1954. Foi ele também que, generosamente, canalizou as ofertas portuguesas para a nova Biblioteca Central da Universidade, a substituir a outra, incendiada durante a guerra. No entanto, a reestruturação do estado belga, que implicou uma crescente autonomia das suas comunidades linguísticas, levou à existência de duas universidades: uma de expressão neerlandesa, na própria cidade de Leuven (Lovaina) e outra, francófona, em Louvain-la-Neuve, do outro lado da fronteira linguística. Os cursos de Português mudaram-se para a francófona, figurando aí no programa da Faculdade de Letras. Todavia, a Katholieke Universiteit Leuven oferece uma alternativa interessante no:

CENTRUM VOOR LEVENDE TALEN, Vesaliusstraat 21, B-3000 Leuven, Tel. 16 / 28 56 61.

Ensino chamado de promoção social. Por volta de 1974 criou-se este centro com cursos nocturnos acessíveis a todos os cidadãos. É frequentado por muitos estudantes universitários de cursos diferentes (50%). O Centro colabora

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

estritamente com a Universidade Católica de Lovaina, que possui a maior parte das infra-estruturas (salas de aula, laboratórios de línguas, etc.).

Aí funciona e.o. um curso de Português com quatro níveis: dois níveis de conhecimento elementar, actualmente com uma média de 100 estudantes por ano, e dois anos de conhecimento prático com uma média de 40 estudantes. O responsável desde 1983 é Arnout Horemans, que colabora também no H.V.T. (Hogeschool voor Vertalers en Tolken, Brussel). Desde 1989 tem a colaboração de Sylvia Derycke.

O ano lectivo consiste num mínimo de 30 semanas de aulas com 4 horas semanais. A frequência é obrigatória. Os exames de nível elementar dão direito a um diploma, os de nível prático a um certificado. No nível prático, tenta-se sobretudo alargar o vocabulário passivo e activo, melhorar o conhecimento das estruturas gramaticais e estimular os estudantes a compreender e falar a língua portuguesa. Há também, regularmente, contactos com iniciativas culturais (palestras, filmes, teatro...), principalmente em Bruxelas.

Países Baixos

UNIVERSITEIT VAN AMSTERDAM (U.v.A.), Spuistraat 134,
NL — 1012 VB Amsterdam, Tel. 020 / 525 2280, Fax 020 / 525 2136.

Os Estudos Portugueses datam, na Universidade de Amsterdão, de 1959, sendo o primeiro catedrático doutor M. de Jong (falecido em 1969). De 1970 a 1975, dirigiu o departamento o prof. António José Saraiva. Em todo esse período, o curso de Português foi um curso de licenciatura. Os Estudos Portugueses em Amsterdão caracterizaram-se sempre por orientação relativamente diversificada, integrando no seu currículo a língua, a cultura e a literatura, tanto de Portugal como do Brasil.

Actualmente, o Português na U.v.A. está a cargo do dr. Fernando Venâncio. Reformaram-se os drs. August Willemsen e J. Rentes de Carvalho. Do primeiro esperamos mais daquelas excelentes traduções, pelas quais tem sido laureado. O segundo acaba de publicar, na tradução de Harrie Lemmens: *Portugal. Een gids voor vrienden*. [Um guia para amigos]. Livro procurado, onde se cristalizou muito do seu saber e da sua experiência. O autor tem agora a supervisão de um projecto da Arbeiderspers: a tradução — a médio prazo — de uns sete livros de Eça de Queirós, em que colaboram vários tradutores, e.o. Adri Boon e H. Lemmens.

Neste momento, os Estudos Portugueses na U.v.A. têm um duplo terreno: são disciplina de opção, aberta a todos os estudantes da universidade, e disciplina de apoio no âmbito dos Estudos Europeus, um departamento da Faculdade de Letras.

Primeiro ano: Língua Portuguesa; Introdução à Cultura e Literatura de Portugal; Introdução à Cultura e Literatura do Brasil.

ROZA HUYLEBROUCK

Segundo ano: Língua Portuguesa; Estruturas sócio-económicas em Portugal; História de Portugal desde 1880; História da Língua; Literatura Portuguesa desde 1870.

F. Venâncio tirou a licenciatura em Linguística Geral (Universidade de Amsterdão, 1976). Tem estado ligado, como docente, à Universidade de Nimega (1978-84) e à Universidade de Utreque (1984-88). Participa no programa de investigação literária da Faculdade de Letras da U.v.A.; tem um interesse especial pelos conceitos de língua literária em Portugal (em particular, séc. XIX).

É ainda autor de vários livros de ensino de língua portuguesa:

- Basisgrammatica Portugees* (6.^a ed.), Rotterdam, 1989;
- Portugese taalcursus* (6.^a ed.), Muiderberg, 1988;
- Basiswoordenlijst Portugees* (3.^a ed.), Muiderberg, 1989;
- Boa Sorte — I* (1.^a ed.), Muiderberg, 1989.

Artigos de língua Portuguesa (selecção):

- Brasileirismos: Dados actuais de um paradoxo*, «Jornal de Letras», 89, 1984.
- Português Fundamental: Um olhar crítico*, *ib.*, 130, 1985. *Um sistema simpático*, *ib.*, 141, 1985. *Que unidade?*, *in.*, 196, 1986. *A língua do Brasil e a actual ficção portuguesa*, *ib.*, 271, 1987. *Hoe zeg ik het in het Portugees?* (recensão do Dicionário Português-Neerlandês de Standaard/Thieme), «NRC-Handelsblad», 11-4-1987. *As perguntas dum jornalista* (recensão do Guia essencial da língua portuguesa), «Expresso», 18-3-1989.

Artigos diversos:

- O ensino da literatura a falantes não-nativos: algumas propostas*, «Actas do I Congresso de Lusitanistas» (1984), Poitiers, 1988, pp. 549-556. *Carta da Holanda: A Holanda na literatura portuguesa* (em preparação) para «Colóquio-Letras».

RIJKSUNIVERSITEIT TE LEIDEN, Postbus 9500, NL — 2300 RA Leiden,, Tel. 071 / 27 27 27, Fax. 71 / 27 31 18.

VAKGROEP TALEN EN CULTUREN VAN LATIJS-AMERIKA.

De maneira indirecta, este Departamento interessa-nos por causa dos Estudos Brasileiros, uma variante que figura na segunda fase do programa, chamada «Doctoraal».

- Doutora M. van der Meer: Língua Brasileira.
- Doutor R. Ploegmakers: Literatura Brasileira.
- Doutor E. Stols: História do Brasil.
- Doutor B. N. Teensma: Investigação histórica e literária.
- Doutora M. L. Wiesebron: História Cultural do Brasil.
- Vários: Management.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Para mais informações: Mw. dr. M. L. Wiesebron. Van Wijkplaats 3, Postbus 9515, NL-2300 RA Leiden, Tel. 27 26 44 / 20 59.

Como boa parte da investigação do doutor B. N. Teensma foca assuntos de cultura e literatura portuguesa, inserimos aqui uma selecção representativa:

- *Dom Francisco Manuel de Melo, 1608-1666. Varia bio-bibliográfica.* «Ocidente» 61, Lisboa, 1961, 35 págs.
- *Um manuscrito desconhecido do 'Tácito Português' de Dom Francisco Manuel de Melo,* «Revista de Portugal», 27, Lisboa, 1962, pp. 75-102.
- *Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666. Inventario general de sus ideas,* Groningen, 1966, 234 págs.
- *As ideias linguísticas de D. Francisco Manuel de Melo.* «Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa», ano XVII, 11, Lisboa, 1966, pp. 329-339.
- *Breve digressão sobre a linguagem de Dom Francisco Manuel de Melo.* «Revista de Portugal» 31, Lisboa, 1966, pp. 198-208.
- *Rifões, sentenças e dizeres, colhidos da obra de D. Francisco Manuel de Melo.* «Revista de Portugal» 331, Lisboa, 1966, pp. 306-318.
- *Catalogue du fonds hispanique ancien, avant 1800, de la Bibliothèque Universitaire de Groningue.* Groningue, Bibliothèque Universitaire, 1967, 115 págs.
- *Sobre o clima espiritual de Fernando Pessoa: apatia vital e energia religiosa.* «Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte» 9, Münster in Westfalen 1969, pp. 65-96.
- *Os judeus na Espanha do século XIII, segundo as Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio.* «Ocidente» 79, Lisboa, 1970, pp. 85-102.
- *David Franco Mendes. Memórias do estabelecimento e progresso dos judeus portugueses e espanhóis nesta famosa cidade de Amsterdam.* A Portuguese chronicle of the history of the Sephardim in Amsterdam up to 1772. Edited etc by L. Fuks-Mansfeld and B. N. Teensma. Assen/Amsterdam, Van Gorcum, 1975, XIV, 233 págs.
- *Os judeus sefárdicos de Amsterdão: estudos realizados e programa para o futuro.* Fundação «Instituto de Estudos Hispânicos, Portugueses e Ibero-Americanos», con motivo de su quinto lustro. Utrecht 1976, pp. 143-164.
- *G. J. Geers (1891-1965) hispanista y unamunista neerlandés.* «Sin Nombre» 8, San Juan de Puerto Rico 1977, pp. 7-33.
- *La comunidad sefardita de Amsterdam y su creciente adaptación al ambiente holandés.* «Maguén» 45, Caracas, 1982, pp. 27-34.
- *Los judios sefarditas de Amsterdam.* «Maguén» 47, Caracas, 1983, pp. 38-47.
- *La influencia de los judios sefardies sobre la linguística portuguesa en Holanda.* «Sefárdica», año 1, n.º 2. Buenos Aires, 1984, pp. 77-88.
- *Estrada real por Holanda, Espanha e Portugal. Artigos dispersos.* Leiden, Rijksuniversiteit, 1985, 284 págs.
- *Erasmo retocado, traduzido, descristianizado e judaizado. Duas versões portuguesas de 'De civilitate morum puerilium': Coimbra 1796, e Amsterdão 1816,* «Biblos» 61, Coimbra, 1985, pp. 267-298.

- *O estudo da lingua portuguesa na Holanda até ao ano de 1900*. «Aufsaetze zur Portugiesischen Kulturgeschichte» 19. Münster in Westfalen, 1987, pp. 201-220.
- *Resentment in Recife. Jews and public opinion in 17th century Dutch Brazil*. «Essays on cultural identity in colonial Latin America. Problems and repercussions». Leiden, Department of Languages and Cultures of Latin America, 1988, pp. 63-78.
- *Biografia H. Houwens Post, 1904-1986*. Jaarboek 1986-1987 van de Maatschappij der Nederlandse Letterkunde. Leiden, 1988, pp. 84-95.
- *Jacques de Coutre. Como remediar o Estado da India?* Being the appendices of the Vida de Jacques de Coutre (Biblioteca Nacional, Madrid, ms 2780). Edited with an introduction, notes and index by B. N. Teensma. Leiden, Centre for the History of European Expansion, 1989, XXVIII, 72 págs.
- *Three frequently recurring themes from present-day 'Literatura de Cordel' from North-Eastern Brazil*. España, teatro y mujeres. Estudios dedicados a Henk Oostendorp. Amsterdam, Rodopi, 1989, pp. 227-243.
- *An unknown Portuguese text on Sumatra from 1582*. «Bijdragen tot de Taal —, Land — en Volkenkunde» 145. Leiden, 1989, pp. 84-95.

RIJKSUNIVERSITEIT UTRECHT (R.U.U.), Faculteit der Letteren, Vakgroep Romaanse Talen en Culturen, Portugees, Kromme Nieuwegracht 29, NL — 3512 HD Utrecht, Tel. 00 31 30 39 24 00, Fax 31 30 39 20 83.

Em termos universitários, o Departamento de Português da Universidade Estatal de Utreque é o mais importante em terras de expressão neerlandesa. Para além disso, parece ser um caso único na Europa do Norte, visto tratar-se de uma secção autónoma de Letras, enquanto nos outros países costuma estar ligado ao Espanhol.

A sua famosa biblioteca, que faz parte da Biblioteca de Letras (Drift 25-29), ficou ainda mais rica quando se incorporaram muitos livros do falecido professor doutor Houwens Post. Neste momento, está a sofrer uma reorganização no intuito de se automatizar e tornar-se acessível, por computador, aos outros países da C.E.E.

Em matéria de Estudos Portugueses, a Universidade de Utreque joga com alternativas: oferece um currículo autónomo de quatro anos que leva ao «doctoraal» de Língua e Literatura Portuguesa e um conjunto de cadeiras que funcionam como opções também para estudantes de outras secções, em particular de Espanhol, História, Estudos Literários e Ciências Sociais.

Alguns anos atrás efectuou-se nos Países Baixos uma remodelação dos estudos universitários que podemos exemplificar com o caso de Utreque. O programa actual tem uma duração de quatro anos e consiste em duas fases: a primeira, de um ano, chamada «propedeuse» e a segunda, de três anos denominada «doctoraalstudie». Os alunos dispõem, no entanto, de seis anos para acabar o curso.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Da «propedeuse» constam dez cadeiras, sendo elas de iniciação à Língua Portuguesa (ler, perceber, falar, escrever), introdução às Culturas de Portugal e do Brasil, às Literaturas dos mesmos, à Linguística Portuguesa e à Linguística Geral. Cada cadeira ou «módulo» representa 4 valores, portanto a «propedeuse» representa um total de 40 valores. Aqui é feito o apuramento dos alunos: é preciso ter uma média positiva de 56% ou mais em todas as cadeiras, podendo, todavia, facilitar-se numa cadeira, onde 50% é suficiente. Quem não conseguir essa média no espaço de dois anos tem que desistir.

Na segunda fase do programa, na «doctoraalstudie», encontramos três partes:

— Uma parte fixa e obrigatória para todos os estudantes: treze módulos, sempre de 4 valores cada, que visam, por um lado, aprofundar os conhecimentos da primeira fase em matéria de língua viva e literatura e, por outro lado, introduzir matérias mais teóricas e/ou novas: Gramática, Sintaxe Formal, Textos Históricos, Introdução às Ciências Literárias, o Computador nas Letras.

É necessária a apresentação de um trabalho de fim de curso, a tese, que representa 16 valores.

— Os restantes quinze módulos, de 4 valores cada, formam o conjunto de opções ou especializações. Pode-se preencher este espaço de três modos:

A — O próprio estudante elabora o seu conjunto individual à base das cadeiras existentes na Faculdade de Letras e/ou outras Faculdades. Para isso, porém, precisa da aprovação da Comissão Examinadora.

B — O estudante opta por um programa interdisciplinar como: Estudos Medievais, Literatura Moderna do Ocidente, Ciências Literárias, Sintaxe e Semântica, Estudos Américo-Latinos, Estudos Femininos, Educação Cultural, Tradução...

C — O estudante escolhe a especialização «Língua e Cultura Portuguesa» e tira dos vários programas interdisciplinares a componente portuguesa, frequentando por exemplo: Literatura Medieval Portuguesa, Fernando Pessoa e o Modernismo, Economia e Sociologia do Brasil, Antropologia do Brasil, a Mulher na América Latina, Exercícios intensivos de tradução...

Fazem parte do corpo docente: Maria Celeste Lopes Augusto, Ria Lemaire Mertens, Pere Ferré, Monique Jipping e Hedwig Leijten.

Maria Celeste Lopes Augusto formou-se na Faculdade de Letras de Lisboa: Curso de Ciências Pedagógicas (1971); Licenciatura em Filologia Germânica (1974); Licenciatura em Filologia Românica (1982). Tem a tese de doutoramento em preparação.

A sua experiência profissional inclui Cursos de Verão e Cursos Intensivos para estudantes não-portugueses, um curso do ICALP para novos leitores.

A partir de 1983 tem estado ligado aos Estudos Portugueses em Utreque. Tem um interesse especial pelo ensino de Português como língua estrangeira, a Etno-Dialéctica, a Lexicologia, a cultura popular, a religião popular, a literatura tradicional.

Sendo desde 1979 membro do Comité para o ALE (Atlas Linguarum Europae), tem participado praticamente em todas as reuniões.

Publicações:

- 1981—*Curso de Iniciação* (manual para o ensino de português) em colaboração; publicação interna do Departamento de Português para Estrangeiros Faculdade de Letras de Lisboa.
- 1985—*Notícia sobre os materiais do ALPI* em «Revista Lusitânia» Nova Série N.º 5, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
- 1989 — *Les designations du miroir dans les parlers romans*, em colaboração; «Actes du 8 Congrès Général de l'ALE» publ. par la Région Auton. de la Vallée d'Aosta.

Traduções:

1. Para português: e.o.
De U. Weinrich: *É possível uma dialectologia estruturalista?* — «Word», 10, 1954.
De Günter Waldmann: *Theorie und Didaktik der Trivallliteratur*, München 1973; um artigo sobre literatura tradicional (policopiado e usado pelos alunos da Fac. de Letras de Lisboa).
2. Para inglês, e em colaboração com J. van Egmond.
Um vilânico do século XVII, cantado pelo Ensemble Baroque de Mateus na Peter's Kerk, Utreque, em 1989.

Contribuiu ainda para programas de rádio e televisão na Bélgica e nos Países Baixos.

Ria (Maria, C. J.) Lemaire-Mertens formou-se em Francês na Universidade de Leiden (1964-71), em Português e Filosofia na Universidade de Nijmegen (1976-1981). Doutorou-se em Utreque (1987). É coordenadora dos Estudos Portugueses em Utreque e do programa de intercâmbio com Antuérpia e Coimbra. Teve um papel importante na organização do Colóquio «Estudos Femininos», Universidade de Nijmegen (1976); no curso «Estudos Femininos» em Nijmegen no inverno de 1984; no Segundo Gertrud's Symposium (com B. M. Rudhart/Berlim e K. Glente/Kopenhaga), Copenhaga 1986; na secção «Representação e Representatividade das Mulheres na Literatura Latino-Americana» (com M. Hoppe Navarro/Brasil) no 46.º Congresso Internacional de Americanistas em Amsterdão (1988); na secção «Literatura e Antropologia» do Congresso da Werkgemeenschap Latijns-Amerika, Amsterdão (1990).

Iniciou e organizou (com Mieke Bal e Camille Mortagne) o programa de Estudos Femininos na Faculdade de Letras da Universidade de Utreque e o programa interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos (com Menno Vellinga).

Áreas de interesse: Estudos Comparativos de Literatura Medieval nas Línguas Românicas; Literatura Portuguesa; Literatura Afro-Portuguesa; Cultura e Literatura Brasileira; Semiótica Crítica; Teoria Feminina; Cultura Popular; História das Ciências e Ideologias.

Do seu currículo, que abrange umas trinta publicações, destacamos aquelas que não são de língua neerlandesa:

— *En marge du colloque...*, «Actes du Colloque La Femme dans les Civilisations médiévales», Poitiers, 1977, pp. 171-174.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

- *La lyrique portugaise primitive des 'cantigas de amigo'*, B. Carle ed., «Aspects of Female Existence», Gyndendal, Kopenhagen, 1980, pp. 87-115.
- *Actualidades de Holanda: Estudios de la Mujer — una nueva perspectiva*, «Trayecto», 7, 1982, pp. 33-41.
- *On defining women's relationships*, «Among men, among women — sociological and historical recognition of homosocial arrangements», Universiteit van Amsterdam, 1983, pp. 458-466.
- *Una nueva interpretación de una cantiga de amigo*, «Nova Revista de Filologia Hispânica», México, 1983, pp. 289-298.
- *Explaining away the female subject*, «Poetics Today», IV, 1986, pp. 729-743.
- *Rethinking Literary History*, M. Meyer e J. Schaap eds. «Historiography of Women's Cultural Traditions», Foris Publications, Dordrecht/Providence, 1987, pp. 179-193.
- *Passions et Positions — contribution à une sémiotique du sujet dans la poésie lyrique médiévale en langues romanes*, Rodopi, Amsterdam, 1988.
- *Re-reading Gilberto Freyre — Brazilian Identity, Brazilian Alterity and their Images*, contrib. para o Symposium Alterity-Identity-Image, Amsterdão 5-6 out., 1989. A ser public. em «Journal for European Studies» (1991).
- *The Semiotics of private and public — matrimonial systems and their discourse*, in K. Glente ed., «Female Power in the Middle Ages», Reitzel, Kopenhagen, 1989, pp. 77-104.
- *Re-lendo 'Iracema': o problema da representação da mulher na construção duma identidade nacional*, in «órganon», I-II, 1989, Porto Alegre, Brasil (no prelo).
- *Re-reading 'Iracema': The problem of the Representation of Women in the Construction of a National Brazilian Identity*, in «Luso-Brazilian Review», vol. 26, II, 1989, pp. 59-74.
- *Roi-elfe et Reine mère* (com E. Bik), «Poétique» 81, 1990, pp. 115-125.

Proferiu numerosas conferências, também para a rádio, das quais citamos uma parte:

- «La lyrique portugaise primitive des 'cantigas de amigo'», St. Gertrud's Symposium, Universidade de Copenhaga, 1978.
- «Relendo uma cantiga de amigo — novas perspectivas de leitura», 1st International Congress of Lusitanists, Poitiers, 1984.
- «Explaining away the female subject — the case of medieval lyric», Symposium 'The Fiction of the Subject, The Subject of Fiction', Universidade de Utreque, 1985.
- «Orality, Literacy and the Middle Ages: ideological biases», Universidade de Harvard, Divinity School, Cambridge, EUA, 1986.
- «Orality, Literacy and the Middle Ages: problems of interpretation», Departamento de Português, Universidade de Georgetown, School of Languages and Linguistics, Washington, EUA, 1986.
- «Orality, Literacy and the Middle Ages: the changing subject of love lyrics», Departamento de Línguas Românicas, Universidade de Harvard, Cambridge, EUA, 1986.

- «The semiotics of private and public in lyric poetry», St. Gertrud's Symposium, Universidade de Copenhaga, Dinamarca, 1986.
- «Magische Vorstellungen und Praktiken in der iberisch-romanischen mittelalterlichen Lyrik», Universidade de Viena, Austria, 1986.
- «A Organização dos Estudos da Mulher na Holanda», 2.º encontro da Anpoll, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 1987.
- «Natureza, sinceridade e retórica», 2nd International Congress of Lusitanists, Leeds, Inglaterra, 1987.
- «Matrimonial Systems and their Discourse», Internacional Congress The Gender of Power, Universidade de Leiden, 1987.
- «A canção de malmaridada, ou a representação do espaço amoroso», 3.º Congresso da Anpoll, Rio de Janeiro, Brasil, 1988.
- «National Identity, Myth and Literature as a Myth», 46th International Congress of Americanists, Amsterdão, 1988.
- «Literatura e Ideologia: o caso de Iracema», 2.º Seminário Nacional, Universidade Federal de Porto Alegre, Brasil, 1988.
- «Literatura e ideologia: o caso de Iracema», Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 1988.
- «Re-reading Iracema: The Problem of the Representation of Women in the Construction of a National Brazilian Identity», AATSP-Conference, Denver, EUA, 1988.
- The Semiotics of Private and Public: Matrimonial Systems and their Discourse», Universidade de Rochester, Rochester, USA, 1988.
- «Vozes líricas e narrativas na poesia medieval», Universidade de Coimbra, Portugal, 1989.
- «Reading the Romance — within the context of the orality-literacy-debate», Universidade de Burgos, Espanha, 1989.
- «As cantigas que a gente canta — os amores que a gente quer», 4.º Congresso da Anpoll, PUC, São Paulo, Brasil, 1989.
- «Reminiscências de uma divisão do trabalho cultural entre os sexos na sociedade medieval», Universidade Católica, Rio de Janeiro, Brasil, 1989.
- «Releer Gilberto Freyre: desconstruir um mito fundador, Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 1989.
- «Harmonious miscegenation seen from the perspective of class, gender, race and age», Universidade de Amsterdão, Amsterdão, 1989.
- «National identity and its images — reading a sociological theory as a myth», Universidade Internacional de Florida, Miami, 1989.
- *Idem*: Latin American Studies Association, encontro anual, Miami, 1989.

Pere Ferré, espanhol, nascido em Portugal. Licenciou-se em Literatura Românica (1978) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutourou-se em Literaturas Românicas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Trabalhou nestas Universidades até se tornar professor associado no Departamento de Português de Utreque (1989-1990).

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Dos cargos que exerceu, realçamos:

- Director da Linha de Acção (Romanceiro Ibérico) do Instituto Nacional de Investigação Científica (desde 1989);
- Presidente do Instituto Português de Artes e Tradições Populares da Real Sociedade Arqueológica Lusitana (desde 1987);
- Director do Instituto de Estudo sobre o Romanceiro Velho e Tradicional da Universidade Nova de Lisboa (desde 1989);
- Vice-director da Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (desde 1987);
- Membro da Comissão Editorial da série «Fluentes para el estudio del Romancero. Colecciones regionales peninsulares de los siglos XIX y XX» do Seminário Menéndez Pidal da Universidad Complutense de Madrid (desde 1986) e da colecção «Novos Inquiritos» da Real Sociedade Arqueológica Lusitana (desde 1987);
- Membro do Conselho de Redacção do «Boletim do centro de estudos Históricos e Etnológicos de Ferreira do Zêzere» e dos «Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana»;
- Membro da Comissão Organizadora das «Jornadas Luso-Espanholas sobre o Romanceiro na Galiza e Portugal» (1983);
- Membro da Comissão Organizadora do «Projecto Romanceiro Ibérico», levado a cabo pela Universidade Nova de Lisboa e pela Universidade Complutense de Madrid (1983-1986);
- Organizador de projectos de investigação «Trabalhos de campo. O Romanceiro na Tradição Oral Moderna», com o apoio de várias instituições.

O seu interesse vai essencialmente para a literatura, em particular:

Da Literatura Romântica Portuguesa ao grupo do *Orpheu*; Literatura Ibero-Americana, dois exemplos: Pablo Neruda e Lezama Lima; Literatura Geral e Comparada: o surrealismo francês e o surrealismo de expressão espanhola; Literatura épica medieval; A Historiografia medieval peninsular; O Barroco Peninsular.

Publicações:

I — Obras

- *Romances Tradicionais*, Funchal, Edição da Câmara Municipal, 1982;
- Teófilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, ed. fac-sim., (introd. de P. Ferré), Lisboa, Vega, 1982;
- *Bibliografia do Romanceiro Português de tradição Oral Moderna*, I. Em colaboração com Vanda Anastácio, Funchal, Edição da Câmara Municipal, 1983;
- António Tomás Pires, *Lendas e Romances* (introdução, notas e actualização ortográfica de P. Ferré), Lisboa, Editorial Presença, 1986;
- Armando Cortes-Rodrigues, *Romanceiro Popular Açoriano* (coordenação e nota explicativa de J. Almeida Pavão. Prefácio e revisão de P. Ferré), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1987;

- *Romanceiro Tradicional Português: Guarda I*, Santiago do Cacém, Real Sociedade Arqueológica Lusitana — I.P.A.T.P., 1987;
- *Romanceiro Tradicional Português: Castelo Branco I*, Santiago do Cacém, Real Sociedade Arqueológica Lusitana — I.P.A.T.P., 1987;
- *Estratégias Dramatizadoras do Romanceiro Tradicional Português*, Lisboa, Tese de Doutoramento, 1987;
- *Novos Inquéritos: Romanceiro Tradicional do Distrito de Beja*, I, Madrid-Santiago do Cacém, Seminário Menendez Pidal-Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 1988.

II — Artigos:

- *Um aspecto da cultura madeirense: O Romanceiro Tradicional*, «Margem», Agosto de 1981;
- *O Romanceiro Madeirense, selectividade e sentido estético*, «Margem 1», Dezembro de 1981;
- *Baltasar Dias*, «Margem 2», Março de 1982;
- *O Romanceiro em Trás-os-Montes* in «À Descoberta de Portugal», Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1982, pp. 70-71.
- *La Scheda*, «Quaderni Portoghesi», XI-XII, Primavera-Outono, de 1982, pp. 14-25;
- *Problemas textuais do Romanceiro Português: algumas notas*, «Quaderni Portoghesi», XI-XII, Primavera-Outono de 1982, pp. 39-66.
- *Breve notícia acerca do 'Romance do Cativo de Argel'*. «Quaderni Portoghesi», XI-XII, Primavera-Outono de 1982, pp. 241-245. Reeditado com o mesmo título em «Arquipélago», IV, 1984, pp. 241-245;
- *El Romance 'El reguñir yo regañar' en el 'Auto de la Sibila Casandra*, «Revista Lusitana», Nova Série, III, 1982-1983, pp. 55-67;
- *Os romances da 'Infantina', 'Cavaleiro Enganado' e 'A Irmã Cativa' à luz da tradição madeirense*, «Boletim de Filologia», XXVIII, 1983, pp. 143-178;
- *O Romanceiro Tradicional: uma colecção de romances da Ilha da Madeira*, «Vértice», n.º 454, Maio-Junho de 1983, pp. 3-28;
- *Romancero tradicional e historiografia* in «Literatura y Folklore: Problemas de Intertextualidad», Salamanca, Universidade de Groningen-Universidad de Salamanca, 1983, pp. 131-147;
- *O Romanceiro entre os cristãos-novos portugueses*, «Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana», Segunda Série, I, 1987, pp. 145-175;
- *Autour du 'Romanceiro' Portugais (1825-1933)* in «La Recherche en Histoire du Portugal», I Paris, Centre d'Études Portugaises, École des Hautes Études.

Artigos em Jornais: en Sciences Sociales e Societé Française d'Histoire du Portugal, 1989, pp. 73-84.

- *'Conheço o Sal e outros Poemas' de Jorge de Sena*, «Diário popular», 13-6-74;
- *Alexandre Poeta Surrealista*, «Diário Popular», 9-2-78;
- *Entrevista com Maria Angélica Bosco*, «Jornal de Notícias», 1-5-79;

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

- *Novas Andanças por Jorge de Sena*, «Jornal de Notícias», 21 e 28-8-79;
- *Acerca de uma Introdução à Literatura latino-Americana ou Lezama Lima visto por Alvaro Manuel Machado*, «Jornal de Notícias», 3-7-79;
- *Madère: un conservatoire de la tradition iberique*, «Le Monde», 19-6-81;
- *A síntese do mocho e do cisne. Depoimento sobre Jorge de Sena*, in «Letras & Letras», ano 1, n.º 7, 1 de Junho de 1988.

Recensões:

- *João Mendes* — «Literatura Portuguesa II», «Colóquio/Letras», LI, Setembro de 1979, pp. 88-89;
- *A «Hora da Sesta» de Rosa Abelaira*, «Colóquio/Letras», LXIII, Setembro de 1981, pp. 80-81.

Traduções:

- Santiago Kovadloff, *Da objectividade ao impressionismo na crítica literária*, Colóquio/Letras, XLII, Março de 1978, pp. 36-43.

O autor proferiu ainda numerosas conferências e participou em programas de rádio e televisão.

Monique Jipping licenciou-se pela Universidade de Utreque em Língua e Literatura Portuguesa. A sua tese foi: *Salazar, os ditos do ditador. Análise da propaganda e da semântica em discursos de Salazar* (1989).

É actualmente assistente de língua portuguesa.

Ganhou experiência como estagiária nas áreas de informação, redacção, secretariado, produção de brochuras, jornal partidário e programas de rádio e televisão no Departamento de Informação/Relações Públicas do Partido da Democracia Cristã (CDA), Haia.

Tem um interesse particular pela Língua e Cultura Portuguesa; a Comunicação de Massas; Relações Públicas.

Preparou quatro transmissões de rádio e duas de televisão do CDA.

Hedwig Leijten licenciou-se em estudos de Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade de Utreque, com tese sobre: *A Procura do Prefácio. Um estudo sobre o prefácio em geral e os prefácios do «Amor de Perdição» de Camilo Castelo Branco* (1989).

É, a partir de 1989, assistente de Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira; investigadora no projecto Eurotra da CEE para tradução automática no Departamento de Linguística Geral da mesma Faculdade.

Colaborou no curso televisivo de português «Como vai?» da TELEAC, como transcritora e tradutora.

Várias das pessoas que nos forneceram elementos para este levantamento confirmaram um aumento significativo da procura de Português nos últimos anos. De uma maneira geral, os cursos têm muitos alunos. Antuérpia e Utreque mandaram-nos planos de estudo detalhados, e Utreque curricula vitae extensos que, por falta de espaço, não podemos publicar na íntegra. O material fica à disposição dos interessados na Biblioteca do leitorado de Neerlandês.

Da panorâmica acima traçada podemos concluir que a cobertura dada pela Bélgica/Flandres é boa. Para isso contribui o aumento da oferta em Gent. Não se pode dizer o mesmo dos Países Baixos, onde se nota uma concentração na chamada Randstad (Conurbação Holanda). De fonte fidedigna ouvimos que o leitorado de Português em Groningen já não existe; foi encerrado, segundo se crê, há talvez seis anos. Em Nimega (Nijmegen) a secção portuguesa desapareceu em 1986, pouco depois da jubilação do catedrático, J. J. Van Den Besselaar, vieirista, e conhecido pelos seus estudos históricos.

No entanto, a rede de Português é, na prática, muito mais densa, visto existirem também cursos de secretariado, universidades populares, institutos de línguas, etc., que administram aulas de Português. Aliás, é possível que hajam mais cursos de apoio de Português em outras instituições superiores, como na Universidade de Estudos Agrícolas em Wageningen, por exemplo, onde parece existir um curso a cargo da dr.^a C. Barel — mas não conseguimos saber pormenores.

Além disso, bastantes laboratórios de línguas (como o da Technische Universiteit Eindhoven) e muitas bibliotecas públicas, em terras de expressão neerlandesa, põem material de estudo à disposição dos seus utentes.

Não se deve esquecer também o papel dos emigrantes: se a primeira geração se preocupa essencialmente com a melhoria da sua situação económica, a segunda é capaz de uma atitude bem diferente, e de formar um elo significativo nas áreas linguísticas e culturais.

O caso de Bruxelas, onde se conjugam múltiplos factores, é obviamente um caso único. E como as distâncias nos Países Baixos e na Bélgica são curtas e os transportes bons, todos os Centros de Português podem beneficiar, de forma directa ou indirecta, da presença portuguesa mais acentuada na capital da CEE. Esta presença já levou, inclusive, à oferta de uma estátua de Fernando Pessoa, da autoria da escultora Irene Vilar, pela Fundação Eng.^o António de Almeida, com sede no Porto.

Para rematar esta nossa exposição, queríamos ainda formular uma sugestão e um voto. Começemos pela sugestão: podia-se pensar num «Nieuwsbrief», numa carta anual — sumária e fotocopiada — que ligue os Centros de Português dos Países Baixos e da Bélgica/Flandres entre si e com os leitorados de Neerlandês em Portugal. Esta carta podia conter todos os dados novos importantes, mas também os títulos de teses de licenciatura. Quanto ao voto: não principiámos esta investigação na ideia de a converter num argumento pro domo. Porém, à medida que esta panorâmica foi surgindo, não podíamos deixar de constatar que a contrapartida portuguesa é bem pouca! Aliás, o inquérito da dr.^a Maria Dulce Pinto Brás acerca do ensino do Neerlandês nas Universidades Portuguesas obrigou-nos a uma reflexão mais demorada sobre este assunto. Eis, portanto, o nosso voto: que Portugal honre melhor o parágrafo dos acordos culturais com referência ao ensino!

Maio de 1990.

Roza Huylebrouck

NOTÍCIAS

COLLOQUE INTERNATIONAL EDOUARD GLISSANT

Sob o patrocínio das Universidades do Porto e de Pau/Pays de l'Adour, decorreu, de 24 a 27 de Outubro de 1990, no Círculo Universitário do Porto, o COLLOQUE INTERNATIONAL EDOUARD GLISSANT, organizado pelos Professores Ferreira de Brito e Yves-Alain Favre. Edouard GLISSANT nasceu na Martinica e fez os seus estudos superiores em França no domínio da Filosofia e da Etnologia, tendo regressado depois à sua terra natal, onde viria a transformar-se em poeta, romancista, dramaturgo e ensaísta de grande renome. Distanciado já de Léopold Senghor e do seu compatriota Aimé Césaire, Edouard Glissant, autor dos romances *La Lézarde*, *Malemort*, *La case du Commandeur*, *Le Quatrième Siècle* e *Mahagony*; de ensaios como *L'intention poétique*, *Soleil de la Conscience*, *La Poétique de Relation*; duma peça de teatro *Monsieur Toussaint*; de livros de poemas como *Le Sel Noir*, *Les Indes*, *Pays révê*, *pays réel*, não se bate já pelo conceito de **negritude**, mas por uma poética da mestiçagem linguística e cultural, pela criouldade, que permita a relação cultural múltipla no respeito pelo Diverso. A sua mensagem, ultrapassando as poéticas do Diverso desenvolvidas por Paul Claudel, Saint-John Perse e Victor Segalen, defende não um exotismo de pacotilha ou um folclorismo populista, mas o telurismo autêntico dos valores da antilhanidade radicados na africanidade por via da escravatura, tentando reencontrar a memória colectiva dum povo desterritorializado e despojado das suas matrizes.

Tendo exercido funções de Director do *Courrier de l'Unesco* e sendo actualmente Professor Catedrático na Universidade de Louisiana, Edouard Glissant tem toda a sua obra editada pela Seuil e traduzida neste momento nas mais diversas línguas; em português foi editado no Brasil. Pela sua abertura à multi-relação cultural, GLISSANT exclui análises e extremismos totalizantes de ideologias ocidentais ou anti-ocidentais e a sua reflexão sobre a **gesta da dominação**, em que emergem as figuras de Vasco da Gama e a de Fernão de Magalhães, propõe, com muita beleza estética e grande sentido de comediamento histórico, uma nova epopeia — a **epopeia da Relação**, que interroga muito subtilmente os conceitos hegelianos e baktinianos de epopeia, defendendo com muito empenho as culturas ditas menores em termos geo-políticos, mas que nunca o são em termos afectivos e morais. Balanceado entre a americanização e a francização, dois pólos assimiladores de culturas, Glissant luta contra a «Literatura de decalcomania» e considera que já se esgotou a era das línguas orgulhosas. Ele acredita que a grande mestiçagem (sobretudo na acepção intercultural do termo) é inevitável, desde que não seja feita no sentido único da ocidentalidade, para ser possível o ressurgimento plural do Diverso no respeito

FERREIRA DE BRITO

mútuo de axiologias e de poéticas, que ultrapassaram a dialéctica shakespeariana de Caliban e Próspero.

Este Colóquio analisou sob diversos ângulos metodológicos e científicos a obra global de Edouard GLISSANT, enfocando especialmente os seguintes núcleos: Glissant e as Antilhas, Herança e Mestiçagem, Teatro e Ensaios; Glissant e a técnica romanesca; a Poética de Glissant; criouldade e francidade; abordagens comparatistas com Vitorino Nemésio, Baltasar Lopes e Saint-John Perse.

Foram apresentadas 45 comunicações por Professores e Investigadores dos seguintes países: Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Israel, Itália e Portugal. A Faculdade de Letras do Porto apresentou um conjunto de 10 comunicações.

O Colóquio EDOUARD GLISSANT, pela variedade da temática estudada e pela diversa proveniência geográfica dos seus Participantes, abriu as portas a um intercâmbio universitário muito enriquecedor. As Actas deste Colóquio serão publicadas, em breve, pelo Centre de Recherche en Poésie Contemporaine de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour.

Ferreira de Brito

ENCONTRO COMEMORATIVO DO 150.º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DE THOMAS HARDY

Nos dias 30 e 31 de Outubro passado teve lugar na Faculdade de Letras do Porto um Encontro evocativo da vida e da obra do poeta e romancista inglês Thomas Hardy, numa iniciativa do Instituto de Estudos Ingleses da mesma Faculdade.

Ao propor a realização destas jornadas de estudo de um autor cuja apreciação crítica se tem caracterizado no nosso século por alguma instabilidade e mesmo por alguma controvérsia, os organizadores do Encontro tentaram trazer para Portugal, e para a Faculdade de Letras do Porto, um debate que se encontra em aberto no âmbito dos estudos da literatura inglesa, assim procurando contribuir não só para a dinamização desta área de investigação e ensino no nosso país, mas também para uma discussão e avaliação crítica com relevância no estudo da literatura inglesa em termos internacionais.

A fim de assegurar os objectivos em vista foram convidados a participar no Encontro o Professor Donald Davie, que para além de crítico e poeta de renome internacional é ao mesmo tempo o responsável pela principal reavaliação da importância e do significado de Thomas Hardy no contexto da poesia inglesa do século XX, o Professor Lance Butler, autor de diversas obras sobre o romance de Hardy, e ainda o Professor Álvaro Pina, principal especialista português no estudo da obra do autor em apreço.

Para além das comunicações apresentadas por estes autores, o Encontro contou ainda com a participação de mais oito oradores, quatro deles provenientes de universidades portuguesas e os outros quatro de universidades britânicas, estes últimos a comprovar o interesse suscitado por esta iniciativa mesmo fora de Portugal.

Ao longo dos dois dias por que se distribuíram os trabalhos a obra de Thomas Hardy foi discutida e avaliada quer em termos globais, em comunicações que abordaram a generalidade dos seus romances ou da sua poesia, quer parcelarmente, através de análises de romances ou de poemas particulares, e a partir das mais diversificadas perspectivas (historicistas, biografistas, psicanalíticas, desconstrucionistas, feministas, etc.), sendo também variadas as incidências de análise (lexical, semântica, ideológica, epistemológica, mítica, etc.). Numa apreciação global, pode-se considerar que o Encontro correspondeu plenamente aos objectivos dos organizadores e às expectativas da cerca de meia centena de participantes, tendo constituído não só uma significativa jornada de debate e actualização de conhecimentos e ideias, como ainda uma agradável ocasião de convívio entre pessoas que partilham interesses culturais e gostos literários idênticos ou aproximados.

Gualter Cunha

2.º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA ALEMÃO - PORTUGUÊS - ESPANHOL

Realizou-se em Kiel, de 15 a 17 de Novembro de 1990, o «2.º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Alemão-Português-Espanhol».

Local de realização: Romanisches Seminar, Christian-Albrechts-Universität.

Organização: Profs. Drs. H. Lüdtke, J. Schmidt-Radefeldt, António Franco.



GABINETE DE TRADUÇÃO DA F.L.U.P.

Sob a direcção do Prof. Doutor Manuel Gomes da Torre, o Gabinete de Tradução da FLUP está a proceder à tradução para português de *A History of the University in Europe*, obra promovida pela Conferência de Reitores da Europa (CRE), contando com o apoio do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). O primeiro dos quatro volumes, com cerca de 700 págs., está quase concluído.

VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA

Desde a constituição da Associação Portuguesa de Linguística, em finais de 1984, que se vêm realizando anualmente os Encontros Nacionais.

Este ano, mais uma vez, muitos dos seus associados se reuniram na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 1 e 2 de Outubro, sendo de salientar que foi a primeira vez que um Encontro Nacional se realizou fora de Lisboa.

Os objectivos fundamentais desta reunião anual é a de, através de comunicações, se apresentar a investigação desenvolvida durante o ano, de forma a que se alargue o debate, se divulgue o trabalho realizado e os linguistas possam encontrar pontos de contacto que promovam o diálogo. Por outro lado, tem-se procurado também que este Encontro constitua um espaço onde os investigadores mais novos possam apresentar e discutir os seus trabalhos.

Embora se tenha sempre privilegiado o estudo científico do Português, realizado quer por linguistas portugueses, quer por estrangeiros, sempre se considerou importante a apresentação de estudos, comparativos ou não, sobre outras línguas, assim como os de investigação de carácter mais geral, abordando questões teóricas fundamentais em várias áreas da Linguística.

Assim, estiveram presentes neste Encontro linguistas de várias Universidades portuguesas, do Brasil, de Espanha, de França, da Grã-Bretanha e de Moçambique e também de Institutos Superiores, de Escolas Superiores de Educação e do Centro de Linguística de Lisboa.

As comunicações apresentadas incluíram estudos sobre o Português Europeu, o Português do Brasil, o ensino do Português, questões de alternância de línguas em emigrantes de origem portuguesa, problemas de tradução, de abordagem linguística da ficção e de edição crítica. Foram também apresentados dois trabalhos sobre línguas bantas faladas em Moçambique, o Citswa e o Tsonga.

Por outro lado, os trabalhos apresentados distribuíram-se por várias áreas da linguística como fonologia, semântica, sintaxe, sociolinguística e dialectologia não só do ponto de vista sincrónico mas também diacrónico, tendo algumas comunicações apresentado a característica de tentar um encontro entre estas duas perspectivas.

Os trabalhos estiveram organizados em várias secções de acordo com a área em que se enquadravam, tendo sempre funcionado em sessões paralelas em virtude de o número de comunicações inscritas ascender a vinte seis. No entanto, no primeiro dia, após a sessão de abertura, teve lugar uma conferência

FÁTIMA OLIVEIRA

preferida pelo Professor Óscar Lopes sobre relações de identidade e semelhança em construções comparativas. Por outro lado, como nos dias imediatamente anteriores se tinha realizado em Ofir um Encontro restrito subordinado ao tema «Anáfora», uma das especialistas convidadas, a Professora Tanya Reinhart da Universidade de Tel-Aviv, apresentou os desenvolvimentos mais recentes da sua Teoria.

Para além destas conferências e das comunicações feitas, teve ainda lugar a apresentação do Trabalho em curso de um Projecto da APL sobre Bibliografia, assim como teve lugar o lançamento do 1.º volume da Terminologia Linguística que é o resultado do trabalho realizado no quadro de outro Projecto da Associação Portuguesa de Linguística e cuja responsabilidade científica esteve a cargo da Prof.^a Doutora Maria Helena Mateus coadjuvada pela Doutora Maria Francisca Xavier, tendo o trabalho técnico sido realizado no ILTEC, pois este primeiro volume também está acessível em 'disquette'.

Por fim, pode dizer-se que os objectivos enunciados foram alcançados e simultaneamente formula-se o desejo de que esta tradição se mantenha e se alargue cada vez mais, pois o debate é uma das condições para o avanço dos conhecimentos científicos.

Fátima Oliveira

RECENSÕES

AMORIM DE CARVALHO — *Teoria Geral da Versificação*, 2 vols., Lisboa, Editorial Império, 1987.

Sabe-se que um livro póstumo é sempre uma injustiça: por mais pronto-a-editar que o tenha deixado, o Autor não pode revê-lo nem modificá-lo nas várias etapas da edição; muito menos justificar ou discutir, depois da mesma, críticas ou contributos entretanto vindos a lume. Essa flagrante injustiça só se justifica, é evidente, para impedir outra, incomparavelmente maior: a de deixar inédita uma obra de vulto.

Vem isto a propósito da edição, finalmente levada a cabo, da *Teoria Geral da Versificação* de Amorim de Carvalho, onde a inevitabilidade do póstumo se agrava pelos quase quinze anos que passaram entre a sua escrita e a distribuição nas livrarias. Não é este um modo discreto de afirmar que a obra em causa está ultrapassada. De modo algum. Pelo contrário, a especificidade do domínio em questão e os pontos de partida adoptados — na sequência natural dos delineados no *Tratado de Versificação Portuguesa* (1941; última reed. 1987) — de algum modo *protegiam* a obra de efémeras modas científicas a vir. No entanto, neste domínio, como em qualquer outro, aconteceram coisas que qualquer autor teria direito a ter conhecido mesmo que não viessem a modificar em nada as suas crenças. Poderiam assinalar-se neste período em França, precisamente o país que A.C. tinha escolhido para residir e a cuja cultura esteve sempre muito ligado, estudos de versificação manifestando orientações muito diversas, desde os inspirados na Gramática Gerativa aos que continuavam uma abordagem mais tradicional ou aos que se situavam como crítica e questionamento dos vários enfoques disponíveis. Livros como o de Jean Mazaleyrat, *Éléments de Métrique Française* (1974) ou de Henri Meshonnic, *Critique du Rythme* (1983), por exemplo, hoje referências quase naturais neste contexto, só foram publicados depois de concluída a feitura da *T.G.V.*. O que, como dizia, não a tornando de modo algum uma obra ultrapassada, não vem senão acentuar a injustiça deste longuíssimo tempo de espera que decorreu entre a escrita e a vinda a público desta *Teoria* de A.C., projecto ao qual os leitores do *Tratado* se tinham habituado a vê-lo aludir. Injustiça (mais do que prejuízo) algo justificada por tratar-se de uma obra muito extensa, edição cara e trabalhosa num país sempre com restrições de verbas e onde, infelizmente, poucos mortos remuneraram. Jogo adverso de forças que só a muita dedicação da família conseguiu vencer. Esta reflexão, que correu o risco de parecer um sentido pranto, pretendeu explicar um facto absolutamente objectivo, como julgo que o A. merece e teria apreciado; sem, por ser sentido, científica e socialmente doloroso, se ver transformado em elegante elipse. Passemos à *Teoria* propriamente dita.

O título não representa novidade para os leitores do *Tratado de Versificação Portuguesa*. Pelo contrário, é a confirmação de uma promessa que se tinham habituado a esperar e desesperavam de ver cumprida. Como possível síntese da obra, o título cria, com toda a probabilidade, a expectativa de um livro por assim dizer universal. O leitor mais ingénuo abordá-la-á, talvez, como a porta mágica de todas as respostas fundamentais aos problemas do verso. (Disse leitor ingénuo e não interessado para evitar a mais evidente das redundâncias — todo o leitor desta obra é, *a priori*, interessado. Se não o fosse, teria liminarmente posto de lado estas 700 páginas em dois volumes).

Ora a leitura abre efectivamente muitas portas, mas não todas. Nem de outro modo poderia ser. Aliás, reparando bem, o livro é já uma rara ousadia num tempo, como o nosso, de difíceis sínteses, hesitantes credos, pluralidades fissuradas, senão tantas vezes pulverizações hiperespecializadas do saber. É cada vez mais difícil um autor assumir sínteses de campos vastos e complexos. Vemos, assim, de um modo geral, desaparecerem nas Ciências Humanas as *Teorias* ou mesmo os mais modestos *Tratados* em favor de um necessário aumento das obras colectivas, sequência de segmentos da responsabilidade de autores distintos, ou daquelas em que a totalidade de algum modo recalcada reaparece sob a forma miticamente total e sistematicamente fragmentada que é o *Dicionário* ou a *Enciclopédia*. Aqui a autoria pode ser, nos casos mais simples, única, ou, nos casos mais complexos, fragmentada também por um número alargado e por vezes discrepante de colaboradores. Exemplos destes, nem vale a pena enumerar. Pelo contrário, uma visão pessoal e unificadora de problemas de leque muito vasto é muito rara e deixa necessariamente em aberto as especificidades de cada área concreta. No estudo do Verso citaria, a este nível, o exemplar estudo de Pedro Henriquez Ureña intitulado *En busca do Verso Puro* (1935). Uma *Teoria Geral da Versificação*, dizia, afigura-se pois uma ousadia cada vez menos habitual.

A leitura da obra fará com que o adjectivo «geral» adquira, todavia, duas interpretações possíveis: por um lado, a de um livro onde são tratadas todas as questões relativas à Versificação; a este nível a expectativa confirma-se plenamente; por outro lado, a de analisar as questões fundamentais de qualquer sistema de Verso. E aqui, as expectativas não são totalmente cumpridas. Apesar de muito mais amplo do que o do *Tratado*, o *corpus* analisado é fundamentalmente de Língua Portuguesa, embora com larga documentação em outras Línguas Românicas. O que parece natural. Focar com o mesmo pormenor uma diversidade universal seria efectivamente impossível.

O Prefácio delinea com a maior clareza os aspectos globais da *Teoria*, que insere numa longa investigação sobre Métrica de que o *Tratado*, «obedecendo ao mesmo plano didáctico», já tinha dado uma versão mais breve. A *démarche*, que situa sob a égide da Psicologia, dobra-se de um curiosíssimo duplo, espantosamente conforme com certos horizontes da Ciência contemporânea, nomeadamente os da Informática — o da experimentação sistemática das possibilidades das leis que foram sendo teorizadas. De facto o A. compôs poemas explorando novas combinatórias métricas, como mostrará ao longo do livro. Fica assim o itinerário claro e rigorosamente documentado — da criação à análise, desta de novo à criação. Na segunda parte do Prefácio insere-se o A.,

RECENSÕES

como poeta e crítico, na cronologia da *Presença*, relativamente à qual todavia se coloca nos antípodas. Entende a história da poesia portuguesa numa linha de «continuidade renovadora», não encarando a possibilidade ou legitimidade das rupturas. (Mais uma vez cronologicamente impossibilitado de ter acesso a uma referência fundamental, *Los Hijos del Limo* de Octavio Paz [1974; traduzido no Brasil em 1984]).

Assim se entende a sua violenta condenação do verso livre, que a *T.G.V.*, no seu desenvolvimento, tornará muito mais flexível e moderada, ou o entendimento da poesia moderna como decadência. Posição razoavelmente legítima, legitimada pela incómoda e dolorosa experiência de certa marginalização na incompreendida tentativa de explorar e alargar as possibilidades de uma versificação portuguesa não apenas como análise desejando-se objectiva mas também como prática poética. E ainda que não concordemos com pontos rápidos mas relevantes deste Prefácio, por exemplo aquele em que o A. fala da distinção última do verso livre como «arbitrária disposição gráfica», compreendemos também que a guerrilha teórica do mesmo foi, em muitos aspectos, mais frágil do que a sua realidade de verso irrecusável.

Organiza-se a obra em dois volumes — I. «A Metrificação e a Rima», II. «As Estrofes, os Sistemas Estróficos e a História da Versificação». Subjacente à sua abordagem sucessiva, completíssima, dos problemas da Versificação, esquisssa-se uma funda coerência. Assim, aspectos bastantes diversos como a Tradução, a História da Versificação ou a proposta de plano para um Dicionário de Rimas, seguem-se aos algo inevitáveis da estrutura do verso, da estrofe ou do poema, como aspectos de um trabalho em muitos aspectos quase exaustivo. Em toda a extensão da *Teoria* pulsa o optimismo de uma crença científica firme que permite ao A. formular uma série de leis absolutamente originais, excepto a das relações matemáticas simples e a das formas regulares, já esboçadas, ainda que não na presente forma, em autores franceses. Alicerces mestres deste edifício, elas são uma presentificação possível, extremamente comovente, do repetido sonho de uma cientificidade nos estudos literários. E este é um facto essencial, impossível de escamotear, mesmo que algumas delas nos suscitem certa reserva, ou que pessoalmente entendamos qualquer lei como tendência, num dado sistema, apenas altamente provável.

Esse optimismo científico sem brechas, que tão claramente evidencia em *De la Connaissance en Général à la Connaissance Esthétique. L'Esthétique de la Nature* (1973), deverá ter aconselhado ao A. uma organização clara, pedagógica. Efectivamente, a matéria distribui-se por dois tomos de ossatura transparente, com índice muito detalhado e um sistema de subdivisões internas, numeradas, de fácil remissão, que A.C. frequentemente pratica. Mas, dada a abundância de poemas citados, por vezes diversos textos do mesmo poeta integrados em alíneas distintas, o leitor (que, já vimos, esperou desta obra simplesmente a perfeição...) teria facilitada a tarefa não de leitura mas de consulta rápida, se dispusesse de um Índice de Autores. Esse apêndice tornaria o acesso à *T.G.V.* facilímo mesmo a quem, sem ter grande motivação para questões de Métrica, estivesse, por hipótese, a elaborar uma monografia sobre qualquer poeta português. O Índice de Autores não era um hábito de A.C.. No entanto, nenhuma outra obra sua, julgo, o requereria como esta. Tratando-se

de um apêndice extra, sem interferir na estrutura da obra, seria uma questão a encarar em futuras edições.

A clareza da exposição tornar-se-ia também mais absoluta se a *démarche* adoptada fosse a de partir do mais simples para o mais complexo. Muitas vezes, assim acontece. Outras, pelo contrário, a progressão é inversa. É o que se passa na apresentação dos versos elementares, posterior à dos versos compostos. O facto explica-se pela opção de formular uma sequência de leis fundamentais que, embora muitíssimo coerente, vem a dificultar um pouco a leitura de um não-iniciado. Numa abordagem global, outra observação me surge: enquanto alguns leitores julgarão que o facto de indicar apenas a autoria dos poemas citados torna a *Teoria* bastante portátil, outros, os de hábitos mais teimosamente universitários *lato sensu*, lamentarão de leve que as citações não sejam completas. Representando um acréscimo de trabalho (que não de espaço), elas seriam um excelente apoio para qualquer investigador a vir. Mas nada obrigava o A. a utilizar um sistema tão completo, trabalhoso, talvez intimidante para certos leitores. Nunca o vi, aliás, que me lembre, em nenhum Tratado de Versificação.

Que mais dizer desta obra que, por convergência da minha Investigação pessoal, li, reli, atentamente anotei? Não muito, e não quero correr o risco de tornar esta recensão um texto de tamanho intolerável, comprometendo a sua função primeira, que pressupõe economia. As numerosas questões pontuais que a leitura e reflexão me ditaram reservo-as para outros trabalhos em que por menores concretos, como por exemplo o do decassílabo 4+6, ocorram. Muitas delas, aliás, só uma experimentação continuada poderá, de facto, testá-las. Farei, no entanto, algumas rápidas afirmações de passagem, a título de ilustração. Projectando na vontade de perfeição da obra o nosso mito de perfeição mallarmeana, é com certa pena que vemos uma questão fundamental como «Poesia e Verso», numa obra desta envergadura, ocupar menos de meia página, a de uma dicção interior *versus* dicção propriamente dita não ser dilucidada, a da inovadora oposição ritmo melódico/ritmo métrico não ficar muito clara; a da cesura não ser explicitada com todos os elementos de que o A. dispunha, patentes em *Problemas da Versificação* (1981); ou ainda ver encerrar a obra com um ponto curto, «A Versificação na Poesia Brasileira», que visa justificar a opção de um *corpus* alargado de Língua Portuguesa e não exclusivamente de Poesia Portuguesa, justificação ponderadíssima mas relativamente pleonástica relativamente ao Prefácio que já punha o facto em destaque. Tal redundância deve-se, estou convencida, à impossibilidade de o A. ter revisto o texto. Numa leitura posterior teria, sem dúvida, eliminado este ponto, como teria corrigido o lapso da página 341 do vol. II em que o poema «Ao longe os barcos de flores» é erradamente atribuído a António Patrício e não a Camilo Pessanha, como deveria. Facto que só como gálha pode ser entendido na medida em que a versificação de Pessanha é precisamente objecto de atenção bastante privilegiado por parte do A. (cf. vol. I, pp. 129 e 151-4; vol. II, pp. 83 e 337).

Gostaria ainda de salientar que a objectividade que A.C. elegeu como constante não o impede de, em pontos mais sensíveis, dar saída a testemunhos pessoais e pessoalmente assumidos. E se é certo que às vezes lhe aflora certo

RECENSÕES

ressentimento amargo, parente próximo, de motivação decerto idêntica ao de Jorge de Sena, não deixa de ser surpreendente testemunhar a coragem com que, sem falsa modéstia, assume aquilo em que entendeu ser pioneiro, original, ou sequer ter uma palavra válida a dizer.

Ocorre-me, por último, uma reflexão de índole pedagógica, campo cuja experiência me foi sempre gratificante, em parte reversível com a da Investigação fundamental: o conjunto dos poemas escolhidos para integrar a *T.G.V.*, amplo e orientado segundo os parâmetros fundamentais do ritmo, cuja escolha denota uma sólida erudição e um agudo critério estético, constitui por si só uma excelente antologia de poesia em Português. Não aquela que especificamente se faria com vista a elaborar um estudo da metáfora, mas uma lúcida e enriquecedora perspectiva possível dos exemplos metricamente mais convincentes e ritmicamente mais perfeitos. Se eu conseguisse que os meus alunos, a quem indiquei naturalmente o livro (que muito provavelmente não lerão), fizessem uma leitura integral desses poemas, mesmo sem contactarem com o corpo do texto — que é a Teoria propriamente dita — eles não ficariam os mesmos. Sairiam desse simples convívio ritmicamente mais formados, evidentemente mais capazes; leitores infinitamente mais aptos, no sentido global do termo. E depois? É urgente dizer-lhes isto. No seu exclusivo interesse, teimo em afirmar. Porque, mais tarde ou mais cedo, a *T.G.V.* de A.C. acabará, no mínimo, por tornar-se um instrumento de trabalho imprescindível em qualquer biblioteca.

Vera Vouga

Précis de Littérature Comparée, sob a dir. de Pierre Brunel — Yves Chevrel, Paris, P.U.F., 1989, 376 pp.

Publicado em Julho de 1989, o *Précis de Littérature Comparée* manifesta a necessidade sentida de dar conta do percurso comparativista, desde a sua génese (e ela remonta já ao séc. XIX) até às investigações mais recentes. Mas, ele revela também uma preocupação de rigor terminológico, relativo a conceitos operatórios fundamentais, procurando assim legitimar e demonstrar a rentabilidade desta orientação metodológica interdisciplinar.

Esta obra surge assim na esteira de outras publicações como a reformulação surgida, em 1983, de *Qu'est-ce que la littérature comparée?*, agora de Claude Pichois, A. M. Rousseau e Pierre Brunel¹, ou de *La Recherche en Littérature Générale et Comparée en France, Aspects et Problèmes* da Société Française de Littérature Générale et Comparée², publicada no mesmo ano, para apenas referirmos algumas obras surgidas no campo editorial francês todas elas pretendendo ultrapassar obstáculos externos e internos que se colocam ao processo comparativista.

Trabalho elaborado por comparativistas franceses, apresenta-se também como o «résultat d'une pratique de chercheurs et d'enseignants» (p. 9), convictos e conscientes de que é fundamental «l'ouverture à l'autre, à celui qui n'écrit pas comme nous, qui ne pense pas comme nous — qui est lui-même, dans sa différence et son originalité» (p. 9), na medida em que «une oeuvre n'est pas à considérer uniquement comme un absolu, mais aussi dans ses différentes concrétisations et ses mises en relation possibles» (p. 190).

Os seus autores têm então como objectivo dar a conhecer o estado actual dos trabalhos mais recentes, oferecer uma visão genérica sobre um género ou uma época, não descurando a abertura de novas perspectivas de investigação, num volume vocacionado, explicitamente, para o falante do francês.

O presente estudo encontra-se estruturado por grandes núcleos de pesquisa, seguidos todos eles de uma bibliografia sumária, relativa à questão tratada, à excepção dos capítulos intitulados «Poétique comparée» e «La parole risquée: l'aventure de la poésie moderne (XIX^e-XX^e siècles)».

Assim, Pierre Brunel, um dos responsáveis pela obra, estabelece, na sua «Introduction», uma distinção entre «littérature comparée», «littérature générale» e «littérature universelle», designações nem sempre correctamente usadas, para

¹ BRUNEL, Pierre, et al. — *Qu'est-ce que la littérature comparée?* Paris, Armand Colin, 1983

² *La Recherche en Littérature Générale et Comparée en France, Aspects et Problèmes*, Paris, S.F.L.G.C., 1983.

em seguida se dedicar ao «fait comparatiste», reflectindo sobre as leis que o singularizam.

Chamando a atenção para a importância do estudo da tradução, propondo que seja encarada como «*voie normale d'accès à une littérature étrangère*» (p. 58), Yves Chevrel em «Le texte étranger: la littérature traduite», salienta não só a pertinência das condições que envolvem a difusão do texto literário, mas também do discurso de mediação que o acompanha. Já Franco Meregalli, no seu artigo «Sur la réception littéraire»³, se referia, em 1980, dum modo particular, aos responsáveis por este discurso (não só aos tradutores como aos críticos) que designava por «métalecteurs», defendendo este tipo de estudos.

Yves Chevrel realça ainda, fundadamente, a interdependência do fenómeno literário com o sistema social, afirmando a necessidade de se estabelecer um estudo aliado a uma metodologia como a *estética da recepção*, de modo a que se proceda não tanto a uma história das traduções, mas a uma história das leituras.

Em «Poétique comparée», Jean-Louis Backès recusa o carácter normativo e prescritivo que caracterizou a poética de antanho, tão ligada às questões de géneros, retóricas e métricas, lembrando-nos a possibilidade de exame de diferentes sistemas de metrificacão que não dependem, necessariamente, da estrutura da língua, nem das correntes de ideias, incentivando simultaneamente os investigadores para o estudo dos empréstimos métricos que se verificam com frequência.

Também as diversas abordagens sociológicas da literatura são objectivo de reflexão e análise neste *Précis*. Em «Littérature et société», Daniel Madelénat, ao referir o complexo de relações existente entre o facto literário e sociedade, põe em relevo que «L'art est une activité sociale», mas que toda «l'oeuvre d'art est un monde en soi» (p. 105), recusando desta forma uma relação directa de causa-efeito que condicionaria, irremediavelmente, o escritor. O autor debruça-se ainda sobre o espectro das relações que intervêm ao nível da produção, difusão, recepção e leitura, vendo como elas se inscrevem nos caracteres formais ou temáticos da obra. Mais uma vez se chama a atenção para o facto de o destinatário último do fenómeno literário ser objecto essencial, pelo que se deve estudar a sociedade de leitores. Para além de dar conta de várias teorias sociológicas consideradas já ultrapassadas, não esquece novas orientações como a «sociosémiotique», explorada por P. Zima.

Autor de múltiplos trabalhos sobre as imagens do estrangeiro na obra literária (cf., por exemplo, *Images du Portugal dans les lettres françaises (1700-1755)*⁴ e publicado com tradução de Álvaro Manuel Machado na Biblioteca Breve em 1983), Daniel-Henri Pageaux fala-nos da *imagologie* enquanto estudo da imagem do estrangeiro, um factor integrante do imaginário social: a representação do Outro. A imagem pode manifestar opções que atravessam a estrutura duma sociedade, o que justifica também o uso de uma metodologia própria da teoria da recepção, para proceder a este tipo de investigação.

³ MEREGALLI, Franco — *Sur la réception littéraire*, in «Revue de Littérature Comparée», 54 ème année, n.º 2, avril-juin, 1980, pp. 133-149.

⁴ PAGEAUX, Daniel-Henri — *Images du Portugal dans les Lettres Françaises (1700-1755)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1971.

RECENSÕES

Os estudos temáticos, numa perspectiva comparativista, não são esquecidos, cabendo a Philippe Chardin a sua apresentação. Denunciando a flutuação terminológica que envolve conceitos operatórios usados nesta disciplina, Chardin reflecte ainda sobre as ambiguidades semânticas que a distinção tema/mito encerra, procurando dar um contributo pessoal para clarificar esta distinção. A todo o momento o que perpassa na leitura deste capítulo, é uma preocupação (excessiva?) em justificar a importância desta disciplina, dentro dos estudos comparativistas.

A *estética da recepção*, convocada recorrentemente ao longo de toda a obra, possui, no entanto, um espaço próprio. A Yves Chevrel interessa-lhe — e porque se dirige em primeiro lugar a um leitor de língua francesa — situar o momento em que se acolheu, favoravelmente, o termo *recepção*, proveniente da Alemanha, país onde este campo de pesquisa surge no final da década de 60, termo esse que, rapidamente, substitui *influência* e *fortuna*. Interessa-lhe ainda tratar, longamente, os casos a analisar pelo que ele designa por «réception comparée» (p. 184). Traça não só o estado actual dos estudos neste domínio, mas indica também pistas de trabalho pouco exploradas como, por exemplo, o estudo da recepção duma obra por diferentes áreas culturais.

Jacques Chévrier, em «Les littératures africaines dans le champ de la recherche comparatiste», lembra-nos que existem domínios mais recentes como este, ligado a uma literatura emergente, em formação, e que desperta cada vez maior interesse nos investigadores. Assim, procede-se não só a uma apresentação do que está a ser feito, como se reflecte sobre conceitos fundamentais: negritude ou literaturas nacionais de passado colonial.

Os campos da «Littérature et arts» e de «La littérature comparée devant les images modernes: cinéma, photographie, télévision» estão também presentes pela dimensão mais alargada que vão conquistando. No que diz respeito à primeira questão, Jean-Michel Gliksohn, sintetizando o princípio que norteia esta área de investigação — «La réflexion sur la beauté et toute l'histoire de l'esthétique montrent que l'on peut réduire la littérature et les arts à des principes communs» (p. 25) —, esboça a história destes estudos, exemplificando mais do que abrindo novas pistas de pesquisa.

Já Jeanne-Marie Clerc, ao falar dos factores intervenientes no processo de aculturação, próprio do nosso século, ligados à tecnologia da imagem, mostra a enorme importância do fenómeno icónico ao apresentar-nos um estudo sobre a imagem do cinema nos escritores ou o trabalho de adaptação do romance à Sétima Arte que, na sua opinião e a nosso ver de modo justificado, considera igualmente revelador, tal como a tradução, da fortuna de um texto. Fala-nos ainda da possibilidade de análise dos guiões e da escrita do visual no romance francês contemporâneo, fundamentando a todo o momento a sua exposição, não dando conta do que foi ou está a ser feito, informações que o leitor poderá recolher através da selecção bibliográfica que lhe é oferecida.

Cabe a Jean Perrot falar, nesta obra, de «La littérature d'enfance et de jeunesse», domínio em que Paul Hazard, já em 1927, deu os primeiros passos. Apesar de remontar há cerca de 60 anos, é necessário sublinhar as diferentes linhas de investigação pelo que se chama a atenção para a riqueza que este

domínio, tantas vezes desprezado, encerra. Desta forma, o capítulo apresenta-se, de algum modo, com um intuito de divulgação, encerrando abundante material bibliográfico.

O último texto do *Précis de Littérature Comparée* oferece-nos um interessante estudo temático da poesia moderna, com base na premissa de que o elemento que atravessa a modernidade é o facto da poesia participar da crise do seu tempo. Este estudo não apresenta quaisquer preocupações de fornecimento de aparato crítico — o que é de lamentar —, pretendendo dar conta, num primeiro momento, das grandes escolas estéticas que surgem no âmbito das balizas cronológicas indicadas no título («La parole risquée: l'aventure de la poésie moderne (XIX^e-XX^e siècles»), procedendo, em seguida, a um estudo temático da poesia de alguns autores que se movem em diversas sincronias e espaços geográficos. «La tradition de la rupture», «Exil et malédiction», «Le poète, conscience critique de son temps», «Nommer», «Les puissances magiques et subversives du désir» e «Voyageur», são os pólos temáticos relevados.

Não podemos deixar de referir a existência de «Orientations bibliographiques» que muito embora não tenha pretensões de exaustividade, porque vocacionada para a realidade francesa e porque não deseja colidir com a bibliografia anteriormente mencionada, nos fornece um valioso material suplementar.

Apresentando um vasto leque de obras «ayant une optique vraiment comparatiste» (p. 351), Yves Chevrel responsável por este contributo, tem ainda o cuidado de indicar o uso correcto — e por isso mais proveitoso — deste material, através da descrição sumária do conteúdo e estrutura dessas publicações.

Esta resenha bibliográfica, organizada com base em rubricas e sub-rubricas, dá a conhecer desde trabalhos mais antigos até estudos saídos no próprio ano de publicação do *Précis*. Privilegiando obras francesas, as referências a obras estrangeiras, por via normalmente da tradução, não se encontram aqui banidas.

Finalmente, e para uma optimização do manuseamento e leitura da obra, encontramos um índice onomástico, peça fundamental numa obra deste tipo.

O *Précis de Littérature Comparée* surge, ao público leitor, como um espaço de síntese, revelando as múltiplas etapas do caminho empreendido pela Literatura Comparada, os obstáculos terminológicos que defrontou e continua a defrontar, demonstrando ser uma via metodológica prometedora, o que justifica a abundância exemplificativa levada a cabo e que torna a leitura mais conseguida e enriquecedora.

O cuidado manifestado pelos diferentes especialistas na sua elaboração inscreve-se — não o esqueçamos — numa atitude de defesa deste domínio pluridisciplinar, tantas vezes acusado de positivista e pseudo-científico.

Este *Précis* acaba por se tornar uma obra de consulta indispensável, um manual que, por esse motivo, mais do que lançar novos horizontes de pesquisa, pretende fazer o ponto da situação destes estudos; e, não obstante ele visar um universo francófono, revela-se um guia fiável e importante para todo aquele que se move nas águas do comparativismo.

Maria de Fátima Outeirinho

Marges et exils, L'Europe des Littératures déplacées. Pour Louis Bolle, «Collection Archives du Futur», Bruxelles, Editions Labor, 1988, 200 pp.

Na última das dezassete intervenções que constituem este belo livro de homenagem à figura de um dos maiores comparativistas do nosso século — Louis Bolle — um dos seus amigos e discípulos, Marc Quaghebeur, desenha, sob o signo transgressor de um «Discours, qui ne sera pas prononcé», algumas das etapas fundamentais de um percurso existencial que se tem vindo a afirmar pela revolta contra o nítido empobrecimento cultural de uma época e de um continente (a Europa): esquemas ideológicos rígidos e caducos têm sabido afastá-los de uma policultura e de um universalismo, únicas salvaguardas contra a desintegração que vem ameaçando todos os valores humanos. Louis Bolle surge então sob essa figura de homem do exílio e da errância, emergindo de uma multiplicidade de itinerários que tanto o levaram das Universidades de Genebra e de Paris às de Nova Iorque, Damas e Louvaina, como o obrigaram à fidelidade a um ecletismo e a uma independência de pensamento e acção que o convívio permanente com Valéry, Proust, Faulkner, Powys, Heidegger, Apollinaire, Joyce, Hölderlin, Mallarmé e outros sempre testemunhou.

Talvez por isso os vários passos do «anti-discurso» de Quaghebeur — «Une espérance contrariée», «Des marges pour une autre Europe», «L'Espace du nom et du visage», «Une éthique du hors-lieu» — devam ser lidos enquanto figurações do «leitmotiv» fulcral que alimenta toda esta obra: na homenagem tão sincera quão rica e diversa a este «cidadão do mundo» chamado Louis Bolle, prefiguram-se os traços de um ser que perpetuamente se obriga a um exílio e a uma errância. Contrariando as fronteiras políticas de uma Europa decadente, inoperantes na sua caducidade e ridículas na imposição de falsos individualismos, denunciando os nacionalismos estéreis e os totalitarismos que estagnam, condenando a subserviência a esquemas ideológicos monolíticos e conservadores, este Professor Catedrático de Literatura Comparada na Universidade de Louvaina, na Bélgica, crítico, ensaísta e poeta, de dupla ascendência (helvética e arménia) é bem o defensor de um *humanismo* que, ultrapassando a visão trágica de uma modernidade política, económica, social e cultural, propõe o dinamismo de uma presença no mundo europeu que seja pautada pela dissolução de fronteiras, pela libertação do sujeito face aos diversos apelos totalitários, pelo estudo de uma especificidade que nada tem a ver com a arrogância étnica mas antes com um individualismo criador que respeite a essencialidade de cada homem. Nisto se baseia a ideia-chave desta recolha textual: a ética de um «hors-lieu» preconiza a abolição dos limites e das fronteiras, elege o seu «seuil» enquanto espaço de um constante e fecundo dialogismo, recria a ancestral

errância enquanto única hipótese de eternamente concretizar a relação com o Outro. Sem prejuízo da idiossincrasia visceral de cada indivíduo. Uma questão surge, então, pertinente: não constituirá, afinal, este *lugar* de dualidades e de ambivalências irredutíveis (e, por isso, nunca redutoras), a linha mestra à volta da qual se desenha o horizonte privilegiado dos *Estudos Comparativistas*?

Não admira pois que o clarividente autor de *Paul Valéry ou Conscience et Poésie* (1944), *Les Lettres et L'Absolu* (1958), *Marcel Proust ou le Complexe d'Argus* (1967) se junte ao poeta de *La Fauccille et la Lavande* (1949) e ao crítico que nas revistas *Les Lettres Romanes*, *The French Review*, *Revue des Lettres Modernes*, *Courrier du Centre International d'Etudes Poétiques*, *La Nouvelle Revue Française*, *Critique*, tem vindo a publicar importantes estudos sobre James Joyce, Romain Rolland, Jean Grosjean, Groce, P.-J. Jouve, Sartre, Barthes, Henry James e outros, para juntos recriarem, no nosso século pleno de impasses culturais e ideológicos, essa figura de humanista, «maquisard de la pensée», «être d'esquisses et d'interrogations» que Marc Quaghebeur imagina, num presente a reinventar e num diálogo a perpetuar: «(...) Vous trouverez aussi Joyce à Trieste ou à Zurich, Zenon à Bruges, Erasme à Bâle. Car l'errance de ces humanistes augure peut-être de la réponse à ce qui nous assaille, et que nous refusons de regarder en face (...)».

É pois sob o signo do exílio, da *eterna errância* e da *contínua viagem* que vão surgindo sucessivos testemunhos de homenagem, provas de amizade e de admiração por um Comparativista que, na totalidade de pensamento e na integridade das acções, tem vindo a defender, paralelamente à ideia de uma Europa cultural, essa outra certeza de que é no estudo dos fenómenos de errância e de exílio que se podem antever as mutações culturais que vão minando as pirâmides de uma arrogância cartesiana e de uma petrificada ancestralidade intelectual, privadas de movimento e de liberdade.

Talvez por isso não seja de estranhar que a obra da qual nos propusemos fazer esta recensão crítica, tenha por sub-título precisamente *L'Europe des Littératures déplacées*: é que entre margens e exílios se tecem as não-fronteiras e os não-limites de uma *presença europeia* que sucessivos interditos têm privado de uma disseminação fértil e actuante. E tal qual se sugere na breve introdução a esta recolha, todos os textos em questão têm por denominador comum o facto de serem reflexões — mais ou menos profundas, mais ou menos poéticas, mais ou menos pessoais — sobre a importância que adquirem, no âmbito de uma *mitologia de unificação* (deve-se também ler «da diferença») os vários fenómenos de «déplacement». O que acontece quando nascem, nas margens de culturas ditas «principais», outras não menos importantes tidas por «periféricas»? Como sentem alguns escritores o exílio físico e espiritual a que são obrigados? Como vivem esse desconforto e até mesmo esse dilaceramento interior (e exterior) que não raras vezes os confronta com o sentimento agudo de uma perda de identidade? Sobre a temática do *exílio* se constituem discursos de cariz autobiográfico e outros tantos em que são analisadas, em diversos poetas, as vertentes de uma errância permanente de que a escrita é testemunho primordial. E embora todos os textos se afirmem em torno dessa figura emblemática de Homem de Literatura Comparada que foi e é Louis Bolle, os últimos — os de Jean Starobinski,

RECENSÕES

James Liddy, Georges Haldas e Marc Quaghebeur — partem de uma evocação directa para, nos meandros da constatação de uma dupla ascendência, inventarem a certeza de uma cidadania sem pátria. Só preenchida de exílios e viagens, já que a *verdadeira presença* integrar deve todas as ausências possíveis e imaginárias.

O primeiro ensaio que inicia esta obra *Marges et Exilis* surge então como eco inaugural do texto de Marc Quaghebeur em que, como se viu, se tecem as premissas de um humanismo universalista e ecuménico: à figura desse humanista que foi o *Zenon* de Marguerite Yourcenar corresponde aqui, no testemunho de Angelo Ara e Cláudio Magris, essa imagem de uma cidade — Trieste — que, no seio do império austro-húngaro e mercê das sucessivas agitações políticas, se torna amálgama de etnias e encruzilhada de culturas. A «triestenidade» que surge da interpenetração cria a especificidade e o cariz diferencial de uma cidade e é premissa geradora das obras de dois grandes escritores triestinos dos inícios de século XX: Svevo e Saba.

Numa tradução de Alberte Spinette (da obra *Trieste. Un'identità di frontiera*. Turin, Einaudi, 1982), as páginas extraídas do livro de Ara e Magris evocam então, a partir de um romance autobiográfico de outro escritor triestino Scipio Slapater — *Il mio Carso*, publicado em 1912 —, a indecisão de uma cidade formada de sobressaltos étnicos e culturais e a encruzilhada de culturas sentida pelos próprios habitantes que, embora cientes de uma italianidade fundamental, não podem esquecer os diversos substractos alemão, eslavo, arménio e grego, que, com os anos, se foram acumulando. Paralelamente a uma breve história do porto de Trieste (com as várias culturas a confluír e a entrecrochar-se) evoca-se então o drama de todos os que, conscientes da diversidade e de um pluralismo multifacetados, sentem a nostalgia de uma pátria que não existe, de um lugar bem delimitado e definido onde pudessem encontrar a sua própria identidade. A *diferença* de que se sentem habitados por fazerem parte de um arquipélago, assumem-na enquanto contradições de um interior impossível de definir. Assim é o herói perdido de *Il mio Carso*, assim são os protagonistas dos romances de Italo Svevo, desse burguês homem de negócios transformado em escritor e que nos primeiros testemunhos *Una vita* (1892) e *Senilità* (1898) denuncia o sentimento de um niilismo existencial que as metáforas dos últimos romances irão recuperar: em *La Coscienza di Zeno* (1923), a memória transformada e fossilizada em escrita e a velhice de um corpo em declínio metaforizam a estranha sobrevivência do indivíduo que, no âmbito de toda uma modernidade, se vê presa continua de um não-ser ou de um ser adiado.

Confrontado com Svevo, Saba em *Le Canzoniere* expõe também as metamorfoses da ausência numa sociedade mercantilista de inícios do século XX, o que transforma os seus poemas na denúncia do grotesco de uma existência feita de episódios trágicos, de sobressaltos, de máscaras, de duplos. À semelhança de Trieste, também ela dupla. Slapater diria «(...) Telle est Trieste: faite de tragédie. Quelque chose qui atteint, par le sacrifice de la vie limpide, à une originalité inquiète. Il faut sacrifier la paix pour l'exprimer. Mais l'exprimer ...Il y a un type triestin. Trieste doit vouloir un art triestin. Qui recrée, dans la joie de l'expression claire, cette vie tourmentée et anxieuse qui est la nôtre».

A importância destes dois ensaios — um que inaugura e outro que finaliza — na obra dedicada a Louis Bolle parece pois fundamental: no seu posicionamento — sem dúvida alguma, emblemático — poder-se-á antever o *entre* que todo o livro reivindica, no âmbito da reflexão sobre o *exílio* e a *errância*. (E se o verdadeiro humanista se situa sempre num eterno devir de tempo e de espaço, muitos serão os que — porque não homens de um humanismo autêntico — dificilmente poderão suportar o adiar de uma identidade. Desintegrar-se-ão, já que é impossível carregar — impunemente — a ambiguidade, a dualidade, a ambivalência. Porque se apressarão a querer fazer coincidir os opostos quando há que os aceitar. Vivendo, integralmente, a diferença).

Numa proposta autobiográfica, o texto de James Liddy intitulado *Les collines lointaines sont-elles si vertes* falar-nos-á, a partir de alguns romances da literatura irlando-americana, da importância que há em desmistificar a auréola de «sacralização» que, fruto de uma distância que favorece o encanto, facilmente envolve a pátria deixada. Perspectivando as várias etapas da emigração irlandesa nos Estados Unidos da América, Liddy, ele próprio de dupla ascendência, chama a atenção para os erros de um «révisionnisme tribal» que provêm da visão redutora de um passado que estaria longe de ser idílico: escritores como Peter Finley Dunne (com toda a série dos «Mr. Dooley»), Jack Dunphy com *John Fony*, Jim Tully com *Shanty Irish* e os mais recentes como James Farrell (*Studs Lonigan*), Jimmy Breslin (*World Without End*), Pete Hammill (*The Gift*) e Elisabeth Cullinan (*The Time of Adam*), situam-se numa vontade de realismo desmistificador que, longe de afastar as duas nações, as aproxima numa similitude de sofrimento, de privações, e de contínuas crises de modernidade.

A consciência que a heroína do romance de Cullinan — *A Sunday like the others* — tem da sua própria ambiguidade, ao assumir-se, ao mesmo tempo, enquanto irlandesa e americana, espraia-se, em moldes muito semelhantes, nesse texto impressionista de Marian Pankowski que em *Un exil* se orienta, numa tendência nitidamente autobiográfica, para uma série de reflexões em torno da sua vida de exilado. Polaco, libertado em 1945 de um campo de concentração nazi, a escolha da capital francesa surge num primeiro momento como a escolha de um modelo económico e cultural. Mas as condições do exílio — a inferiorização social, a discriminação racial, o desconhecimento da língua — cedo implicam o desencanto, fruto ainda de uma constatação tão dolorosa quão clarividente: (...) *Toute tentative d'assimilation débute par ce geste sacrilège, par cet abandon de sa cité, même si la cité n'était que revée, afin d'entreprendre le voyage qui mène vers cette vie-ci, concrète et nourricière*.

As condições existenciais alteram-se: a integração opera-se, facilitada pelas cadeias afectivas e pelo crescente conhecimento do idioma francês. Mas o afastamento da Origem processa-se, paralelamente a um sentimento muito nítido de desnaturalização: a «hantise du refoulement» manifesta-se nos heróis dos seus poemas e romances, interrogações tão sofridas quão eloquentes do lugar do homem no mundo.

De todos os textos menos longos sobre esta problemática fundamental, os de Vahé Godel — *Blasons* — e de Nathaniel Tarn — *La racine de l'exil* — são, sem dúvida, os mais eloquentes. Se em *Quelques mouvements de l'exil*, Jacques

RECENSÕES

Sojcher sugere em curtas variantes de um lirismo poético e melodioso, as declinações diversas da etimologia da ausência («ex il — hors de lieu, hors de soi» e mais adiante: «Il passe de l'ex il à ex elles. Et c'est un autre voyage, une autre errance, une autre marge de souffrance»), já Frédéric Prokosch assinala, no discurso traduzido por Carine Bratzlavsky: *Notes sur l'exil, maladie créative*, o exemplo de múltiplos escritores que, no seio da modernidade, se confrontaram — voluntária ou involuntariamente — com o exílio (tais Thomas Mann, Conrad, Joyce, Rimbaud, Tolstói, Nabokov) e com a solidão espiritual (que em alguns se traduziu em revolta, como em Henry James, Eliot, Hemingway) mas que, concomitantemente, souberam preservar a sua diferença e a sua liberdade: «(...) L'exil engendre la solitude mais aussi la liberté». E há ainda os que, no próprio país, permaneceram isolados: Emily Dickinson, Hölderlin, Emily Brönte. (Mas, perguntamos, não será essa a condição de qualquer criador?). Quanto a Marie Etienne, em *Exil est un pays ou le grand jeu des pas perdus*, entrecruza o discurso de Louise Labbé «Vivre en autrui, à soi mourir commence» com o de Anaïs Nin (que, no seu diário, imagina uma metáfora da exclusão irremediável) e com o seu próprio texto, onde a escrita surge como hipótese única de identidade ou, melhor, da sua procura (sempre que nos anulamos perante os outros, nunca compreendendo como se fará a tal *passagem*, como ocorrerá o tal diálogo). Mas são Vahé Godel em *Blasons* e Nathaniel Tarn em *La racine de l'exil* que melhor sintetizam o absurdo irremediável que todo o exilado vive, confrontado com dois universos irredutíveis. Nos meandros indecisos de uma pátria dupla, o exílio *vive-se* e interioriza-se. Na realidade, nunca se parte como também nunca se chega, definitivamente. Godel dirá: «(...) Je lève l'ancre, je vide les lieux, je transhume, je transgresse — tout en sachant qu'oon ne part pas»...: situation limitrophe, insulaire, précaire, essentiellement ambiguë». Como ambíguo parece ser o seu discurso que, tecido sob uma epígrafe de Edmond Jabès — «Je ne vois plus rien» — fala das figurações míticas de uma dupla pátria («mi-genevois, mi-arménien»), reinventa na dimensão onírica e dantesca de uma narração fantasmática, o mito de Pigmalião e de Galateia, ao mesmo tempo que desenha os contornos de uma auto-imolação e de um sacrifício que todo o acto de escrita parece exigir. Sob a imagem arquetipal de uma linguagem e de uma escrita primeiras é ainda a obsessão de (re)encontrar a Origem que se vai delineando. Mas esta sempre se situará no impossível.

Em *La racine de l'exil*, Tarn consegue sabiamente elevar-se de uma perspectiva pessoal a uma orientação de universalidade que engloba o próprio «eu» e a figura paradigmática do poeta. Sob afirmações e interrogações tão clarividentes e radicais como «Il nous faut changer ou périr» e «Combien de temps faudra-t-il pour démanteler le fatras des habitudes? Pour détruire les nations?» é a recusa da alienação que se prefigura. Na condenação da bastardia poética, na denúncia da fabricação massiva de poetas numa sociedade adulterada (como a americana), Nathaniel Tarn antecipa a imagem certa de uma *presença* autêntica no mundo. Metamorfoseada em voz, em lugar, em canto de ancestralidade colectiva: «(...) Là, parmi les ancêtres, parmi les dieux...», essa *presença* convoca um regresso que todo o exílio sustem. Por isso o autor afirma: «(...) s'écarter de la racine de l'exil est la source de tous nos maux. On s' imagine

avoir été exilé d'une époque ou d'un lieu qui en réalité n'était pas l'exil. C'est cela le «péché originel».

Da importância da voz, da voz exilada, do canto adiado, falará, de forma eloquentemente poética, o texto de Ion Caraion intitulado *Les Mots en Exil. Fragments*. Dupla reflexão sobre o exílio das palavras e do ser (do escritor), os trinta e sete fragmentos surgem em torno de uma similitude quase perfeita: cotejado com Ulisses e o filho pródigo, esses outros heróis da errância, o escritor só conhece a paz entre «les ondes berceuses du mythe», entre «les murs des symboles originaux». Mas ao sofrer a miséria, a prisão e a morte, ao ter de abandonar a sua própria língua («Lorsque tu as passé la frontière de la langue ou qu'on t'impose de quitter son aire, il se produit une rupture irréparable. Et c'est alors que commencent l'éloignement, la solitude, le déséquilibre, l'incertitude, etc.»), vê-se confrontado, no exílio, com um permanente questionamento. Através deste discurso fragmentário, o que até nós chega é a figura do próprio Caraion no exílio — «rien d'autre qu'une prison sophistiquée» — obrigado a renunciar à liberdade por um «impérialisme russe déguisé en marxisme» e condenando — sem pudor nem hesitações — a alienação da língua, «le sang du sang de la gent», repositório sagrado da alma de um povo, sujeita à corrupção da história e à contaminação da sociedade. Mas dizendo igualmente a destruição de uma linguagem que deixou de comungar com o ser. Por isso, a reconciliação sonhada ocorrerá apenas no além de uma futuração: «Je préparerai la liqueur de la réconciliation, comme un alchimiste, sans me presser, sans passion (...) avec de grands espaces entre un mouvement et un autre, pour laisser passer l'air».

Mas se o escritor exilado é aquele que, quer escolha a sua própria língua (e, neste caso, não pode ser compreendido) quer aceite a que lhe é imposta, se confronta sempre com um impasse suplicial, no mundo do teatro, os encenadores no exílio também sofrem com um reportório que lhes é imposto e que raramente podem escolher. Numa análise lúcida sobre as incidências do exílio na prática romena da encenação, Georges Banu em *L'Exil et les choix de répertoire* fala das razões que levam — apesar de tudo — os encenadores romenos exilados a recorrerem ao teatro russo. A influência do realismo russo e a leitura apaixonada dos princípios da estética do espectáculo stanislavskiano orientam a primeira geração de romenos que, tanto nas traduções abundantes das obras teatrais russas como nas «tournées» cujo valor pedagógico parece incontestável, vão beber princípios de uma liberdade que, se não total, pelo menos lhes possibilita a preservação da identidade nacional e não os obriga a dissolverem-se, plenamente, numa cultura que lhes é imposta.

Mas a homenagem a Louis Bolle é ainda um espaço eleito, aberto a alguns poetas que souberam, nos seus versos e nos seus textos em prosa, evocar o exílio e a errância enquanto motivação primeira e última do acto da escrita. Michel Grodent explicitará em *Cavafy en marge de la loi du père* a luta — transformada em palavra poética — desse grande nome da modernidade grega contra as imposições sociais, religiosas e culturais. Como Cavafy consegue criar uma antropologia da ambiguidade que sustenta a evanescência do ser, a sua substituição por simulacros, imagens caricaturiais, signos, máscaras. Como o poeta gera uma poesia realista, nitidamente marginal, onde hedonismo

e narcisismo se confundem numa estética da perversão que testemunha o vazio dos tempos modernos, a inaptência ontológica do indivíduo traído na sua ânsia de absoluto e obrigado a camuflar, em sucessivos tempos carnavalescos e fétichistas e sob constantes sinais de «bizarrerie» inesperada, a sensação de absurdo e de incompletude.

Quanto ao discurso de Pierre Mertens — *Une saison à Bruxelles* —, ele evoca o curto exílio de um ocupante (mais precisamente os anos que Gotfried Benn passou na Bélgica (1915-1918), ao serviço do exército alemão, como dermatologista, médico legista e especialista em doenças vénereas) que, embora sofra da solidão e de insularidade, assume, nas suas deambulações intensas, uma liberdade sem limites: «Il lui fallait s'adapter à tous les visages de cette extranéité. Tout était mis à l'épreuve. On devait à tous moments se trouver sur le qui-vive. Tout était à réapprendre. On côtoyait tous les abîmes de la détresse». Na sua autobiografia traduzida em francês sob o título de *Double Vie*, Gotfried Benn aparentar-se-á a Kafka, cuja errância através de Bruxelas lhe permitirá também manter «l'intégrité au coeur du chaos». A poesia nascerá desse diálogo com a tragédia humana.

E embora o texto de Georges Poulet *Supervielle entre deux mondes* se possa perspectivar no âmbito dos estudos pertinentes a que nos tem vindo a habituar, sobre a determinação e a indeterminação do ser, sobre a presença/ausência de coordenadas externas ou interiores que permitem situá-lo, uma certa superficialidade e ingenuidade analítica limitam-se a atribuir o carácter estranho da poesia de Supervielle, ao facto de ser — para o poeta — impossível assumir-se plenamente, embaraçado que está por uma dupla ascendência (francesa e uruguaia): «Je suis l'interrogation personnifiée», «Mon moi est-il loin maintenant?».

O mesmo não acontece com os discursos de Jean Starobinski sobre St. John Perse: *Le Jour dans «Exil»* e com o de Albert Py sobre Pierre-Albert Jourdan intitulado *A l'entrée du Jardin: L'«Exil» de P.-A. Jourdan*. Se o belo e extenso texto starobinskiano parte da análise da eternidade do exílio no poema de Perse (com a conseqüente meditação sobre a abertura do ser ao essencial, sobre a sua iluminação interior, sobre a palavra poética enquanto lugar onde confluem a imanência e a transcendência), permitindo-se evocar o *Inward Morning* de Henry David Thoreau, o ensaio de Albert Py sobre Jourdan tenta recuperar, a partir de uma atenta leitura das obras do poeta, o sentido de uma procura que, ao inscrever-se numa tradição mística, empresta à palavra poética toda a sua densidade ontológica. E se *L'Espace de la Perte* nos lembra o Jean-Claude Renard de *Dieu de Nuit* que, na viagem iniciática exige que a essencialidade do ser se desnude numa alquimia transmutadora e purificante, *L'Entrée dans le Jardin* reenvia-nos até o Philippe Jaccottet de *Promenade sous les Arbres* e de *La Semaïson*: a natureza é lugar de ascese cuja sacralização tende a apagar uma antiga oposição (horizontal/vertical; terreno/celestial). Em *Sandales de Pierre*, Jourdan dirá: «J'entre dans un monde où la matière est support d'une transformation essentielle». E a palavra veiculará essa transformação. Embora a plenitude se encontre numa outra dimensão: «Je parle approximativement. On me réserve l'évidence pour un autre séjour (*L'Angle Mort*).

E será em homenagem a uma velha amizade que Georges Haldas falará ainda (a propósito da sua dupla ascendência) da importância da palavra, dissertando poeticamente sobre a diferença entre a palavra grega e a palavra suíça, a primeira mais espontânea, mais transparente, mais poética, mais eufórica; a segunda, mais fria, mais reservada, mais céptica, mais opaca. O pai e a mãe. Do encontro das duas, surgirá o inefável, o intraduzível. Na complementaridade, a fecundidade. A Poesia. A descoberta «que [ma] seule patrie en fait, première et pleine, était le voyage de l'un à l'autre, autrement dit la relation (...) Reliés. A l'Autre. Aux Autres (...) on ne devient vraiment soi-même que dans la relation à l'Autre». *Deux patries, une visée* será o título sugestivo do discurso de Haldas: poder-se-ia esperar um clímax mais total do que aquele que pretende fazer coincidir a Unidade com o «Etat de Poésie»? Do que aquele que defende que o *Uno* só é susceptível de ser encontrado no múltiplo, no diverso, no diferente?

Tem sido essa, afinal, a grande lição de Louis Bolle; o estudo da Literatura Comparada será apenas uma das mais belas formas de aproximar, pelo trabalho sobre a palavra, a *Identidade* que preexiste e perdura no além de toda a diferença.

Eis a sólida base sobre a qual se construíram os discursos de homenagem inseridos nesta obra dedicada a um comparativista: diversos mas convergentes, multifacetados mas defendendo sempre o *exílio (eterno)* como único lugar (possível).

Tal é a lição do Zenon de l'*Oeuvre au Noir* de Marguerite Yourcenar. Tal tem sido, afinal, a lição de Louis Bolle.

Maria do Rosário Pontes

GERALD VIZENOR, ed. — *Narrative Chance: Postmodern Discourse on Native American Indian Literatures*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 1989, 223 pp.

This collection of essays edited by Gerald Vizenor analyzes systems of critical discourse on tribal literature, as manifested in aural performances, translations of Amerindian prose and verse epics, Trickster tales, and contemporary narrative. In the Preface, Vizenor quotes Charles Newman's characterization of the postmodern as «an ahistorical rebellion against an «innovative information society» (p. ix). The key word here is «ahistorical»; according to Vizenor, preliterate cultures have always exhibited the characteristics which are now labeled postmodern. He goes on to examine the ways in which social science theories based on structuralism have invented «cultural categories, transmuted by reductionism, animadversions and the hyper-realities of neocolonialism» (p. 5).

In Vizenor's opinion, Amerindian literatures are subversive and comic, rather than tragic and narrowly representational. The Trickster, comic figure that he is, is a dialogic, collective sign; the tragic mode, as manifested in the monologic stereotypes of the Noble Savage and the Vanishing Tribes, is simply a discursive tactic of postcolonial culture which functions to reduce the Indian to caricatural status.

In his essay, «Technology and Tribal Narrative», Karl Kroeber discusses the issues faced by N. Scott Momaday in his novel *House Made of Dawn*¹, in view of the degree of cultural syncretism that characterizes most Indian communities today. Momaday, the son of a Kiowa father and a Cherokee mother, who grew up among the Navajo and the Jémez, uses the English language in order to explore the concept of Indianness; and this fact, which is of course highly paradoxical, is postulated by Kroeber as one of the main reasons for the solipsistic and often self-deconstructive character of Momaday's prose. Kroeber goes on to compare this facet of Momaday's fiction to the self-reflexivity of *The Golden Woman*, a traditional Colville Indian story Peter Seymour², a member of this tribe.

«The Dialogic of Silko's *Storyteller*»³, by Arnold Krupat, is a reading of this text by Leslie Silko within the tradition of Native American autobiography. Such a designation could, indeed, be considered controversial, due to

¹ MOMADAY, Scott — *House Made of Dawn*, New York, New American Library, 1969.

² MATTINA, Anthony, ed. — *Golden Woman: The Colville Narrative of Peter Seymour*, Tucson, University of Arizona Press, 1985.

³ SILKO, Leslie — *Storyteller*, New York, Seaver Books, 1981.

the fact that the book includes photographs, poetry, short stories and traditional tales, as well as an account of the author's life. As Krupat points out, however, this type of reaction would be a manifestation of Western ethnocentrism. Within Laguna culture, the function of the storyteller is to perpetuate and revitalize the group, in a role whose legitimacy is collectively conferred. Thus Silko's definition of herself as Storyteller turns out to be a crucial element in the construction of her own (autobiographical) identity. The stories themselves are not the isolated product of an individual author, but rather intertextual accounts, retellings and comments on other narratives or narrators. From Krupat's perspective, however, *Storyteller* cannot be classified as a postmodern, heteroglossic text, due to Silko's commitment to Pueblo culture as a centering point of reference. Thus, *Storyteller* is not dialogical, but dialectic in character.

Robert Silberman's «Opening the Text»: *Love Medicine* and the Return of the Native American Woman is an analysis of the interlocking narratives which make up Louise Erdrich's critically acclaimed novel, *Love Medicine*⁴. Silberman offers us a palimpsestic reading of Erdrich's text, pointing out the traces of other texts by authors such as William Faulkner and (possibly) Gabriel García Márquez, as can be observed in the chronological jumps and alternating narrative perspective as well as in the thematics of the novel (an inter-generational family saga). Some critics have classified *Love Medicine* as a mere collection of short stories, rather than a cohesive novel. Silberman demonstrates, however, that Erdrich has used one character, June Kashpaw (who dies in the first chapter, as she is returning home) to give coherence to the novel and to maintain suspense down to the very last page. In this perspective, the recourse to multiple narrative perspective represents, as Silberman points out, a strategy to recover the collective nature of traditional Chippewa oral narratives.

In his essay, «The Trickster Novel», Alan Velie focuses on the migration of the Trickster figure of the Amerindian oral tradition to the pages of the contemporary Native American novel, namely *Darkness in St. Louis Bearheart*⁵, by Gerald Vizenor. Velie uses the Bakhtinian concept of the cronotope, defined as the inseparability of time and space as developed in a particular literary genre, and observes that the chronotope of the traditional Trickster narratives is within mythic time and abstract space. *Darkness in St. Louis Bearheart*, on the other hand, is set in the future, in a post-apocalyptic America full of bizarre and violent events (even more so than in present-day reality). For Vizenor, the Trickster is a linguistic product, a sign in a language game, a comic holotrope through which the bourgeois postcolonial world view can be subverted. In this perspective, the concept of comic holotrope represents a free-standing whole, including signified and signifier, identified with the Trickster as the collection of utterances which make up the polyvocal tradition of tribal narratives. In this fashion, the carnivalesque, dialogic narrative of *Darkness in St. Louis Bearheart* undercuts what Vizenor would call terminal creeds, the reified discursive systems which attempt to classify and domesticate Indian culture.

⁴ ERDRICH, Louise — *Love Medicine*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1984.

⁵ VIZENOR, Gerald — *Darkness in St. Louis Bearheart*, Saint Paul, Truck Press, 1978.

RECENSÕES

Among the remaining essays, «Tayo, Death and Desire: A Lacanian Reading of *Ceremony*», by Gretchen Ronnow, deserves special mention. Ronnow interprets the quest of Tayo, the protagonist of Leslie Silko's novel *Ceremony* as a search for the lost sensation of primal unity with the M(Other). The psychic and linguistic fragmentation to which he reacts with fear and dread at the beginning of the novel are recognized as marks of his own uniqueness. Thus Tayo comes to terms with his own Otherness, which he begins to perceive as positive rather than pathological. This is reflected in his attitude toward death, for as Ronnow points out, «To desire death, but not to seek to die, deepens life... One prolongs life in order to extend life and all that desire entails» (p. 70).

On the whole, students of American Indian literature will find *Narrative Chance: Postmodern Discourse on Native American Indian Literatures* an interesting and useful collection of essays. One could argue, however, that Vizenor's overwhelmingly negative view of the social sciences and their interpretations of Amerindian culture is somewhat excessive. It is no doubt true that social scientists have in the past been guilty of Western ethnocentric attitudes and have often transmitted a distorted image of Indian cultures; but to reject their contribution to the preservation of Native American languages and art is reductive and perhaps futile. Nonetheless, this group of essays is a worthwhile and valid attempt to analyze Native American literature not as an exotic ethnic curiosity but rather in terms of the canon of North American literature in general.

Susan Pérez Castillo

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA — *O drama de Filoctetes*, col. «Estudos de Cultura Clássica», n.º 3, Coimbra, INIC — Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Univ. de Coimbra, 1989, 127 pp.

O n.º 3 de uma colecção recentemente iniciada no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra («Estudos de Cultura Clássica») é dedicado ao estudo de uma das últimas produções de Sófocles — o *Filoctetes* (409 a.C.) — e resulta da compilação de artigos anteriormente publicados, aos quais o A. juntou quatro novos assuntos, parcialmente tratados numa palestra que fez, aquando da representação, em Coimbra, do *Philoktet* de Heiner Hüller (p. 7).

Com base em testemunho que nos dá, na introdução à sua tradução do *Filoctetes* (2.ª ed., Coimbra, 1988, p. 7), poder-se-á afirmar que esta tragédia foi uma companhia inseparável do A., ao longo da sua carreira de estudioso da cultura e literatura gregas. Quase inevitavelmente, os trabalhos foram surgindo, fruto de investigação aturada e até *empenhada*. É que «o drama do homem cujo isolamento se torna em especial doloroso quando se avoluma e se impõe, no meio de semelhantes seus» (p. 7) não tinha sido apenas o drama do herói mítico. *Fora* também o drama dos gregos da Atenas finissecular, entre os quais se incluíam o próprio Sófocles; *foi* o drama que caracterizou todos os períodos de crise de valores; é, conclui o A., «o dilema pungente da sociedade actual» (p. 116). Compreensível é, por isso, a *empatia* do A. com o conteúdo e mensagem da obra, bem como, implicitamente, a emoção e calor que imprime a algumas das suas afirmações e análises, tanto mais que, mesmo quando deu voz ao sentimento, o rigor científico nunca foi relegado para plano secundário. Prova disso, é a preocupação que evidencia na actualização bibliográfica; é o conhecimento profundo que demonstra de muitos outros textos da época, dos quais se serve para fazer estudos comparativos e, assim, contextualizar a sua análise no panorama sócio-político da Atenas dos finais do séc. V; é o cuidado que denota na escolha do texto, que o leva a preferir a edição que havia adoptado nos seus primeiros trabalhos — a de PEARSON — à de DAWE, e que faz com que, por vezes, discuta as diferentes lições oferecidas pela crítica textual (Cf. pp. 34 n. 1, 37 n. 1 e 38 n. 1); é a objectividade que coloca no exame e discussão de opiniões contrárias à que expende; é, por fim, a forma como, servindo-se da *lima horaciana*, de um estudo descontinuo no tempo, consegue, através de remissões, supressões e remodelações, conferir unidade ao livro, a que, correctamente, dá o título de *O drama de Filoctetes*. Efectivamente, toda a sua análise se centra no drama interior de um homem que,

remetido a uma injusta e roaz solidão de dez anos, foi de novo requestado pela mesma sociedade que o rejeitara e, agora, dele necessita para a consecução dos seus objectivos.

De resto, algumas das alterações que Sófocles introduz na estrutura da acção — evidenciadas, no capítulo I, pelo confronto que o A. estabelece entre a obra sofocliana e os fragmentos e resumos das precedentes e homónimas obras de Ésquilo e Eurípides — são feitas de molde a sublinhar a solidão e sofrimento do protagonista: a ilha de Lemnos apresenta-se completamente deserta e o coro é formado, não por nativos, mas por marinheiros, subordinados de Neoptólemo.

A integração deste jovem, em vez de Diomedes, na delegação que é incumbida de ir a Lemnos buscar o Maliense é outra alteração de vulto, que vai implicar a introdução de um dado novo na técnica sofocliana de caracterização por contraste. Como bem realça o A., as personagens que se opõem não são duas, como na generalidade das peças conservadas de Sófocles, mas três (cap. II, pp. 9 e segs.). Num dos vértices do triângulo encontra-se Neoptólemo, um jovem em formação, generoso mas inexperiente, que é solicitado e influenciado por duas personalidades diametralmente opostas, os outros dois vértices do triângulo: o maquiavélico e sofista Ulisses que, ao explorar o seu natural desejo de fama e de glória, consegue atraí-lo para o seu *mechanema*, que assentava num pérfido engano e, por isso, contrariava a sua verdadeira *physis*; o inflexível e agressivo Filoctetes — a solidão deixara-lhe marcas indeléveis! —, que o confronta com o atroz sofrimento e com a injustiça de que foi alvo, ao longo de uma década.

O convívio com o sofrimento do Maliense agudiza o, já prenunciado, conflito entre a voz de *Ulisses* e a melhor natureza do jovem, acabando por impor-lhe a renúncia à *linguagem do engano*, que se consuma logo após ter presenciado a agonia física do protagonista. Para o A., que contraria de forma convincente as teses de POHLENZ, LESKY e MARY W. BLUNDELL, o reencontro do filho de Aquiles com a sua verdadeira *physis* faz-se com evolução. É uma evolução que, como prova com o recurso a documentos da época (cf. cap. VII, pp. 83-112), ecoa a importância que, cada vez mais, se dava à educação e a outros factores externos, como a amizade e a convivência, na formação da personalidade humana. Assim, no final da peça, o jovem, mercê do confronto com as outras duas personagens, apresenta-se não como «herói de tipo antigo, com carácter inflexível, (...) mas como esboço de um novo tipo de herói, que possui como principal atributo a *sophrosyne*» (p. 109).

Actuando a maior parte do tempo de forma camuflada, quer através de Neoptólemo, que manipula, quer do Mercador¹, Ulisses é, antes e durante a acção, a causa primeira da *misantropia* e da *misologia* do protagonista. Mas, na opinião do A., ele é ainda «a corporização e a encarnação de certas práticas políticas em voga à data da representação do *Filoctetes* (...) é um pragmatista dos muitos que deviam proliferar nos últimos anos conturbados da guerra do Peleponeso» (pp. 24-25). Procurando fundamentar a sua tese, o A. dedica o

¹ Depois de inventariar e discutir diferentes interpretações da cena em que intervém o Mercador (pp. 25-26), o A. considera (bem, em nosso entender) a cena pertinente e lógica: «o Mercador age de acordo com aquilo que é e cumpriu rigorosamente a sua missão» (p. 26).

capítulo IV à análise do significado desta figura. Depois de apresentar diferentes interpretações — as de RONNET, LINFORTH e MADDALENA — que desculpam a actuação de Ulisses e até a consideram nobre e honesta, o A. contesta, uma a uma, estas leituras e, apoiando-se sempre na peça que as infirma, destaca a fraude, a mentira, a força e a violência como vertentes fundamentais do carácter deste *homo machinator* que, com notória falta de escrúpulos, subordina tudo ao êxito e faz tábua rasa dos mais elementares valores de convivência em sociedade. E recorrendo, *pari passu*, à comparação desta personagem, para quem tudo é relativo, com fontes da época, conclui que Ulisses, quer na doutrina quer na acção, sintoniza com o contexto social de então e é o símbolo da prática política vigente nos finais do séc. V.

Sófocles assistia desiludido e amargurado à decadência e desmoroamento de valores e princípios que, outrora, eram o suporte de uma Atenas florescente. De tal sorte que a sua crítica não se circunscreve aos métodos políticos vigentes e às relações entre os homens. Ela estende-se também, como refere o A. no capítulo VI, à guerra que flagela toda a Grécia e que, «por si, nunca escolhe os malvados, mas colhe sempre os bons» (vv. 436-437).

Outra das figuras da peça que merece atenção particular é o coro (é-lhe dedicado o capítulo III) que, ao longo da acção tem uma actuação ambígua. De facto, a par de fugazes manifestações de compaixão e simpatia por Filoctetes, esta personagem colectiva é cúmplice do plano gizado por Ulisses e apoia inequivocamente a acção do seu chefe. Na tentativa de compreender e justificar este comportamento ambíguo e contraditório, o A. compara este coro com outros coros e até com outras personagens secundárias de baixo estatuto social, na obra de Sófocles, e conclui que todos são moralmente pouco elevados e se caracterizam por um espírito mesquinho e pragmático que não compreende a conduta do protagonista e que, por conveniência e falta de perspectivas, se subordinam sempre às ordens do seu chefe.

O capítulo V, dedicado à intervenção dos deuses na intriga, em nossa opinião, talvez se enquadrasse melhor, se figurasse antes da última rubrica. Dessa forma, a referência à inquestionável amizade de Hércules, que entra em cena *ex machina*², viria após o capítulo onde se falara do processo educativo e da regeneração de Neoptólemo. Afinal, são estes os dois factores — um no plano divino, outro no plano humano, embora este seja o determinante — que acabam por condicionar a mudança de atitude de Filoctetes e conduzi-lo à sua reintegração social e política (cf. pp. 95 e 113). O próprio A. deixa entrever isso mesmo, quando afirma que os deuses, ao actuarem na sombra, preparavam a reparação que se começa a desenhar «durante a cena em que Neoptólemo lhe restitui o arco e culmina com o aparecimento de Hércules que, ao revelar as decisões de Zeus, lhe promete a cura e a glória de conquistador de Tróia» (p. 78).

Com a reintegração social e política (cap. VIII), que se deveu, sobretudo, à *philia* de Hércules, mas também à verdadeira *philia* de Neoptólemo, cessa o

² Pensamos que o A., neste capítulo, tal como o fizera para a cena do Mercador, deveria discutir e evidenciar a pertinência e logicidade da intervenção divina *ex machina*, como única solução possível para o que os homens haviam tornado insolúvel.

drama existencial de Filoctetes, porque, concomitantemente, se consoma «a derrota do oportunismo e a vitória da justiça e da amizade que no final transparece lídima e autêntica» (p. 14).

Como nota final, refira-se que a inclusão de um índice de autores, matérias e conceitos, só por si, é de louvar. Contudo, pensamos que os conceitos deveriam merecer um tratamento à parte, onde teriam cabimento noções não mencionadas neste índice mais genérico. Referimo-nos concretamente a *eugeneia/gennaios*, *mathesis*, *didaskalia*, *askesis*, *paudeusis* e *eunoia*, que aparecem diluídos nas rubricas *physis*, *educação* e *amizade*; a *sympheron*, *chresimon* e *kerdos*, porque se nos afiguram importantes para a caracterização de uma mentalidade de que Ulisses é o paradigma; e, também, a *bia*, *peithô*, *dolos* e *deus ex machina*, porque fundamentais para a análise da acção trágica.

Estas, bem como outras disseminadas ao longo do nosso comentário, são apenas questões de pormenor que só denunciam uma leitura mais atenta e não beliscam — nem sequer ousam beliscar — a grande qualidade deste trabalho que, ao colocar uma das suas tónicas em aspectos sociais e políticos da Atenas dos finais do séc. V, contribui decisivamente para o aprofundamento do estudo desta peça sofocliana.

Carlos Morais

SUMMARIES

AIDA SANTOS, **Das Questões Enunciativas aos Mundos Representados na Menina e Moça**, *From the Enunciative Questions to the Worlds Portrayed in «Menina e Moça»*.

This article questions the authenticity which during this century has been attributed to the whole text common to the fifteenth century versions of Bernadim Ribeiro's «*Menina e Moça*». The characteristics noted point to a *heterogeneous text*.

MARIA DE FÁTIMA MARINHO, **Inês de Castro — Outra Era a Vez**, *Inês de Castro — There was Another Time (First and Second Parts)*.

The present article attempts to analyse the metamorphoses which the figure of Inês de Castro has undergone in the past thirty years of Portuguese literary production and attempts to detect the syntactic-semantic components which contribute either to the conservation or to the complete deconstruction of the myth.

RUI CARVALHO HOMEM, **Retrato de Jovem Mulher sobre Fundo Alegórico: Austin Clarke, a Irlanda e o Corpo**, *Portrait of a Young Woman on an Allegorical Background: Austin Clarke, Ireland and the Body*.

The search for specific features of an Irish cultural and literary identity takes an important step forward in Austin Clarke's «The Young Woman of Beare»: this can be seen in the rewriting of a poem from the Gaelic tradition, in its relocation in the historic time chosen by Clarke for the enhanced portrayal of conflicts central to the Irish consciousness, and in the expression of a committed and libertarian attitude towards Ireland and towards the body.

MARIA TERESA LOBO CASTILHO, **Delta Wedding: Um Lugar de Janelas Abertas sobre os Horizontes do Devir**, *Delta Wedding: a Place with Windows Opened onto the Horizons of Becoming*.

The authors's reading of Eudora Welty and her «Delta Wedding» leads to the conclusion that this writer has been giving us her own understanding of the South: a place linked to its past, without, however, being bound by it; on the contrary it is a place with windows opened onto the horizons of becoming. Welty thus appears as a prophetess who sees the South as a kind of heir whose heritage goes beyond its geographic boundaries.

SUMMARIES

ANTÓNIO FRANCO, **Partículas Modais do Português, Portuguese Modal Particles.**

The author demonstrates how some Portuguese lexemes such as *acaso*, *afinal*, *bem*, *cá*, *então*, etc., traditionally considered as adverbs, should be more adequately classified as modal particles (MPs). Syntactic arguments are offered in order to delimitate PMs from adverbs and sentence adverbs, and the notion of a certain type of modality is discussed as a contribution to the definition/description of the MPs. The (pragmatic) functions of the MPs *afinal*, *sempre* and *então* in interrogative sentences as used in certain situations and contexts are analysed.

A. GIROLAMI-BOULINIER e M. DA GRAÇA PINTO, **Structures et Vocabulaire en 4^e Primaires Portugaises et Françaises (Comparaison de Récits Oraux et Écrits dans Chaque Langue), Structures and Vocabulary in the Fourth Year of Portuguese and French Primary School (Comparison of Oral and Written Stories in Both Languages).**

The authors studied the structures and vocabulary, as well as their uses, in stories told by children of the fourth year in of Portuguese and French primary schools. A «dictionary» of the words used in the stories was also organised.

MANUEL GOMES DA TORRE, **Quem foi o Autor de «A Compleat Account»? , Who was the author of «A Compleat Account»?**

There has been little research in Portugal on the history of foreign language teaching. However, among the interesting things which have already been studied is «A Compleat Account», the earliest Portuguese-English, English-Portuguese dictionary, published in London in 1701, and whose author is known only by the initials A.J.. This article attempts to disprove the hypothesis advanced by the British Library that these initials might correspond to Alexander Justice.

SUSAN PARSONS PEREZ CASTILLO, **Gender and Dissent in Colonial New England: Anne Hutchinson and the Antinomian Controversy.**

The author analyses the historical rôle of women in Puritan culture, focusing on certain categories relating to gender in Puritan religious typology and evaluating the main theological and social issues at stake in the Antinomian debate.

SUMMARIES

N. R. HURST, O Ensino e o Estudo de Inglês na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (F.L.U.P.), *The Teaching of English in the Faculty of Letters of the University of Oporto.*

The author begins with a discussion of some questions arising from Prof. Gomes da Torre's opening address at the beginning of the 1988/89 academic year, and goes on to describe the developments in «Inglês» being promoted by the «Leitores» in order to improve radically the teaching of English in the Faculty of Letters.

ROZA HUYLEBROUCK, O Português no Ensino Universitário e Para-universitário em Terras de Expressão Neerlandesa: Bélgica/Flandres e Países Baixos, *The Teaching of Portuguese at University and Pre-University Level in Dutch Speaking Countries: Belgium/Flanders and the Netherlands.*

The author focuses on the teaching of Portuguese at the Institutes for Translators and Interpreters in Antwerp and Bruxelles, at the Free University of Bruxelles, at the State University in Ghent, at the Modern Language Centre in Liege, at the University of Amsterdam and at the State University in Utrecht.

**TRABALHOS APRESENTADOS EM PROVAS ACADÉMICAS
NA ÁREA DE «LÍNGUAS E LITERATURAS MODERNAS» (LLM)**

- 1 – Dissertações de Doutoramento.
- 2 – Dissertações Complementares de Doutoramento.
- 3 – Dissertações de Mestrado.
- 4 – Lições de Síntese de Provas de Agregação.
- 5 – Trabalhos de Síntese de Provas de Capacidade Científica.

1 – DISSERTAÇÕES DE DOUTORAMENTO

ANA MARIA BARROS DE BRITO

A Sintaxe das Orações Relativas em Português. Estrutura, Mecanismos Interpretativos e Condições sobre a Distribuição dos Morfemas Relativos.

Porto, Ed. da Autora, 1988.

Publ.: INIC – Centro de Linguística da Universidade do Porto, «Linguística» (No prelo).

ANTÓNIO CAPATAZ FRANCO

Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão.

Porto, Ed. do Autor, 1986.

ANTÓNIO FERREIRA DE BRITO

O Real e o Irreal na Dramaturgia de Eugène Ionesco, Samuel Beckett e Jean Tardieu.

Porto, Ed. do Autor, 1981.

Publ.: *Le Réel et Irréel dans la Dramaturgie de Beckett, Ionesco et Tardieu*, Porto, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1983.

ARNALDO BAPTISTA SARAIVA

Relações entre o Modernismo Português e Brasileiro. Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas Relações.

Porto, Ed. do Autor, 1986, 3 vols.

CÂNDIDO BAPTISTA BEIRANTE *

Castro Soromenho – Um Escritor Intervalar.

Porto, Ed. do Autor, 1989.

CARLOS MANUEL DA ROCHA BORGES DE AZEVEDO

Entre o Real e a Abstracção: A Ficção Narrativa de Ernest Hemingway.

Porto, Ed. do Autor 1989.

FERNANDA IRENE ARAÚJO BARROS FONSECA

Deixis, Tempo e Narracção.

Porto, Ed. da Autora, 1989.

* Os nomes marcados com asterisco indicam autores que não são docentes da FLUP.

GONÇALO JOSÉ DO VALE PEIXOTO E VILAS-BOAS
A Trilogia de Wolfgang Koepen. Um Discurso de Resistência.
Porto, Ed. do Autor, 1987.

GUALTER MENDES CUNHA
Dialécticas do Poder. A Representação do Individualismo em «Robinson Crusoe».
Porto, Ed. do Autor, 1986.

JOAQUIM MARQUES ALVES FONSECA
Coesão em Português. Semântica-Pragmática-Sintaxe.
Porto, Ed. do Autor, 1981.

JOHN THOMAS GREENFIELD
*«Vivianz». An Analysis of the Martyr Figure in Wolfram von Eschenbach
«Willehalm» and in his Old French Source Material.*
Porto, Ed. do Autor, 1990.
Publ.: Erlangen, Pam & Enke, «Erlangen Studien» (No prelo).

JORGE ALVES OSÓRIO
*O Humanismo Português e Erasmo. Os «Colóquios» de Erasmo Editados em
Coimbra no Séc. XVI.*
Porto, Ed. do Autor, 1979, 2 vols.

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO
Gertrudes de Helfta e Espanha.
Porto, Ed. do Autor, 1978.
Publ.: Porto, INIC — Centro de Literatura da Universidade do Porto, «Textos
de Literatura — 5», 1981.

LAURA FERNANDA BULGER *
«A Sibila» — Uma Superação Inconclusa.
Porto, Ed. da Autora, 1989.
Publ.: Lisboa, Guimarães Editores, 1990.

MANUEL GOMES DA TORRE
*Uma Análise de Erros. Contribuição para o Ensino da Língua Inglesa em
Portugal.*
Porto, Ed. do Autor, 1985, 2 vols.

MARIA DA GRAÇA LISBOA CASTRO PINTO
*Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psico-
linguístico do «Token Test» e de Materiais de Metodologia Complementar.*
Porto, Ed. da Autora, 1984.
Publ.: Porto, INIC — Centro de Linguística da Universidade do Porto, «Lin-
guística — 8», 1988.

MARIA DE FÁTIMA AIRES PEREIRA MARINHO SARAIVA
O Surrealismo em Portugal e a Obra de Mário de Cesariny de Vasconcelos.
Porto, Ed. da Autora, 1986.
Publ.: Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, «Temas Portugueses», 1987.

MARIA DE FÁTIMA FAVARRICA PIMENTA DE OLIVEIRA

Para uma Semântica e Pragmática de «Dever» e de «Poder».

Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA CARNEIRO

A Subjectividade Conflituosa na Obra Romanesca de Victor Hugo. (Técnicas de Representação).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA ISABEL DA SILVA PIRES DE LIMA

As Máscaras do Desengano. Para uma Abordagem Sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós.

Porto, Ed. da Autora, 1986.

Publ.: Lisboa, Editorial Caminho, 1987.

SALVATO VILAVERDE PIRES TRIGO

Do Logotetismo ao Genotetismo: José Luandino Vieira — O Percurso duma Escrita.

Porto, Ed. do Autor, 1981.

SUSAN PARSONS PÉREZ CASTILLO

«Ceremony», de Leslie Marmon Silko. Arte, Mito e Sobrevivência.

Porto, Ed. da Autora, 1978.



DISSERTAÇÕES DE DOUTORAMENTO DE DOCENTES
DE LLM APRESENTADAS EM OUTRAS UNIVERSIDADES

JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Analyse Structurale des Hétéronymes de Fernando Pessoa: Du Poémodrame au Poétodrame.

Paris, Ed. do Autor, 1971.

Publ.: *Fernando Pessoa ou o Poetodrama*, trad. port., São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

MARGARIDA LIEBLICH LOSA

From Realist Novel to Working-Class Romance.

New-York, 1988 (Michigan Microfilms).

MÁRIO AUGUSTO DO QUINTEIRO VILELA

O Léxico da Simpatia. Estudos sobre o Campo Lexical da Determinação Substantiva de Simpatia Humana e Social (1850-1900) e Respectivo Contexto Cultural.

Tübingen, 1978.

Publ.: Porto, INIC — Centro de Linguística da Universidade do Porto, «Linguística — 1», 1980.

2 – DISSERTAÇÕES COMPLEMENTARES DE DOUTORAMENTO

ANA MARIA BARROS DE BRITO

Construções Quantitativas e Partitivas em Português.

Porto, Ed. da Autora, 1988.

ANTÓNIO CAPATAZ FRANCO

Uma Análise de Erros no Âmbito do Português-Alemão. Análise com Base na Produção Escrita de Aprendentes Portugueses de Alemão como Segunda Língua.

Porto, Ed. do Autor, 1986.

ANTÓNIO FERREIRA DE BRITO

Jogos do Poder e Poder do Jogo nas «Pièces Costumées» de Jean Anouilh.

Porto, Ed. do Autor, 1981.

Publ.: «Jeu du Pouvoir et Pouvoir du Jeu dans les 'Pièces Costumées' de Jean Anouilh», *Textes Critiques*, Porto, Associação de Jornalistas e Homens de Letras, 1983.

CARLOS MANUEL DA ROCHA BORGES DE AZEVEDO

«What did I Do to be Black and Blue»: Registos da Catábase em «Invisible Man».

Porto, Ed. do Autor, 1989.

GONÇALO JOSÉ DO VALE PEIXOTO E VILAS-BOAS

O Processo de «Der Prozess». O Encontro/Desencontro de Kafka e Peter Weiss.

Porto, Ed. do Autor, 1987.

GUALTER MENDES QUEIROZ CUNHA

Encontros: Uma Introdução à Poesia de Charles Tomlinsen.

Porto, Ed. do Autor, 1986.

JOAQUIM MARQUES ALVES FONSECA

Aspectos da Formulação da Ênfase em Português.

Porto, Ed. do Autor, 1982.

JORGE ALVES OSÓRIO

Contribuição para o Estudo do Humanismo em João de Barros.

Porto, Ed. do Autor, 1979.

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO

Contribuição para o Estudo das Fontes da «Corte na Aldeia» de Francisco Rodrigues Lobo.

Porto, Ed. do Autor, 1978.

MANUEL GOMES DA TORRE

Gramáticas Inglesas Antigas. Alguns Dados para a História dos Estudos Ingleses em Portugal até 1820.

Porto, Ed. do Autor, 1985.

MARIA DA GRAÇA LISBOA CASTRO PINTO

Síndrome de Dislexia Profunda. Contribuição Neurolinguística para a sua Compreensão.

Porto, Ed. da Autora, 1984.

MARIA DE FÁTIMA AIRES MARINHO SARAIVA

«Primeiras Estórias» de Guimarães Rosa – Enorme Mentira.

Porto, Ed. da Autora, 1986.

MARIA DE FÁTIMA FAVARRICA PIMENTA DE OLIVEIRA

Relações Anafóricas: Algumas Questões.

Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA CARNEIRO

A Construção e a Desconstrução do Fantástico em Álvaro de Carvalho.

Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA ISABEL DA SILVA PIRES DE LIMA

A Impossível «Colagem» do «Eu» ou o Jogo Fragmentário em «Nadja» de André Breton.

Porto, Ed. da Autora, 1986.

Publ.: *A Impossível «Colagem» do Eu e o Jogo do Fragmentário em «Nadja», «Intercâmbio», Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1, 1990, pp. 59-86.*

SALVATO VILAVERDE PIRES TRIGO

Reflexões sobre o «Negro» em Gil Vicente.

Porto, Ed. do Autor, 1981.

SUSAN PARSONS PÉREZ CASTILLO

Uma Retórica do Consenso ou um Discurso de Subversão? «The May-Pole of Merry Mount», de Nathaniel Hawthorne.

Porto, Ed. da Autora, 1988.

★

3 – DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

AIDA MARIA NEVES SANTOS RODRIGUES

As Vozes e as Parábolas. Das Questões Enunciativas aos Mundos Representados na «Menina e Moça».

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).

Porto, Ed. da Autora, 1989.

Publ.: *Das Questões Enunciativas aos Mundos Representados na «Menina e Moça», «Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas», Porto, II Série, vol. VII, 1990, pp. 7-101.*

AMÉRICO ARTUR DE MESQUITA OLIVEIRA SANTOS

«Divina Chimera»: O Livro de um Poeta de Orpheu.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. do Autor, 1985.

BELINDA MARY HARPER SOUSA MAIA

Fazer-Do-Make: Análise Contrastiva.

(Mest.º em Linguística).

Porto, Ed. da Autora, 1986.

CARLOS NUNO SALGADO VAZ

A Saudade em Teixeira de Pascoais.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. do Autor, 1986.

CELINA SILVA

Da «Histoire du Portugal par Coeur» ao Encontro da Ingenuidade.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1986.

CRISTINA MARIA FALCÃO SEVERO FERREIRA PINTO

«Les Soleils des Indépendances», de Ahmadou Xourouma. Ruptura e Originalidades.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

ESTELA PINTO RIBEIRO LAMAS

Sophia de Mello Breyner Andresen.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1985.

FRANCINE LÉGER DE LIMA FERNANDES

As Preposições Direccionais «de», «por», «para».

(Mest.º em Linguística).

Porto, Ed. da Autora, 1986.

INÊS MARIA MONTEIRO DE LIMA DE SOUSA

Teolinda Gersão. O Processo de uma Escrita.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

ISABEL MARGARIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA DUARTE

Alguns Operadores de Agulhagem Comunicativa.

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).

Porto, Ed. da Autora, 1990.

ISABEL MARIA VENTURA MORUJÃO DE BEIRES

Roberto de Mesquita — «Almas Cativas» e as Estéticas Fim-de-século.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

ISMÊNIA DE JESUS BARREIRA DE SOUSA

Lendo Borges. Algumas Reflexões sobre a sua Escrita.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. da Autora, 1989.

JOÃO DE FREITAS FERREIRA

Estruturas do Discurso Poético-místico em Vitorino Nemésio.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. do Autor, 1986.

JOSÉ NUNES ESTEVES REI

A Aula de Português. Seu Enquadramento Institucional no Ensino Secundário.

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).
Porto, Ed. do Autor, 1990.

LUÍS FERNANDO ADRIANO CARLOS

Jorge de Sena e a Escrita dos Limites.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. do Autor, 1986.

MARIA CLARA FERREIRA DE ARAÚJO BARROS

Construções Contrastivas em Português.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. da Autora, 1986.

Publ. parcial: «*Porém*»: *Um Caso de Deriva Conclusiva-Contrastiva*, «Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas», Porto, II Série, Vol. V, T. 1, 1988, pp. 107-117; *A Propósito de Morfemas Contrastivos em Português: Um «Mas» de Excepção/Provocação*, *Ibidem*, pp. 269-275.

MARIA CRISTINA DE ALMEIDA MELLO LARANJEIRA

Mito e Poesia em «Orfeu Rebelde» de Miguel Torga.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. da Autora, 1986.

MARIA CRISTINA LOPES DA SILVA GUIMARÃES PACHECO

A Trajectória Poética de Tomaz Vieira da Cruz.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. da Autora, 1986.

MARIA DE FÁTIMA DA COSTA OUTEIRINHO

Lamartine em Portugal. Alguns Aspectos da sua Recepção (1840-1890).

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA DO CARMO CASTELO BRANCO VILAÇA SEQUEIRA

«Prosas Bárbaras» – A Germinação da Escrita Queirosiana.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).
Porto, Ed. da Autora, 1985.

MARIA EMÍLIA TRAÇA CARVALHO ALMEIDA

Do Conto Popular ao Conto para Crianças.

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).

Porto, Ed. da Autora, 1990.

MARIA ISABEL FARIA DE FREITAS MADUREIRA PINTO

A Notícia. Subsídios para a Análise do Discurso de Imprensa e sua Aplicação na Aula de Língua Materna.

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).

Porto, Ed. da Autora, 1990.

MARIA JOSÉ BARBOSA SOUSA E COSTA

As Rimas Infantis de Tradição Oral Portuguesa. Um Continente Poético Esquecido.

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).

Porto, Ed. da Autora, 1990.

MARIA JOSÉ CERQUEIRA DA COSTA MATOS FRIAS

Elementos para uma Nova Relação entre os Ensinos da Língua Materna e da Língua Portuguesa.

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).

Porto, Ed. da Autora, 1990.

MARIA JOSÉ MONTEIRO MARTINS DE ALMEIDA

Alguns Aspectos da Temporalidade no «Amor de Perdição».

(Mest.º em Ensino da Língua Portuguesa).

Porto, Ed. da Autora, 1990.

MARIA LUÍSA DO VALE PEIXOTO BAPTISTA PENA

Vertentes da Insularidade na Novelística de Manuel Lopes.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA MANUELA DA COSTA SANTOS

«Invenção de Orfeu»: Uma Reflexão Crítica.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA ROSA DA ROCHA VALENTE GIL MONTEIRO

O Sensacionismo Caeiro.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1986.

MARIA TERESA DUARTE DE JESUS DO NASCIMENTO

Mário de Sá-Carneiro: Da Queda à Ascensão, Quase.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARTINE DRENEAU REBELO DE CARVALHO

Contribuição para o Estudo Sintáctico-semântico dos Verbos «ser», «estar» e «andar» (auxiliar).

(Mest.º em Linguística).

Porto, Ed. da Autora, 1986.

OLÍVIA MARIA FERREIRA GONÇALVES FIGUEIREDO

Da Asserção Negativa à Refutação.

(Mest.º em Linguística).

Porto, Ed. da Autora, 1986.

RAÚL BERNARDO RIBEIRO DE ALMEIDA

Verbos de Percepção Visual.

(Mest.º em Linguística).

Porto, Ed. do Autor, 1986.

ROSA MARIA MARTELO FERNANDES PEREIRA

Estrutura e Transposição: Invenção Poética e Reflexão Metapoética na Obra de João Cabral de Melo Neto.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1988.

SÉRGIO PAULO FERREIRA DE MATOS

A Semântica e a Pragmática de «já», «ainda», «já não» e «ainda não».

(Mest.º em Linguística).

Porto, Ed. do Autor, 1986.

SIMÃO CERVEIRA CARDOSO

A Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa: Reflexos da Gramática Geral.

(Mest.º em Linguística).

Porto, Ed. do Autor, 1986.

ZULMIRA DA CONCEIÇÃO TRIGO COELHO DOS SANTOS

António Feijó: Uma Poética de Síntese.

(Mest.º em Lits. Românicas Modernas e Contemporâneas).

Porto, Ed. da Autora, 1986.



DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DE DOCENTES DE LLM
DEFENDIDAS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

CARLOS MANUEL FERREIRA MORAIS

Expectativa e Movimento no «Filoctetes».

(Mest.º em Literaturas Clássicas — FLUC).

Coimbra, Ed. do Autor, 1989.

Publ.: Coimbra, INIC — Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, «Estudos de Cultura Clássica — 4» (No prelo).

FILOMENA MARIA E. AGUIAR DE VASCONCELOS

Memória de um Poema. Estudo sobre os Aspectos do «Lírico» na Poesia de Dante Gabriel Rossetti.

(Mest.º em Literatura Inglesa — FLUL).

Lisboa, Ed. da Autora, 1987.

Publ.: «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Porto, II Série, Vol. V, T. 2, 1988, pp. 313-354.

MARIA JOÃO RIBEIRINHO PIRES DA SILVA R. SOARES

Os Caminhos da Percepção Poética. Para uma Leitura de John Clare.

(Mest.º em Literatura Inglesa — FLUL).

Lisboa, Ed. da Autora, 1987.

Publ.: «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Porto, II Série, Vol. V, T. 1, pp. 203-236.

MARIA LUÍSA MALATO DA ROSA BORRALHO

Manuel de Figueiredo. Uma Perspectiva do Neoclassicismo Português (1745-1777).

(Mest.º em Literatura Comparada — FLUC).

Coimbra, Ed. da Autora, 1987, 2 Vols.

RUI MANUEL G. DE CARVALHO HOMEM

Entre o Juiz e o Louco. Percursos da Comédia de Ben Jonson de «Volpone» a «Bartholomew Fayre».

(Mest.º em Literatura Inglesa — FLUL).

Lisboa, Ed. do Autor, 1986.



4 — LIÇÕES DE SÍNTESE EM PROVAS DE AGREGAÇÃO E CONCURSO PARA PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS ¹

ANTÓNIO FERREIRA DE BRITO

Voltairrofobia e Voltairofilia na Cultura Portuguesa dos Séculos XVIII e XIX: O Tempo e os Modos.

Porto, Ed. do Autor, 1990.

Publ.: «Intercâmbio», Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, n.º 1, 1990, pp. 9-40.

JOAQUIM MARQUES ALVES FONSECA

Heterogeneidade na Língua e no Discurso.

Porto, 1989.

¹ Não constando das provas de agregação a apresentação prévia de qualquer texto, os títulos incluídos nesta listagem não correspondem necessariamente a trabalhos editados pelos seus autores, pelo que só vai indicado o ano da realização das provas.

JORGE ALVES OSÓRIO

«Cantiga de Escarnho» Galego-Portuguesa. Sociologia ou Poética?

Porto, 1984.

Publ.: «Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas», II Série, Porto, III, 1986, pp. 153-197.

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO

A Arte da Oração e da Contemplação na «Imagem da Vida Cristã» de Frei Heitor Pinto e as Correntes de Espiritualidade do seu Tempo.

Porto, 1979.

MARIA DA GRAÇA LISBOA CASTRO PINTO

O Estudo da Linguagem: Arte ou Ciência?

Porto, 1989.

MÁRIO AUGUSTO DO QUINTEIRO VILELA

Contribuição para o Estudo das Solidariedades Lexicais.

Porto, 1983.

Publ.: «Boletim de Filologia», Lisboa, XXIX, 1984, pp. 319-354.

SALVATO VILAVERDE PIRES TRIGO

Diglossia e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.

Porto, 1989.



5 – TRABALHOS DE SÍNTESE DE PROVAS DE APTIDÃO PEDAGÓGICA E CAPACIDADE CIENTÍFICA

ANA PAULA COUTINHO MENDES

Lorand Gaspar: Na Terceira Margem – Uma Poética da Lucidez.

Porto, Ed. da Autora, 1989.

ANA ISABEL GOUVEIA BOURA

A Novela «Tristan» de Thomas Mann e sua Versão Portuguesa da Autoria de Fernando Lopes-Graça.

Porto, Ed. da Autora, 1990.

ANA LUÍSA RIBEIRO BARATA DO AMARAL

«King Lear»: Tragédia da Linguagem.

Porto, Ed. da Autora, 1985.

FERNANDA HERMÍNIA MINHAVA PEIXOTO

A Perspectiva Funcional da Frase. Da Escola de Praga à Linguística Sistémica.

Porto, Ed. da Autora, 1989.

HUGUETTE GERMAINE MARIE ROTHEVAL RODRIGUES
De la Tendresse à l'Agressivité par l'Impossibilité de la Sincérité.
Porto, Ed. da Autora, 1986.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA
O Poeta e o Príncipe. Ensaio sobre as Trovas de Diogo Brandão à Morte de D. João II.
Porto, Ed. do Autor, 1985.

LUÍS FERNANDO DE SÁ FARDILHA
Poesia de D. Manuel de Portugal. I — Prophana. Edição Diplomática das suas Fontes.
Porto, Ed. do Autor, 1989.

MARIA CLARA FERREIRA DE ARAÚJO BARROS
De «mais» a «mas», de «por ende» a «porém»: Derivas Semânticas e Pragmáticas.
Porto, Ed. da Autora, 1985.

MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES
Misoginia e Casamento como Temas Morais na Literatura Portuguesa do Séc. XV e I Metade do Séc. XVI.
Porto, Ed. da Autora, 1984.

MARIA DO ROSÁRIO GOMES NOGUEIRA PONTES
André Chénier: Itaca ou a Poética da Memória. (Fluxos e Reflexos de um Percurso Elegíaco).
Porto, Ed. da Autora, 1988.

MARIA TERESA LOBO CASTILHO
O Simbolismo da Chuva e da Neve em «A Farewell to Arms».
Porto, Ed. da Autora, 1985.

PEDRO CLEMENTINO VILAS BOAS TAVARES
Os Loios e a Reforma Religiosa nos Meados do Séc. XVI. «A Ordem e Regimento da Vida Cristã» de Frei Pedro de Santa Maria (1555).
Porto, Ed. do Autor, 1987.

ÍNDICES DOS VOLS. I-VI
(1984-1989)

Revista da Faculdade de Letras

Série de

Línguas e Literaturas

Vols. I - VI

(1984 - 1989)

ÍNDICE DE AUTORES

ABRAMOVICI, Serge

De la prose en le sachant: Investissement de la poésie au XIX^{ème} siècle, v. 4 (1987), pp. 231-276.

ABRAMOVICI, Serge

Plus réellement poète: Benjamim Péret, le noyau de la comète, v. 5, tomo 2 (1985), pp. 433-470.

AMARAL, Ana Luísa

The love song of J. Alfred Prufrock: jogos no tempo e tempo de jogo, v. 4 (1987), pp. 199-212.

AMARAL, Ana Luísa

Emily Dickinson: uma poética de transgressão, v. 5, tomo 2 (1985), pp. 355-373.

AMARAL, Ana Luísa

King Lear: as palavras (mal)ditas, v. 3 (1986), pp. 211-228.

BARROS, Clara Araújo

Porém: um caso de deriva conclusiva-contrastiva, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 101-117.

BARROS, Clara Araújo

A propósito de morfemas contrastivos em português: um «mas» de exceção/provocação, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 269-275.

BRITO, Ferreira de

De Lupasco à Ionesco: logique et anti-logique dans la dramaturgie ionescienne, v. 1 (1984), pp. 227-236.

BRITO, Ferreira de

Jan Genet ou la danse macabre du bien et du mal, v. 4 (1987), pp. 213-230.

BRITO, Ferreira de

Victor Segalen: récit de voyage ou voyage du récit? Réel/imaginaire: harmonie ou duel? v. 3 (1986), pp. 199-211.

BRITO, Ferreira de

Aimé Césaire et Ina Césaire et le péché originel d'être noir, v. 5, tomo 2 (1988), pp. 375-411.

CARDOSO, Simão

O genitivo em português: contributos para uma sintaxe e semântica da preposição de, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 19-100.

CARLOS, Luís F. A.

Poesia moderna e dissolução, v. 6 (1989), pp. 249-261.

- CARVALHO, José A. M. de Freitas
Nas origens dos jerónimos na Península Ibérica: do franciscanismo à ordem de S. Jerónimo: o itinerário de Fr. Vasco de Portugal, v. 1 (1984), pp. 11-131.
- CUNHA, Gualter
An essay on man, de Alexander Pope: texto filosófico e texto poético, v. 4 (1987), pp. 301-315.
- CUNHA, Gualter
Uma dupla direcção da escrita em Daniel Defoe: «The farther adventures of Robinson Crusoe», ou alguns bons ensinamentos da má literatura, v. 6 (1989), pp. 189-206.
- DAHLET, Patrick
Un langage efficace: l'illocution indirecta: contribution à une représentation pragmatique du discours publicitaire, v. 2 (1985), pp. 343-347.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia
Da doutrina à vivência: amor, amizade e casamento no «Leal conselheiro» do rei D. Duarte, v. 1 (1984), pp. 133-194.
- FERREIRA, José Ribeiro
Atenas, uma democracia?, v. 6 (1989), pp. 171-187.
- FONSECA, Fernanda Irene
Vergílio Ferreira: a palavra sempre e para sempre: conhecer poético e teoria da linguagem, v. 3 (1986), pp. 7-31.
- FONSECA, Fernanda Irene
Subjonctif et impératif en portugais: une contribution à l'étude de la configuration linguistique du souhait, de l'ordre, du regret et du reproche, v. 1 (1984), pp. 237-245.
- FONSECA, Fernanda Irene
Referência, «translação de referência» e «excesso referencial»: uma leitura do «excesso» em dois textos de Óscar Lopes, v. 4 (1987), pp. 137-149.
- FONSECA, Fernanda Irene
Deixis et anaphore temporelle en portugais, v. 2 (1985), pp. 277-292.
- FONSECA, Joaquim
Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas, v. 2 (1985), pp. 213-250.
- FONSECA, Joaquim
Quelques considérations sur l'enseignement des langues de spécialité, v. 4 (1987), pp. 115-123.
- FONSECA, Joaquim
A centralidade do verbo no enunciado, v. 3 (1986), pp. 53-69.
- FONSECA, Joaquim
Coerência do texto, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 7-18.
- FONSECA, Joaquim
Aspectos da sintaxe do adjectivo em português, v. 6 (1989), pp. 43-57.
- FRANCO, António Capataz
Partículas modais da língua portuguesa: relances contrastivos com as partículas alemãs, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 137-156.
- FRANCO, António Capataz
A gramática no ensino de segundas línguas: L2, v. 6 (1989), pp. 59-115.
- GIROLAMI-BOULINIER, Andrée
Comparaison de bilans de langage en portugais, castillan, catalan, v. 6 (1989), pp. 263-273.
- GIROLAMI-BOULINIER, Andrée
Extensions et approfondissement des bilans européens de langage, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 157-171.

GREENFIELD, John T.

Minne and the grail in Wolfram's «Parzival», v. 1 (1984), pp. 196-208.

GREENFIELD, John T.

Vivien and Gui in the «Chanson de Guillaume»: G2, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 277-283.

HOMEM, Rui M. Gomes de Carvalho

The great hunger: anti-pastoralismo e representação da morte: Clay is the word and clay is the flesh, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 237-256.

HOMEM, Rui M. Gomes de Carvalho

A voyage to the country of the Houyhnhnms: ironia e arte satírica, v. 2 (1985), pp. 296-319.

HUYLEBROUCK, Roza

O neerlandês, v. 2 (1985), pp. 349-361.

HUYLEBROUCK, Roza

O neerlandês nas instituições da comunidade europeia, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 285-296.

HUYLEBROUCK, Roza

Por que será que o neerlandês, ao contrário do português, não se tornou uma língua universal, v. 6 (1989), pp. 151-169.

JAMES, Carl

Five uses for grammar in foreign language teaching, v. 3 (1986), pp. 96-115.

LIMA, J. L. Araújo

A poesia dos «metafísicos»: modos da expressão e o efeito de «awareness»: I-Wit, v. 1 (1984), pp. 247-259.

LIMA, J. L. Araújo

Uma linguagem de limites ou os limites da linguagem: o último poema último de Sylvia Plath, v. 4 (1987), pp. 173-198.

LIMA, J. L. Araújo

T. S. Eliot: no centenário do seu nascimento, v. 6 (1989), pp. 207-223.

MAIA, Belinda

Light in J. R. R. Tolkien and in the portuguese translation: a lexical analysis, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 173-202.

MARTELO, Rosa Maria

Subsídios para uma reedição de «Rimas várias» de Soror Violante do Céu, v. 4 (1987), pp. 351-366.

MATOS, Sérgio Paulo Ferreira de

Agora: da «deixis» temporal à argumentação, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 119-136.

MATOS, Sérgio Paulo Ferreira de

Linguística e informática: perspectivas recentes do uso do computador em linguística aplicada e desativa, v. 6 (1989), pp. 117-133.

MENDES, Ana Paula Coutinho

Mémoires d'Hadrien: os interstícios da morte, v. 5, tomo 2 (1985), pp. 555-563.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro

O discurso poético de Bernal de Bonaval, v. 2 (1985), pp. 105-131.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro

A lenda de Gaia dos livros de linhagem: uma questão de literatura?, v. 5, tomo 2 (1988), pp. 483-515.

MORUJÃO, Isabel

Subsídio para uma reedição de «Rimas várias» de Soror Violante do Céu, v. 4 (1987), pp. 351-366.

OLIVEIRA, Fátima

Cadeias anafóricas: que referência?, v. 4 (1987), pp. 125-135.

OSÓRIO, Jorge Alves

Entre a tradição e a inovação: Sá de Miranda na esteira de Garcilaso, v. 2 (1985), pp. 47-103.

- OSÓRIO, Jorge Alves
Alguns aspectos literários de Erasmo em «Lingua»: 1525, v. 4 (1987), pp. 7-41.
- OSÓRIO, Jorge Alves
Cantiga de escarnho galego-portuguesa: sociologia ou poética?, v. 3 (1986), pp. 153-199.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha
Nas origens do humanismo ocidental: os tratados filosóficos ciceronianos, v. 2 (1985), pp. 7-28.
- PINTO, Maria da Graça
Primeiros contributos para um estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita, v. 2 (1985), pp. 251-275.
- PINTO, Maria da Graça
A coesão em histórias contadas a partir de imagens por crianças dos 6 aos 8 anos, v. 4 (1987), pp. 93-113.
- PINTO, Maria da Graça
Para uma melhor identificação da dislexia e da disortografia, v. 3 (1986), pp. 69-95.
- PINTO, Maria da Graça
Considerações gerais sobre a abordagem e a avaliação da linguagem, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 259-267.
- PINTO, Maria da Graça
Extensions et approfondissement des bilans européens de langage, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 157-171.
- PINTO, Maria da Graça
Comparaison de bilans de langage en portugais, castillan, catalan, v. 6 (1989), pp. 263-273.
- PIRES, Maria João
A fragmentação do eu: The picture of Dorian Gray Oscar Wilde, v. 4 (1987), pp. 317-331.
- PIRES, Maria João
Os caminhos da percepção poética: para uma leitura de John Clare, v. 5, tomo 1 (1988), pp. 203-236.
- PIRES, Maria João
Percursos lockeanos em Frankenstein de Mary Shelley, v. 2 (1985), pp. 333-342.
- PONTES, Maria do Rosário
Poètes bien-disants, poésie maudite, v. 5, tomo 2 (1988), pp. 413-432.
- RAMALHO, Américo da Costa
Cícero nas orações universitárias do Renascimento, v. 2 (1985), pp. 29-46.
- RIBEIRO, Eduardo Jorge
A memória e o futuro: a escrita de F. Scott Fitzgerald e a América dos anos trinta, v. 4 (1987), pp. 151-172.
- RODRIGUES, Huguette Rotheval
Le réalisme fantastique dans l'oeuvre de Julien Green, v. 4 (1987), pp. 333-340.
- RODRIGUES, Huguette Rotheval
Une approche de Simone Weil, v. 6 (1989), pp. 275-281.
- RODRIGUES, Huguette Rotheval
André Gide, lecteur de Montaigne, v. 5, tomo 2 (1988), pp. 549-555.
- SALADO, Régis
Faut-il fêter l'anniversaire du monologue interieur? Ou de quelques soupçons sur l'identité d'un vénérable centenaire, v. 5, tomo 2 (1988), pp. 471-481.
- SILVA, Celina
A ficção da pátria em Almada Negreiros: do distanciamento crítico-construtivo à sibilina e distanciada efabulação, v. 4 (1987), pp. 341-349.

- SILVA, Maria de Fátima
Políticos e mulheres na comédia grega,
v. 3 (1986), pp. 127-153.
- SOUSA, Ivo Carneiro de
A sensibilidade da literatura portuguesa dos séculos XV e XVI às matemáticas: índices e problemas para um estudo de história cultural, v. 2 (1985), pp. 133-211.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas
A pregação ao serviço da revolução: o Porto e a instauração do liberalismo num sermão de Fr. António de Santa Bárbara, v. 4 (1987), pp. 43-74.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas
Experimentalismo, iluminismo e fisiocratismo na obra de um cirurgião moderno: evocando Lima Bezerra: 1727-1806, v. 5, tomo 2 (1988), pp. 517-545.
- TEIXEIRA, Maria Antónia Gaspar
Para uma comparação dos protagonistas de «Mutter courage und ihre kinder» de Bertold Brecht e de «Frau Flinz» de Helmut Baierl, v. 6 (1989), pp. 227-248.
- TORRE, Manuel Gomes da
Dr. Luiz Cardim: dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto, v. 4 (1987), pp. 279-300.
- TORRE, Manuel Gomes da
Locally-orientated language courses, v. 3 (1986), p. 115-127.
- TORRE, Manuel Gomes da
Papel da Faculdade de Letras do Porto na formação de professores de línguas vivas estrangeiras, v. 6 (1989), pp. 135-150.
- TRIGO, Salvato
Gil Vicente e a teatralização das linguagens, v. 1 (1984), pp. 209-225.
- VASCONCELOS, Filomena M. Aguiar de
Mary Shelley, Frankenstein: In-Fraccio, v. 2 (1985), pp. 321-331.
- VASCONCELOS, Filomena M. Aguiar de
Memória de um poema: aspectos do lírico na poesia de Dante Gabriel Rossetti, v. 5, tomo 2 (1988), pp. 313-354.
- VILELA, Mário
A formação de palavras: componente independente ou apenas subcomponente?, v. 3 (1986), pp. 31-53.
- VILELA, Mário
Contribution à l'étude des verbes de déplacement: approche sémantique et syntaxique, v. 6 (1989), pp. 9-41.
- VOUGA, Vera Lúcia
Do verso: aproximações: arte verbal infantil, v. 4 (1987), pp. 75-92.

INDICE

Artigos

AIDA SANTOS — <i>Das Questões Enunciativas aos Mundos Representados na Menina e Moça</i>	7
MARIA DE FÁTIMA MARINHO — <i>Inês de Castro — Outra Era a Vez</i> ...	103
RUI CARVALHO HOMEM — <i>Retrato de Jovem Mulher sobre Fundo Alegórico: Austin Clarke, a Irlanda e o Corpo</i>	137
MARIA TERESA LOBO CASTILHO — <i>Delta Wedding: Um Lugar de Janelas Abertas sobre os Horizontes do Devir</i>	165
ANTÓNIO FRANCO — <i>Partículas Modais do Português</i>	175
A. GIROLAMI-BOULINIER e M. DA GRAÇA PINTO — <i>Structures et Vocabulaire en 4^e Primaires Portugaises et Françaises (Comparaison de Récits Oraux et Écrits dans Chaque Langue)</i>	197

Notas de Investigação

MANUEL GOMES DA TORRE — <i>Quem foi o Autor de «A Compleat Account»?</i>	211
SUSAN PARSONS PÉREZ CASTILLO — <i>Gender and Dissent in Colonial New England: Anne Hutchinson and the Antinomian Controversy</i> ...	225
N. R. HURST — <i>O Ensino e o Estudo de Inglês na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (F.L.U.P.)</i>	237
ROZA HUYLEBROUCK — <i>O Português no Ensino Universitário e Para-universitário em Terras de Expressão Neerlandesa: Bélgica/Flandres e Países Baixos</i>	247

Notícias 269

Recensões 277

Summaries 305

Dissertações Académicas 311

Índices dos vols. I-VI 325